

**OSMANI FERREIRA DA COSTA**

**A TELEVISÃO E O PALÁCIO: concessões e desenvolvimento  
das emissoras e redes televisivas no Paraná (1954-1985)**

**UNESP-ASSIS**

**2012**

**OSMANI FERREIRA DA COSTA**

**A TELEVISÃO E O PALÁCIO: concessões e desenvolvimento das  
emissoras e redes televisivas no Paraná (1954-1985)**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e  
Letras de Assis – UNESP – Universidade  
Estadual Paulista, para a obtenção do título  
de Doutor em História (Área de  
Conhecimento: História e Sociedade)

Orientador: Prof. Dr. Áureo Busetto

**ASSIS**

**2012**

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da  
Universidade Estadual de Londrina**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

C837t Costa, Osmani Ferreira da.

A televisão e o palácio : concessões e desenvolvimento das emissoras e redes  
televisivas no Paraná : (1954-1985) / Osmani Ferreira da Costa. – Assis, 2012.  
300 f. : il.

Orientador: Áureo Busetto.

Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Filho (Campus de Assis), Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em  
História, 2012.

Inclui bibliografia.

1. História social – Teses. 2. Televisão e política – Teses. 3. Televisão – História  
– Teses. 4. Estações de televisão – Concessões – Paraná – Teses. I. Busetto, Áureo.  
II. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Campus de Assis).  
Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU 930.1

**OSMANI FERREIRA DA COSTA**

**A TELEVISÃO E O PALÁCIO: concessões e desenvolvimento das  
emissoras e redes televisivas no Paraná (1954-1985)**

Tese apresentada para a obtenção  
do título de Doutor

## **COMISSÃO JULGADORA**

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Áureo Busetto (UNESP/Assis)

1º Examinador: Prof. Dr. José Luís Benedicho Beired (UNESP/Assis)

2º Examinador: Prof. Dr. Dennison de Oliveira (UFPR/Curitiba)

3º Examinador: Prof. Dr. Célio José Losnak (UNESP/Bauru)

4º Examinador: Prof. Dr. Wilton Carlos Lima da Silva (UNESP/Assis)

Assis (SP), 02 de Março de 2012.

## **DEDICATÓRIA**

Às memórias de meu pai, Santos, e de minha mãe, Leandrina, que apesar da pobreza financeira e da pouca escolaridade de ambos, desde cedo me ensinaram que o estudo, o trabalho e o carinho – ainda que não possam tudo – são os melhores caminhos para livrar uma pessoa honesta da ignorância, da miséria e da tristeza.

## AGRADECIMENTOS

Ao José Vítor, meu único filho, e à Janice, minha querida companheira, pelo amor, carinho, força, alegria e compreensão nos últimos 20 anos.

Ao meu orientador Áureo Busetto, pela competência e paciência com que me ajudou durante cinco anos. Ao fim desta jornada, deixo para trás um orientador e levo, para sempre, um novo amigo.

Aos professores Claudinei Magno Magre Mendes e Wilton Carlos Lima da Silva, membros da banca do Exame de Qualificação, que muito me auxiliarem com suas análises, críticas e sugestões. Aos professores Célio José Losnak, Dennison de Oliveira, José Luís Benedicho Beired e Wilton Carlos Lima da Silva pela gentileza da participação e contribuição na Banca Examinadora da Defesa de Tese.

Aos professores do curso de História da UNESP, campus de Assis, especialmente ao Paulo Henrique Martinez e a Tania Regina De Luca. Aos funcionários da Secretaria do Departamento de História, da Secretaria de Pós-Graduação, da Biblioteca, do CEDAP, do RU e de outros setores do campus da UNESP em Assis.

Aos funcionários da Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná, em Curitiba, especialmente ao Caníseo, Josefina e Eugênia; e aos então estagiários Daniel, William, Felipe, Juliano e Luana.

Aos funcionários do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (UEL), especialmente aos amigos Edson – pela competência e carinho nas revisões – e Cacilda. Aos funcionários das bibliotecas Central e Setorial do Centro de Ciências Humanas da UEL.

Aos colegas professores e funcionários do Departamento de Comunicação da UEL, especialmente o Ayoub, Armandinho, Flora, Lino – pelas revisões e dicas –, Mariângela, Mário, Neusa Maria, Paulo, Miguel – pela força no projeto original – e a Zilda.

Aos colegas de pós-graduação e viagens Londrina-Assis-Londrina: Felipe, Luís Henrique e Ígor.

Aos colegas da Turma 2008-2012 de Pós-Graduação (mestrado e doutorado) em História da UNESP, campus de Assis; em especial o Eduardo “He Man” Barros Filho, o Eduardo “Ameriquinha” Campos, o Edvaldo Sotana e o José Aloísio.

A minha querida tia-madrinha Dalva Giovani de Souza, pela carinhosa acolhida em

seu lar, durante esses anos todos em Assis, e pela vida inteira em outros endereços.

Ao meu irmão Marinho Costa e família, que me receberam em Curitiba sempre com muito carinho, várias vezes durante o período de pesquisa.

Ao meu irmão Santinho Costa e família, que me receberam em Campos Novos Paulista sempre com muito carinho, várias vezes durante os últimos anos.

Aos amigos de sempre: Zé Ganchão, Vivian, Fred e Felippo (*in memoriam*).

À amiga Karina J. W., pela força, carinho e presença constantes, ainda que à distância.

Às ex-alunas e colegas jornalistas Regina Daefiol, Mayra Chagas e Mônica Costa, pela colaboração na busca de materiais sobre a imprensa, rádio e televisão em Maringá, Cascavel e Apucarana, respectivamente. Ao ex-colega de redação na Folha de Londrina, Alexandre Palmar, pela colaboração na busca de dados a respeito da imprensa, rádio e televisão em Foz do Iguaçu.

Aos amigos José Osmar Pesalacia – o pai, pelas revisões; e o filho, pelo carinho –, Carlinhos, Dadá, Janete – pelas traduções imprescindíveis –, Tio Máximo (*in memoriam*), Tio Júlio Bispo, Ernani, Toko, Reinaldo Guerreiro, Cristina e Júlio Rafael (*in memoriam*), que estiveram presentes de maneira importante em mais esta etapa de minha vida.

Ao amigo Nadir Chaiben, pela força com os gráficos, mapas e tabelas.

Aos professores Paulo Alves (História-UEL) e Cesar de Carvalho (Sociologia-UEL), pela colaboração na montagem de meu projeto original de pesquisa.

Ao professor Dennison de Oliveira, do Departamento de História da UFPR, pelas indicações de bibliografia e fontes em Curitiba.

Ao amigo Sandro Dalpícolo, da RPC TV, pelo livro, toques e dicas especiais.

Aos donos, professoras e colegas da Hispano, escola de Espanhol em Londrina, em especial o Josué de Carvalho.

Aos personagens que me concederam entrevistas, informações e documentos, sem os quais grande parte desta história não poderia ter sido revisitada: o arcebispo emérito de Maringá Dom Jaime Luiz Coelho, Arthur Fernandes Pina Ribeiro, Délio César, Geraldo Teodoro, José Bianchini, Oscar Martinez, Paulo Cruz Pimentel, Renato José Mendes, Ronald Sanson Stresser e Walmor Macarini.

Aos demais amigos, amigas, colegas da UEL e parentes que, felizmente por serem muitos, não são aqui citados nominalmente, mas que estarão sempre em meus melhores pensamentos. A todos e a todas, de coração, o meu muito obrigado.



**“O historiador é sempre de um tempo, aquele em que o acaso o fez nascer e do qual ele abraça, às vezes sem o saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos, em suma, a ‘ideologia dominante’, e mesmo quando se opõe, ele ainda se determina por referência aos postulados de sua época.”**

René Rémond – 1918-2007; historiador e professor francês.

**“Como é antiga, esta nossa história recente.”**

Nelson Rodrigues – 1912-1980; escritor, dramaturgo e jornalista brasileiro.

**“A televisão é a cara do país. Ela é a imagem não só da democracia, ela é a imagem do comportamento. O comportamento político da televisão é o comportamento político que o país está vivendo. A pessoa que diz ‘eu não vejo televisão’, é uma pessoa esnobe, não é uma pessoa autêntica. Quem não vê televisão, não vê seu país. Ou não vê nada.”**

Samuel Wainer – 1912-1980; escritor e jornalista brasileiro.

**“A realidade é uma categoria sujeita à dúvida e destinada à transformação.”**

Ernst Bloch – 1885-1977; filósofo e professor alemão.

COSTA, Osmani Ferreira da. **A televisão e o palácio: concessões e desenvolvimento das emissoras e redes televisivas no Paraná (1954-1985)**. 2012. 300 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Assis, 2012.

## RESUMO

O objetivo central desta tese de doutoramento é reconstituir e interpretar, historicamente, as relações políticas estabelecidas entre empresários de comunicação social e o Executivo federal que resultaram em concessões para a implantação e o funcionamento de 12 emissoras e de três redes regionais de televisão no Paraná, de 1954 a 1985. O estudo engloba somente canais geradores de TV aberta, comercial, no sistema analógico e em VHF. A pesquisa utiliza, para suas confrontações e análises, o material coletado em três jornais diários, em nove entrevistas com agentes envolvidos na direção das emissoras televisivas e em documentos da legislação a respeito do sistema de concessão de canais, baseada no Código Brasileiro de Telecomunicações a partir de 1962. O estudo mapeia e avalia a evolução da imprensa e da radiodifusão na segunda metade do século XX, com o intuito de contextualizar e problematizar a trajetória da televisão no campo comunicacional paranaense. Os periódicos impressos – *Gazeta do Povo*, *O Estado do Paraná* e *Folha de Londrina* – são tomados não apenas como fontes documentais, mas também como objetos de análise, porque carregavam editorialmente a subjetividade e os interesses de seus proprietários, que durante o período pesquisado se tornaram concessionários de emissoras de TV. É historicizado o processo de estruturação das redes regionais e nacionais de televisão, com avanços tecnológicos, consequências nas programações e respectivos movimentos de afiliações das emissoras paranaenses. Ao fim, restou confirmada a hipótese norteadora da pesquisa: houve intermediação direta e decisiva de titulares do Palácio Iguazu, sede político-administrativa do governo do Paraná, nas negociações – entre empresários e o governo federal – que possibilitaram as concessões da maioria das emissoras televisivas no estado. Esta interferência do Executivo estadual, nos processos de reivindicação e conquista de concessões de canais, diferenciou o Paraná dos principais estados brasileiros não só durante o regime militar como também anteriormente. O estudo concluiu que apenas as duas concessões de Assis Chateaubriand, empresário cujo conglomerado nacional tinha sede em São Paulo, não dependeram no Paraná de apoio político do Palácio Iguazu.

**PALAVRAS-CHAVE:** Televisão. Concessões de canais. Relações políticas. Emissoras e redes televisivas. Paraná.

COSTA, Osmani Ferreira da. **The television and the palace: the concessions and development of television stations and networks in Paraná (1954-1985)**. 2012. 300 p. Thesis (Ph.D. in History). College of Sciences and Languages – Julio de Mesquita Filho - Paulista State University (UNESP). Assis, 2012.

### ABSTRACT

The main objective of this doctoral thesis is to reconstruct and interpret, historically, the political relationship established between social communication entrepreneurs and the Federal Executives, which have resulted in concessions for the setting up and operation of 12 TV stations and three regional TV networks in Paraná, from 1954 to 1985. The study encompasses only free-to-air channel broadcasters, commercial stations, televisions in analogical system and in VHS. In order to compare, contrast and analyse information, material was collected from three daily newspapers, nine interviews with agents involved in the direction of the TV stations and from legal documents related to the system used in the channel concessions, according to The Brazilian Telecommunication Code of Practice, since 1962. The study depicts and assesses the development of press and broadcasting in the second half of the 20<sup>th</sup> century in order to contextualize and question the course of television in the communication field in Paraná. The newspapers *Gazeta do Povo*, *O Estado do Paraná* and *Folha de Londrina* are used not only as a documental source but also as objects of analysis, because their editorial bears the subjectivity and interests of their owners, who, during the period between 1954 and 1985, became TV stations dealers. The process of setting up regional and national televisions is described historically, including technological progress, the consequences in the programmes and the movements of affiliations of the stations in Paraná. Finally, the hypothesis that guides this research is confirmed: there was direct and decisive intermediation from members of Palácio Iguaçú – political and administrative headquarters of Paraná government – in the negotiations between entrepreneurs and the federal government, which enabled the concessions for most television stations in the state. The interference of the state executive force in the process of requesting and gaining the concessions to operate the channels, caused Paraná to take a different route compared to the major states in Brazil, not only during the military regimen but also before that. The study concluded that concessions carried out by Assis Chateaubriand, entrepreneur whose national conglomerate was based in São Paulo, did not have to rely on politicians who held a position at Palácio Iguaçú.

**KEY WORDS:** Television. Channel concessions. Political relations. Television stations and networks. Paraná.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Primeiras cidades de Paraná a contarem com jornal (1854-1954).....	42
Mapa 2 – Primeiras cidades do Paraná a contarem com rádio (1924-1960).....	70
Tabela 1 – A presença das 12 emissoras de TV nos jornais-fontes (1954-1985).....	73
Fotografia 1 – A coluna <i>Rádio e TV</i> , da <i>Gazeta do Povo</i> .....	78
Fotografia 2 – A coluna <i>Sintonizando</i> , de <i>OEPR</i> .....	83
Fotografia 3 – Coluna No mundo do Rádio, da Folha de Londrina.....	87
Fotografia 4 – Antena parabólica transmissora de sinais da TV Paranaense.....	104
Fotografia 5 – <i>Show</i> musical no estúdio da TV Paraná, em 1962.....	108
Fotografia 6 – Estúdio de apresentação de telejornal da TV Iguazu.....	118
Fotografia 7 – Sala de telecine da TV Tibagi.....	123
Fotografia 8 – Fachada do prédio da TV Tarobá, com antena ao fundo.....	142
Mapa 3 – As doze TVs do Paraná estavam sediadas em oito cidades (1960-1985).....	149
Fotografia 9 – O presidente JK com o governador Lupion, em Curitiba.....	157
Quadro 1 – Os concessionários originais da emissoras paranaenses (1960-1985).....	159
Fotografia 10 – O presidente Costa e Silva com o governador Pimentel.....	177

Fotografia 11 – João Milanez com um ministro e o governador Ney Braga .....	183
Quadro 2 – Os concessionários de TV e suas empresas de comunicação .....	190
Fotografia 12 – Chede mostra aparelho de VT ao governador Ney Braga .....	205
Fotografia 13 – Emissoras do GPP anunciam afiliação à Rede Globo .....	226
Quadro 3 – As redes nacionais e suas afiliadas no Paraná (1960-1985) .....	230
Quadro 4 – As redes regionais do Paraná e suas emissoras (1960-1985) .....	240
Fotografia 14 – Fachada do Canal 3 de Londrina, na década de 1970 .....	247

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABERT – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão  
ABI – Associação Brasileira de Imprensa  
AERP – Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná  
AM – Amplitude Modulada (emissora de rádio em AM)  
ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações  
ANJ – Associação Nacional de Jornais  
ARENA – Aliança Renovadora Nacional  
BAND – Rede de Televisão Bandeirantes  
CBT – Código Brasileiro de Telecomunicações  
CNT – Central Nacional de Televisão  
CONTEL – Conselho Nacional de Telecomunicações  
CTR – Comissão Técnica de Rádio  
DENTEL – Departamento Nacional de Telecomunicações  
EMBRATEL – Empresa Brasileira de Telecomunicações  
EPTV – Emissoras Pioneiras de Televisão  
EUA – Estados Unidos da América  
*Folha* – *Jornal Folha de Londrina*  
FM – Frequência Modulada (emissora de rádio em FM)  
*Gazeta* – *Jornal Gazeta do Povo*  
GPP – Grupo Paulo Pimentel  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística  
INTELSAT – International Telecommunications Satellite Organization  
INTERNET – Rede mundial de computadores interligados em tempo real  
JK – Juscelino Kubitschek  
JN – Jornal Nacional  
MEC – Ministério da Educação e Cultura  
MC – Ministério das Comunicações  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro

*OEPR* – Jornal *O Estado do Paraná*

PDC – Partido Democrático Cristão

PDS – Partido Democrático Social

PFL – Partido da Frente Liberal

PL – Partido Libertador

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNT – Plano Nacional de Telecomunicações

PR – Partido Republicano

PRP – Partido da Representação Popular

PRT – Partido Republicano Trabalhista

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTN – Partido Trabalhista Nacional

RADIPAR – Paraná Radiodifusão S. A.

RBS TV – Rede Brasil Sul de Televisão

REDE – Grupo de emissoras de TV pertencentes a uma mesma empresa ou afiliadas a ela

REDE OM – Rede de emissoras de televisão das Organizações Martinez

RPC – Rede Paranaense de Comunicação

RPTV – Rede Paranaense de Televisão

SBT – Sistema Brasileiro de Televisão

TCE – Tribunal de Contas do Estado

TELEBRÁS – Telecomunicações Brasileiras S. A.

TELEPAR – Empresa de Telecomunicações do Paraná

TV – Televisão, no sentido de uma emissora geradora de programação em sinais televisivos

UDN – União Democrática Nacional

UHF – Ultra High Frequency (Frequência Ultra Alta; para canais de TV a partir do número 14)

VHF – Very High Frequency (Frequência Muito Alta; para canais de TV com número de 2 a 13)

VT – Videoteipe (Fita de vídeo; mas também o aparelho que grava em fita de vídeo)

WWW – World Wide Web (Teia de alcance mundial)

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO I: O QUADRO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX</b> .....	32
1.1 INVERNO DE 1954: O SONHO DA TELEVISÃO ESTREOU EM CURITIBA .....	32
1.2 JORNAIS E RÁDIOS: EMPRESAS FAMILIARES DEPENDENTES DE VERBAS PÚBLICAS .....	40
1.3 A PRESENÇA DAS TELEVISÕES NOS TRÊS JORNAIS: ESPAÇOS E CONTEÚDOS DIFERENCIADOS .....	71
<b>CAPÍTULO II: DOZE EMISSORAS DE TELEVISÃO NO AR</b> .....	100
2.1 TRÊS CANAIS ENTRARAM EM OPERAÇÃO NA PRIMEIRA FASE .....	101
2.2 VIDEOTEIPE MARCOU A SEGUNDA FASE, QUE TEVE CENSURA E A CHEGADA DE QUATRO EMISSORAS .....	111
2.3 NA TERCEIRA FASE, MAIS CINCO CANAIS FORAM INAUGURADOS.....	140
<b>CAPÍTULO III: CONCESSÕES TELEVISIVAS E RELAÇÕES POLÍTICAS</b> .....	154
3.1 PRIMEIRA CONCESSÃO: A PEDIDO DO PALÁCIO IGUAÇU, UM PRESENTE DE JK.....	154
3.2 OS CANAIS DE CHATEAUBRIAND: NEGOCIAÇÕES PELO ALTO .....	160
3.3 TRÊS EMISSORAS PARA UM GOVERNADOR ALIADO.....	167
3.4 QUATRO CANAIS OBTIDOS POR INTERMEDIÇÃO DO GOVERNO PARANAENSE .....	181
3.5 MARINGÁ E CORNÉLIO PROCÓPIO GANHARAM TVS COM O APOIO DE GOVERNADORES.....	191
<b>CAPÍTULO IV: A FORMAÇÃO DAS PIONEIRAS REDES DE TV</b> .....	202
4.1 REDES NACIONAIS E REGIONAIS DE TELEVISÃO .....	202
4.2 AS TRÊS PRIMEIRAS REDES REGIONAIS DO PARANÁ .....	220
4.3 O CASO REDE GLOBO/TV COROADOS: PIMENTEL FOI DO TOPO AO FUNDO DO POÇO.....	241
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	268
<b>FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	275



## INTRODUÇÃO

O objetivo central desta tese é remontar e analisar, historicamente, as relações políticas que possibilitaram, no período compreendido de 1954 a 1985, as concessões de canais e os processos para a implantação e o funcionamento de 12 emissoras comerciais de televisão (TV) no Paraná, assim como a formação das três primeiras redes televisivas no estado paranaense. Trata-se, portanto, de pesquisa sobre um processo peculiar da experiência nacional das concessões televisivas e da regionalização da TV. A hipótese norteadora deste estudo é a de que parte significativa das concessões de canais<sup>1</sup> de televisão no Paraná foi diretamente intermediada ou recebeu apoio decisivo de titulares do Palácio Iguazu, sede do poder político-administrativo do estado.

De acordo com essa hipótese, as outorgas das concessões televisivas para empresários da comunicação social ou políticos paranaenses surgiram ou passaram, em grande parte, naquele período, pela influência do poder executivo estadual. Logo, o processo de obtenção das concessões de canais de TV para o Paraná difere-se da maioria dos registrados nos principais estados brasileiros, posto que nestes, quase sempre, prevaleceram as relações diretas entre potenciais concessionários<sup>2</sup> e o Executivo nacional, sem a intermediação de governos estaduais. Analisar e compreender historicamente os motivos da intermediação do Palácio do Iguazu nos processos de concessões de emissoras, além das consequências desta ação no transcurso de estruturação do meio e no seu desenvolvimento em território paranaense, foram as principais preocupações na elaboração desta tese.

O marco cronológico inicial adotado nesta tese se deve ao fato de que, no ano de 1954, ocorreram as primeiras experiências televisivas no estado do Paraná, especialmente em sua capital, Curitiba. O ano de 1985 foi tomado como marco cronológico final, porque nele ocorreu a inauguração da terceira e última emissora pertencente ao primeiro e maior grupo paranaense beneficiado com concessões pelo regime militar (1964-1985), estabelecendo-se

---

<sup>1</sup> No tocante à televisão, canal significa a faixa de frequência de ondas eletromagnéticas reservada para a transmissão da programação de uma determinada emissora, e dentro da qual ela deve manter os seus sinais de som e imagem para evitar interferência com os demais canais adjacentes (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE MÍDIA, 1996, p. 27).

<sup>2</sup> Atente-se para o fato que, do ponto de vista legal preconizado pelo Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), o concessionário possui apenas uma licença – a título precário válido por 15 anos – para explorar os serviços de radiodifusão através do canal de televisão, mas não é proprietário deste, que é um bem público. O empresário é, portanto, somente o concessionário de um canal televisivo. Dono, ele é da televisão enquanto uma empresa privada, com seus prédios, antenas, equipamentos, automóveis etc.

assim o encerramento do ciclo original relacionado aos dois principais problemas que norteiam este estudo: a política de concessões de canais e a regionalização da TV no Paraná.

Foram objetos desta pesquisa somente os canais geradores de empresas privadas que operavam com sinal aberto, em *Very High Frequency* (VHF), e no sistema analógico.<sup>3</sup> O estudo foi desenvolvido com base na compulsão da bibliografia correlata ao tema, na análise dos três principais jornais diários do estado, na interpretação completa da legislação brasileira relativa às telecomunicações e à radiodifusão, que se encontra alicerçada em torno do CBT desde 1962, e na realização de nove entrevistas com agentes diretamente envolvidos nas concessões de canais televisivos do Paraná.

Tendo como pontos de partida as indústrias do cinema e da fotografia, que foram aperfeiçoadas nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, a tecnologia televisiva começou a ser desenvolvida, sobretudo nos anos 1930, principalmente na Inglaterra e Alemanha, países logo seguidos pela França e pelos Estados Unidos da América (EUA). Depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os EUA tomaram a liderança tecnológica que manteriam no setor televisivo até o fim do século XX, inclusive no âmbito da produção de programas. No Brasil, a televisão aberta foi instalada em 1950, com a inauguração da pioneira TV Tupi, de Assis Chateaubriand, em São Paulo. Nos anos seguintes, ela se espalhou como o novo símbolo de modernidade – como tinham sido outrora, o jornal e o rádio – pelas capitais Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre e Brasília, antes de ser implantada definitivamente em Curitiba, em 1960.

Ao longo da segunda metade do século XX, a televisão autodefinida como gratuita – mas, na realidade, financiada em grande parte pela publicidade, aí incluída a oficial – substituiu o rádio na preferência da população brasileira, tornando-se o principal meio de comunicação para o entretenimento e informação da maioria dela. Por operar seus sinais no espectro das ondas eletromagnéticas hertzianas, que estão sob o controle estatal, os canais de televisão sempre necessitaram, em todos os países, de algum tipo de licença das respectivas

---

<sup>3</sup> À televisão de sinal aberto normalmente estão associadas algumas características básicas, como a de veicular uma programação generalista – destinada ao público em geral, de escolaridade mediana – e a de operar por meio de ondas hertzianas ou mediante a combinação destas com satélites artificiais (PORTO, 2002, p. 543). Frequência muito alta (VHF) é a faixa do espectro eletromagnético onde operam os canais de televisão com números de 2 a 13; os com números a partir de 14 operam na *Ultra High Frequency* (UHF). Disponível em: <<http://www.radiobandeirantes.com.br/comercial/dicionario>>. Acesso em: 26 nov. 2009. A TV Paraná Educativa, concessão do governo paranaense, entrou no ar em 1987 (DALPÍCOLO, 2010, p. 173). A primeira emissora de sinal fechado, pelo serviço de *pay-per-view*, começou a operar em Curitiba em 1995, para assinantes da TVA (BRAUNE; RIXA, 2007, p. 307). E as transmissões pelo sistema digital só se tornaram realidade nos canais abertos da televisão paranaense na primeira década do século XXI (DALPÍCOLO, 2010, p. 175-177).

autoridades nacionais. No Brasil, ela é a chamada concessão de emissora de TV, outorgada pelo governo federal.

As regras e códigos legais de controle da radiodifusão variaram de nação para nação, dependendo do sistema político vigente em cada uma delas, nas diferentes épocas do século passado. Em todos os sistemas políticos, porém, os estados nacionais sempre detiveram o poder de controle sobre a regulamentação do sistema de radiodifusão, aí incluídos o rádio, a TV e outros serviços públicos ligados às telecomunicações. Como comenta o historiador francês Jean-Noël Jeanneney: “Não obstante, mesmo nos países de antiga tradição democrática, o Estado renuncia de muito má vontade a controlar diretamente a televisão”.<sup>4</sup>

No país, o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), aprovado em 1962, unificou e organizou, em novos termos, a legislação sobre o setor da radiodifusão que vigorava de maneira pulverizada desde a década de 1930, quando do primeiro governo do presidente Getúlio Vargas. O sistema de concessões para a operação de canais televisivos, que vigorou no Brasil no século XX e segue inalterado, é conhecido como misto por prever a coexistência de emissoras estatais, educativas e privadas, estas últimas exploradas comercialmente.

A política nacional adotada baseia-se no compromisso de responsabilidade social pela iniciativa privada, de acordo com a Constituição Federal. O Estado outorga uma licença – cujo nome técnico é concessão – para que a empresa de comunicação possa operar, a título precário, o canal de televisão. De 1934 até 1987, todas as constituições brasileiras afirmaram a competência monopolista da União – leia-se o poder Executivo federal – para explorar os serviços de radiodifusão, diretamente ou mediante concessão, por prazo fixo e com direito a rescisão pelo poder competente, sem interferência dos poderes Legislativo e Judiciário. A decisão era, portanto, uma prerrogativa exclusiva do Executivo, por meio de decreto do presidente da República (COSTA, 2005, p. 33-36). Deste modo, durante o período delimitado para esta pesquisa, mas também antes e depois dele, as concessões de canais de televisão serviram no Brasil, de maneira preponderante, como moeda de troca para barganhas entre o poder Executivo federal, agentes políticos e os empresários do setor da comunicação.

Pesquisas científicas a respeito da trajetória da televisão, no país, foram raras no século XX, especialmente entre historiadores. Em sua maioria, elas eram realizadas por

---

<sup>4</sup> JEANNENEY, 1996a, p. 227-239. O historiador francês realiza aprofundada análise sobre as questões políticas envolvidas na definição dos diferentes sistemas televisivos e suas regras, em vigor nos Estados Unidos e nos principais países da Europa, durante o século XX.

profissionais das áreas de comunicação e ciências sociais. Só recentemente, a partir do final do século passado, é que começaram a surgir alguns trabalhos na academia, entre dissertações e teses, analisando a questão da mídia em geral – e da televisão em particular – com um mínimo de enfoque historiográfico. Mesmo assim, eles ainda são escassos e não específicos sobre a questão política envolvida diretamente nas concessões de TV, como nesta tese. Segundo o historiador Roberto Moreira (2000, p. 50-52), os livros sobre a história da TV brasileira cabem em uma prateleira, sendo que alguns têm apenas caráter memorialista ou são perfis de personalidades, mas ainda falta ao setor uma obra compreensiva e com dados confiáveis. Para Moreira, a televisão nacional simplesmente não existe enquanto objeto de pesquisa, o que torna urgente o levantamento da “história das telecomunicações brasileiras, tanto do ponto de vista político como tecnológico”.

Nas últimas seis décadas, a televisão firmou-se como uma das mídias de grande impacto social, político e cultural no país. A TV tornou-se a principal fonte de entretenimento, lazer e de informação para a maior parte da população brasileira, notadamente aquela de mais baixo poder aquisitivo, formada por analfabetos ou semianalfabetos. Apesar desta importância, no Paraná não passam de meia dúzia os livros que registram, parcialmente, a trajetória da televisão, sendo que apenas dois deles foram produzidos por historiadores. Porém, quase todos estiveram centrados somente em emissoras curitubanas e nenhum tratou, com profundidade, das relações políticas encetadas para a conquista das concessões dos canais televisivos. A bibliografia internacional sobre o tema, produzida por historiadores, é um pouco menos escassa, no entanto aborda obviamente outros objetos e diferentes contextos político-sociais.

Em consequência desta realidade da literatura específica, o estudo que resultou nesta tese manteve, em alguns momentos, uma estreita interdisciplinaridade com estudos das áreas de comunicação e das ciências sociais, até porque, segundo Asa Briggs e Peter Burke (2006, p. 15), a história da mídia como um todo, e da TV em particular, está estreitamente ligada a três fatores: o desenvolvimento tecnológico, a economia – que normalmente determina o item anterior – e o poder político do Estado. Esta tese privilegia exatamente a análise deste último tópico: o poder político do Estado brasileiro de regulamentar, negociar, conceder, fiscalizar, renovar ou cassar as outorgas para grupos privados explorarem, economicamente, os canais públicos de televisão. Desta forma, são pontuadas e debatidas também as similitudes e distinções havidas, nas negociações entre empresários paranaenses e o Executivo nacional,

nos períodos anterior e posterior à aprovação do CBT e durante o regime militar.

Historiar e interpretar o processo de estruturação e de desenvolvimento do campo televisivo no Paraná, do movimento de afiliação das emissoras paranaenses às redes nacionais, além da formação das três primeiras redes regionais de TVs, são outros objetivos importantes deste estudo. Porém, por questões metodológicas e do limite temporal comum ao doutoramento, esta pesquisa não trata aprofundadamente das programações – incluídos os telejornais e os espaços publicitários – veiculadas pelas diferentes emissoras; tampouco analisa a audiência alcançada, a recepção ocorrida e o tipo de discurso promovido por aquelas estações de televisão.

Esta tese, por contar com tema original e ser resultante de uma pesquisa inédita no país, pretende contribuir para a ampliação do conjunto de estudos historiográficos sobre a televisão brasileira, especificamente no que se refere às relações políticas dos concessionários de canais no Paraná com o poder central concedente, intermediadas pelo Palácio Iguazu.

Estudar as origens, o desenvolvimento e a história da formação deste complexo televisivo, paranaense e brasileiro, é fundamental para se entender como foi gerado o presente e debater o possível futuro dele.<sup>5</sup> Mesmo porque, como orienta Eric Hobsbawm (2001), é papel do historiador lembrar o que os outros pesquisadores já esqueceram. No tocante à televisão no Brasil, pode-se afirmar que o historiador deve colaborar na interpretação daquilo que os demais sequer chegaram a conhecer em profundidade. Foi com base nesta inquietação, que se pesquisou a história política da televisão no Paraná. E também porque se concorda com a argumentação de René Rémond (1996, p. 445-446):

Foi – e continua sendo – uma contribuição das pesquisas das últimas décadas lançar luz sobre o jogo dos interesses, as correspondências entre os pertencimentos sociais e as escolhas políticas, acompanhar a intervenção dos grupos de pressão e mostrar que a decisão política era a resultante de uma multiplicidade de fatores que nem todos eram políticos, podendo ir até a alienação da vontade política e o confisco do Estado.

O recorte espacial para esta pesquisa, especificamente no Paraná, ocorre porque – além da dificuldade metodológica e instrumental deste tipo de estudo ser realizado nacionalmente, durante o período de um curso de doutorado – acredita-se que, a partir da análise regional da TV, será possível apontar características e novas determinações que

---

<sup>5</sup> O conteúdo do CBT, por exemplo, aprovado em 1962, regulamentado no ano seguinte e reformulado pelos militares em 1967, prossegue em grande parte em vigor ainda hoje, mesmo obsoleto depois da redemocratização do país e da aprovação da atual Constituição, em 1988.

enriqueçam as teorias historiográficas brasileiras sobre o tema. E ainda porque se avalia como procedente o argumento de Sérgio Mattos (2002, p. 11): “[...] estudos de caso podem ser de maior utilidade para compreender o crescimento da mídia no Brasil do que muitas abordagens que tentam estudar a evolução da televisão brasileira a partir, e unicamente, de uma perspectiva global”. Mas, certamente, o regional só tem sentido e revela significância quando visto em sua relação com o global, numa inteireza dos diversos pontos de vista e não como simples dicotomias. Para isto, buscam-se respostas e adequações do local/regional ao nacional/global, dentro da necessária compreensão histórica.

Na primeira fase de execução desta pesquisa, foi realizada uma ampla e minuciosa revisão bibliográfica relativa à história da imprensa e da radiodifusão em geral e, em especial, da televisão no Brasil e no Paraná. Houve também uma breve análise da literatura sobre a TV na América Latina, em alguns países europeus, e nos Estados Unidos – de onde vieram as principais influências da legislação, de estruturação material e profissional, de programação e da formação de redes para a televisão brasileira. Sempre centrando a atenção nos textos que fizessem, ao longo do período estudado, possíveis interligações entre o sistema legal de concessões de canais, a política no país e no Paraná, e a regionalização da TV. Posteriormente, esta bibliografia foi utilizada em confrontações de similitudes e divergências com o material coletado durante a pesquisa documental. A par da escassez bibliográfica específica a respeito do tema, neste estudo optou-se pela interdisciplinaridade também pela certeza de que, como orientam Asa Briggs e Peter Burke (2006, p. 9-12), o diálogo aprofundado entre diferentes disciplinas e campos de saber enriquece as interpretações e as narrativas históricas; além de responder positivamente à necessidade de se “trazer a história para o interior dos estudos da mídia, e a mídia para dentro da história”.

Mesmo em relação ao Brasil, ainda é ínfima a publicação de trabalhos que têm a televisão como objeto de análise, do ponto de vista da historiografia política. Ela não vai além de alguns artigos e capítulos de livros, que em geral foram produzidos por sociólogos ou comunicadores e tratam de programações televisivas, dos avanços tecnológicos e dos efeitos do meio sobre o mundo da comunicação social. Como ressalta o historiador Áureo Busetto (2008, p. 11 e 14-15), a bibliografia existente não consegue elaborar uma historicização da mídia:

[...]. Porém, será com esta literatura que o historiador ocupado com a mídia como objeto de sua pesquisa deverá dialogar, e, por vezes, deverá tomá-la

como parte de seu objeto de estudo. [...]. Apesar da consolidação do espaço da mídia na vida social contemporânea no Brasil, sobremaneira da TV – caso sempre citado e por vezes parcialmente trabalhado pela literatura estrangeira –, além do alerta e sugestões oferecidos por Jeanneney em obra muito lida e citada, a historiografia política brasileira apresenta ainda hoje um número pouco expressivo de trabalhos que tenham a mídia como objeto de pesquisa, bem como apresenta um número mais irrisório de estudos que cuidam especificamente do rádio, da TV, do cinema, da indústria fonográfica como objetos de análise, e nada sobre a Internet.

Como parte do enfrentamento a esta realidade, Busetto criou e coordena, desde 2005, o Núcleo de Pesquisas Interdisciplinares de Mídia e Linguagem, sediado no curso de História da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Assis (SP). Entre seus orientados que pesquisaram temas ligados à história da televisão, recentemente, destacam-se dois. Eduardo Amando de Barros Filho (2010) analisou os modelos de TV cultural-educativa e/ou pública no Brasil de 1960 a 1974, com base na trajetória da TV Cultura, de São Paulo. Eduardo de Campos Lima (2010) pesquisou a formação, estruturação e desenvolvimento da Rede Vida de Televisão, a primeira de inspiração católica no Brasil, no período de 1989 a 1995.

Entre os autores que tratam da história da televisão brasileira, em uma perspectiva que possibilita algum diálogo e contraposições com o tema central, o recorte temporal e os objetivos desta pesquisa, destacam-se Eugênio Bucci, Laurindo Lalo Leal Filho, Inimá Simões, Sérgio Mattos e Adauto Novaes. No livro *A TV aos 50*, organizado pelo jornalista Bucci (2000), há artigos que discutem a questão das redes regionais, redes nacionais e respectivas afiliações de emissoras, além do percurso das leis e normas da radiodifusão que vigoraram no século XX. No artigo “Antenas da brasilidade”, o jornalista e diretor da TV PUC-SP, Gabriel Priolli (2000, p. 13-24), comenta que a televisão brasileira nasceu local, cresceu com suas emissoras regionais e se expandiu para as redes nacionais em consequência não só dos avanços tecnológicos, mas também dos interesses políticos do regime militar – os quais se viabilizaram baseados na oferta de financiamentos, na modernização da infraestrutura, e no sistema de concessões de canais dirigido aos aliados do Palácio do Planalto.

Leal Filho tem se especializado, nas últimas décadas, no debate da televisão pública e educativa no país, em comparação com alguns modelos estrangeiros, notadamente o da BBC de Londres. Mas, é em *A TV sob controle: a resposta da sociedade ao poder da televisão* (2006), que este sociólogo e jornalista aprofunda suas análises a respeito da legislação, em

vigor por meio do CBT desde 1962 e que os sucessivos governos federais insistiram em não modernizar porque os concessionários dos serviços de televisão, “que se apresentam como donos das emissoras, constituem um dos mais poderosos lobbies da nação e querem preservar de qualquer modo seu poder absoluto, sem qualquer tipo de controle” (LEAL FILHO, 2006, p. 35). Segundo ele, o setor empresarial televisivo vive, no país, protegido por uma “armadura bloqueadora” que impede discussões mais aprofundadas a seu respeito: “É por isso que pouca gente sabe que as emissoras operam concessões públicas, outorgadas pelo Estado a determinadas empresas, em nome da sociedade [...]”<sup>6</sup>.

O jornalista e psicólogo Inimá Simões percorre em seu livro *A nossa TV brasileira: por um controle social da televisão* (2004) o longo percurso da história televisiva no país, desde o pioneirismo da TV Tupi, em 1950, passando pelo debate e aprovação do CBT, pelo investimento em infraestrutura para a expansão das telecomunicações durante o regime militar, até o final do século XX. “Aos militares, em sua ótica de segurança nacional, convinha estabelecer um sistema de comunicações cobrindo o país inteiro, o que facilitou a expansão da cobertura televisiva”, explica Simões (2004, p. 27), lembrando que este plano foi executado com o respaldo da outorga de dezenas de concessões de TV a grupos de aliados políticos nos estados.

Em seu livro *História da televisão brasileira – uma visão econômica, social e política* (2002), o jornalista e pesquisador de comunicação Sérgio Mattos refaz a trajetória nacional desta mídia, de 1950 até o início do século XXI. Da obra, interessa a esta pesquisa de maneira mais acentuada o capítulo que trata da relação havida entre os objetivos do Conselho Nacional de Segurança, do regime militar, e os dos concessionários de televisão.<sup>7</sup> De forma semelhante à de Simões, Sérgio Mattos (2002, p. 32-35) argumenta que o avanço da infraestrutura operacional para as telecomunicações no país – e o conseqüente aumento no número de concessões de canais de TV –, ocorrido durante o regime militar, atendeu fundamentalmente ao plano de integração e segurança nacionais.

O livro coordenado pelo pesquisador de comunicação Adauto Novaes – *Anos 70 – Televisão* (1980) – apresenta uma série de artigos frutos de estudos a respeito do principal

---

<sup>6</sup> LEAL FILHO, 2006, p. 131.

<sup>7</sup> Mattos (2002, p. 78-79) subdivide o desenvolvimento da TV no país em seis fases, sendo que as três primeiras estão no período recortado para este estudo: 1) fase elitista (1950-1964), quando o televisor era artigo de luxo acessível apenas à elite econômica; 2) fase populista (1964-1975), na qual a TV foi dada como exemplo de modernidade pelo regime militar e se popularizou no país com base em uma programação de baixo nível; 3) fase do desenvolvimento tecnológico (1975-1985), em que as redes nacionais se aperfeiçoaram, produziram com maior profissionalismo visando, inclusive, a exportação de produtos.



veículo de comunicação naquela década, no Brasil. Entre eles, podem ser destacados: “Telejornalismo: a década do jornal da tranquilidade”, escrito por Elisabeth Carvalho; “A televisão e o poder autoritário” e “A televisão e a política de integração nacional”, ambos elaborados por Santuza Naves Ribeiro e Isaura Botelho. As três autoras demonstram, de maneira contundente, como se deu a completa apropriação da televisão pelo governo militar – desde o sistema de concessões de canais, passando pelo apoio financeiro e de infraestrutura tecnológica, até a definição de conteúdos e a censura prévia nas programações – durante os governos dos presidentes Emilio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel. De acordo com a análise delas, uma das principais missões atribuídas pelos militares ao sistema nacional de televisão, Rede Globo à frente, era a de “integrar as populações regionais e periféricas à moderna sociedade de consumo”.<sup>8</sup> E isto só foi possível graças à decisão política de Brasília para o rápido aumento no número de canais televisivos em operação no interior do país, da qual os empresários paranaenses também foram beneficiários.

A efetiva instalação da TV no Paraná coincidiu com o encerramento do avanço das fronteiras agrárias na década de 1960, e com o início mais forte do movimento de urbanização, industrialização e implantação da rede prestadora de serviços nas médias e grandes cidades do estado, nas décadas de 1970 e 1980. Junte-se a isto o significativo fato de que, na mesma época, o país conviveu com o regime militar por 21 anos. Na década de 1960, a primeira e mais movimentada na história do setor televisivo paranaense, cinco emissoras (42% das 12 que são objetos deste estudo) entraram em operação. Este número caiu para quatro estações (33%) na década de 1970; e para três (25%) na primeira metade da década de 1980. Das 12 TVs inauguradas naquele período de 25 anos, quatro (33%) estavam instaladas em Curitiba e duas (17%) em Londrina, enquanto que as outras seis emissoras funcionavam em seis cidades do interior: Apucarana, Ponta Grossa, Maringá, Cascavel, Cornélio Procopio e Foz do Iguaçu.

Dentre os principais autores que tratam de diferentes aspectos ligados à história da televisão no Paraná, certamente o historiador Dennison de Oliveira e o jornalista João Somma Neto são os que alcançam maior profundidade na descrição e análise de questões ligadas, diretamente, à política nacional de concessão de canais de TV e sua consequente correlação com as emissoras e redes regionais paranaenses. O livro de Oliveira, *Estado & Mercado: Telecomunicações no Brasil* (1991) contém uma aprofundada avaliação do modelo brasileiro de radiodifusão, com base em estudo de caso dos aspectos formativos do rádio e da televisão

---

<sup>8</sup> RIBEIRO; BOTELHO, 1980, p. 93-95.

no Paraná, mas correlacionado inclusive com a realidade dos Estados Unidos e de alguns países europeus. Fruto da dissertação de mestrado em Ciências Sociais na Universidade de Campinas (Unicamp), a obra transita pelos aspectos legais da regulamentação do setor, pelas políticas de concessões de canais e legislação correlata, pela implantação do plano de integração e de segurança nacionais do regime militar, respaldado nas telecomunicações, e pelos avanços tecnológicos da radiodifusão registrados na segunda metade do século XX.

O livro *Ações e relações de poder: a construção da reportagem política no telejornalismo paranaense* (2007), de Somma Neto, é o resultado da tese de doutoramento em Comunicação na Universidade de São Paulo (USP). O texto conta a evolução histórica da TV no Paraná, debate a ligação do jornalismo de televisão com ações de poder, analisa as relações de poder e as implicações éticas e políticas no telejornalismo, e estuda a construção da reportagem política nos noticiários locais das TVs de Curitiba. Em alguns capítulos há temas de interesse para esta pesquisa, como os que tratam da relação da mídia com o campo político e da formação de conglomerados empresariais de comunicação no estado. Não há, entretanto, um aprofundamento sobre estes temas.

Entre os demais autores, apenas Maria Luiza Gonçalves Baracho é historiadora; enquanto que José Jamur Júnior foi radialista e, depois, apresentador e diretor de jornalismo em emissoras de televisão em Curitiba, nas décadas de 1960 e 1970; Renato Ladislau Mazânek foi operador de som, locutor, radioator em emissoras de rádio e, nas décadas de 1960 e 1970, ocupou as diretorias comercial e de operações em estações curitibanas de TV; e Sandro Dalpícolo é jornalista, repórter, redator, editor e apresentador da TV Paranaense/Rede Globo, desde 1985.

O livro de Maria Luiza Baracho – *Em preto e branco, o início da televisão em Curitiba* (2006) – trata, quase que exclusivamente, da primeira década (1960-1969) de funcionamento das primeiras emissoras do estado: TV Paranaense e TV Paraná. A historiadora expõe detalhadamente como era a programação original e quais foram os profissionais e artistas de destaque daqueles canais televisivos. Apenas de maneira breve e não aprofundada, o texto cita a existência de relações políticas entre governadores do Paraná, presidentes da República e empresários envolvidos na busca pelas concessões dos primeiros canais de TV para Curitiba.

Jamur Júnior centrou o seu livro – *Pequena História de grandes talentos: os primeiros*

*passos da televisão no Paraná* (2001) – em episódios particulares de alguns personagens que ele considerou importantes para historiar as primeiras três décadas da TV no estado. De maneira resumida, ele retrata a trajetória das cinco emissoras que entraram em funcionamento nos anos de 1960, de seus proprietários, dos recursos tecnológicos disponíveis e das programações originais. O texto só faz citações superficiais às questões políticas envolvidas com a televisão naquele período. Porém, ainda assim, ele indica pistas úteis a este estudo no tocante às negociações que levaram às concessões de canais e à regionalização das emissoras.

A obra de Renato Mazânek – *Ao vivo e sem cores: o nascimento da televisão do Paraná* (2004) – descreve, cronologicamente e com riqueza de detalhes, os primeiros dez anos da pioneira TV Paranaense (1960-1970) e da trajetória profissional de seu primeiro concessionário, Nagibe Chede. O autor apresenta as experiências televisivas iniciais no estado, a partir de 1954, e também as das segunda e terceira emissoras de Curitiba, respectivamente TV Paraná e TV Iguaçu. Baseado em grande parte nas lembranças do próprio autor, o texto descreve as questões de tecnologia, de equipamentos, de recursos humanos, de administração e de programação da TV de Chede; mas refere-se às questões políticas ligadas às concessões e funcionamento das emissoras apenas superficialmente.

O livro de Sandro Dalpícolo – *Uma nova luz na sala: histórias da TV Paranaense* (2010) – relata, jornalisticamente, a trajetória da emissora de televisão pioneira do estado, inaugurada em 29 de outubro de 1960 por Nagibe Chede. A obra, bastante ilustrada, foi escrita sob encomenda patronal para a comemoração dos 50 anos do primeiro canal de Curitiba. Apesar deste detalhe – que inicialmente poderia ser considerado um fator limitante –, este livro é um dos que mais aprofundam a discussão sobre as relações políticas ligadas às concessões de canais de TV para empresários do Paraná. Ele contém, inclusive, documentos inéditos a respeito do tema e que são de grande valia para as análises e interpretações desta tese.

Outras quatro obras – complementares àquele arcabouço teórico anteriormente apresentado, sobre a história geral da televisão brasileira e suas implicações políticas – que auxiliam neste estudo são de autoria do cientista social Ricardo Costa de Oliveira e da historiadora Marionilde Dias Brepohl de Magalhães. Os textos tratam, de maneira específica, da história política do Paraná: desde a formação da classe que ocupou o poder estadual, em cenário obviamente anterior ao advento da televisão, até o contexto social e econômico-

político em que se desenvolveram as relações dos empresários paranaenses com o Executivo nacional, pelas concessões televisivas.

Resultado da tese de doutoramento em Ciências Sociais defendida na Unicamp, o primeiro livro de Ricardo Costa de Oliveira – *O silêncio dos vencedores – Genealogia, classe dominante e Estado no Paraná* (2001) – realiza uma vigorosa descrição e análise das relações entre estruturas de poder e de parentesco no Paraná, nos séculos XIX e XX. A obra contém dados, contextualizações e interpretações detalhadas sobre as origens, a formação, o desenvolvimento e a manutenção – até os tempos atuais – das famílias tradicionais da classe dominante paranaense. Além de analisar como foram as ações, representações e relações políticas dessa classe no comando ou no entorno do poder Executivo do Paraná, exatamente onde se localiza a hipótese principal do presente estudo. De acordo com a tese de Oliveira, o poder paranaense foi fortemente marcado por traços conservadores, adesistas e situacionistas em relação ao poder nacional, independente de qual fosse este, ao longo do tempo.

Já o livro *A construção do Paraná moderno – Políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980*, organizado por Oliveira (2004), conta com textos de dois colaboradores, um historiador e um sociólogo. Os três analisam trajetórias de dirigentes políticos que ocuparam o Executivo paranaense durante um período que se aproxima, em grande parte, do recorte temporal desta pesquisa. Assim, o livro contribui com as análises e interpretações deste estudo porque traça aprofundados perfis político-administrativos de dois governadores que estiveram diretamente envolvidos nas relações políticas de empresários da comunicação com o governo federal: Moysés Lupion (PSD) e Ney Braga (PDC).

Por sua vez, Marionilde de Magalhães realiza, em seu primeiro livro – *Paraná: política e governo* (2001) – minuciosos levantamentos e análises a respeito dos governos, dos políticos, dos projetos de poder, das eleições, dos contextos econômicos e histórico-sociais do Paraná, no extenso período que compreende desde a emancipação da Província, em 1853, até a eleição para governador em 1998, a última do século XX. O segundo livro da historiadora – *O Paraná reinventado: política e governo* (2006) – é uma ampliação dos debates e análises realizados em sua primeira obra. O tema, o objeto, o recorte temporal e os agentes sociais são praticamente os mesmos, mas o novo estudo está centrado em entender as relações entre o Executivo estadual e a sociedade civil paranaense; as relações políticas entre governantes e governados. Neste último tópico, reside o que há de mais importante na obra para esta

pesquisa e suas interpretações. O texto trata ainda, com profundidade, dos governos de Moysés Lupion, Ney Braga, Paulo Pimentel e Jayme Canet Júnior. Estes quatro foram os mais importantes ocupantes do Palácio Iguazu para as análises da hipótese central desta tese.

A bibliografia utilizada foi confrontada, inicialmente entre si mesma e, depois, com as demais fontes pesquisadas. Para a realização da pesquisa documental foram selecionados, entre as fontes impressas disponíveis, os três principais diários – no sentido de maior tiragem e mais significativa abrangência estadual na cobertura jornalística – que circularam, ininterruptamente, durante o período completo do estudo: *Folha de Londrina*, *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná*. A *Folha* tinha sede na cidade de Londrina, no norte do estado, enquanto que os outros dois eram sediados em Curitiba; situações que se mantêm inalteradas atualmente. O jornal londrinense foi pesquisado – no período de 1º de janeiro de 1954 a 31 de dezembro de 1985 – no acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Os dois diários curitibanos foram pesquisados – de 1º de janeiro de 1953 a 31 de dezembro de 1985 – no arquivo da Biblioteca Pública do Paraná, em Curitiba.

O trabalho realizado consistiu, primeiramente, na compulsão dos jornais para a localização de material – manchetes, editoriais, colunas especializadas, reportagens, anúncios e quadros de programações – diretamente relacionado à história das emissoras de televisão do estado. O material coletado nos periódicos – bem como suas páginas de origem para o entendimento do contexto em que fora publicado – foi registrado por meio de fotografias e, posteriormente, analisado dentro dos parâmetros dos objetivos da pesquisa. Um deles era, exatamente, o de compreender e interpretar as interligações daqueles diários com os governos estadual e federal. Isto porque os três jornais-fontes nasceram, antes da chegada da televisão ao Paraná, como primeiro veículo de comunicação de seus proprietários, mas durante o período pesquisado se tornaram partes de conglomerados que detiveram, também, concessões de emissoras de rádio e de TV.

Levando-se em conta esta peculiaridade, convém salientar que aqueles três diários são tomados por esta pesquisa não só como fontes primárias, mas também como objetos secundários do estudo. Fontes porque, enquanto documentos impressos fornecem informações e indícios a respeito do desenvolvimento das emissoras de TV e das relações delas com os agentes políticos responsáveis por suas concessões. Objetos porque, enquanto integrantes de

conglomerados que possuíam também televisões, estavam intimamente ligados àquelas relações de seus proprietários com os poderes paranaense e nacional. Este exercício de interpretação com dupla finalidade serve para ajudar a evitar um problema da historiografia política brasileira, conforme foi detectado pelo pesquisador Busetto (2008, p. 15-16):

[...]. Perspectiva de análise limitada e que tem levado a uma produção por demais segmentada, e, por vezes, conseqüentemente inócua, dado que pautada por objetivos muito compartilhados [...]. Objetivos de pesquisa que podem contribuir para se saber e compreender muito sobre um ponto específico e muito pouco, ou quase nada, sobre as relações da estrutura e dinâmica da imprensa com as da esfera política. Ademais, os autores de trabalhos desta natureza fazem tábula rasa para a dinâmica e os efeitos da concorrência entre as diferentes mídias e a existente no interior do próprio jornal e revista analisados. Ou seja, parecem seguir a noção errônea de que jornais e revistas de grande difusão são produtos homogêneos, desconsiderando que a grande imprensa brasileira adota paulatinamente durante o século XX o modelo imprensa-empresa, sobretudo aos moldes de sua congênera norte-americana a partir da década de 1940. [...]. Até porque o estudo atento das edições permitem observar e compreender as relações sociais aos quais os periódicos estão vinculados, assim como as pressões que por vezes possam estar submetidos.

Esta utilização e análise de material veiculado pela imprensa, a um só tempo como fonte e objeto, que ganharam força nos anos seguintes ao fim da Segunda Guerra Mundial, podem ser caracterizadas como integrantes da chamada história política, (re) surgida como um campo privilegiado de estudos. E que foi impulsionada pela definição de novos objetos, de novas problemáticas e de novas abordagens (RÉMOND, 1999, p. 51-58). Aquela preocupação em descobrir e interpretar as relações dos jornais-fontes com os agentes políticos, bem como as existentes dentro do conglomerado empresarial ao qual pertence cada um dos diários, está prevista em Jeanneney (1996b, p. 224-225), para quem na vida cotidiana de um jornal se reflete a vida política de um país.

Porém, ao fim da primeira fase do estudo, tanto na bibliografia, quanto nos arquivos visitados das emissoras de televisão e do Ministério das Comunicações, bem como nos jornais e em outros órgãos públicos e entidades classistas, restaram algumas questões sem respostas e dúvidas não dirimidas. Jeanneney esclarece que esta dificuldade com as fontes, ao se pesquisar os meios de comunicação, às vezes advém da existência de imensa quantidade de documentos e pouca organização nos arquivos das empresas; situação que se soma à constatação de que os profissionais do setor de comunicação “raramente têm um pensamento

histórico e, na memória dos actores, o que predomina frequentemente é a anedota, mais que a cronologia verdadeira e o sentido dos movimentos de conjunto”.<sup>9</sup>

O fato mais agravante era que, no geral, aquelas perguntas não respondidas estavam ligadas diretamente ao problema central desta tese: as relações políticas entre os empresários de comunicação – na busca pelas concessões de canais de TV – e o governo federal, intermediadas por mandatários do Palácio Iguazu. Relações que só raramente foram registradas, mesmo com pouco aprofundamento, pelos jornais e bibliografia pesquisados. Ricardo Oliveira (2001, p. 350) comenta porque é tão difícil encontrar documentos a respeito desta temática, qual é a consequência desta lacuna, e quando o pesquisador teria um possível caminho para solucionar a grave falta de materialidade:

Quase nunca a classe dominante deixa provas documentais sobre as suas relações perigosas de favorecimento e de privilégio entre os grupos dominantes e o Estado. Muitas vezes o cerne das negociações entre os ocupantes de altos cargos públicos com empresários e membros da classe dominante é um segredo de Estado. Ao contrário, quem procurar provas materiais nos papéis e discursos das políticas públicas, a partir de fontes documentais que apresentem a performance estatal, poderá ter muitas vezes uma visão distorcida da estrutura do Estado frente à classe dominante. [...]. A melhor forma de se conhecer as práticas políticas da classe dominante é quando os grupos ou as frações da classe dominante entram em conflito. São momentos ocasionais, preciosos, quando irrompem as acusações. “Brigam os compadres, e as comadres descobrem as verdades, diz muito acertadamente o *annexim* popular”. [...]. Com o passar dos anos, a história das elites políticas parece um imenso tratado de grandes estadistas. As críticas oposicionistas escritas são raras e o discurso oficial produz uma ideologia apologética do situacionismo. O silêncio é produzido.

Em órgãos federais, como o Ministério das Comunicações, muitos documentos da época militar estão arquivados como sigilosos. Os disponíveis para consulta pública não registraram, por motivos óbvios, o conteúdo das reuniões informais e dos bastidores das negociações ocorridas entre os empresários paranaenses e as autoridades do setor, os sucessivos ministros e, posteriormente, os presidentes da República responsáveis pelas assinaturas dos decretos de outorga dos canais de TV. Nas sedes das emissoras televisivas do Paraná, documentos com teor semelhante também não existem. E mesmo os demais, que registraram alguma parte daquelas relações, ainda que só do ponto de vista administrativo-empresarial, não são franqueados à análise dos historiadores.

---

<sup>9</sup> JEANNENEY, 1996a, p. 6.

Em consequência dessa realidade, optou-se pela realização de entrevistas com concessionários, ex-concessionários, diretores, ex-diretores, sócios e ex-sócios das emissoras de televisão. O objetivo mais importante da tomada destes depoimentos seria identificar – para posterior interpretação – como transcorreram as negociações entre os empresários e o governo federal, nos períodos anteriores à outorga da concessão de cada um dos canais televisivos. Foram mantidos contatos, por telefone e e-mail, com representantes de onze emissoras daquele período estudado. A eles foram explicados os objetivos do estudo e a importância de seus depoimentos. Não só com a intenção de um possível preenchimento daqueles “apagamentos e lacunas” documentais, mas também como uma possibilidade de produção e análise de “vozes alternativas” que pudessem apresentar “outras versões e outras visões” sobre os fatos estabelecidos, com garantia histórica, conforme preconizam Meihy e Ribeiro (2011, p. 30-31).

Justificadas pelos objetivos, circunstâncias e necessidades desta pesquisa, foram produzidas oito entrevistas dirigidas: seis delas presenciais, com som gravado em fita cassete, uma por correspondência escrita, e uma por telefone. Elas aconteceram nos locais, datas, formas e horários escolhidos pelos entrevistados. Há uma nona entrevista que, apesar de não ter sido realizada pelo pesquisador, terá seu conteúdo utilizado no texto desta tese porque se reveste de importância ímpar. O entrevistado foi Nagibe Chede, concessionário original da pioneira TV Paranaense. Chede morreu em 2002, e a entrevista que deixou gravada havia sido concedida ao jornalista curitibano Aramis Millarch, em 1985. Os nove depoimentos englobaram concessionários ou representantes de onze emissoras; a única exceção foi a TV Curitiba, cujos concessionários originais João Milanez e João Saad morreram sem deixar entrevistas gravadas sobre a temática proposta.

De maneira geral, apesar de haver algumas respostas contraditórias e às vezes em sentidos divergentes, as entrevistas resultaram em conteúdos bastante parecidos, em consequência de que elas seguiram – com exceção à de Chede – um roteiro de questões abertas preparadas pelo pesquisador. O material produzido por meio dos depoimentos foi comparado e confrontado com o coletado nos jornais e o disponível na bibliografia e na legislação do setor, para a realização das interpretações. Em um setor tão complexo da história, acontecida em um longo período e envolvendo grande número de agentes, nem todos os entrevistados demonstraram conhecer ou lembrar com precisão os detalhes de alguns acontecimentos, o que é normal em se tratando de memórias. Por isso, alguns dados de



entrevistas, quando confrontados com outras fontes e percebidos incompletos ou desprovidos de verossimilhança, tiveram o seu uso descartado pelo autor.

Esta tese está pautada nas teorias metodológicas desenvolvidas por Asa Briggs, Peter Burke, Jean-Noël Jeanneney e Pierre Bourdieu, para a realização de pesquisas históricas sobre a mídia, em geral, e a televisão, em particular. Jeanneney (1996a, p. 12) orienta que os pesquisadores dos meios de comunicação necessitam buscar a verdade da influência dos poderes públicos e dos diversos grupos de pressão sobre a mídia. Segundo ele, uma das grandes dificuldades é conseguir fugir do particular e captar a totalidade de um conjunto estudado. O que leva ao insubstituível cuidado nas análises das relações de poder, conflitantes ou convergentes, entre os meios de comunicação e o Estado, entre os meios de comunicação e a nação como um todo, além de não se dever considerar as instituições de comunicação apenas em si mesmas.

Questão igualmente relevante para Jeanneney (1996a, p. 221-222) é a relativa ao financiamento da televisão na segunda metade do século XX: verbas públicas ou recursos comerciais? O que leva, segundo análise do historiador francês, à problemática do duplo setor: “Por um lado o sistema comercial do “tudo para o lucro” [...]; e por outro lado, o esquema do monopólio público [...], em vias de desaparecer um pouco por todo o lado nos países democráticos; e por fim, a meio caminho, a coexistência dos dois sectores [...]”<sup>10</sup> A organização do sistema televisivo norte-americano, que serviu em grande parte de paradigma à televisão-empresa brasileira, optou desde cedo pelo financiamento comercial por meio de anunciantes da iniciativa privada. Enquanto que na maioria dos países da Europa prevaleceu, nas primeiras décadas de funcionamento da TV, o monopólio estatal com financiamento público das emissoras. Realidade que começou a ser alterada, nos anos 1970 e 1980, com a abertura do sistema televisivo para a operação de emissoras privadas comerciais (JEANNENEY, 1996a, p. 242-261).

Já o sociólogo francês Pierre Bourdieu, autor do livro *Sobre a televisão* (1997), tem influenciado com seus conceitos, teorias e metodologias pesquisadores que trabalham com estudos da mídia e da TV. Segundo ele, a televisão, por atingir um grande público e ser, mesmo, fonte única de informação para muita gente, é um veículo que tem bastante força, podendo mobilizar ou desmobilizar parcelas da população em torno de causas específicas. Para Bourdieu, a TV é um meio de massa por excelência e sofre constante pressão econômica

---

<sup>10</sup> JEANNENEY, 1996a, p. 242.

de anunciantes privados e do Estado, que lhe dá subvenções; o que gera censuras de diferentes tipos que “fazem da televisão um formidável instrumento de manutenção da ordem simbólica”. De acordo com o pesquisador francês, ainda assim a imprensa televisiva comercial tem autonomia e exerce influência no campo político, ao qual de certa maneira ela pertence.<sup>11</sup>

Embasado nas considerações anteriormente expostas, o texto desta tese está estruturado em quatro capítulos. No primeiro, é remontado historicamente o quadro comunicacional – imprensa, rádio e televisão – de Curitiba e das principais cidades do Paraná, durante a segunda metade do Século XX. Os objetivos mais importantes são traçar e analisar o contexto social e político em que a TV surgiu e se desenvolveu; dando condições para se conhecer e interpretar as relações dos empresários da comunicação – donos de jornais, revistas e rádios – com a televisão, com o governo estadual e com o Executivo nacional. Além disso, há uma reflexão a respeito do espaço disponibilizado pelos diários *Gazeta do Povo*, *O Estado do Paraná* e *Folha de Londrina* para a divulgação de assuntos ligados às emissoras paranaenses de TV, no período entre 1954 e 1985.

No segundo capítulo, é mapeado, descrito e interpretado o processo de concessão, implantação e os primeiros desenvolvimentos de cada uma das 12 emissoras de televisão, que entraram em funcionamento no estado de 1960 a 1985. Desde a TV Paranaense, concedida pelo presidente Juscelino Kubitschek e inaugurada em Curitiba em outubro de 1960, até a TV Napi, última concessão sob a égide do regime militar e inaugurada em Foz do Iguaçu, em setembro de 1985. São destacados os avanços tecnológicos do setor das telecomunicações – do videoteipe, passando pelas redes de micro-ondas, até os satélites artificiais –, que colaboraram com a política de integração e segurança nacional do regime militar; a programação das emissoras, centradas em telenovelas, filmes importados, futebol e shows de auditórios; e o papel da censura oficial na definição dos conteúdos divulgados pelas TVs, nas décadas de 1960 e 1970. Servem como bases para a reflexão algumas das principais características das 12 emissoras de TV do Paraná: quase todas as concessões foram conseguidas por empresários que já eram donos de jornais e/ou de rádios; quase todas as estações tiveram mudança de concessionários entre 1960 e 1985; e a maioria das TVs pertenceu aos também proprietários dos três jornais utilizados como fontes nesta pesquisa.

---

<sup>11</sup> BOURDIEU, 1997, p. 20-23 e 106-115.

No terceiro capítulo, são apresentadas e analisadas historicamente as principais relações entre empresários paranaenses e o governo federal, e que resultaram em concessões de canais de televisão. Tanto das negociações que tiveram a decisiva intermediação do Palácio Iguaçu, quanto das que ocorreram apenas com o respaldo do governo estadual ou sem ele. Estas relações políticas são alvo de reflexão, tendo como base o contexto histórico e a realidade legal do sistema de concessões de cada época em que elas ocorreram. Acontecimentos de ordem econômico-político-social e suas interpretações auxiliam no entendimento das relações mais importantes entre os concessionários de TV e o governo federal. Atenção especial é dada às mudanças de características das negociações realizadas na primeira fase do período estudado – de 1954 a 1963, ainda com governos federais civis – e as transcorridas ao longo do regime militar, de 1964 a 1985. Os dados e informações sobre os assuntos abordados neste capítulo foram consultados, principalmente, no material coletado nos jornais *Gazeta*, *OEPR* e *Folha*, em livros de autores que pesquisaram a história da TV paranaense, e nas nove entrevistas realizadas com proprietários, ex-proprietários, ex-sócios e ex-diretores das emissoras estudadas.

No último capítulo, é exposto e interpretado o processo de agrupamento da maioria das 12 emissoras de TV em funcionamento no Paraná, por seus concessionários, em diferentes conglomerados de comunicação, ocorrido durante as décadas de 1970 e 1980. Em consequência deste fenômeno, em 1985 existiam três redes regionais de televisão no estado: a do Grupo Paulo Pimentel, com três canais; a Rede Paranaense de Televisão, com outras três emissoras; e a Rede Organizações Martinez, com duas TVs. As demais quatro emissoras seguiam operando separadamente. Os movimentos de formação das redes de TV no Paraná são analisados, dentro de uma perspectiva comparativa, em relação aos ocorridos em outros estados, como São Paulo e Santa Catarina. Além disso, são temas de reflexão as afiliações de emissoras e redes paranaenses a redes nacionais de televisão. Um tópico especial historiciza a crise política ocorrida na TV Coroados de Londrina, em meados da década de 1970, e que envolveu diretamente – com sucessivas mudanças de concessionários sob ameaças originadas em Brasília – as três redes regionais de emissoras. O episódio – provocado por desavenças políticas entre os ex-governadores Paulo Pimentel e Ney Braga, este na época ministro do presidente Ernesto Geisel – foi o mais emblemático da história da televisão no Paraná.

## CAPÍTULO I – O QUADRO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

### 1.1 Inverno de 1954: o sonho da televisão estreou em Curitiba

Poderia ter sido apenas mais uma noite fria em Curitiba, como outra qualquer do inverno de 1954. Porém, o fato ocorrido naquele sábado, 17 de julho, entrou para a história da radiodifusão paranaense como um dos mais importantes: a realização da primeira transmissão experimental de televisão no Paraná. Na realidade, um *show* de apresentação do novo meio de comunicação. Coincidentemente, a população havia acabado de comemorar o centenário do nascimento da imprensa no estado, marcado pela primeira edição do jornal *O Dezenove de Dezembro*, em 1º de abril de 1854.

Para a demonstração de como funcionava a TV – da qual a maioria dos curitibanos só tinha notícias pelos jornais, revistas e rádio – foi instalado um estúdio-auditório na sede do Centro Cultural Brasil-Estados Unidos, em um edifício na área central da capital paranaense. Os equipamentos, além de parte dos artistas e dos cantores, foram trazidos de São Paulo, emprestados pela TV Tupi de Assis Chateaubriand.<sup>12</sup> A exibição ocorreu em circuito fechado, com imagens em preto e branco (BARACHO, 2006, p. 17).

Daquele estúdio, improvisado e montado no 7º andar, as imagens e sons eram transmitidos, ao vivo, para televisores que funcionavam na vitrine da Loja Tarobá, no térreo do mesmo edifício. O jovem radialista curitibano João Lydio Seiler Bettega foi o mestre de cerimônia daquele espetáculo promocional. Foram de Bettega, portanto, o primeiro rosto e a primeira voz veiculados pela televisão no Paraná. Houve, ainda, a apresentação de artistas paranaenses. Outros receptores, embora não se tivesse o registro exato do número de aparelhos, foram instalados na Praça Ozório, em frente ao edifício onde se encontrava o

---

<sup>12</sup> A pioneira TV Tupi de São Paulo, primeira da América do Sul, havia sido inaugurada em 18 de setembro de 1950. Naquele ano, operavam no Brasil cerca de 240 emissoras de rádio, concentradas principalmente nas capitais estaduais; algumas, como a Nacional do Rio de Janeiro, contavam com audiência em todo o país (RODRIGUES, 1996, p. 36). As primeiras experiências com televisão tinham sido realizadas no Brasil em 1933 e em 1939, conforme BRAUNE; RIXA (2007) e Busetto (2007). Na América Latina, a emissora pioneira foi o Canal 4 XHDF-TV, inaugurada na Cidade do México em 31 de agosto de 1950 (ELENES, 2000, p. 150).

estúdio. Além disto, emissoras de rádio transmitiram, simultaneamente, os sons da primeira apresentação de TV em Curitiba.<sup>13</sup>

Uma pequena multidão formou-se na Praça Osório para assistir àquele *show* de televisão, conforme registrou a *Revista da Guaíra*, em sua edição de outubro de 1954 (DALPÍCOLO, 2010, p. 21). Eram jovens, casais e famílias inteiras que – indo ou voltando das sessões noturnas de cinema – paravam, por curiosidade, para apreciar a novidade comunicacional. Essa apresentação não aconteceu por acaso. Ela foi promovida pela empresa Rádio e Televisão Paraná S. A., fundada no início daquele ano por empresários paranaenses com apoio de um grupo paulista. Entre os paranaenses, destacavam-se Raul Vaz, Gastão Chaves, Alexandre Gutierrez e Nagibe Chede. Os paulistas eram liderados por Mário Alderighi e Jorge Ado, representantes do grupo Diários e Emissoras Associados, de propriedade de Assis Chateaubriand.

Antes do pioneiro *show* de 17 de julho, outro acontecimento importante para a TV no estado havia ocorrido em 8 de janeiro do mesmo 1954<sup>14</sup>, quando, em assembleia geral de sócio-cotistas, foram aprovados o Manifesto e os Estatutos da Rádio Televisão Paraná. A nova sociedade anônima nasceu presidida pelo incorporador e fundador Raul Vaz, renomado advogado de Curitiba. Para a preparação daquela assembleia em 8 de janeiro de 1954, possivelmente algumas reuniões de articulação entre os integrantes do movimento – que se autointitulava “Pró-Televisão no Paraná” – tenham sido realizadas durante o segundo semestre de 1953. Contudo, nenhuma notícia a respeito da organização do grupo fora publicada pela imprensa naquele período, assim como não há qualquer registro bibliográfico sobre esta fase inicial do “Pró-Televisão”.

Um extenso documento, espécie de ata-relatório daquela assembleia – talvez por questões legais e, certamente, também para efeito de publicidade do novo empreendimento – foi publicado como anúncio de página inteira três dias consecutivos na *Gazeta do Povo*, e em

---

<sup>13</sup> A capital paranaense possuía, em 1954, cerca de 250 mil habitantes, segundo o IBGE, e contava com nove salas de cinema, sete emissoras de rádio e cinco jornais diários, de acordo com dados encontrados pelo pesquisador na *Gazeta do Povo* e em *O Estado do Paraná*. No Brasil, naquele ano estavam em funcionamento perto de 54 mil aparelhos receptores de televisão, número que subiria para cerca de 26 milhões em 1985 (MATTOS, 2002, p. 83).

<sup>14</sup> Naquele ano, o Ibope realizou a primeira pesquisa de audiência de TV, em São Paulo. A televisão estava em operação em 16 países, em 1954; sendo que na América do Sul apenas na Argentina e no Brasil, onde funcionavam só três canais (BRAUNE; RIXA, 2007, p. 25).

uma edição de *O Estado do Paraná*.<sup>15</sup> Sob o título “Rádio Televisão Paraná S. A.”, o primeiro documento expressava:

MANIFESTO. Não há como negar o fascínio que a Televisão está exercendo sobre os povos! Ela de há muito passou do terreno da experiência, dos primeiros estudos de Philo Fernsworth e Vladimir Zworykin, para o da realidade. Nos grandes centros onde a Televisão está em pleno funcionamento, são instaladas cada vez mais, novas e potentes estações televisoras, observando-se uma verdadeira revolução, nos meios econômicos, ocasionando verdadeira corrida de capitais a fim de tomar posição nesse novo e atraente ramo de negócio, sem duvida de grandes possibilidades e de lucros incalculáveis! [...]. Este é, em síntese, o programa fabuloso da Televisão nos Estados Unidos da América do Norte! O Brasil, que sempre esteve na vanguarda dos grandes acontecimentos, de tudo o que diz respeito ao progresso e à civilização, já tem as suas estações de Televisão! [...]. A RÁDIO TELEVISÃO PARANÁ S. A. surge pois como pioneira em nosso Estado, dando os primeiros passos da Televisão entre nós, querendo realizá-la com o nosso esforço e capacidade do trabalho, numa demonstração absoluta de auto suficiência. Para a Televisão do Paraná, contaremos com a colaboração de todos os paranaenses de boa vontade que vibram com o progresso desta terra abençoada. [...].<sup>16</sup>

Em meio a referências elogiosas ao modelo de funcionamento da televisão nos Estados Unidos da América (EUA), o qual embasava o processo de implantação do meio no Brasil e, conseqüentemente, serviria também ao do Paraná, o manifesto explicava como seria a organização empresarial da pretendida emissora. E ainda tratava do esquema de compra das ações – parcelada em até dez vezes – da nova sociedade, cujo capital inicial previsto era de 25 milhões de cruzeiros. De igual maneira, informava que a subscrição das ações pelos interessados poderia ser feita, num prazo de seis meses, na rede bancária de todo o território nacional.

Por sua vez, o *Projeto dos Estatutos*, composto por 9 capítulos e 39 artigos, dispunha, entre outras questões legais, da estrutura social da Rádio Televisão Paraná S. A., com acionistas exclusivamente brasileiros. Tratava, ainda, do funcionamento da assembleia geral, assim como, da estrutura, composição, funções e remunerações dos membros da diretoria, do conselho fiscal e do conselho consultivo. A diretoria era composta por cinco membros, eleitos

<sup>15</sup> **Rádio Televisão Paraná S.A.** *Gazeta do Povo*, Curitiba, 15 jan. 1954, p. 7; 16 jan. 1954, p.7; e 17 jan. 1954, p. 13. **Rádio Televisão Paraná S.A.** *O Estado do Paraná*, Curitiba, 15 jan. 1955, p. 6.

<sup>16</sup> **Rádio Televisão Paraná S.A.** *Ibid.*, 15 jan. 1954, p. 6. Ao longo desta tese, as partes de textos utilizadas em citações destacadas ou entre aspas, além de nomes de jornais, colunas, cidades etc. são cópias fiéis das originais publicações de jornais, livros e revistas utilizados como fontes; o que significa dizer que elas não tiveram uma possível atualização ortográfica e/ou gramatical. As citações baseadas em entrevistas orais, por sua vez, foram corrigidas e atualizadas pelas regras da língua portuguesa, quando isto se fez necessário, mas sem mudar seus conteúdos e sentido originais.

em assembleia geral pelos acionistas: presidente, superintendente, tesoureiro, diretor comercial e diretor técnico. O primeiro mandato seria de cinco anos e poderia haver sucessivas reeleições.

Diferentemente do que já ocorria em São Paulo e no Rio de Janeiro, desde o início da década de 1950, em termos de funcionamento das primeiras emissoras de televisão do país, os documentos de lançamento da TV Paraná não se preocupavam em debater nem sequer citavam o possível papel educativo e cultural da programação do novo meio de comunicação eletrônica.<sup>17</sup> Neste sentido, a televisão era considerada, exclusivamente, como um novo negócio, como mais um ramo de atividade empresarial e comercial.

Todo o empreendimento da TV Paraná S. A. estava, oficialmente, sob a responsabilidade exclusiva do fundador e incorporador Raul Vaz, que assinava sozinho o Manifesto e os Estatutos. Em nenhuma parte dos documentos foram citados Assis Chateaubriand e os Diários e Emissoras Associados que atuavam nos bastidores da organização e que, mais tarde, seriam os proprietários daquela emissora de televisão.

A grande novidade tecnológica apontada pela imprensa de Curitiba em 1953 – um ano de festividades pelo Centenário de Emancipação Política<sup>18</sup> do Paraná –, em matérias jornalísticas e anúncios, havia sido a chegada às lojas do primeiro aparelho receptor de rádio adaptado para automóveis, da marca norte-americana Philco. Segundo notícias veiculadas pelos jornais da época, o aparelho alcançara um sucesso absoluto de vendas. A elite curitibana, contudo, não se conformava em seguir a reboque dos acontecimentos culturais e tecnológicos registrados na capital federal e na capital paulista. De acordo com Maria Luiza Baracho (2006, p. 16-17), naquele período o Paraná passava por uma fase econômica favorável graças à lavoura cafeeira e, “assim como os edifícios que ponteavam” no centro de Curitiba, “a televisão também serviria de referencial de modernidade para a elite local”.

No primeiro semestre de 1954, período em que os líderes do “Pró-Televisão” intensificaram as negociações com o grupo de Chateaubriand, a *Folha de Londrina* foi o jornal que mais publicou matérias relacionadas àquele movimento. A primeira reportagem a ser veiculada foi elaborada pela sucursal de Curitiba, cujo título era: “Depende de vocês a

<sup>17</sup> Registro e aprofundada análise desta questão, em São Paulo, se encontram em BARROS FILHO (2010).

<sup>18</sup> O termo “política” será utilizado, neste texto, no sentido que lhe deu Maquiavel – em *O Príncipe* – e alguns autores modernos: um conjunto de processos, métodos, expedientes e ardis que visam a conseguir, conservar e exercer o poder, gerando determinadas ações do Estado no tratamento dos problemas da nação.

televisão do Paraná”.<sup>19</sup> A frase estava grafada entre aspas porque assim a pronunciara o engenheiro chefe das Emissoras Associadas e diretor da TV Tupi de São Paulo, Mário Alderigbi, quando de sua visita à capital paranaense para reunir-se com diretores da futura TV Paraná. A entrevista do engenheiro havia sido concedida à Rádio Emissora Paranaense, de Nagibe Chede, e fora transcrita em parte pela *Folha*.

Em um anúncio da Rádio Televisão Paraná, Raul Vaz agradecia aos primeiros acionistas da televisão, que em sua opinião estavam “incentivando um grande empreendimento educacional e cultural, e concorrendo dessa forma para o engrandecimento do Paraná”.<sup>20</sup> O texto também informava que a sociedade, para a viabilização da TV no estado, organizara-se e procurava novos sócios investidores. No rodapé do anúncio, o *slogan* que seria repetido à exaustão nos anos posteriores: “A televisão depende de você... Seja também um acionista da Rádio Televisão Paraná S. A.”. Como pode ser notado, havia uma contradição entre os textos dos documentos oficiais da TV Paraná e o teor dos anúncios e das entrevistas de Vaz, em relação ao possível caráter educativo-cultural da futura emissora televisiva.

Aquele anúncio estampava uma lista com os nomes e profissões dos 120 primeiros acionistas da empresa, em formação. Em sua maioria, eram empresários, comerciantes, industriais, advogados, banqueiros, militares e políticos; mas havia, inclusive, funcionários públicos, donas de casa e estudantes. Situação bastante original e distinta da história de formação das outras emissoras de TV no país à época, quando o comum era que elas pertencessem exclusivamente a grandes empresários do setor da comunicação.

Outras propagandas, com conteúdos similares, foram veiculadas na *Folha* em maio e junho de 1954. Em uma delas, a TV Paraná informou, inteiramente escrito em letras maiúsculas, que “JÁ ULTRAPASSA A CASA DOS 500, O NÚMERO DE ACIONISTAS DESSA NOTÁVEL EMPREITADA, VEÍCULO EXTRAORDINÁRIO DE PROGRESSO QUE FALTAVA AO ESTADO DO PARANÁ!”.<sup>21</sup> Como podia ser constatado pelos números anunciados, a procura da TV Paraná por novos sócios estaria obtendo êxito. Em aproximadamente 15 dias, o quadro de acionistas passou de 120 para mais de 500. Todavia, aquele discurso propagandístico não seria comprovado na prática, nos meses e anos seguintes.

<sup>19</sup> **Depende de vocês a televisão do Paraná.** *Folha de Londrina*, Londrina, 16 maio 1954, p. 5.

<sup>20</sup> *Ibid.*, 16 maio 1954, p. 5.

<sup>21</sup> **A televisão depende de você.** *Ibid.*, 30 maio 1954, p. 7.



Posteriormente, o jornal londrinense veiculou outro material sobre TV, produzido pela sucursal de Curitiba. A entrevista com o incorporador da Rádio Televisão Paraná S.A. tinha este título: “Dão maiores dividendos que os da industria pesada, os titulos das estações de televisão”. O texto introdutório, redigido por jornalista não identificado, anunciava em tom ufanista uma situação que ainda estava muito distante de se concretizar no Brasil:

[...]. É, sem dúvida, a televisão, um milagre de técnica que consagra o gênio do homem. [...]. Foi com a visão prática dos enormes lucros que advêm da aplicação de capitais nesse gênero de negócio, que um grupo de capitalistas, tendo à frente o sr. Raul Vaz, presidente do Tribunal de Contas do Paraná, tomou a iniciativa de fundar uma estação televisora, com séde em Curitiba. [...] janela milagrosa plantada numa caixa de madeira, que hoje é fonte de inesgotáveis lucros comerciais. [...]. Nesse particular, a televisão, ou TV – como é conhecida no mundo moderno – tem seu lugar assegurado. Chegou, viu e venceu; tomou conta do homem do século XX, de tal maneira se entrosou em seus hábitos e costumes. [...]. No Brasil, possuímos 3 estações televisoras, alem de outras que estão sendo montadas ou em vias de organização. [...].<sup>22</sup>

Naquela entrevista, Raul Vaz reafirmava, como estava previsto no Manifesto e nos Estatutos, que o capital acionário da futura TV Paraná seria de 25 milhões de cruzeiros, bem acima, portanto, dos Cr\$ 15 milhões exigidos pelo governo federal como necessários para a instalação de uma emissora de televisão em Curitiba. Assim, Vaz deixava antever que estava otimista às vésperas da primeira apresentação de TV em Curitiba, o que ocorreria dali a uma semana, na noite de 17 de julho de 1954.

O líder do “Pró-Televisão no Paraná” desempenhava, naquela ocasião, as funções de primeiro presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), alto cargo na hierarquia do poder público paranaense. Foi, no mínimo, estranho que Vaz, investido desta importante função estadual – e, possivelmente, atuando em nome ou com licença do governador Bento Munhoz da Rocha Neto (PR) – coordenasse o movimento que investia em um modelo de televisão exclusivamente comercial e com fins lucrativos. Claramente na contramão do que ocorria em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde órgãos da imprensa e empresários da comunicação – como Assis Chateaubriand e Paulo Machado de Carvalho, para citar apenas dois exemplos – propunham emissoras de TV que, apesar de pertencerem à iniciativa privada, produzissem e

---

<sup>22</sup> **Dão maiores dividendos que os da industria pesada, os titulos das estações de televisão.** *Folha de Londrina*, Londrina, 11 jul. 1954, p. 6.

apresentassem programações com caráter educativo e cultural (BARROS FILHO, 2010, p. 68-89).

Dias depois dessa experiência em Curitiba, duas semelhantes apresentações da TV Paraná foram realizadas em Ponta Grossa, na época, a principal cidade do interior do estado, e na sua vizinha Palmeira, terra natal do advogado e já empresário de comunicação Nagibe Chede. A quarta demonstração pública de televisão aconteceu em Londrina, mas somente em janeiro de 1955. As primeiras demonstrações televisivas tiveram pequena visibilidade nos jornais consultados para esta pesquisa.

A *Gazeta do Povo* não noticiou uma linha sequer sobre o acontecimento propriamente dito. Quase um mês depois do *show* em Curitiba, aquele diário publicou um texto cujo título era: “Pioneira dos anúncios de televisão em Curitiba”.<sup>23</sup> Não se tratava de um texto noticioso, mas de uma propaganda da empresa Propaex, que se autointitulava a primeira em anúncios para este novo meio de comunicação. O texto versava sobre a propaganda que a empresa fizera quando da recente exibição de televisão, promovida pela Rádio Televisão Paraná, em Curitiba.

De igual forma, *O Estado do Paraná* não registrou, em suas edições de julho de 1954, a estreia da televisão em Curitiba. Somente em agosto, na coluna diária *Sintonizando* – à época especializada em assuntos do rádio – uma nota pouco explicativa comentava a respeito da “demonstração pública da Televisão Paraná na cidade de Ponta Grossa”.<sup>24</sup>

Na *Folha de Londrina*, também nada foi publicado, especificamente, sobre a primeira apresentação de TV na capital do estado, nos dias anteriores e imediatamente posteriores à sua realização. Apenas no mês seguinte, o periódico londrinense informaria, em uma pequena nota sem título, na coluna diária *No Mundo do Rádio*, que após a demonstração pública de Curitiba e de igual espetáculo em Ponta Grossa, “possivelmente, essas demonstrações” se estenderiam a outras cidades do interior.<sup>25</sup>

A *Folha* só voltaria ao assunto mais de cinco meses depois. “Demonstração de TV em Londrina” era o título da nota de abertura da coluna *No Mundo do Rádio*. O texto anunciava a realização da primeira experiência de TV no norte do Paraná:

<sup>23</sup> **Pioneira dos anúncios de televisão em Curitiba.** *Gazeta do Povo*, Curitiba, 10 ago. 1954, p. 3.

<sup>24</sup> *O Estado do Paraná*, Curitiba, 04 ago. 1954. *Sintonizando*, Caderno 2, p. 12.

<sup>25</sup> *Folha de Londrina*, Londrina, 06 ago. 1954. *No Mundo do Rádio*, p. 3.

Promovida pela Rádio Televisão Paraná S. A., de Curitiba, será realizada, sábado vindouro em Londrina, uma demonstração pública de televisão, devendo ser instalados aparelhos receptores em vários locais, a fim de que a população local possa presenciar a essa realização da futura emissora de TV do Paraná. Segundo informações colhidas por nossa reportagem, está sendo preparado vasto programa artístico para essa demonstração, em que tomarão parte inúmeros artistas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Assim, é que desfilarão ante a câmera da TV-Paraná, entre outros, Russo do Pandeiro, do Rio, a graciosa e irrequieta Wilma Bentivegna, Lolita Rodrigues, o violinista Tobias Troise e o pianista Hamilton Santos (da PRG-9). A animação do “*show*” estará a cargo do locutor Antonio dos Santos, da Rádio Televisão Paulista (Canal 5). Responderá pela parte técnica o sr. Jorge Ado, enquanto que a supervisão geral estará com Ferdinando Aguiar, da “Rádio Televisão Paraná, S. A.”. O local desse espetáculo, anunciaremos posteriormente.<sup>26</sup>

Na edição do dia seguinte, no sábado dedicado à demonstração da TV Paraná, aquela coluna deu mais uma nota confirmando o “*show*”, que seria apresentado em Londrina. Entretanto, sem divulgar o local, horário, nem demais detalhes importantes da notícia. Nos dias e semanas que se seguiram à experiência, a *Folha* nada informou sobre o seu resultado.

No entanto, após as quatro apresentações iniciais de televisão no estado – em Curitiba, Ponta Grossa, Palmeira e Londrina – a relação entre os empresários curitibanos envolvidos com a criação da TV Paraná e o dono dos Diários e Emissoras Associados não prosperou. As emissoras TV Tupi, do grupo Assis Chateaubriand, já funcionavam em São Paulo, desde 18 de setembro de 1950 e, no Rio de Janeiro, desde 20 de janeiro de 1951. Paralelamente ao período das primeiras experiências paranaenses, Chateaubriand concentrava sua atenção e seus investimentos na montagem das estações TV Itacolomi, em Belo Horizonte, e TV Piratini, em Porto Alegre, que entrariam no ar, respectivamente, em novembro de 1955 e dezembro de 1959.

Como consequência desse desencontro de interesses empresariais – causado em parte, também, pela frustração do otimismo na venda de ações da TV Paraná S.A. –, o sonho do funcionamento definitivo da televisão em Curitiba seria adiado. Foram necessários mais seis anos para a concretização daquele projeto. A mudança no cronograma original provocou uma crise no relacionamento entre o grupo curitibano e os interlocutores que negociavam em nome dos Diários e Emissoras Associados; e, posteriormente, a separação entre os principais líderes do movimento “Pró-Televisão”, os advogados e amigos Raul Vaz e Nagibe Chede. Segundo o ponto de vista por eles defendido e divulgado, a provável chegada da televisão, além de

---

<sup>26</sup> **Demonstração de TV em Londrina.** *Folha de Londrina*, 21 jan. 1955. *No Mundo do Rádio*, p. 3.

completar o quadro da comunicação social paranaense, representaria mais “progresso e modernidade” para Curitiba e todo o estado. A imprensa e a radiodifusão do Paraná bem que estavam necessitando de um profundo sopro de renovação.

## 1.2 Jornais e rádios: empresas familiares dependentes de verbas públicas

Quando ocorreram aquelas experiências inaugurais de televisão, em 1954, o quadro da imprensa no Paraná ainda se encontrava, de modo geral, em um estágio relativamente pouco desenvolvido, do ponto de vista de equipamentos gráficos e da quantidade de leitores, com exceção de Curitiba. De acordo com Martins (2001, p. 321), naquele ano o Brasil contava com 261 jornais diários, dos quais somente 14 eram publicados no Paraná.<sup>27</sup> A capital era a única cidade do estado onde se imprimiam, diariamente, mais de dois títulos. Os diários curitibanos eram cinco: *Gazeta do Povo*, *O Estado do Paraná*, *O Dia*, *Correio do Paraná* e *Diário da Tarde*.<sup>28</sup>

Eles pertenciam a grupos empresariais de pequeno ou médio porte, no máximo, e estabelecidos havia décadas em Curitiba, uma cidade construída com significativa participação de imigrantes oriundos de diversos países europeus e que, por isso, traziam arraigado em suas origens culturais o hábito da leitura de jornais. Tanto que novos e importantes títulos seriam lançados nos anos seguintes: o *Diário do Paraná*, em 1955, e a *Tribuna do Paraná*, em 1956. O primeiro fazia parte do conglomerado Diários e Emissoras Associados, enquanto que a *Tribuna* pertencia aos mesmos proprietários de *O Estado do Paraná*.

*O Dia* circulou de 1923 a 1961; o *Correio do Povo* foi publicado de 1932 a 1966; e o *Diário do Paraná*, que mudara de proprietários nas décadas de 1970 e 1980, deixou de circular em 1983. O *Diário da Tarde*, lançado em 1899 e, desde a década de 1960, pertencente ao grupo da *Gazeta do Povo*, era então o jornal mais antigo em circulação no estado. Ao final do século XX, o *Diário da Tarde* passou a ser publicado apenas

<sup>27</sup> Em meados da década de 1950, o Paraná ainda era um estado de economia eminentemente agropecuária, pouco povoado no interior – notadamente nas regiões sudoeste, centro-oeste e noroeste –, que possuía uma população de aproximadamente 3 milhões (equivalentes a 5% da brasileira), e com apenas 27,5% dos habitantes residindo em áreas urbanas. Em 1985, a população do Paraná estava em cerca de 8 milhões (equivalentes a 6,1% da brasileira), e com 66% dos habitantes morando em cidades (IBGE, 2001, p. 29).

<sup>28</sup> O primeiro jornal a circular no Paraná foi *O Dezenove de Dezembro*, lançado em Curitiba em 1º de abril de 1854 pelo gráfico Candido Martins Lopes. Ele fora de Niterói (RJ) à capital paranaense, para este fim, a convite do primeiro presidente da Província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcellos, que havia assumido o governo em 19 de dezembro do ano anterior e garantido subvenção oficial ao empreendimento.

esporadicamente, em datas comemorativas e em edições especiais. Os demais diários curitibanos citados anteriormente – além do *Indústria & Comércio*, lançado em 1976 – circularam até o fim do período pesquisado, em 1985.<sup>29</sup>

Nas principais cidades do interior e do litoral do Paraná – com populações que não chegavam a 100 mil habitantes, em meados da década de 1950 – havia, geralmente, no máximo um jornal diário e de pequena tiragem. E, quase sempre, aqueles jornais eram financiados – direta ou indiretamente – por verbas publicitárias das prefeituras municipais. Situação que, com raras exceções, perdurou nas décadas seguintes como característica comum a milhares de periódicos de pequenas cidades, em todo o país.

Em Ponta Grossa, localizada a 100 km de Curitiba, circulavam o *Diário dos Campos*, que havia sido fundado em 1906, e o *Jornal da Manhã*, lançado em 1954. Apesar de terem sofrido algumas crises econômicas e interrupções na tiragem, ao longo do tempo, ambos os diários seguem sendo publicados atualmente.

Em Londrina – a cerca de 400 km de Curitiba, no norte do Paraná, e que na segunda metade do século XX substituiria Ponta Grossa como a maior e mais importante cidade do interior –, o único diário a circular durante toda a década de 1950 foi a *Folha de Londrina*, que havia sido lançada em 1948. Nas décadas seguintes, vários outros jornais – diários ou semanais, normalmente – foram publicados, mas tiveram vida efêmera, inclusive o diário *Panorama*, que em meados da década de 1970 foi editado pelo mesmo grupo de *O Estado do Paraná*, que alcançou sucesso entre os leitores, mas durou apenas cerca de um ano. A *Folha de Londrina*, em formato *standard*<sup>30</sup> continua sendo publicada ainda hoje.

Já em Maringá, no norte do estado a cerca de 90 km de Londrina, o único diário a circular naquela época das experiências iniciais da televisão era o *Jornal de Maringá*, lançado em 1953. A *Folha do Norte do Paraná*, nascida em 1962, foi publicada até 1979. Em 1974, surgiu o *Diário do Norte do Paraná*, único deles que segue sendo publicado atualmente.

Na cidade de Apucarana, localizada entre Londrina e Maringá, circulava em meados da década de 1950 apenas a *Folha do Paraná*, primeiro diário daquele município, lançado em 1953 e extinto em 1960. Antes e depois daquela *Folha*, vários jornais semanais e mensais

<sup>29</sup> Os dados sobre a história da imprensa no Paraná, nos séculos XIX e XX, foram encontrados fundamentalmente em PILOTTO (1976) e CARDOSO (1969).

<sup>30</sup> *Standard* é o maior e mais comum formato de jornal impresso no Brasil, também conhecido popularmente como “jornal grande”. Cada página mede, em geral, 55 cm de altura por 31 cm de largura; o que significa, em média, o dobro do tamanho da página do jornal em formato tabloide.

surgiram, mas tiveram vida efêmera. Outro jornal que marcou época em Apucarana foi a *Tribuna da Cidade*, criado em 1971, como semanal, e transformado em diário em 1978, e que circulou até 1991.

Em Cornélio Procópio – uma pequena cidade localizada a 60 km de Londrina – havia dois diários em 1954, apesar de contarem com poucas páginas e serem de pequena tiragem: *A Cidade*, lançado em 1950, e *A Voz do Povo*, que começara a circular em 1952. Depois de superarem crises financeiras e serem remodelados, ambos seguem circulando, semanalmente, ainda hoje.

Mapa 1 – As principais cidades do Paraná com o ano de lançamento de seus primeiros jornais (1854 – 1954)



Fonte: pesquisa do autor, com arte de Nadir Chaiben.

No extremo oeste do Paraná, em Foz do Iguazu – cidade da tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai – começou a circular, em 1953, o tabloide mensal *A Notícia*. Depois, outros jornais – em sua maioria semanais ou quinzenais – surgiram e desapareceram rapidamente. Em 1985, circulavam o *Diário da Cidade*, que tinha sido lançado em 1983, e os semanários *Hoje Foz*, criado em 1978, e o *Nosso Tempo*, de 1980.

Em Cascavel, a cerca de 150 km de Foz do Iguaçu, o primeiro jornal – *Correio do Oeste* – começou a circular em maio de 1953, em formato tabloide. Depois, surgiram e desapareceram outros jornais ao longo dos anos. Em 1985, circulavam o diário *O Paraná*, lançado em 1976, e o semanário *Hoje*, criado em 1977.

Já avançando pela segunda metade do século XX, a imprensa paranaense teimava em não entrar – com poucas exceções em Curitiba e uma única em Londrina – na fase “das grandes empresas”, um processo havia décadas conhecido por jornais e revistas de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e outros estados, e caracterizada por Nelson Werneck Sodré (1999, p. 275) nos seguintes termos:

A imprensa, no início do século, havia conquistado o seu lugar, definido a sua função, provocado a divisão do trabalho em seu setor específico, atraído capitais. Significava muito, por si mesma, e refletia, mal ou bem, as alterações que, iniciadas nos dois últimos decênios do século XIX, estavam mais ou menos definidas nos primeiros anos do século XX. A passagem do século, assim, assinala, no Brasil, a transição da pequena à grande imprensa. Os pequenos jornais, de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica [...]. O jornal como empreendimento individual, como aventura isolada, desaparece, nas grandes cidades.

Não obstante, de maneira geral e em números ainda expressivos, predominaram na imprensa paranaense, na década de 1950 e mesmo nas posteriores, o jornal e a revista como empreendimentos familiares. Eles ainda eram administrados de forma amadorística, com escassa profissionalização dos recursos humanos, pequena tiragem de exemplares, má qualidade gráfica e pouco retorno econômico. Situação que, na época, levou a maioria dos impressos a uma vida bastante efêmera, notadamente as revistas.

Do ponto de vista editorial, financeiro e político, a maioria dos jornais paranaenses insistia em manter estreitos vínculos e quase que completa dependência com partidos, grupos políticos locais e, principalmente, com os governos municipais e o estadual; distintamente do que já ocorria na imprensa brasileira, nos grandes centros, desde o final da década de 1940 e início da década de 1950, conforme demonstra a pesquisa de Sotana (2010, p. 29-45).

Esta íntima ligação de grande parte da imprensa – bem como da quase totalidade das emissoras de rádio – aos poderes executivos levou, ao longo do tempo, à construção de uma imagem segundo a qual no Paraná predominou, no século XX, um tipo de jornalismo

chamado, jocosamente por profissionais do próprio setor, de “chapa-branca”, o qual seria especializado em beneficiar quase sempre a versão oficial dos fatos e acontecimentos (SOMMA NETO, 2007, p. 153-195). A imprensa “oficialasca” é submissa aos interesses dos mandatários do poder estadual e, obviamente, prejudicial à organização da maior parte da população na busca por seus direitos sociais e políticos. Esta origem histórica da imprensa e da radiodifusão paranaenses teria forte influência, mais tarde, no tipo de televisão que seria implantada e desenvolvida no estado. Até porque ela foi, em sua quase totalidade no período pesquisado, concedida a antigos donos de jornais e/ou concessionários de emissoras de rádio.

Outro fator limitante dos jornais paranaenses foi a quase sempre pequena tiragem de exemplares de suas edições normais, contudo nisto eles não se diferenciavam muito do restante da imprensa brasileira. Para efeito de comparação, sabe-se que em 1975 *O Estado do Paraná*, o jornal de maior tiragem auditada no estado, teve uma impressão diária média de 18.981 exemplares. Ele ocupava naquele ano o 24º lugar em tiragem no Brasil, sendo a primeira posição ocupada pelo jornal carioca *O Dia*, com 199.574 exemplares diários, em média.<sup>31</sup>

Por sua vez, entre as revistas paranaenses do período de 1954 a 1985, uma das raras exceções de sucesso de público fora a *TV Programas*, coincidentemente a primeira publicação no estado, especializada em assuntos de televisão. Fundada em Curitiba em maio de 1961, ela nasceu com circulação mensal, passou a semanal e circulou até 1977. A *TV Programas* teve início com uma tiragem de mil exemplares por mês, alcançou a marca de 18 mil semanais no final da década de 1960, e depois decresceu para 12 mil, na época do seu fechamento. A revista pertencia aos advogados e jornalistas Luiz Renato Ribas e Rubens Hoffmann. Ela publicava, basicamente, a programação diária das emissoras de TV paranaenses e redes nacionais. Além desse tipo de publicação e de entrevistas com atores, atrizes e demais profissionais do ramo, a *TV Programas* exibia reportagens sobre os bastidores da televisão e veiculava anúncios comerciais, segundo informa Dalpícolo (2010, p. 75-79).

Terminada a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e encerrado o ciclo do Estado Novo (1937-1945)<sup>32</sup>, o Brasil entrou no período de estabilidade político-democrática mais longo do século XX, que vigorou de 1946 a 1964. Naqueles quase 20 anos, o país se urbanizou e se industrializou de maneira acentuada. No início da década de 1950, os

---

<sup>31</sup> ALMANAQUE ABRIL, São Paulo, 1976, p. 275.

<sup>32</sup> “A grande imprensa na primeira metade do século XX”, capítulo escrito pela historiadora Tania Regina de Luca, no livro de MARTINS; DE LUCA (2008, p. 149-175), sintetiza o desenvolvimento dos principais jornais e o estágio em que a imprensa brasileira encontrava-se ao fim dos anos 1940.



moradores em cidades brasileiras eram apenas 36% da população nacional; enquanto que ao final da década de 1960 a população urbana já representava 56%.

Em 1950, a cidade de Curitiba possuía 180.575 habitantes; número que dobrou em uma década, chegando a 361.309 moradores. Dez anos depois, esta população crescera aproximadamente o dobro, atingindo o número de 609.026 pessoas, em 1970. Londrina iniciou a década de 1950 com 34.230 moradores na zona urbana e 37.182 na zona rural. Em vinte anos, houve uma profunda inversão neste quadro, sendo a população londrinense urbana – então, já a maior do interior do Paraná – composta por 163.528 habitantes, contra somente 64.573 da população rural.<sup>33</sup>

É fundamental acompanhar, detalhadamente, esta evolução de Curitiba e de Londrina – as duas maiores e mais importantes cidades do Paraná no período pesquisado –, porque nelas eram editados os principais jornais do estado: a *Gazeta do Povo*, *O Estado do Paraná* e a *Folha de Londrina*. Além disto, Curitiba e Londrina sediaram seis das 12 emissoras de televisão que entraram em funcionamento nessa época. Faz-se necessário, igualmente, conhecer bem as origens e trajetórias política e empresarial dos proprietários daqueles três diários, pois se tornariam concessionários de oito dos 12 canais televisivos abordados neste estudo. Como consequência daquela nova realidade brasileira – além das liberdades democráticas e da melhora no índice de alfabetização –, os negócios do campo comunicacional se expandiram de 1946 a 1964: novos jornais e revistas foram lançados e novas emissoras de rádio entraram em funcionamento, no Paraná e em todo o país.<sup>34</sup>

Na capital, os principais periódicos que surgiram naquele período foram *O Estado do Paraná*, em 17 de julho de 1951, o *Diário do Paraná* – pertencente ao grupo de Assis Chateaubriand – em 29 de março de 1955, e a *Tribuna do Paraná*, em 1º de outubro de 1956. No interior, foram lançados, entre outros, a *Folha de Londrina*, em 13 de novembro de 1948; o *Jornal de Maringá*, em 1953; o *Jornal da Manhã*, de Ponta Grossa em 1954; e a *Folha do Norte do Paraná*, de Maringá em 1961.

Tratava-se de um novo período, no qual se ampliara o papel dos anunciantes, notadamente de produtos de empresas estrangeiras, e o da publicação de conteúdos internacionais nos diferentes meios da comunicação brasileira (CARTA, 1984, p. 472-473).

---

<sup>33</sup> Estes dados são dos censos demográficos do IBGE, em suas respectivas datas. Os dados sobre Curitiba e outras capitais, citados neste texto, estão em *Sinopse do Censo 2000* (IBGE, 2001).

<sup>34</sup> Um bom resumo sobre a evolução da imprensa nacional naquele período, com avanços tecnológicos, modernizações gráficas e reformulações editoriais, encontra-se no Capítulo I de SOTANA (2010).

Cite-se, como exemplo, o fato de ter ocorrido em julho de 1950, em São Paulo, exatamente dois meses antes da inauguração da TV Tupi, o lançamento da “Revista mensal de grandes historietas de Walt Disney”, *O Pato Donald*, a primeira publicação da Editora Abril. Esta empresa, propriedade da família Civita, terminou o século XX como a maior do setor gráfico-editorial na América Latina. No Paraná, no entanto, os recursos estrangeiros investidos na imprensa e no setor de radiodifusão não foram significativos.

Alguns daqueles jornais paranaenses desapareceram ao longo da segunda metade do século XX, bem como outros de menor destaque, aqui não citados, surgiram e igualmente não prosperaram. Dois deles, Não obstante, se modernizaram e chegaram ao final do último século entre os diários com maior circulação e de grande importância no Paraná: *O Estado do Paraná* e a *Folha de Londrina*. Neste seleto grupo de líderes do setor, eles se juntaram à antiga *Gazeta do Povo*, fundada em Curitiba no dia 3 de fevereiro de 1919.

Praticamente durante todo o período de 1954 a 1985, a *Gazeta* foi o jornal de maior tiragem e mais importante do Paraná. Porém, no período anterior à mudança de seus proprietários, em 1962, aquele diário conviveu com constantes crises financeiras causadas por sua linha editorial opinativa, polêmica, e engajada político e partidariamente. Esta postura não era nova, aliás, vinha desde a sua fundação, em 1919, contudo ela teve aumentados os seus efeitos negativos ao fazer oposição a Ney Braga, que seria o principal líder político do Paraná, a partir da década 1950.

No início de 1953, a *Gazeta* encontrava-se ainda sob a direção do seu fundador Oscar Joseph De Plácido e Silva<sup>35</sup>, mas com a admissão de um novo sócio, Alfredo Pinheiro Júnior. Em uma edição dominical<sup>36</sup>, o texto opinativo intitulado “Entrevista” – sem identificação de ser o editorial, mas parecendo se tratar de um, porque estava cercado e sem assinatura de autor – criticava duramente as posições do major do Exército Ney Aminthas de Barros Braga, recém-empossado como chefe da Polícia Civil do Paraná pelo governador Bento Munhoz da Rocha Neto. Este foi o marco inicial na oposição que a *Gazeta* faria, nos anos seguintes, a Ney Braga.

Esta posição político-editorial do diário curitibano fundamentava-se, havia décadas, em seu histórico de alinhamento ao ex-governador getulista Moysés Lupion (PSD), principal

---

<sup>35</sup> Alagoano, Plácido e Silva chegou em Curitiba aos 19 anos de idade, em 1912, para cursar Direito na então recém-criada Universidade Federal do Paraná. Depois, com o amigo, sócio e também advogado Benjamin Lins, ele lançou a *Gazeta do Povo*, no início de 1919 (BÓIA, 2002). A coleção completa do jornal encontra-se arquivada – em papel e microfilmada – na Biblioteca Pública do Paraná, em Curitiba.

<sup>36</sup> **Entrevista.** *Gazeta do Povo*, Curitiba, 04 jan. 1953, p. 3.

opositor de Bento Munhoz; e que, inclusive, voltaria a chefiar o poder Executivo do estado, no mandato subsequente, entre 1955-1960.

Porém, não era apenas contra o governador e o prefeito de Curitiba que a *Gazeta* mirava seus ácidos ataques naquele período. No editorial “Ciganagem”, a direção do diário afirmava que na capital paranaense “não morremos de amores pelo Sr. Assis Chateaubriand [...]”.<sup>37</sup> O texto deixava antever uma preocupação comercial dos proprietários do jornal curitibano com a futura chegada do grupo dos Diários e Emissoras Associados ao estado, o que ocorreria dois anos depois com o lançamento do *Diário do Paraná*. Indício de que os empresários do campo comunicacional, assim como os profissionais da área, nem sempre estão unidos e solidários entre si. Segundo Bourdieu (1997, p. 56-58), a concorrência realizada entre órgãos da imprensa pelos leitores dá-se, muitas vezes, sob a forma de uma concorrência entre os jornalistas, que têm objetivos próprios e definidos. Isto significa que não se trata apenas de uma disputa econômica entre empresas, mas que existem relações de forças econômicas e simbólicas entre os agentes do campo jornalístico capazes de definir posicionamentos neste mesmo campo.

A oposição da *Gazeta* a Bento Munhoz pode ser exemplificada no editorial “Autonomia de Curitiba”.<sup>38</sup> Nele, a posição do diário era favorável à realização de eleição direta para o cargo de prefeito da capital paranaense, até então, indicado pelo governador. O texto mostrava que o jornal defendia, historicamente, um sistema democrático, mas não informava aos leitores que o seu diretor e colunista de assuntos políticos, Alfredo Pinheiro Júnior, seria um dos candidatos da oposição à Prefeitura de Curitiba, em 1954.

Durante os últimos meses de 1953, por diversas vezes, os textos editoriais e de reportagens de capa da *Gazeta* criticaram duramente projetos, obras e atitudes do governo estadual de Bento Munhoz da Rocha Neto (PR), bem como do seu prefeito-indicado de Curitiba, Erasto Gaertner. Obviamente, as críticas visavam enfraquecer politicamente o futuro adversário do diretor da *Gazeta*, na campanha para prefeito no ano seguinte.

No editorial intitulado “Caçando pontagrossenses”<sup>39</sup>, a *Gazeta* criticou um outro diário de Curitiba – sem citar o nome, mas indicando o seu endereço, à Praça Vicente Machado – chamando-o de situacionista, governista e outros adjetivos que deixavam clara a ligação política do concorrente com o governo de Bento Munhoz (1951-1955). Esse jornal era

<sup>37</sup> **Ciganagem.** *Gazeta do Povo*, Curitiba, 19 fev. 1953, p. 3.

<sup>38</sup> **Autonomia de Curitiba.** *Ibid.*, 07 fev. 1953, p. 3.

<sup>39</sup> **Caçando pontagrossenses.** *Ibid.*, 20 set. 1953, p. 3.

*O Estado do Paraná*, lançado em 1951 por um grupo de empresários e políticos realmente ligados ao governador.

Chegou o ano de 1954<sup>40</sup> e, com ele, a tão aguardada primeira eleição direta para prefeito de Curitiba. O diretor da *Gazeta* e já deputado estadual, Alfredo Pinheiro Júnior, candidatou-se ao cargo pelo PSD, com apoio do ex-governador Moysés Lupion (1947-1950). Havia outros seis candidatos da oposição. O candidato situacionista era Ney Braga (PSP), lançado pelo seu ex-cunhado e governador Bento Munhoz.

Durante os meses que antecederam à eleição, realizada em 3 de outubro, a *Gazeta* publicou, com frequência, reportagens elogiosas e propagandas eleitorais camufladas, todas benéficas a Pinheiro Júnior. Muitas dessas reportagens omitiam o nome do partido ao qual ele era filiado e escondiam que ambos – jornal e candidato – faziam oposição a Bento Munhoz. Nada surtiu o efeito desejado, posto que Ney Braga foi eleito com 18.327 votos (28,7% dos sufrágios); Wallace Tadeu de Mello e Silva (PST) ficou em segundo lugar, com 11.576 votos; e, Pinheiro Júnior (PSD) ficou em terceiro, com 11.070 votos.

A derrota de seu diretor Pinheiro Júnior não levou, entretanto, a *Gazeta do Povo* a mudar sua antiga linha editorial, de completo engajamento político, mas não explícito aos leitores. O jornal seguiu na oposição sistemática ao governo do estado – então sob o comando de Adolpho de Oliveira Franco, substituto de Bento Munhoz que se tornara ministro da agricultura do presidente Café Filho – e ao prefeito Ney Braga.

“Batalha do nosso cinismo – Porque escolhemos Juscelino e Lupion”. Este era o título do editorial da *Gazeta*<sup>41</sup>, na véspera das eleições para presidente e vice-presidente da República, e para governadores de estados. O texto com a opinião oficial do diário – excepcionalmente publicado na capa, porque normalmente saía na página 3 – explicava as razões do apoio aos candidatos Juscelino Kubitschek (PSD), João Goulart (PTB) e Moysés Lupion (PSD). Estes três candidatos apoiados pela *Gazeta* venceram as eleições.

---

<sup>40</sup> Em 1954, muitos dos principais anunciantes da *Gazeta do Povo* estavam também presentes nas páginas de *OEPR* e da *Folha de Londrina*: órgãos do governo do Paraná, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, órgãos das prefeituras municipais – Curitiba e Londrina, respectivamente –, Hermes Macedo, Transparaná, Prosdócimo, Philips, Nescafé, Banco do Paraná, cigarros da Souza Cruz, Jeep Willys, FNM, Ovomaltine e General Electric. Em 1985, ao final do período pesquisado, novamente os grandes anunciantes apareciam simultaneamente nos três jornais: Adubos Trevo, Unibanco, Vasp, Caixa Econômica Federal, Jabur Pneus, Bamerindus, Petrobras, Bradesco, Banco do Brasil, Skol, construtoras, supermercados, Prosdócimo, Arapuã, Hermes Macedo, revendedoras de automóveis de diferentes marcas, órgãos do governo federal, de prefeituras e do governo do Paraná – com exceção deste último para *OEPR*, cujo dono Paulo Pimentel (PDS) estava, naquela época, em embate político declarado publicamente com o então governador José Richa (PMDB).

<sup>41</sup> **Batalha do nosso cinismo – Porque escolhemos Juscelino e Lupion.** *Gazeta do Povo*, Curitiba, 02 out. 1955, p. 1.

Nos anos seguintes, a *Gazeta* manteve-se fiel à sua linha editorial opinativa, de sempre se posicionar politicamente, em relação aos acontecimentos de qualquer natureza. O periódico seguiu dando apoio ao governador Lupion e ao presidente JK, além de fazer oposição acirrada ao prefeito de Curitiba, Ney Braga. Em 1960, o jornal apoiou abertamente para presidente da República o marechal Teixeira Lott (PSD-PTB), candidato situacionista para a sucessão de Kubitschek. O vencedor foi Jânio Quadros, da coligação liderada pelo PTN e PDC. No Paraná, para suceder Lupion, o jornal apoiou Plínio Costa (PSD), também candidato da situação. Quem venceu foi Ney Braga (PDC).

As derrotas políticas provocaram um impacto negativo na *Gazeta*, não só em sua imagem política, mas principalmente em suas finanças. Vivia-se no Paraná, desde o século XIX, um período em que a dependência dos meios de comunicação era muito grande em relação aos recursos públicos. Em face de todos estes problemas, surgiu uma nova concorrência por verbas publicitárias em geral, com a inauguração das primeiras emissoras de televisão em Curitiba, no último trimestre de 1960.

Durante o ano de 1961, a *Gazeta* aumentou os seus próprios anúncios, em busca de novos leitores, assinantes e anunciantes, um sinal evidente de que a situação financeira da empresa não era das melhores. O jornal seguiu coerente com seus princípios políticos e fazendo oposição a Ney Braga, que deixara a prefeitura de Curitiba e já havia se instalado no Palácio Iguazu.<sup>42</sup>

No segundo semestre de 1962, De Plácido e Silva vendeu a *Gazeta do Povo* para dois advogados e sócios: Francisco Cunha Pereira Filho, que assumiu a direção jornalística, e Edmundo Lemanski, que ficou responsável pela administração financeira. A respeito dessa venda, a *Gazeta* não noticiou a data precisa, os valores envolvidos, nem a troca dos nomes em seu comando. Os leitores do jornal só ficaram sabendo sobre a mudança de proprietários em 17 de janeiro de 1963, um dia após a morte do antigo dono. No expediente daquela edição, publicado como sempre na página 3, o nome de Francisco Cunha Pereira Filho substituiu o nome de Oscar De Plácido e Silva no cargo de diretor-geral.

A morte do fundador da *Gazeta* e também da Rádio Clube Paranaense, a primeira estação do Paraná, foi informada sob este título: “O PR perde uma personalidade do Brasil –

---

<sup>42</sup> A sede político-administrativa do governo estadual do Paraná foi inaugurada em 19 de dezembro de 1954, pelo governador Bento Munhoz da Rocha Neto (PR), que foi também seu construtor e primeiro ocupante. O ato inaugural – em comemoração ao 101º aniversário da emancipação política do Paraná – teve a participação do presidente da República João Café Filho. Anteriormente, os governadores paranaenses ocupavam o Palácio São Francisco, na área central de Curitiba (SANTOS JÚNIOR, 2008).

desaparece a figura do professor De Plácido e Silva”.<sup>43</sup> Outras notícias sobre o fato foram publicadas em páginas internas da mesma edição. No dia seguinte, a nota “Adeus ao mestre” informava sobre a realização do velório e sepultamento do ex-proprietário do periódico. O governador Ney Braga e outras autoridades estaduais estiveram presentes ao velório.<sup>44</sup>

Na capa daquela edição, um dia após o velório do senhor De Plácido e Silva, uma nota da *Gazeta* avisava ao público que, a partir de 1º de fevereiro, o preço do exemplar daquele periódico subiria de Cr\$ 10,00 para Cr\$ 15,00, em dias úteis, e de Cr\$ 15,00 para Cr\$ 20,00 aos domingos. Era o sinal inequívoco de que uma nova fase administrativa estava sendo inaugurada naquele diário curitibano. No entanto, a profunda mudança não foi apenas administrativa e financeira. Imediatamente, o jornal abandonou sua original linha editorial opinativa e de engajamento político-partidário e passou a praticar o jornalismo tido como informativo e neutro.

No ano de 1954, a *Gazeta* circulava de terça-feira a domingo, normalmente com dois cadernos – na época, chamados de “secções” – de seis páginas cada, impressa apenas na cor preta, em formato *standard*. Em 1985, a *Gazeta* circulava todos os dias da semana. De segunda-feira a sábado com dois cadernos de 12 páginas cada, e aos domingos com cinco ou seis cadernos, com um total de cerca de 60 páginas. A impressão já era feita em cores.

Com o passar do tempo, sob a administração de Francisco Cunha Pereira Filho<sup>45</sup> e Edmundo Lemanski<sup>46</sup>, a *Gazeta do Povo* se profissionalizou, modernizou seu parque gráfico e, em 1969, colocou em funcionamento a primeira impressora em *off-set* do Paraná. Além do mais, ampliou a tiragem de exemplares, cresceu em cobertura jornalística e circulação, aumentou o número de páginas e melhorou a qualidade do jornal. Assim, como resultado dessas mudanças, fez crescer em muito o antigo faturamento financeiro. A *Gazeta* chegou ao fim do século XX como o jornal paranaense com maior tiragem diária, depois de ter servido

---

<sup>43</sup> **O PR perde uma personalidade do Brasil – desaparece a figura do professor De Plácido e Silva.** *Gazeta do Povo*, Curitiba, 17 jan. 1963, p. 1.

<sup>44</sup> **Adeus ao mestre.** *Ibid.*, 18 jan. 1963, p. 6.

<sup>45</sup> Ele era filho de desembargador e neto, pelo lado materno, do ex-presidente do Paraná João Cândido Ferreira, e pelo lado paterno, do senador por Minas Gerais Simão da Cunha Pereira. Nascido em Curitiba, formou-se em Direito em 1949 na Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde foi presidente do Diretório Central dos Estudantes. Antes de entrar para a carreira jornalística e de empresário da comunicação, ele havia trabalhado como advogado e professor universitário (ALMEIDA, 1974, p. 132).

<sup>46</sup> Ele nasceu em Porto Alegre (RS) e mudou-se com 20 anos para Curitiba, onde foi estudar Direito na UFPR. Durante o curso universitário, Lemanski conheceu Francisco Cunha Pereira Filho. Os dois se tornaram amigos e, mais tarde, sócios em empreendimentos de comunicação. Já como advogado atuante, Lemanski casou-se com uma filha do proprietário do Banco Comercial do Paraná, junto ao qual ele teria conseguido os recursos para a aquisição da *Gazeta do Povo* e, depois, da TV Paranaense, em 1969 (DALPÍCOLO, 2010).

como base para a formação da Rede Paranaense de Comunicação (RPC), a mais importante do estado a partir da década de 1980, como será exposto detalhadamente no capítulo IV.

Na época daquela primeira apresentação da TV Paraná em Curitiba, em julho de 1954, o jornal *O Estado do Paraná (OEPR)* já se encontrava estruturado e disputava com a *Gazeta* a liderança entre os leitores da capital. O diário, lançado em 17 de julho de 1951, circulava de terça-feira a domingo, com 12 páginas divididas em dois cadernos, em formato *standard* e impresso somente em tinta preta. A exemplo do seu principal concorrente, *OEPR* também nasceu inteiramente comprometido com causas político-partidárias.

Quando Bento Munhoz da Rocha Neto (PR) assumiu o governo do Paraná, no início de 1951, sucedendo a Moysés Lupion (PSD), ele passou a enfrentar uma sistemática oposição da imprensa curitibana, liderada pela *Gazeta do Povo*, muito ligada ao ex-governador. Nenhum jornal importante, da capital do estado, havia apoiado a candidatura de Bento Munhoz. Como consequência, o novo governador solicitou, a um grupo de amigos e parceiros políticos, a criação urgente de um jornal que cumprisse a função de defender suas ideias, seus projetos e suas ações administrativas. Daquele grupo faziam parte, entre outros, João Batista de Moraes, Martins Camargo, Aristhydes Merhy, Nestor Ericksen, Carlos Lamberg, Guerra Rego e Fernando Alves de Camargo. Assim, desta necessidade política do então governador, surgiu *O Estado do Paraná*.<sup>47</sup>

A primeira manchete de *OEPR* foi: “Demite-se o Gabinete De Gaspari”, sobre uma crise ministerial na Itália, cujo presidente do conselho era Alcides de Gaspari; o presidente da República italiana era Luigi Einaudi. Naquela capa da edição inaugural, todas as chamadas para matérias internas eram sobre assuntos internacionais. A única propaganda era da Panair do Brasil, anunciando “vôos diários” de Curitiba para São Paulo, Rio de Janeiro e Florianópolis. Havia um texto opinativo não assinado, com características de editorial, – cujo título era “*O ESTADO DO PARANÁ*” –, e que explicava os objetivos, metas e posições do novo diário:

No indeclinável propósito de contribuir para o fortalecimento da imprensa estadual, possibilitando-lhe instrumento de opinião, e que possam, objetivamente, espelhar a vontade de todas as classes que, através das mais variadas formas de trabalho e de produção, cooperam em favor do engrandecimento material e cultural desta unidade

<sup>47</sup> Não se deve confundir este novo diário com, pelo menos, outros dois que circularam em décadas anteriores, em Curitiba, tendo exatamente o mesmo nome. Na primeira metade do século XX, dada a rapidez com que surgiam e eram fechados os periódicos, foram comuns nas principais cidades brasileiras os lançamentos de jornais cujos nomes já haviam sido usados no passado por outras tipografias ou editoras. PILOTTO (1976) e SODRÉ (1999).

federativa, em particular, e do Brasil, em geral, *O Estado do Paraná* inicia, hoje, suas atividades [...]. No plano econômico, bater-se-á intransigentemente pelo respeito ao consagrado princípio do livre empreendimento, na convicção de que o mesmo é o que melhor consulta e corresponde aos interesses das classes produtoras [...]. Liberta de quaisquer influências personalistas, sectarismos raciais, religiosos e filosóficos, exercerá esta fôlha crítica equilibrada, superior e construtiva [...] Sempre no intuito exclusivo de prestigiar as leis, assegurar o respeito aos direitos individuais e a manutenção do regime, de defender o interesse e o bem público [...].<sup>48</sup>

Como é possível observar, além de não informar que defenderia os interesses políticos do então governador Bento Munhoz, a linha editorial prometida seria um misto de liberal, independente, legalista e democrática. Era razoável o número de anúncios nas páginas internas daquela primeira edição: lojas de móveis e eletrodomésticos, casas lotéricas, cinemas etc. Na página 8 – a contracapa do primeiro caderno – havia, sintomaticamente, uma única grande propaganda, a do Banco do Estado do Paraná (Banestado).

Somente na segunda edição apareceu o expediente do novo jornal, publicado na página 2. *OEPR*<sup>49</sup> era uma publicação da Editora O Estado do Paraná, presidida por Fernando Alves de Camargo, cunhado de Bento Munhoz da Rocha Neto. O diretor-gerente era Aristides Merhy; e o superintendente, Carlos Lamberg. Cada exemplar custava Cr\$ 1,00, o mesmo preço da *Gazeta do Povo* naquela época. Também na página 2, havia uma coluna fixa chamada *Governo do Estado*, com várias notas sobre tudo que ocorrera no dia anterior – despachos, visitas, reuniões, agendas, secretarias etc. – no Palácio São Francisco. Ou seja, ficava evidente que o novo diário nascera para fazer uma espécie de assessoria de imprensa, ainda que não oficial, ao governador Bento Munhoz.<sup>50</sup>

Neste ritmo e com esta linha editorial, *OEPR* foi dando cobertura ao governo do seu idealizador. As matérias, as reportagens, os editoriais, as colunas de notas – publicadas diariamente em grande número – e tudo o mais que compunha a produção jornalística eram de apoio a Bento Munhoz e de críticas à oposição. Em 1954, *O Estado do Paraná* apoiou abertamente a candidatura vitoriosa de Ney Braga a prefeito de Curitiba.

Em 1955, *OEPR* apoiou a candidatura derrotada de Mário Barros (PR-PTB) para governador do Paraná. Quem venceu foi Moysés Lupion (PSD), apoiado pelo jornal *Gazeta do Povo*, que permanecera na oposição durante o mandato de Bento Munhoz da Rocha Neto,

<sup>48</sup> **O ESTADO DO PARANÁ.** *O Estado do Paraná*, Curitiba, 17 jul. 1951, p. 1.

<sup>49</sup> A coleção completa de *O Estado do Paraná* encontra-se arquivada – em papel e microfilmada – na Biblioteca Pública do Paraná, em Curitiba.

<sup>50</sup> Referências ao surgimento de *O Estado do Paraná* como resultado de um projeto político do governador Bento Munhoz da Rocha Neto encontram-se em REBELO (2007, p. 44) e na reportagem “Fundador de O Estado morre aos 87 anos”. *O Estado do Paraná*. 21 dez. 2003, p. 12.



que chegava ao fim (MAGALHÃES, 2006). Durante os anos do segundo governo Lupion, *OEPR* manteve o mesmo grupo diretivo, mas não fez oposição acirrada e sistemática contra o novo chefe do recém-inaugurado Palácio Iguazu, como a que a *Gazeta* fizera contra Bento Munhoz.

Em vez de se apegar a uma oposição fechada contra Lupion, *OEPR* preferiu seguir respaldando editorialmente o mandato de Ney Braga na Prefeitura de Curitiba, para depois apoiá-lo, igualmente, na eleição vitoriosa para governador em 1960. No plano nacional, *O Estado do Paraná* apoiou naquele ano a candidatura também vitoriosa de Jânio Quadros à Presidência da República.

Aquela passagem da década de 1950 para a de 1960 foi especialmente difícil, do ponto de vista econômico-financeiro, para os principais jornais de Curitiba – aqui incluídos *OEPR* e a *Gazeta* – por dois motivos específicos. Primeiro, pelo lançamento em 1955 do *Diário do Paraná*, pertencente aos Diários Associados, e que rapidamente conquistou grande público leitor e impôs dura concorrência comercial. Em segundo lugar, pela chegada das duas primeiras emissoras de TV, inicialmente em caráter experimental e de modo definitivo no último trimestre de 1960, o que também acirrou a luta pelas verbas publicitárias entre os veículos de comunicação.

Assim, mesmo tendo apoiado os candidatos vitoriosos nas eleições de 1960, a direção de *OEPR* começou 1961 com sérias dificuldades financeiras e delas não mais conseguiria sair. Tanto que o periódico foi vendido, em maio de 1962, para o então secretário estadual de Agricultura, Paulo Pimentel, fato não comunicado aos leitores. Na edição de 4 de maio de 1962, na capa, no cabeçalho abaixo da logomarca do jornal, o nome de João Feder apareceu pela primeira vez como diretor, em substituição a Aristides Merhy, que dirigia o jornal desde o seu lançamento em julho de 1951. Na parte inferior daquela mesma primeira página, um texto sob o título “Ao leitor” informava sobre as mudanças na direção da editora do jornal: estavam assumindo o comando Nicanor Ramos Filho (diretor-presidente); Carlos Dondeo Júnior (diretor-superintendente); e João Feder (diretor-secretário).

Inicialmente, não ocorreu qualquer mudança na linha editorial: *OEPR* seguiu apoiando abertamente o governador Ney Braga, chefe político de Pimentel. Só três meses após a mudança na direção, *O Estado do Paraná* implantou uma primeira e importante inovação. A partir de então, quase sempre as manchetes e a maioria das chamadas de capa passaram a

tratar de assuntos nacionais, e não mais dos internacionais, comuns durante a administração anterior. Os editoriais e a coluna *Panorama Político*, ambos na página 4, ficaram cada vez mais centrados em elogiar e apoiar Ney Braga e Paulo Pimentel; além de sempre criticarem o ex-governador Moysés Lupion, descrito aos leitores como o “inimigo número 1 do Paraná”.

A estratégia de Pimentel em comprar *OEPR* para auxiliá-lo na campanha ao Palácio Iguaçu se mostrou eleitoralmente correta, como ele próprio comentou mais tarde, de maneira detalhada, em sua biografia autorizada (SANT’ANA, 2008, p. 70-73). Com apoio de Ney Braga, Pimentel foi eleito em 1965 e cumpriu o mandato de governador de 1966 a 1971. Naquela eleição, o principal adversário vencido por Pimentel (PTN) foi Bento Munhoz da Rocha Neto (PR), antigo patrono político de Ney Braga e, ironicamente, o idealizador da criação do jornal *O Estado do Paraná*. A criatura se voltara contra o seu criador, pois ela já estava sob o mando de outro dono e de outros interesses políticos.

Na sequência, *OEPR* serviu integralmente a Pimentel durante seu governo, como havia servido a Bento Munhoz e a Ney Braga durante os respectivos mandatos, como serviria depois à maioria dos comandantes do regime militar. O diário manteve, assim, a linha editorial original de apoio intransigente aos seus donos e seus aliados políticos. A recompensa chegava ao *OEPR* por meio de abundantes anúncios de órgãos das três esferas do poder Executivo, de forma semelhante ao que ocorrera com a *Gazeta do Povo* em gestões de outros governantes.

E *O Estado do Paraná* serviu, ainda, como porta de entrada ao empresário-político Paulo Pimentel nos negócios da comunicação, onde obteve amplo sucesso apesar de conviver com um enorme problema político, especificamente na década de 1970, como se verá no capítulo IV. Em 1985, o jornal circulava de segunda-feira a domingo, com 24 páginas divididas em dois cadernos, no mesmo formato *standard*, mas já impresso em cores. Ao final do século XX, *OEPR* permanecia sob propriedade de Pimentel e como um dos mais importantes jornais paranaenses.<sup>51</sup>

---

<sup>51</sup> Ainda sob o comando de Paulo Pimentel, *O Estado do Paraná* deixou de circular impresso em papel no dia 24 de janeiro de 2011. A partir daquela data, ele só pode ser lido em formato digital, na internet, no <[www.parana-online.com.br](http://www.parana-online.com.br)> Em 10 de dezembro de 2011, Pimentel vendeu para a *Gazeta do Povo*, por valor não revelado, a Editora O Estado do Paraná com seus dois títulos: *OEPR* online e a *Tribuna do Paraná*, ainda impressa diariamente.

Em meados da década de 1950, a *Folha de Londrina*<sup>52</sup> era um jornal em fase de estruturação. Lançado por Correia Neto e João Milanez como tabloide semanal em 13 de novembro de 1948, desde 1952 ele já circulava de terça-feira a domingo, em formato *standard*, impresso somente em cor preta, com apenas seis páginas em um único caderno. Durante os primeiros anos, as matérias jornalísticas eram publicadas somente na capa e na contracapa, na época a página 4. As duas páginas internas eram ocupadas quase que totalmente por anúncios e, no máximo, com pequenas notas de menor importância. Nos anos seguintes, a *Folha* cresceu no mesmo ritmo acelerado de Londrina e de outras cidades da região norte do Paraná. Contando com gráfica própria e com o projeto de se consolidar como o diário de referência no interior paranaense, Milanez apostou na modernização tecnológica: adquiriu uma impressora rotativa, em 1956, e importou uma máquina *off-set* em 1969; a terceira do sul do Brasil e a primeira a ser instalada no interior do país.

Apesar de a edição inaugural pautar-se por uma suposta associação da *Folha* com o PTB e com Getúlio Vargas, na prática isto não chegou a se concretizar, possivelmente porque Correia Neto deixara o jornal após a circulação da primeira edição. Na capa<sup>53</sup> do primeiro número do jornal, encontravam-se três matérias e um pequeno quadro com caráter propagandístico do PTB. Sob a manchete “Getulio Vargas e o Dez de Novembro”, o texto principal discorria sobre o que significava aquela data – do golpe que instalou o Estado Novo – para os seguidores do ex-presidente da República:

[...] o Brasil ameaçado de catastrophe politica [...]. Getulio Vargas, bem pensando na grandeza da Patria [...]. Se até 10 de Novembro de 1937, muito houvera feito pelos direitos nacionais, dessa data em diante, mais realizou. O povo brasileiro entrou de fato, numa era de paz e de prosperidade. [...]. Os trabalhadores nacionais, por exemplo, tiveram, desde logo, os seus direitos respeitados. [...]. O Brasil viveu, no Estado Novo, a sua ora de ressurgimento moral, econômico e financeiro. O Brasil viveu sua era de evolução verdadeira. Getulio Vargas cumpriu tudo o que prometera aos concidadãos. [...].<sup>54</sup>

No centro da primeira capa, junto ao texto sobre o Estado Novo – o maior daquela edição, ocupando quase 1/3 da página –, estava a única ilustração do número inaugural da *Folha*: uma foto de perfil, do busto e rosto de Getúlio Vargas. A legenda era curta,

<sup>52</sup> A coleção do jornal a partir do número 771, de 1º de janeiro de 1954, encontra-se arquivada apenas em papel no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH) da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

<sup>53</sup> Um único exemplar original da capa da *Folha de Londrina*, edição número 1, é conhecido. Ele encontra-se exposto, em formato de quadro, na parede do saguão de entrada da sede do próprio jornal, no centro de Londrina.

<sup>54</sup> **Getulio Vargas e o Dez de Novembro.** *Folha de Londrina*, Londrina, 13 nov. 1948, p. 1.

informativa e óbvia: “Senador Getulio Vargas”. Todos os textos daquela edição foram de autoria do advogado e jornalista Correia Neto, que havia se mudado recentemente do Rio de Janeiro para Londrina.

Na parte superior direita daquela página 1, ao lado do nome do jornal e da manchete, foi publicada uma espécie de editorial, cujo título era igualmente “Folha de Londrina”. O texto explicava os objetivos, a missão e a linha de conduta do novo vespertino londrinense, que seria “independente e livre”, sempre respeitando as autoridades, mas consciente do seu dever de “criticá-las, dentro da ética jornalística, quando atos atentatórios das liberdades publicas forem pelas mesmas praticados”.<sup>55</sup>

Pelo teor dos textos da capa da primeira edição da *Folha de Londrina*, poder-se-ia supor que Correia Neto fosse correligionário do PTB ou, pelo menos, militante defensor dos ideais de Getúlio Vargas. Porém, não há documentos ou depoimentos daquela época que comprovem estas possibilidades. A linha editorial que ele anunciou para a *Folha*, no entanto, nunca mais foi praticada depois daquele número inaugural. Já a partir do número 2, outros jornalistas contratados por João Milanez se revezaram na produção de textos e na edição, e o periódico passou a trilhar o caminho do jornalismo informativo local e regional.

Diferentemente da *Gazeta*, lançada por advogados bem sucedidos e empresários do setor gráfico, e de *O Estado do Paraná*, criado por empresários e profissionais da imprensa a pedido de um governador, a *Folha de Londrina*<sup>56</sup> foi lançada por dois “aventureiros” sem um mínimo de planejamento e de respaldo político-financeiro. Possivelmente por isso, ao contrário dos dois jornais curitibanos, a *Folha* não se desenvolveu – apesar da enganosa aparência de sua capa inaugural – atrelada a interesses político-partidários de grupos específicos. Talvez por esta razão, tenha sido o único dos três periódicos a ter dado certo como empreendimento comercial duradouro, pelo menos nas mãos de seu proprietário original.

O catarinense João Milanez<sup>57</sup> mudou-se, em 1947, para o norte do Paraná – região em fase inicial de colonização e expansão do cultivo do café – para vender títulos de capitalização

<sup>55</sup> **Folha de Londrina.** *Folha de Londrina*, Londrina, 13 nov. 1948, p. 1.

<sup>56</sup> Dados compilados de MARINÓRIO FILHO; MARINÓRIO NETO (1991, p. 40-66); da reportagem “O começo de uma história” e do editorial “Folha 40 anos”. *Folha de Londrina*, Londrina, 13 nov. 1988, p. 2.

<sup>57</sup> Ele nasceu na zona rural de Meleiro (SC), em 15 de dezembro de 1923. Estudou poucos anos e, com experiência como carpinteiro e marceneiro, mudou-se para São Paulo em 1947. Lá, Milanez morou poucos meses sem emprego fixo até mudar-se para Londrina, naquele mesmo ano.

de porta em porta, de cidade em cidade. O jornal entrou na vida dele “por acaso, como num golpe de sorte”, como gostava de contar em suas entrevistas:

Após algum tempo em Londrina, João Milanez recebeu do advogado Correia Neto, colega na Pensão Luz, o convite para participar do lançamento de um jornal na cidade, que contava com apenas 17 mil habitantes. A primeira reação de Milanez foi negar. Correia Neto, no entanto, não deixou alternativa. “É você, até porque não tem mais ninguém em Londrina. Amanhã, vai sair o seu nome no cabeçalho do jornal. No dia seguinte, vi meu nome como diretor-gerente. Então tive de assumir o jornal.” [...]. Depois da primeira edição, o advogado ofereceu vender sua parte no negócio para Milanez, que na época questionou: “Que parte? Os tipos não tinham sido pagos, o jornal não tinha sede, não tinha nada. Então, comprei a parte dele com uma caneta da marca Schaffer. Passei a ser o diretor-proprietário”.<sup>58</sup>

Como necessitava vender assinaturas para que o seu jornal sobrevivesse, Milanez seguiu viajando diariamente pelas pequenas cidades do norte do estado. Em visitas de casa em casa, de prefeitura em prefeitura, de loja em loja, ele conseguiu vender 4.700 assinaturas só no primeiro ano de existência da *Folha*. Juntamente com o dinheiro das assinaturas, Milanez recolhia as informações para que um jornalista contratado escrevesse os textos noticiosos da edição semanal seguinte. Foi assim pelo menos até 1952, quando o periódico tornou-se diário e ganhou fôlego para crescer nos anos seguintes.

Nas décadas de 1970 e 1980, a direção da *Folha* foi dividida por Milanez com alguns de seus familiares. Como nunca esteve editorialmente ligada a um partido ou grupo político específico, a administração do periódico, procurando parcerias comerciais e anúncios oficiais, sempre conseguiu bom trânsito nos três níveis do Executivo. Isto só foi possível porque a *Folha* permaneceu, ao longo do tempo, fiel também à sua linha editorial informativa e insistiu no discurso daquele clássico modelo de jornalismo norte-americano, que prometia buscar a imparcialidade, objetividade e neutralidade dos fatos. Características jornalísticas sabidamente impossíveis de serem alcançadas na prática, mas que serviram como guia editorial para a maioria da imprensa brasileira, notadamente no período após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Já a *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná* praticavam

---

<sup>58</sup> FARO, Fernando Rocha. **Um pioneiro da comunicação**. *Folha de Londrina*, Londrina, 09 ago. 2009, p. 8.

originalmente, em contraposição, um tipo de jornalismo opinativo e politicamente engajado, mais ligado ao tradicional modelo europeu de imprensa.<sup>59</sup>

Sob a coordenação de João Milanez e de alguns parentes próximos, a *Folha de Londrina* cresceu, modernizou-se, ampliou a área de cobertura, multiplicou sua tiragem, aumentou seu número de páginas e de cadernos. A *Folha* se desenvolveu, aumentou o número de sucursais e correspondentes pelo Paraná e estados vizinhos. A *Folha* multiplicou o número de assinantes, fez crescer o seu faturamento e se tornou o maior, mais importante e, politicamente, o mais influente diário do interior do Paraná na segunda metade do século XX. Em 1985, a *Folha* circulava sete dias por semana, impressa em cores, com dois cadernos totalizando 24 páginas por edição, pelo menos. O periódico foi ainda utilizado como base para a ampliação dos negócios do grupo de Milanez, que nas décadas de 1970 e 1980 contaria com emissoras de rádio e televisão, como se detalhará nos capítulos II e III.

Todavia, por questões de dificuldades financeiras e divergências administrativas entre os familiares, sócios de Milanez, o controle acionário da *Folha* foi vendido, em 1992, ao empresário e político paranaense José Eduardo de Andrade Vieira. João Milanez morreu em 8 de agosto de 2009, ainda como sócio minoritário da *Folha*, aos 85 anos de idade.<sup>60</sup> O jornal segue, atualmente, como propriedade da família de Andrade Vieira.

Alguns dos principais conteúdos jornalísticos dos três diários pesquisados serão temas de uma análise comparativa – a respeito da visão que tiveram e da imagem que produziram sobre a história da televisão no Paraná – no próximo item, ainda neste capítulo. A capa, ou primeira página, é o espaço mais importante, do ponto de vista editorial, e mais caro – do ponto de vista comercial – de um periódico impresso, seja ele um jornal diário, uma revista semanal ou mensal. Isto, porque é nela que se expõe e anuncia o resumo das reportagens, entrevistas, artigos, notícias e fotografias mais impactantes de cada edição.

A capa funciona, assim, como sendo uma vitrine de loja, que expõe aos potenciais consumidores – no caso de um jornal, seus leitores – os produtos mais importantes e atrativos presentes em seu interior. É, em outras palavras, a capa que vende – ou não – o jornal todos os dias. A primeira página dos jornais brasileiros, pelo menos os da chamada grande imprensa, foi sendo reformulada ao longo do século XX, como consequência, da adoção predominante

<sup>59</sup> Estas duas principais escolas de jornalismo que influenciaram a imprensa brasileira, ao longo dos últimos 200 anos, encontram-se analisadas em: BAHIA (1990), BELTRÃO (1984) e MELO (1994).

<sup>60</sup> Dados sobre a trajetória pessoal e empresarial de João Milanez foram compilados de: BRANCO (1974), MARINÓRIO FILHO; MARINÓRIO NETO (1991), e da edição especial cuja manchete foi: **A imprensa de luto – Morre João Milanez.** *Folha de Londrina*, Londrina, 09 ago. 2009, p. 8-10.

do modelo de jornalismo norte-americano, das reformas gráficas, dos avanços tecnológicos e das alterações administrativas ocorridas nas empresas jornalísticas nacionais. Neste percurso, a capa deixou de ser um espaço ocupado quase que totalmente pelo noticiário internacional para se tornar uma espécie de mosaico que contém, de maneira resumida, o que há de principal nas diferentes editorias e cadernos do jornal (SOTANA, 2010, p. 45-50).

As capas da *Gazeta do Povo*, em 1954, já haviam passado por este processo de transformação e ocupavam-se de assuntos ligados, na maioria, à política e economia brasileiras. Nelas, estavam presentes, também, as chamadas – resumos indicativos de leitura – para matérias internas sobre esportes, cultura, política estadual, Curitiba, agricultura, internacional, polícia, turismo e outros temas. A manchete – título em destaque na primeira página sobre a principal reportagem de cada edição – quase sempre era a respeito de um assunto da política nacional. Raramente apareceram na capa da *Gazeta*, na segunda metade daquela década, notícias sobre o interior do Paraná ou anúncios. Também estavam pouco presentes nela, os anúncios e fotografias. E, mesmo quando apareciam, sempre ocupavam pequeno espaço. A capa era montada – no tocante à parte visual – seguindo a divisão de oito colunas verticais, modelo comum na imprensa brasileira daquela época.

As primeiras páginas de *O Estado do Paraná*, no período de 1954 a 1962, ainda mantiveram algum apego às tradicionais manchetes sobre fatos internacionais, notadamente dos setores de política e economia. Elas se alternavam com manchetes a respeito de acontecimentos brasileiros das mesmas editorias. Nelas, os anúncios e fotografias eram igualmente esporádicos e ocupavam reduzido espaço. Quem comparecia quase que diariamente como tema de reportagens era o governo do Paraná; e, às vezes, a Prefeitura de Curitiba. Assuntos a respeito do interior do estado eram pouco publicados. A programação visual da capa seguia o mesmo padrão usado pela *Gazeta*.

Na *Folha de Londrina*, as capas normalmente eram abertas com manchetes a respeito de política estadual ou nacional, naquela época. Mas, abaixo delas, quase sempre, estavam presentes fatos ligados ao município e ao interior do Paraná. Outros acontecimentos que mereciam constante destaque, nas primeiras páginas da *Folha*, pertenciam aos setores de economia, agricultura, esportes, cultura e polícia. Os anúncios não eram tão raros como nos dois diários curitibanos. A quantidade de fotografias publicadas e a disposição visual da capa eram parecidas com as dos jornais da capital.

No período de 1960 a 1985 – já com a presença das emissoras de TV no Paraná –, as capas dos três jornais não sofreram grandes modificações, no tocante aos seus conteúdos publicados; com exceção das manchetes de *OEPR* que, a partir de 1962 e da mudança de proprietários, começaram a destacar temas nacionais e estaduais. Obviamente, as capas daqueles diários passaram por um processo de modernização visual – com a diminuição do número de colunas verticais de oito para cinco ou seis, e o aumento no uso de fotografias; por um processo de adequação narrativa, e ganharam qualidade de impressão colorida, com os avanços tecnológicos do setor gráfico. Os textos, porém, não sofreram mudanças significativas em seus temas geradores.

A coluna, enquanto texto jornalístico, é uma seção especializada, normalmente assinada pelo autor, publicada com periodicidade regular e em um local fixo do jornal ou revista; além de ser redigida em estilo mais livre, pessoal e opinativo do que os textos do noticiário comum. Ela pode ser composta, entre outros tipos de textos, por notas curtas, pequenas crônicas e textos-legendas. A coluna mantém ainda logomarca ou cabeçalho constante, facilmente localizado por seus leitores habituais. Cada coluna trata, em geral, de apenas um tema específico; ou no máximo, de temas muito próximos entre si (DICIONÁRIO DE COMUNICAÇÃO, 2001, p. 148-149).

O editorial<sup>61</sup> foi considerado por jornalistas, leitores e pesquisadores de comunicação, como o texto mais importante da publicação impressa, durante o período entre os séculos XIX e XX. Com as mudanças realizadas na imprensa brasileira, concretizadas na virada da primeira para a segunda metade do século XX, cuja principal característica foi substituição do jornalismo opinativo – de raízes europeias – pelo jornalismo informativo, importado dos EUA, o editorial perdeu parte da sua antiga força. Contudo, ele seguiu sendo publicado diariamente – às vezes até em número maior que um – pelos jornais da grande imprensa.

O editorial é um texto jornalístico opinativo, impessoal, não assinado, e que expressa os pontos de vistas oficiais do jornal, do proprietário da empresa responsável pela sua publicação, ou do conjunto de diretores e editorialistas de cada veículo de comunicação. É a voz do dono, é o que pensa oficialmente o publicador, no sentido literal de quem dá a última palavra para que o veículo chegue ao mercado (BAHIA, p. 97-98).

---

<sup>61</sup> Ao longo deste texto, serão encontrados termos técnicos da área de comunicação/jornalismo, como editorial, manchete, coluna, comentário, reportagem, notícia e matéria, entre outros. Sobre eles, pode-se ler: DICIONÁRIO DE COMUNICAÇÃO (2001) e DICIONÁRIO BRASILEIRO DE MÍDIA (1996).



A *Gazeta do Povo*, *O Estado do Paraná* e a *Folha de Londrina*, de modo geral durante o período estudado, quase sempre publicaram apenas um editorial a cada edição, normalmente ocupando um local fixo na parte superior da página 2 ou 3; espaço considerado nobre em um diário. Assim como as manchetes de capas, os editoriais dos três jornais normalmente versavam sobre assuntos candentes da política e da economia, nos níveis nacional e internacional. Só às vezes, os textos tratavam daqueles temas na esfera estadual; e muito raramente eles se atinham a outros setores da sociedade e da municipalidade.

O posicionamento político das direções e, as consequentes linhas editoriais dos diários, entretanto, foram divergentes em boa parte do tempo, principalmente entre os dois jornais curitibanos. A *Gazeta*, mais antiga, foi lançada e se desenvolveu em uma época em que ainda prevalecia no Brasil o jornalismo opinativo e ideologicamente engajado; herança da secular imprensa europeia. Com o fim do repressivo período do Estado Novo (1937-1945), os diretores recolocaram o diário a serviço da redemocratização do país e da militância partidária, no PSD. Um dos diretores da *Gazeta*, Alfredo Pinheiro Júnior, foi inclusive deputado estadual por aquela legenda, de 1951 a 1955.

Nem sempre deixando claras aos leitores as suas opções políticas, os donos da *Gazeta* perderam algumas eleições e ganharam outras, como as de 1955, quando apoiaram abertamente – inclusive em manchetes de capas e em textos de alguns editoriais – os candidatos do PSD: Moysés Lupion para governador do Paraná e Juscelino Kubitschek para presidente do Brasil.

*O Estado do Paraná*, por sua vez, foi criado em 1951 com a expressa incumbência política de defender os projetos e ações do governador Bento Munhoz da Rocha Neto (PR). Durante sua militância político-partidária, não tão explícita quanto à da *Gazeta*, os diretores de *OEPR*, igualmente, perderam ou ganharam eleições, como as de 1960, quando ajudaram a eleger os candidatos Ney Braga e Jânio Quadros, respectivamente ao governo do estado e à Presidência da República. Entretanto, o engajamento político-ideológico divulgado pelos editoriais de *O Estado do Paraná* era apenas superficial, se comparado ao da *Gazeta do Povo*.

A *Folha de Londrina*, diferentemente dos dois periódicos de Curitiba, já a partir da sua edição número 2 abandonou por completo o engajamento ideológico e a militância político-partidária. Assim, este diário nunca defendeu, explicitamente em editorial, qualquer candidato a cargo político municipal, estadual ou nacional. A direção da *Folha* sempre fez questão de

divulgar que o diário praticava um jornalismo informativo, neutro e imparcial.

Em 1962, coincidentemente, os dois jornais curitibanos foram vendidos e seus novos proprietários mudaram a linha editorial de ambos. A mudança implantada na *Gazeta* foi mais radical: o jornal deixou de praticar quase que completamente o jornalismo opinativo e desistiu, definitivamente, do engajamento político-partidário. A nova direção de *OEPR* implantou o discurso do jornalismo informativo e, oficialmente, deixou de militar partidariamente. Na prática, porém, este diário seguiu servindo aos interesses políticos de seu novo dono, Paulo Pimentel (PTN), que em 1965 se elegeu pela primeira vez a um cargo eletivo: governador do Paraná.

A *Folha* não teve mudança em seu quadro diretivo e nem alteração significativa em sua linha editorial, ao longo do período de 1954 a 1985. Apesar das diferenças editoriais existentes, os três jornais tiveram comportamento de apoio e adesista bastante semelhante em relação ao regime militar, que vigorou de 1964 a 1985. Apenas o grau de envolvimento e respaldo – demonstrado inúmeras vezes em textos editoriais – ao governo de exceção é que variou um pouco, entre os diários. Na *Gazeta*, ele foi mais alto e na *Folha*, mais baixo; tendo sido intermediário – e mutável conforme algumas ocasiões especiais – em *OEPR*.<sup>62</sup>

Como os proprietários dos três jornais consultados para esta pesquisa tiveram no período concessões de emissoras de TV, é importante saber qual era a posição política oficial daqueles grupos – por intermédio da avaliação de editoriais – em relação ao poder concedente das outorgas, em todos os casos o governo militar. Não se trata, no entanto, de realizar aqui uma apurada análise de discurso daqueles textos opinativos, tarefa mais afeita aos linguistas. Não obstante, é importante saber qual espaço político ocupou e que tipo de função desempenhou cada um dos jornais – se não para seus leitores e a sociedade, pelo menos para seus donos –, por meio de indícios e pistas presentes em seus editoriais. Isto porque, um jornal pode ser instrumento de adesão política, oposição, liberdade, repressão, reivindicação, subserviência, debate, mudança, continuísmo, bajulação, enfrentamento, ética, nepotismo, justiça, favorecimento, perseguição e muitos outros comportamentos, bons ou ruins. Isto depende dos valores, interesses e posições defendidos pelo proprietário do periódico, marcadamente em sua linha editorial.

---

<sup>62</sup> Uma análise da posição política dos três jornais em relação ao regime militar, com base em textos editoriais, será realizada no Capítulo III.

Quando a crise do governo João Goulart se agravou, a *Folha de Londrina* procurava demonstrar neutralidade sobre que caminho político deveria ser seguido pelo país. No editorial “Falsa opção”, sobre o tão propalado risco de o comunismo chegar ao poder no Brasil, o indeciso texto terminava assim: “Detestamos o comunismo. Igualmente o prolongamento do comunismo, que é o anti-comunismo, com todas as variações, nuances e meios-tons de um e outro.”<sup>63</sup> Poucos dias após o golpe, no entanto, no editorial “Brasil desperta em ação”, a direção da *Folha* já apoiava, ainda que discretamente, o movimento que acabara de tomar o poder em Brasília. A *Gazeta do Povo* não se manifestou em editorial, de forma simultânea, sobre os acontecimentos políticos de março e abril de 1964; na sequência, apoiou também apenas discretamente o movimento militar.

*O Estado do Paraná*, durante o transcurso daquele período de crise, apesar de criticar os resultados do governo do presidente Jango, ainda defendeu a manutenção da democracia. Como aconteceu, por exemplo, no editorial “HORA DIFÍCIL”:

A crise que hoje abala o País é o resultado, tantas vezes previsto, da degenerescência política deflagrada pela radicalização de posições. A incapacidade demonstrada pelo Governo Federal, de conter a inflação e elevar os níveis de eficiência administrativa, deslocou a tese das reformas da área pacífica em que deveria se processar. [...]. O povo, porém, não deve se entregar ao pânico. [...]. A índole pacífica do povo brasileiro, sua fé na lei e na democracia, permitirão que sejam superados os momentos angustiosos que vivemos, sem que haja desfecho cruento que venha conspurcar as tradições de nossa pátria. [...]. Ninguém há de desviar o Brasil da rota democrática pela qual atingirá a destacada posição que lhe reserva a História.<sup>64</sup>

Nos primeiros anos do regime militar, a *Gazeta* não apoiou abertamente os generais que assumiram o poder. A posterior concordância com os rumos da economia e da política implantada era, normalmente, divulgada em editoriais de datas especiais como 22 de abril, 1º de maio, 15 de novembro e outras; mas raramente em 31 de março. Às vezes, o discurso beirava ao tom ufanista, como neste editorial “A INDEPENDÊNCIA”:

A manutenção política conquistada com o Grito do Ipiranga, faz 150 anos, serve para a nossa consciência, como um brado de permanente alerta. [...]. De tempos a esta parte, temos dado passos de conquistas que são marcados pelas análises de vozes e de veículos internacionais, qualificando o momento brasileiro como um “milagre”. Saímos de um período histórico que

<sup>63</sup> **Falsa opção.** *Folha de Londrina*, Londrina, 31 mar. 1960, p. 2.

<sup>64</sup> **Hora difícil.** *O Estado do Paraná*, Curitiba, 01 abr. 1964, p. 4.

se abeirava ao caos, para ingressar no atual estádio no qual tantas esperanças se reverdecem. [...]. Somos Nação predestinada, que já está encontrando, na sua atualidade, dias de grandeza, pela via do desenvolvimento econômico e pelos caminhos da liberdade, que devem ser eternas formas de preocupações de todos nós. [...].<sup>65</sup>

Depois de implantado o regime militar, e já com o governador Paulo Pimentel comandando o Palácio Iguazu (1966-1970), o jornal de propriedade dele não economizou espaço para propagandear os feitos dos dois governos e do único partido situacionista. Era uma forma de Pimentel aumentar, em Brasília, o seu prestígio pessoal e o prestígio político do Paraná. Foi sobre isto que tratou o editorial “Vitória da democracia”:

Em todas as eleições realizadas desde 1964, o Paraná projetou-se como um dos Estados brasileiros onde as correntes políticas em sintonia com os ideais revolucionários efetivamente se afirmam através das urnas, mediante resultados da mais alta significação. Desde que se fundou a Aliança Renovadora Nacional, é no Paraná que a ARENA vem colhendo os resultados mais expressivos, demonstrando cabalmente uma hegemonia fundada na liderança democrática e nos ideais que inspiram a Revolução em marcha. [...]. As recentes eleições em dezenas de municípios paranaenses vieram demonstrar mais uma vez que, sob a liderança do Governador Paulo Pimentel, a ARENA é a grande corrente política do Estado, colhendo resultados favoráveis em quase 95% dos municípios onde se realizou o pleito do dia 30.<sup>66</sup>

Mesmo anos mais tarde, já tendo deixado o governo do Paraná, Pimentel – que seguia ampliando seus negócios da comunicação e atuando na ARENA – ainda usava seu jornal para estreitar as relações com o poder militar; como ficou evidente no editorial “É a nossa Revolução”:

[...]. Só temos motivo de júbilo, por outro lado, ao iniciarmos a nova fase desse jornal, inaugurando a Cidade da Comunicação, justamente quando a Revolução completa o primeiro decênio. Com o movimento revolucionário, o Brasil entrou num ritmo de desenvolvimento novo, graças ao clima de tranqüilidade e ordem propício ao trabalho produtivo. A Nação do ano 2000 está sendo forjada agora: uma Nação próspera, livre e soberana. Para que essa Nação se construa, balisada pelos ideais de 31 de março, é que *O Estado do Paraná* continuará dando a sua contribuição [...]. Os caminhos da história brasileira e da história da imprensa se entrecruzam: 31 de março, para nós, passa a ser uma data de patriotismo e de comunicação.<sup>67</sup>

<sup>65</sup> **A independência.** *Gazeta do Povo*, Curitiba, 07 set. 1972, p. 3.

<sup>66</sup> **Vitória da democracia.** *O Estado do Paraná*, Curitiba, 05 dez. 1969, p. 4.

<sup>67</sup> **É a nossa Revolução.** *Ibid.*, 31 mar. 1974, p. 4.

Os três jornais sempre trataram o regime militar como um “movimento revolucionário” ou o “governo revolucionário”, e não como a ditadura que era de fato. Além disso, eles reproduziam o discurso emanado de Brasília sobre os “milagres” do desenvolvimento econômico, da “segurança nacional” e da “paz social” supostamente alcançados pelo governo federal. Como nestes trechos do editorial “NOVO GOVERNO”:

Num clima de absoluta tranquilidade, como aliás deveria ocorrer sempre, assume hoje o general Ernesto Geisel. Começa um novo Governo, o quarto da Revolução, dentro de um ambiente de normalidade e com diretrizes assentes, garantindo a continuidade a um trabalho que vem se desenvolvendo paulatinamente desde 1964, e que tem propiciado amplos êxitos ao Brasil. [...]. Em síntese, é um País equilibrado e trabalhado o que o Governo Geisel recebe. [...]. Toda a expectativa, aliás, é otimista, dentro de um quadro de reconhecimento das dificuldades que se colocam e que são naturais. [...]. O Governo Médici deixa um acervo de amplas e satisfatórias realizações. [...]. O Governo Geisel poderá realizar um trabalho altamente positivo, levando o Brasil cada vez mais à posição que ele procura e merece ocupar!<sup>68</sup>

Já na fase intermediária do regime militar, durante praticamente toda a década de 1970, foi a *Gazeta* quem demonstrou maior entusiasmo pelas “realizações patrióticas” coordenadas pelo Palácio do Planalto. Naquela época, o jornal passou a publicar, quase todos os anos, editorial comemorativo ao aniversário do que chamava de Movimento de Março de 64; como neste elogioso “12 ANOS DE REVOLUÇÃO”:

Na síntese que se possa fazer da Ordem do Dia expedida pelo Ministro Sílvio Frota, do Exército, alusiva ao 12º aniversário do Movimento de 31 de Março, é possível encontrar o cerne mais autêntico e genuíno da Revolução brasileira, que, hoje, em galas de civismo, se está comemorando. [...]. Já se disse e é sedição a frase de que a memória popular é curta. Parece um quadro de um passado muito longínquo aquele anterior a 1964 [...]. A inflação, terrível e corroente; a quebra da autoridade; as afirmativas de Luiz Carlos Prestes de que o comunismo já tinha o poder, faltando, apenas assumir o governo; o caos econômico [...]. Civis e militares se uniram para que tivéssemos o Movimento de Março. Numa dúzia de anos, o País se transformou sensivelmente. [...]. E, convenhamos, os dias que passamos atualmente são marcados pela fé num amanhã que todos sentem que será melhor, pelo que o povo e o governo, com segurança, realizam no campo do desenvolvimento.<sup>69</sup>

<sup>68</sup> NOVO GOVERNO. *Folha de Londrina*. Londrina, 15 mar. 1974, p. 2.

<sup>69</sup> 12 ANOS DE REVOLUÇÃO. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 31 mar. 1976, p. 3.

Assim como foi o jornal que mais demorou em assumir explicitamente o ideário do movimento golpista de 1964, bem como foi o que com maior vigor divulgou e defendeu as causas do regime militar por cerca de uma década, também foi a *Gazeta do Povo* o primeiro a deixar de corroborar com as ordens dos generais de Brasília, logo no início da década de 1980. Portanto, sem nada avisar aos seus leitores e sem nenhum motivo importante aparente, repentinamente ela deixou de publicar as manchetes otimistas e os editoriais elogiosos ao governo federal, tão comuns até pouco tempo. Nas datas comemorativas nacionais, sempre tão caras à patriótica *Gazeta*, a inflação, o preço da gasolina, a escassez do leite e outros problemas comuns voltaram a ocupar o espaço editorial.

Durante a campanha pela volta das eleições diretas para presidente da República, em 1984, o jornal não se pronunciou oficialmente a favor nem contra. A direção da *Gazeta* parecia se esforçar para retomar o antigo discurso da imparcialidade e neutralidade, que procurou impor ao periódico assim que o adquiriu em 1962; e que vigorou até a tomada do poder nacional pelos militares. No ano de 1985, esta posição – que muitos críticos chamavam de “muralista” – foi ainda mais acentuada. No primeiro dia de janeiro, o editorial “O ano da sucessão” deu como certa a futura eleição de Tancredo Neves (PMDB)<sup>70</sup> contra Paulo Maluf (PDS), no colégio eleitoral, para a Presidência da República; sem, no entanto, emitir juízo de valor sobre tal fato. Consumada a vitória de Tancredo Neves e seu vice José Sarney (recém-saído do PFL para o PMDB), o editorial “OPOSIÇÃO DOMINA O “DEUS” TERRENO” foi publicado:

A Nação viu um momento alto de sua história, ontem. De história de sua marcha democrática, em que o pressuposto de alternância do poder, virtualmente, se consolidou com a votação obtida por Tancredo Neves. [...]. As forças oposicionistas àquelas do sistema dominante atingiram, praticamente, o controle do Estado, que se consumará a 15 de março, sem traumas, sem violências. Alcançaram o aparelho do poder. [...]. Não temos nenhuma ilusão quanto aos Himalaias de dificuldades existentes. Mas é admirável ver que um Tancredo Neves, que estará completando 75 anos pouco antes de sua posse, na consciência da “herança” que assumirá, entende que se trata de um desafio, que terá de dominar e vencer. É um homem de fé. Aqueles que a possuem devem ter, na memória destas horas políticas, a certeza de que assistimos a um recomeço. [...].<sup>71</sup>

<sup>70</sup> O político mineiro foi eleito, mas não tomou posse no dia 15 de março de 1985, porque estava doente. José Sarney assumiu o cargo e presidiu o país até 15 de março de 1990. Tancredo Neves morreu em 21 de abril de 1985.

<sup>71</sup> **OPOSIÇÃO DOMINA O “DEUS” TERRENO.** *Gazeta do Povo*, Curitiba, 16 jan. 1985, p. 3.

A *Folha de Londrina*, que havia sido o primeiro entre os três jornais a defender abertamente o regime militar, tão logo fora instalado em 1964 – mas que depois não encampou os “ideais revolucionários” com tanta empolgação quanto a *Gazeta* e *OEPR* – foi o segundo periódico a abandonar o barco que começava a afundar. Nos anos de 1982-1983, ainda foram publicados raros editoriais com elogios a ações isoladas do presidente Figueiredo – afinal, ele concedera um canal de TV para o grupo de Milanez. Mas, quando 1984 chegou, o editorial “POVO QUER ESCOLHER” inaugurou uma nova fase:

Começa hoje em Curitiba, com um comício que se espera tenha enorme repercussão, a nova e decisiva etapa da campanha pela reimplantação das eleições diretas no País. É uma dura batalha, que já completa mais de 20 anos, pois o povo brasileiro quer sempre ter a participação plena na escolha de seus dirigentes. [...]. A eleição direta é um reclamo de participação e um corolário natural da abertura política. [...]. O povo que quer eleições diretas sabe o que deseja e tem condições de escolher. Já é mais do que tempo de devolver-lhe isto para ver se faz melhor do que o que fizeram nas duas últimas décadas.<sup>72</sup>

Até abril daquele ano, quando a emenda que propunha a volta das eleições diretas para presidente foi derrotada no Congresso Nacional, a *Folha* defendeu em manchetes e editoriais, a plena redemocratização do país. No início de 1985, com a manchete “Terça-feira, o fim da ditadura”<sup>73</sup>, o jornal londrinense usou pela primeira vez tal expressão para definir o regime que se iniciara em abril de 1964. No dia da eleição de Tancredo Neves e José Sarney, o editorial “Um novo Brasil”<sup>74</sup> previa, em tom aliviado e otimista, um futuro melhor para o país com o fim do regime militar.

*O Estado do Paraná* – até porque seu dono, Paulo Pimentel, era deputado federal da base aliada do presidente Figueiredo – foi o único dos três jornais a não abandonar o regime militar até o seu fim. Ainda em março de 1984, em meio à empolgada e empolgante campanha nacional pelas “Diretas-Já”, o diário publicou o editorial “O ontem e o hoje da Revolução de 64”:

A nação comemora hoje duas décadas da Revolução de março de 1964. São 20 anos que atestam o esforço dos governos revolucionários para devolver o País à normalidade institucional. [...]. O povo inteiro e as Forças Armadas foram irmanados na mesma aspiração de restaurar a legalidade, revigorar a democracia, restabelecer a paz e promover o progresso e a justiça social.

<sup>72</sup> **POVO QUER ESCOLHER.** *Folha de Londrina*, Londrina, 11 jan. 1984, p. 2.

<sup>73</sup> **Terça-feira, o fim da ditadura.** *Ibid.*, 13 jan. 1985, p. 1.

<sup>74</sup> **Um novo Brasil.** *Ibid.*, 15 jan. 1985, p. 2.

[...]. Enfim [na eleição do próximo presidente, no ano que vem,], a Revolução coroará a sua institucionalização jurídica, devolvendo o País à esteira que o levará à plenitude democrática.<sup>75</sup>

Desta maneira, *OEPR* se posicionou contra a volta das eleições diretas e seguiu publicando editoriais e manchetes elogiosas a João Figueiredo – de quem Pimentel ganhara a concessão da TV Naipi –, até o encerramento do mandato do presidente. Foi, pelo menos, um gesto de agradecimento e fidelidade por tudo que este grupo político-empresarial paranaense havia recebido durante os 21 anos de regime militar. Pode ser interpretado, ainda, como um gesto de coragem: não abandonou o barco – como fizeram, comodamente, os outros dois grupos de comunicação – no momento em que se aproximavam irreversíveis, as correntezas da mudança e da derrota políticas.

Estas foram, em resumo, as linhas editoriais adotadas pelos três jornais<sup>76</sup>, e que estiveram sempre em consonância com aquele modelo de imprensa paranaense “chapa-branca”, onde se destacava o viés adesista-situacionista em relação ao comando do Palácio Iguazu e do Executivo nacional. Isto contribuiu, certamente de maneira decisiva, para que os respectivos grupos de comunicação obtivessem suas concessões de televisão – ou, no caso da *Gazeta*, as transferências de canais comprados –, recebessem apoio logístico-financeiro, e contassem com fartas verbas publicitárias oficiais<sup>77</sup>; a partir dos quais estruturaram e desenvolveram seus negócios empresariais.

Quando a televisão chegou a Curitiba ainda em caráter experimental, em julho de 1954, a primeira etapa do sistema de radiodifusão já estava razoavelmente estruturada no Paraná, com emissoras de rádio funcionando – às vezes mais de uma – em praticamente todas as principais cidades do estado. Esta realidade paranaense, como já ocorrera em São Paulo e no Rio de Janeiro no início daquela década, foi importante porque serviu de base ao surgimento da televisão em Curitiba, e posteriormente no interior. Isto, porque foi no sistema de rádio que as primeiras emissoras de TV buscaram os recursos humanos especializados

<sup>75</sup> **O ontem e o hoje da Revolução de 64.** *O Estado do Paraná*, Curitiba, 31 mar. 1984, p. 4

<sup>76</sup> Logicamente, este posicionamento político-editorial dos proprietários dos jornais determinou também o tipo e a qualidade do telejornalismo produzido por suas respectivas emissoras de televisão. Como ficou demonstrado em casos de entrevistas e programas de debates nos quais as equipes de jornalismo de TVs combinavam, com a assessoria de imprensa do Palácio Iguazu, o que seria perguntado para o governador (JAMUR JÚNIOR, 2001, p. 67-69). Esta maneira característica de construir a reportagem política pelo telejornalismo paranaense é o tema principal do livro *Ações e relações de poder*, de SOMMA NETO (2007).

<sup>77</sup> Levantamento estatístico relativo aos espaços publicitários dos três jornais não foi realizado, porque não fazia parte da metodologia e dos objetivos deste estudo, mas com a minuciosa leitura efetuada foi possível perceber a grande presença de anúncios de empresas e órgãos dos governos estadual e federal nas páginas deles, ao longo do período pesquisado.



necessários à implantação e ao funcionamento delas: técnicos de som, programadores, redatores, radioatores, radioatrizes, locutores-apresentadores e outros profissionais.

Na capital, operavam em 1954 sete estações radiofônicas, entre as quais a pioneira, Clube Paranaense<sup>78</sup>. Em 1985, estavam no ar cerca de 20 emissoras de rádio em Curitiba, segundo dados pesquisados na *Gazeta do Povo*. Entre elas, estava nas décadas de 1960 e 1970 a Rádio Iguaçu, cuja concessão foi de Paulo Pimentel, dono de *OEPR* e que, posteriormente, viria a possuir três canais de televisão.

Em São José dos Pinhais, cidade vizinha de Curitiba, a Rádio Paranaense, de propriedade do advogado Nagibe Chede, funcionava desde 1948. O empresário – um dos líderes do movimento “Pró-Televisão”, em 1954 – também possuía a Rádio Curitiba, operando na capital desde 1949. Chede seria, em 1960, o concessionário da TV Paranaense, a primeira a ser inaugurada no estado. Em maio de 1954, entrou no ar a segunda emissora de Ponta Grossa, a Rádio Central do Paraná. A primeira, Rádio Clube Pontagrossense, já operava desde 1940. Outras estações de rádio foram sendo inauguradas, atingindo o número de 8, em 1985 (MIKAELLI, 2006, p. 7-14).

Somente em junho de 1955, entrou no ar a Rádio Difusora, segunda emissora da cidade de Londrina. A pioneira Rádio Londrina funcionava desde novembro de 1943. Segundo Pinheiro (2001, p. 100), Londrina contava com 14 estações radiofônicas em operação no ano de 1985, entre as quais a Folha FM, de propriedade de João Milanez, inaugurada em novembro de 1979. Milanez foi concessionário original de uma emissora de televisão e sócio de outra.

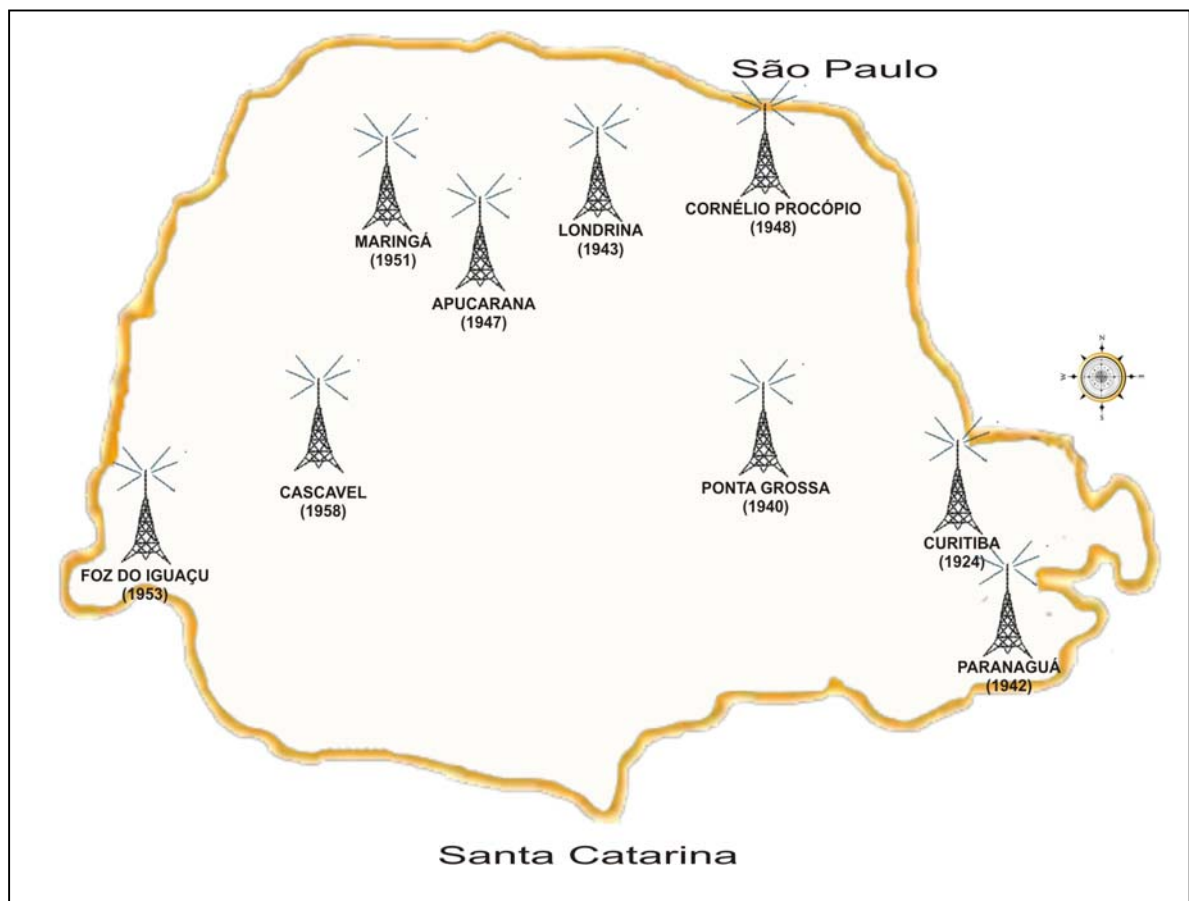
Em Maringá, apenas a Rádio Cultura funcionava no ano de 1954. Inaugurada em junho de 1951, ela pertencia ao radialista e empresário Samuel Silveira, que na década de 1970 seria também concessionário da primeira emissora de televisão daquela cidade. Em meados da década de 1980, operavam em Maringá cerca de dez estações de rádio. Em Cascavel, a primeira estação, a Rádio Colméia, só foi inaugurada em 1958, e a cidade contava com cinco emissoras radiofônicas em 1985. Em Cornélio Procopio, a primeira a funcionar foi a Rádio Cornélio, em setembro de 1948. Aquela cidade chegou a 1985 com quatro emissoras de rádio.

---

<sup>78</sup> A primeira emissora a funcionar no estado foi a Rádio Clube Paranaense, inaugurada em Curitiba em 27 de junho de 1924, apenas dois anos após a chegada oficial do rádio ao Brasil, no Rio de Janeiro em 7 de setembro de 1922. Parte da história do rádio no país está em: CALABRE (2004), FEDERICO (1982) e SAMPAIO (1984).

Na cidade de Apucarana, já estava no ar a Rádio Difusora, inaugurada em maio de 1947. A segunda emissora, também AM, foi a Rádio Cultura, que entrou em operação em 1959. Ela pertencia a um grupo de sócios liderado por Samuel Silveira, de Maringá. Em 1981, começou a funcionar a Rádio Cultura Novo Som FM, pertencente a José Ignácio Neto. Foz do Iguaçu contava com a Rádio Cultura de Foz, inaugurada em 1953. A segunda emissora radiofônica, Rádio Itaipu FM, entrou em funcionamento apenas em 1979. A terceira, Rádio Foz, foi ao ar somente em 1987.

Mapa 2 – As principais cidades do Paraná com emissoras de rádio; ano de inauguração da primeira (1924-1960)



Fonte: pesquisa do autor, com arte de Nadir Chaiben.

Normalmente de propriedade familiar ou fruto de sociedades entre pequenos empresários e profissionais liberais, as emissoras de rádio se espalharam pelas médias e, inclusive, pequenas cidades do Paraná, na segunda metade do século XX. Notadamente no

período do regime militar, de 1964 a 1985, as concessões para o funcionamento das emissoras foram decretadas em Brasília às dezenas, para parentes de políticos aliados que fossem lideranças regionais ou municipais.

O procedimento federal de distribuição de outorgas para a operação de estações radiofônicas – embasado em compromissos políticos e eleitorais com o poder central – não foi uma exclusividade ocorrida nas relações com os concessionários do Paraná, pois era comum nas demais unidades da federação; e, de maneira ainda mais marcante nas regiões nordeste e norte do país (REIS, 1985, p. 43-47).

Como consequência dessa política federal de concessões, em 1972 o Paraná contava com 104 emissoras de rádio, das quais 100 operavam em Amplitude Modulada (AM) e apenas quatro em Frequência Modulada (FM). No país inteiro, naquele ano estavam no ar 1.004 estações radiofônicas, das quais somente 32 em FM. Em 1985, o número de emissoras de rádio tinha subido no Paraná para 196 – das quais 44 em FM – e, no Brasil, para 1.895, entre elas 496 em FM. O Paraná era, em 1985, o quarto estado brasileiro com maior número de estações radiofônicas, atrás somente de São Paulo (399 emissoras), Rio Grande do Sul (222) e Minas Gerais (216).<sup>79</sup>

O conhecimento sobre este campo comunicacional paranaense é importante porque, como se verá no próximo capítulo, entre os donos de jornais e de estações de rádios encontravam-se os futuros concessionários das emissoras de televisão do Paraná. Dos oito concessionários – que obtiveram os 12 canais de TV que entraram em operação no estado, no período pesquisado –, somente dois empresários não eram donos de jornal, mas possuíam duas estações radiofônicas cada. Igualmente, apenas dois outros não tinham concessão de emissora de rádio, mas eram donos de jornal.

### **1.3 A presença das televisões nos três jornais: espaços e conteúdos diferenciados**

Foi bastante específica e diferenciada a maneira como cada um dos três jornais – *Gazeta*, *OEPR* e *Folha* – registrou a trajetória das 12 emissoras de televisão no Paraná, durante o período de 1954 a 1985. A cobertura jornalística daqueles diários sobre os assuntos ligados ao cotidiano das TVs variava, obviamente, conforme a linha editorial, os interesses

---

<sup>79</sup> Os dados estatísticos aqui apresentados são do ALMANAQUE ABRIL (1976, p. 277; 1986, p. 675).

econômicos e políticos, e a diversidade do público de cada jornal – sempre definidos por seus proprietários e executados pela sua equipe de profissionais. Em consequência destas diversas condicionantes, o tipo de presença que cada emissora teve em cada um dos diários, foi alterado várias vezes ao longo do tempo, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto do qualitativo.

Após os primeiros contatos entre os líderes do “Pró-Televisão no Paraná” e os três jornais, em 1954, marcadamente comerciais, com a publicação de documentos daquele movimento mediante anúncios pagos, pouca mudança ocorreria naquela relação nos anos seguintes. Até porque o grupo que organizava a Televisão Paraná S. A. estava subordinado aos interesses do novo concorrente no campo comunicacional paranaense: Assis Chateaubriand, que em março de 1955 havia lançado, em Curitiba, o *Diário do Paraná*.

Apesar disso, a televisão foi descrita em geral pelos três jornais como um veículo da modernidade, do progresso e do desenvolvimento, até 1960, quando da inauguração das duas primeiras emissoras no estado. Entretanto, às vezes tomadas pelos diários como simples concorrentes no plano empresarial – porque ambos os meios de comunicação disputariam os mesmos anunciantes –, as emissoras eram colocadas no limbo do esquecimento pela imprensa. Este tipo de relação – que causava o desaparecimento das TVs das páginas dos periódicos – não mudou inteiramente nas décadas posteriores, e até sofreu acirramento a partir do momento em que os proprietários dos dois jornais curitibanos se tornaram, também, concessionários de canais televisivos.

Ainda assim, as emissoras de televisão contaram, ao longo daquele período, sob diferentes formas, com notícias e informações acerca do seu funcionamento nos três principais diários paranaenses. Certamente, o número de publicações e o espaço ocupado pelos canais variaram de acordo com o grau de importância que cada jornal – aqui, se entendam os seus donos, sua linha de atuação e equipe editorial – deu aos fatos ligados a cada uma das emissoras. Isto porque, como observou Beltrão (1984, p. 47-48), faz parte do ofício do jornalismo selecionar, interpretar, editar e transformar o fato ocorrido em notícia publicada – ou não – de acordo com as circunstâncias, filtros e interesses. Não seria diferente com a televisão.

Isto tudo, porém, dentro do parâmetro que cada empresa jornalística estabeleceu, em sua linha editorial, como mais adequado para ela própria e para os seus leitores; e de maneira

que os conteúdos publicados não atrapalhem as relações comerciais do jornal com seus anunciantes mais significativos. Além disto, os jornais não são empresas com interesses apenas comerciais e estão submetidos, também, às pressões políticas e ideológicas de seu tempo e espaço social. Como analisa Bourdieu (1997, p. 103-104):

[...]. Sem esquecer o poder simbólico excepcional conferido às grandes autoridades do Estado pela capacidade de definir, por suas ações, suas decisões e suas intervenções no campo jornalístico (entrevistas, entrevistas coletivas etc.), a *ordem do dia* e a hierarquia dos acontecimentos que se impõem aos jornais.

Entre os diferentes espaços e conteúdos disponibilizados pela *Gazeta do Povo*, *O Estado do Paraná* e *Folha de Londrina* para a divulgação jornalística – aquela que, no Brasil, pressupõe a gratuidade – dos fatos ligados às TVs, seis foram os principais: capas, manchetes, editoriais, colunas, textos em páginas internas, e quadros com as programações. A estes, foi somada outra maneira de divulgar o universo televisivo, contudo não jornalística: a compra de espaços em capas dos jornais para a veiculação de anúncios de emissoras. A tabela 1 ilustra numericamente como se deu a aparição conjunta das 12 emissoras paranaenses de televisão, nos três jornais, no período pesquisado:

Tabela 1: A presença das 12 emissoras de TV nos três jornais (1954-1985)

	<b>Gazeta do Povo</b>	<b>O Estado do Paraná</b>	<b>Folha de Londrina</b>
Capas	5	21	48
Manchetes	0	2	9
Editoriais	1	3	7
Colunas	5	1	6
Textos Informativos	6	29	57
Quadros Programações	7	7	4
Anúncios	23	16	11

Fontes: *Gazeta do Povo*, *O Estado do Paraná* e *Folha de Londrina* (1954-1985).

Como a tabela deixa evidente, a *Folha de Londrina* foi o diário que dedicou maior e mais qualificado espaço à divulgação dos assuntos ligados à televisão; com destaque para a quantidade de textos publicados em capas, o número de editoriais destinados ao tema, e os textos presentes em páginas internas. Além de o número de vezes que assuntos ligados à TV estiveram presentes na capa da *Folha* ter sido quase o dobro do registrado nos outros dois jornais, o diário londrinense deu maior espessura jornalística ao tema. Isto fica comprovado com a publicação de nove manchetes sobre o assunto, contra apenas duas manchetes veiculadas em capas de *OEPR* e nenhuma na *Gazeta*.

A análise do material publicado nas capas demonstra, ainda, que os jornais curitibanos priorizavam as emissoras pertencentes aos seus respectivos grupos empresariais. Das cinco notas publicadas em capas pela *Gazeta*, três foram sobre a TV Paranaense a partir de 1969, ano em que a emissora foi comprada pelos proprietários deste diário. Antes disto, nenhuma nota havia sido veiculada em capa da *Gazeta* sobre televisão, apesar de que Curitiba já possuía três canais em funcionamento; dois deles havia quase uma década. Uma nota foi sobre a participação do ministro das Comunicações, Euclides Quandt de Oliveira, em um congresso de radiodifusão, no dia 2 de maio de 1978, em Cascavel (PR). Somente a 5ª nota de capa foi a respeito de uma emissora de grupo concorrente. Ela informou, em nove linhas e sem texto interno, a inauguração da TV Curitiba, Canal 2, ocorrida no dia 22 de julho de 1982.

Em *O Estado do Paraná*, dos 21 textos publicados em capas, apenas quatro foram sobre emissoras não pertencentes ao mesmo grupo do periódico. Destas, duas foram para criticar o empresário e adversário Oscar Martinez, concessionário das TV Tropical, de Londrina, e TV Paraná, de Curitiba. As outras duas foram sobre as concessões das emissoras TV Tarobá, de Cascavel, e TV Curitiba, da capital. Dentre os 21 textos, somente dois foram publicados como manchetes de capa. Ambos tratavam de interesses políticos que o dono de *OEPR*, Paulo Pimentel, possuía relacionados com suas emissoras de televisão.

A primeira daquelas manchetes do jornal curitibano foi: “Quandt: a Coroados será fechada”.<sup>80</sup> A afirmação do ministro das Comunicações, Euclides Quandt de Oliveira, era sobre a TV Coroados de Londrina, na época pertencente a Oscar Martinez. Ele havia adquirido a emissora em maio de 1976, do também dono de *OEPR*, Paulo Pimentel, que em 1979 tentava anular na Justiça aquela negociação e tinha, portanto, interesse na manutenção da concessão da TV. A segunda manchete – “Depois dos jornais, governo de Richa boicota

---

<sup>80</sup> **Quandt: a Coroados será fechada.** *O Estado do Paraná*, Curitiba, 04 mar. 1979, p. 1.

emissoras de TV”<sup>81</sup> – tratava de uma suposta discriminação que o governador do Paraná, José Richa (PMDB), estaria cometendo, no repasse de verbas publicitárias oficiais, contra os dois jornais e as três emissoras pertencentes ao grupo de Pimentel: TV Iguaçu, TV Tibagi e TV Naipi.

Dos 48 textos publicados em capas pela *Folha de Londrina*, 27 foram produzidos antes da concessão da TV Tarobá ao dono do jornal, João Milanez, em junho de 1976. Portanto, aqueles textos e respectivas cinco manchetes estavam relacionados com outras emissoras do estado – normalmente a TV Coroados, de Londrina, ou a TV Tibagi, de Apucarana. Nenhuma manchete envolvia canal de televisão de Curitiba.

Entretanto, depois que o grupo *Folha* obteve a concessão da TV Tarobá, as quatro manchetes publicadas foram sobre aquela emissora pioneira na região oeste do Paraná. Na primeira escrevia-se: “Concedida TV de Cascavel para a Folha de Londrina”.<sup>82</sup> A segunda e a terceira manchetes eram relativas, respectivamente, à empolgação de autoridades de Cascavel com o futuro funcionamento da emissora e a assinatura do contrato de concessão em Brasília. A última – “Está no ar a TV Tarobá”<sup>83</sup> – foi sobre o início do funcionamento da emissora, em caráter experimental.

Quanto aos editoriais referentes a assuntos ligados à televisão no estado, como mostra a tabela 1, a *Folha* publicou sete editoriais, ou seja, quase o dobro dos veiculados pelos outros dois jornais. A *Gazeta* publicou apenas um, com o título “Paraná, uma grande aldeia”.<sup>84</sup> O editorial comentava sobre a importância da inauguração do Centro de Televisão de Londrina, montado em parceria pela Embratel e Telepar. O texto citava o teórico canadense Marshall McLuhan, criador da expressão “aldeia global”, mas não o governador do Paraná, Paulo Pimentel, o principal responsável pela montagem do primeiro centro de TV do interior do estado. Certamente, este “esquecimento” se deu porque Pimentel era também dono de dois jornais e duas emissoras de televisão concorrentes do grupo *Gazeta*.

*O Estado do Paraná* veiculou três editoriais sobre o tema. O primeiro foi a reprodução de um editorial publicado, no dia anterior, pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. “Censura, até quando?”<sup>85</sup>, era o título do texto opinativo que comentava a pressão política e econômica que

<sup>81</sup> **Depois dos jornais, governo de Richa boicota emissoras de TV.** *O Estado do Paraná*, Curitiba 01 dez. 1985, p. 1.

<sup>82</sup> **Concedida TV de Cascavel para a Folha de Londrina.** *Folha de Londrina*, Londrina, 01 jul. 1976, p. 1.

<sup>83</sup> **Está no ar a TV Tarobá.** *Ibid.*, 12 jan. 1979, p. 1.

<sup>84</sup> **Paraná, uma grande aldeia.** *Gazeta do Povo*, Curitiba, 31 maio 1970, p.3.

<sup>85</sup> **Censura, até quando?** *O Estado do Paraná*, Curitiba, 28 abr. 1976, p. 3.

as emissoras de TV pertencentes a Paulo Pimentel estavam sofrendo, naquele período, dos governos estadual e federal.<sup>86</sup> O segundo editorial foi “Usando o nome em vão”.<sup>87</sup> O texto denunciava que jagunços, contratados por Oscar Martinez – naquela época dono das TVs Paraná e Coroados e inimigo político de Pimentel, dono de *OEPR* – estariam usando o nome do ex-governador Ney Braga, em disputas por propriedades agrícolas no oeste do estado. O texto responsabilizava Braga pela entrada do empresário Martinez no ramo das comunicações, com a compra de um jornal e de uma emissora de televisão em 1974.

O terceiro e último editorial, publicado pelo *OEPR* com o título “Dois anos de boicote”,<sup>88</sup> afirmava que havia 24 meses que o governador Jaime Canet Júnior (ARENA) não repassava um centavo sequer, em forma de verba publicitária pública, para os dois jornais – *OEPR* e a *Tribuna do Paraná* – e as duas estações do grupo Paulo Pimentel: TV Iguazu e TV Tibagi. Como demonstrado, os raros editoriais de *O Estado do Paraná* foram utilizados, na sua totalidade, na defesa exclusiva dos interesses econômicos e políticos de seu proprietário, Paulo Pimentel.

Na *Folha*, ao contrário do que se registrou em *OEPR*, apenas um dos sete editoriais tratava da emissora de TV pertencente ao próprio grupo. Ainda assim, o tratamento aconteceu de forma indireta, porque o texto “A *Folha* e Cascavel”<sup>89</sup> comentava sobre a ligação diária que o jornal mantinha, havia décadas, com a população daquela cidade da região oeste paranaense, onde somente em 1979 entraria no ar a TV Tarobá. O editorial foi escrito em comemoração à assinatura da concessão do novo canal ao grupo da *Folha de Londrina*, ocorrida em Brasília no dia anterior à publicação. Este foi o último editorial publicado pela *Folha* sobre o tema televisão no Paraná. Dos seis editoriais anteriores, três foram dedicados à TV Coroados, sempre com fartos elogios: pela sua inauguração – em setembro de 1963 –, quando completou cinco anos de funcionamento, e quando chegou aos dez anos no ar.<sup>90</sup>

Os outros três editoriais da *Folha* foram, respectivamente, a respeito da inauguração da TV Tibagi de Apucarana, em julho de 1969; sobre a preocupação do Ministério das Comunicações com a má qualidade da programação da televisão brasileira – com a qual o

---

<sup>86</sup> Uma interpretação histórica daquela crise entre o grupo de Pimentel e o governo do presidente Ernesto Geisel – que culminou com a desfiliação das emissoras pertencentes ao ex-governador da Rede Globo e com a venda da TV Coroados – será realizada no capítulo IV.

<sup>87</sup> **Usando o nome em vão.** *O Estado do Paraná*, Curitiba, 27 fev. 1977, p. 3. O conteúdo deste editorial – importante porque comenta sobre a ligação do empresário Martinez com o grupo político de Ney Braga – será utilizado em análise no Capítulo III.

<sup>88</sup> **Dois anos de boicote.** *Ibid.*, 28 mar. 1978, p. 4.

<sup>89</sup> **A Folha e Cascavel.** *Folha de Londrina*, Londrina, 02 jul. 1976, p. 2.

<sup>90</sup> *Ibid.*, 22 set. 1963, p. 2; 22 set. 1968, p. 3; 21 set. 1973, p. 2.



jornal concordou sem muita veemência –, em setembro de 1971; e em comemoração aos 25 anos da TV Tupi de São Paulo, em setembro de 1975.<sup>91</sup> Nos cinco textos ligados às TVs Coroados, Tibagi e Tupi, não houve análise crítica a respeito da trajetória e papel das emissoras, mas somente elogios ufanistas sobre o pioneirismo dos empreendimentos e de seus concessionários.

Desta forma, a avaliação relativa aos editoriais sobre a televisão no Paraná, durante o período pesquisado, leva à conclusão que aquele espaço – importante do ponto de vista jornalístico e da política editorial de cada diário – foi pouco e mal utilizado nos casos da *Gazeta* e de *OEPR*. Somente a *Folha* usou os textos editoriais com razoável frequência e mediana qualidade reflexiva. É bastante sintomático que – além de apenas 11 editoriais terem sido publicados a respeito de televisão, pelos três jornais, em três décadas – somente um deles tratou da qualidade da programação veiculada pela TV, ainda assim, da brasileira em geral e não das emissoras que operavam no Paraná. Este comportamento de ausência de criticidade, dos periódicos, em relação ao conteúdo veiculado pelo novo meio de comunicação eletrônica, era completamente diferente do demonstrado pelos principais diários de São Paulo e do Rio de Janeiro, de preocupação com o necessário caráter educativo e cultural das emissoras televisivas, como ficou demonstrado pela pesquisa de Barros Filho (2010, p. 69-74).

Certamente, foi nas colunas especializadas – originalmente, em assuntos do rádio e, mais tarde, também nos de televisão – que saiu publicado o maior número de informações a respeito das emissoras de TV do estado. As notas, entrevistas curtas, notícias, fotografias e comentários divulgados – em 12 diferentes colunas diárias ou semanais dos três jornais – possivelmente somaram alguns milhares, apesar de não terem sido quantificados para análise. Aqui é feito tão somente um registro geral de quais foram, como eram e em quais períodos circularam aqueles espaços fixos.

A coluna *Rádio e TV*, do jornal *Gazeta do Povo*, foi publicada pela primeira vez em abril de 1955 e era assinada por um redator que usava o pseudônimo “Mr. Dial”. Curiosamente, ela continha 15 notas curtas sobre locutores, redatores e programas de emissoras de rádio, mas nenhuma sobre a televisão. Na segunda edição da coluna, circularam as primeiras duas notas sobre TV em Curitiba. Esta era a íntegra dos dois textos em conjunto, que não contavam com títulos:

---

<sup>91</sup> *Folha de Londrina*, Londrina, 27 jul. 1969, p. 3; 15 set. 1971, p. 6; 20 set. 1975, p. 2.

Está paralizado o departamento de Reportagens da Z-9. É como já afirmamos: todas as atenções da “Emissora” estão voltadas para a TV. E por falar em TV, não gostamos do espetáculo apresentado na Avenida João Pessoa na quinta-feira que passou. Pouca nitidez e som que deixou muito a desejar. Como experiência, entretanto, aceitável.<sup>92</sup>

A Z-9 a que se referia à primeira nota era, na realidade, o prefixo ZYZ-9, da Rádio Emissora Paranaense, de propriedade de Nagibe Chede – que, como comentou a segunda nota – já se encontrava muito envolvido com as apresentações experimentais, ainda precárias, da TV Paraná, que desde julho de 1954 passava por testes esporádicos. Na página 2 da *Gazeta*, a coluna *Rádio e TV* dividiu, por muitos anos, espaço com outras colunas diárias, como a *Notas Sociais* e a *Cinema*, que divulgava e comentava a programação dos oito cinemas de Curitiba, em 1955. A página continha ainda palavras cruzadas, editais de órgãos públicos e anúncios variados, normalmente de lojas de roupas de Curitiba. Às vezes, a *Rádio e TV* era impressa no segundo caderno e veiculava, além das notas e comentários, pequenas entrevistas ilustradas com fotografias de locutores, rádioatrizes e outros personagens do rádio curitibano. No entanto, era comum a coluna passar vários dias, semanas seguidas sem publicar sequer uma nota sobre televisão.



Fotografia 1 – A coluna *Rádio e TV*, escrita por “Mr. Dial”.<sup>93</sup>

<sup>92</sup> *Gazeta do Povo*, Curitiba, 02 abr. 1955. *Rádio e TV*, p. 2.

<sup>93</sup> *Ibid.*, 20 nov. 1955, p. 13.

Na *Gazeta do Povo*, em 1955 e nos anos seguintes, o redator da coluna *Rádio e TV* passou a cobrar, constantemente, pelas providências que levassem à concretização do projeto de uma televisão curitibana. Em um destes textos, o colunista comentou que estava colecionando cartas de leitores que perguntavam sobre a situação e o futuro da televisão em Curitiba: “O que é que há com a TV de Curitiba? Nós não sabemos coisa alguma a respeito do assunto. Quem sabe?... Nada mais que um silêncio absoluto, tétrico mesmo...”<sup>94</sup>

Em algumas edições, aquela coluna publicou, inclusive, listas com dezenas de nomes de leitores que teriam escrito à redação da *Gazeta* questionando sobre a demora na chegada da televisão no Paraná. De vez em quando, o redator “Mr. Dial” voltava ao tema:

E a TV? Continuam sem respostas as perguntas que dizem respeito à TV local. A última informação que obtivemos, sem caráter oficial, nos dava conta de mudança radical da alta direção dessa organização. As informações adiantam que os novos maiorais estavam empenhados numa verdadeira batalha para resolverem de uma vez por todas, todos os problemas. Oxalá isso se concretize, e a resposta surja afinal.<sup>95</sup>

A citada mudança na direção da TV Paraná, como anos depois seria confirmada, fora a separação de Nagibe Chede da sociedade liderada por Raul Vaz. Chede saiu em busca de organizar sua própria televisão, alegando inconformismo com a demora do grupo de Chateaubriand em investir na emissora curitibana.

A coluna *Rádio e TV* foi publicada nos anos de 1955 a 1960, de 1962 a 1966, de 1968 a 1970, e por último em 1972-1973. Em 1970 e em 1972, ela circulou apenas semanalmente, nas edições de domingo da *Gazeta*. A partir de 1968, o espaço foi assinado por Ubiratan Lustosa e passou para o segundo caderno, quase que completamente dedicado à cultura e sociedade. Nos meses e anos em que ela deixou de ser publicada, entre 1955 e 1973, a *Gazeta* publicou as colunas *TV* (1961, 1964 e 1967) e *Nossa Tevê* (1971-1972). A coluna *Rádio e TV* também conviveu, simultaneamente, com outras duas colunas fixas que tratavam de assuntos televisivos: *Imagem e Som* e *Canal 12 na Gazeta*.

A coluna *Rádio e TV* foi o único espaço – dos três diários, durante todo o período pesquisado – onde se discutiu, ainda que brevemente, a questão política envolvida aos processos de outorga de canais televisivos no estado. De acordo com algumas notas

<sup>94</sup> *Gazeta do Povo*, Curitiba, 12 out. 1955. *Rádio e TV*, p. 11.

<sup>95</sup> *Ibid.*, 20 nov. 1955. *Rádio e TV*, p. 13.

publicadas na *Gazeta*, em agosto e setembro de 1964, a disputa pela concessão da terceira emissora para Curitiba estaria acirrada entre os sócios da Rádio Clube Paranaense e Paulo Pimentel, que já planejava sua campanha eleitoral para o governo do Paraná em 1965. O responsável pela *Rádio e TV*, que não assinava a coluna, defendia a concessão do futuro canal para a Rádio Clube, que estava no ar havia 40 anos e pleiteava, segundo ele, uma emissora de TV desde 1957.

*O Estado do Paraná*, possivelmente por pertencer a Pimentel, e a *Folha de Londrina* – não foi possível confirmar por qual motivo – nada publicaram sobre a concorrência pela nova emissora de televisão da capital. Em outubro e novembro de 1964, a *Gazeta* – que não fazia mais oposição ao governo de Ney Braga desde 1962, quando mudou de proprietário – seguiu defendendo o canal de TV para o grupo da Rádio Clube Paranaense. O redator da coluna *Rádio e TV* argumentava que a outorga deveria beneficiar o grupo da Rádio Clube porque ele era “o mais antigo do setor de radiodifusão no Paraná” e tratava-se de “um grupo de comunicação apolítico”.

Entre as poucas notas publicadas sobre o assunto, destacou-se o texto intitulado “QUESTÃO DE JUSTIÇA”, que ocupou inteiramente uma coluna *Rádio e TV*. A seguir, trechos dele:

Intensa é a luta que, nos bastidores, vem-se realizando, visando a obtenção do terceiro canal de Televisão em Curitiba. [...]. Segundo se sabe, dentre os critérios atuais para a concessão de um Canal de Televisão, figura a preferência que deve ser dada a grupos NÃO POLÍTICOS. Assim, Deputados, Senadores, Governadores, Secretários e outros homens públicos, em cujas mãos a TV poderia tornar-se arma política, devem ter preteridas as suas pretensões, deixando-se a exploração de tal meio de difusão a Grupos que, apolíticos, tenham por objetivo o consagrado lema de educar e divertir, informar e instruir. No caso presente, configura-se a luta entre um Grupo Político – o do Sr. Paulo Pimentel, DD. Secretário de Agricultura – e um Grupo Apolítico – o da PRB-2 RÁDIO CLUBE PARANAENSE. Estamos entre aqueles que admiram o Sr. Paulo Pimentel, pela sua excelente participação no Govêrno do Paraná. [...]. Não obstante, parece-nos que S. Excia. deveria abster-se de entrar na luta pela obtenção de um Canal de TV, apoiando um Grupo que, apolítico, não sofresse as injunções que a vida pública impõe. À veterana PRB2, cujo passado de 40 anos a serviço da radiofonia brasileira encerra um atestado de idoneidade e respeito, parece-nos que seria conveniente, em benefício do próprio público paranaense, conceder-se um Canal de TV. [...]. Não pode negar, o colunista, que faz torcidas no sentido de que a TV LÍDER LTDA. – que representa o Grupo da Rádio Clube Paranaense – obtenha a concessão do Canal 4, ficando a TV

IGUAÇU S.A. – que abrange o grupo do Sr. Paulo Pimentel, preterida dessa vez. Cremos, firmemente, ser uma questão de Justiça. [...].<sup>96</sup>

Entre as “qualidades” da direção da PRB2 destacadas no texto, pelo redator da *Rádio e TV*, estava a de enquadrar-se “perfeitamente no espírito que presidiu a Revolução de Março, da qual participou ativamente”. Nem isto foi suficiente, no entanto, para garantir ao grupo da rádio curitibana a pretendida emissora de TV. O novo canal foi concedido, em 1965, pelo presidente Castelo Branco a Paulo Pimentel, como será analisado nos próximos capítulos. No fim de novembro de 1964, possivelmente já com informações dos bastidores políticos sobre qual seria o desfecho da licitação, o colunista da *Gazeta* chegou a defender que cada concorrente – Rádio Clube Paranaense e Paulo Pimentel – recebesse a concessão de um canal de televisão.

A coluna dominical *Canal 12 na Gazeta*, assinada por Paulo de Tarso Camargo, foi lançada em março de 1969, no caderno imobiliário, e, como o próprio nome estabelecia, só divulgava assuntos ligados à TV Paranaense, adquirida de Nagibe Chede pelo grupo daquele jornal havia poucas semanas. Semelhantemente, a coluna semanal *Nossa Tevé*, publicada aos sábados e sem identificação do redator, informava e comentava apenas temas sobre a programação e o pessoal do Canal 12.

A coluna diária *TV*, publicada pela primeira vez no segundo caderno em janeiro de 1961, não era assinada. Ela foi, na realidade, um desmembramento da antiga *Rádio e TV*, porque outra coluna, chamada *Rádio*, seguiu sendo publicada pela *Gazeta* todos os dias. Às vezes, ambas dividiam espaço numa mesma página. A *Rádio*, também com autor não identificado, era quase sempre maior e ocupava espaço comumente nas páginas internas do segundo caderno.

Assinada pelo redator Paulo Brasil, a coluna *Imagem e Som* foi lançada em junho de 1963 e durou só até o final daquele ano. Ela era um novo e temporário nome para a antiga *Rádio e TV*, que posteriormente voltaria a ser publicada com produção daquele jornalista. No segundo semestre de 1973, já sob a responsabilidade de Ubiratan Lustosa, aquela coluna, então dominical, circulou algumas vezes no segundo caderno até desaparecer,

---

<sup>96</sup> **QUESTÃO DE JUSTIÇA.** *Gazeta do Povo*, Curitiba, 23 set. 1964. 2º caderno, p. 2.

definitivamente, em novembro daquele ano. De 1974 a 1985, a *Gazeta* não publicou mais coluna fixa especializada em assuntos relacionados à televisão do Paraná.<sup>97</sup>

Ao longo dos anos em que contou com o espaço especializado, diferentes colunistas da *Gazeta* fizeram – ainda que em raras oportunidades e de maneira pontual – algumas críticas sobre a má qualidade da programação, do pessoal e, inclusive, da quantidade e qualidade dos intervalos comerciais dos canais de TV em operação em Curitiba. Como aconteceu na *Rádio e TV*, sem autor identificado, em uma única nota daquela edição, intitulada “O mundo difícil dos comerciais”:

Não só de programação de maior fôlego, pela carência de bons produtores, se ressentem a nossa televisão. Também na parte que diz respeito aos comerciais, há muita falha e muita calamidade nos tubos cá da terra. Dizem alguns, que não se trata de fato inédito, porque, em muitos do país, a coisa funciona na mesma base, isto é, muito de desatenção para com o público, e muito de carbono do que já foi feito por aí a fora. Isso, positivamente, não está certo. Em determinadas ocasiões, o comercial chega a representar até uma maior atração que o próprio programa. Quando este, naturalmente, é do “calibre” de muitos que assistimos por aqui. [...].<sup>98</sup>

Menos de um mês depois, o colunista voltou ao tema dos comerciais com a nota “TELE-MAU GÔSTO”, a segunda entre seis publicadas naquele dia. No texto da *Rádio e TV*, era criticada a qualidade de uma propaganda de loja que ofertava aparelhos sanitários. Comentando que a situação apresentada no comercial colocava em constrangimento o ator no papel de garoto-propaganda, o redator defendia, nas entrelinhas, algum tipo de censura ou regulamentação para os materiais veiculados pelos canais de TV: “A verdade é que há coisas, da mesma forma muito comuns, que se não deve expor em público, mui principalmente na televisão.”<sup>99</sup>

Quase dez anos mais tarde, a mesma coluna *Rádio e TV* assinada na época por Ubiratan Lustosa defendeu, novamente, a necessidade de limites aos conteúdos divulgados pela televisão brasileira. Esse fato ocorreu ao comentar, na nota “Barbas de molho”, a retirada

---

<sup>97</sup> Entre 1974 e 1985, a *Gazeta* publicou, em períodos não contínuos, duas colunas diárias – *Jornal do Ibrahim Sued* e *Jornal da TV* – e um tabloide dominical, *Revista da Tevê*, que tratavam de assuntos ligados ao dia-a-dia da televisão brasileira. Os três eram produzidos no Rio de Janeiro; a *Jornal da TV* era assinada por Eli Halfoun; e a revista continha normalmente oito páginas.

<sup>98</sup> **O mundo difícil dos comerciais.** *Gazeta do Povo*, Curitiba, 07 maio 1964. *Rádio e TV*, p. 2

<sup>99</sup> **TELE-MAU GÔSTO.** *Ibid.*, 04 jun. 1964. *Rádio e TV*, p. 2.

do ar por dois meses do “Programa Flávio Cavalcanti”, da TV Tupi do Rio de Janeiro, imposta pelo Ministério das Comunicações a pedido de órgãos da censura federal:

Quando a gente liga o aparelho de televisão, espera encontrar algo agradável, que nos distraia, informe, instrua, divirta ou, pelo menos, ajude a passar o tempo. Nunca se espera levar uma bofetada, certo? Pois é. Mas não são poucos os apresentadores, em todo o Brasil, que se constituem em autênticos agressores, dando verdadeiras bofetadas nos telespectadores que os assistem. [...]. Vez ou outra, portanto, é preciso que alguém leve um puxão de orelhas, recebendo um “gancho” de 60 dias, para que todos façam uma retomada de posição, compenetrando-se melhor de suas responsabilidades. A suspensão de Flávio Cavalcanti, sem entrarmos no mérito da questão, é um alerta para todos os apresentadores do Brasil. [...]. E como dizia minha mãe, “quando a gente vê a barba do vizinho arder, bota a da gente de molho”. Façam isso, senhores.<sup>100</sup>



Fotografia 2 – A coluna *Sintonizando*, escrita por Norberto Castilho.<sup>101</sup>

*O Estado do Paraná* publicou a coluna *Sintonizando*, especializada em assuntos ligados mais ao rádio do que a TV, de 1954 a 1959. Assinado por Norberto Castilho, o espaço constava normalmente no primeiro caderno. Sem título, a primeira nota divulgada por aquela coluna sobre o futuro da televisão em Curitiba comentou haver esperança de que, em breve, ela seria realidade na capital, porque “além da TV Paraná, que continua em organização,

<sup>100</sup> **Barbas de molho.** *Gazeta do Povo*, Curitiba, 25 mar. 1973. *Rádio e TV*, Caderno 2, p. 13. O “Programa Flávio Cavalcanti” ia ao ar nas noites de domingos e era um dos líderes de audiência da Rede Tupi, tendo por isto provocado naquele ano o lançamento do programa nacional “Fantástico”, pela Rede Globo. Disponível em: <<http://www.tudosobretv.com.br>>. Acesso em: 30 nov. 2001.

<sup>101</sup> *O Estado do Paraná*, Curitiba, 31 jan. 1958, p. 11.

confiamos nos progressos da técnica americana”.<sup>102</sup> Aquela edição da *Sintonizando* continha outros dez textos curtos, um deles sobre a “elogiável qualidade da programação” da televisão inglesa BBC, de Londres, sem, no entanto, entrar em detalhes sobre ela. A nota a respeito da TV Paraná era a quarta, na ordem de leitura, naquela coluna.

Como é possível deduzir, o colunista Castilho idealizava, para a nascente televisão paranaense, algo que resultasse da soma da tecnologia industrial norte-americana com o conteúdo da produção britânica. Ideal que nunca seria alcançado, como o futuro demonstrou. Nas páginas de *OEPR*, a *Sintonizando* dividia espaço com anúncios, palavras-cruzadas, tiras de histórias em quadrinhos, charges e outras colunas especializadas: *Teatro*, *Jornal da Tela* – com comentários sobre filmes em produção ou recém-lançados – e *Onde iremos hoje*, com a programação das atrações em cartaz nos cinemas de Curitiba.

Com publicação diária, a coluna *Sintonizando* comumente aparecia subdividida em três partes: na abertura, um texto maior, sem título, contendo entrevista e foto de radialista, radioatriz, cantor ou outro personagem; depois, a seção “Discomania”, sobre lançamentos e sucessos musicais; e, ao final, “Fatos em foco”, com pequenas notas a respeito de emissoras, radialistas, associações profissionais, novas estações de rádio etc. De maneira geral, era nesta última parte que apareciam os textos curtos sobre os acontecimentos da televisão.

Aquele espaço fixo do periódico curitibano cobriu, com entusiasmo e regular frequência, as experiências iniciais da equipe técnica da futura televisão de Nagibe Chede. O colunista da *Sintonizando* registrou, como ocorria em a *Gazeta do Povo*, a ansiedade dos leitores em relação à demora na realização do sonho da TV regional:

Não são poucos os leitores e amigos que nos indagam acerca da situação da TV Paraná. Como se sabe, foram lançadas à venda milhares de ações da Rádio e Televisão Paraná S. A. (em organização), tendo o Dr. Raul Vaz como incorporador. Grande número dessas ações foi adquirido por proprietários de estações de rádio [...]. Entretanto, a maior parte das ações da TV Paraná, segundo temos informação de fonte digna de crédito, foi absorvida pela organização do Sr. Assis Chateaubriand. Podemos adiantar, mesmo, que se espera montar os transmissores da primeira TV curitibana dentro dos próximos 12 meses.<sup>103</sup>

Em 1957 e 1958, foram frequentes as matérias e notas, nessa coluna especializada de *OEPR*, a respeito das transmissões experimentais da TV de Nagibe Chede e das indecisões do

<sup>102</sup> *O Estado do Paraná*, Curitiba, 02 jul. 1954, p. 12.

<sup>103</sup> *Ibid.*, 23 mar. 1956. *Sintonizando*, p. 11.



grupo de Chateaubriand; além da crescente expectativa dos curitibanos em relação ao funcionamento definitivo das duas emissoras. Em meio a este clima, a coluna *Sintonizando* publicou uma extensa entrevista com Chede, que acabara de voltar de uma viagem de negócio nos Estados Unidos e estava entusiasmado com o seu projeto da TV Paranaense:

Eis parte do que declarou o Sr. Nagibe Chede: “A Rádio Emissora Paranaense, há dois anos, requereu, junto ao Ministério de Viação e Obras Públicas, um canal de televisão, e o processo de concessão já está em fase final. [...]. Os equipamentos serão importados dos Estados Unidos; e os primeiros contatos já foram realizados e a chegada do material depende da liberação da importação, o que também já foi solicitado ao governo. Reina grande entusiasmo, em Curitiba, pela notícia da instalação da emissora de TV, que será possante e a primeira do sul do País”.<sup>104</sup>

Nas duas citações anteriores ficam demonstrados, respectivamente, dois importantes fatos: primeiro, Chateaubriand já havia assumido o controle acionário da TV Paraná, no início de 1956; e, segundo, Chede envidava esforços individuais, em 1958, com o objetivo de colocar no ar a televisão pioneira dos três estados sulinos, o que, entretanto, não conseguiria.

No primeiro semestre de 1959, a presença da coluna *Sintonizando* tornou-se inconstante, por vezes passando semanas sem ser publicada. No segundo semestre, ela desapareceu definitivamente. Assim, inexplicavelmente, enquanto Curitiba e o Paraná não dispunham de emissora de TV funcionando regularmente, *O Estado do Paraná* ofereceu aos seus leitores uma coluna especializada no setor. A partir de 1960, quando as emissoras entraram no ar em caráter definitivo, o jornal deixou de ter um espaço fixo que pudesse analisar, comentar e criticar a programação e o desenvolvimento da televisão local e regional.

Em substituição à coluna *Sintonizando*, eram publicadas, diariamente, tiras com histórias em quadrinhos do *Mandrake* e do *Flash Gordon*. Curiosamente, o redator Norberto Castilho prosseguiu trabalhando em *OEPR* e passou a assinar, no segundo semestre de 1959, a coluna *Sétima Arte*, especializada em assuntos ligados ao cinema. Perderam os leitores do jornal e os futuros telespectadores, principalmente, porque Castilho demonstrava, em seus textos, uma capacidade crítica que teria sido importante ao aperfeiçoamento da programação das emissoras de TV do estado.

Nenhuma nota para explicar o motivo que levou ao fim da coluna *Sintonizando* foi dada aos leitores. Falta de espaço ou mudança de linha editorial não era, porque *O Estado do*

<sup>104</sup> *O Estado do Paraná*, Curitiba, 20 ago. 1958. *Sintonizando*, p. 11.

*Paraná* seguiu publicando, em suas edições diárias, dezenas de colunas especializadas em outros assuntos. Segue uma pequena lista, com algumas das colunas e suas respectivas páginas de publicação, no fim de 1959 e início de 1960: “No Palácio do Governo” (2); “Religiões e Cultos” (2); “Movimento Social” (3); “7 Dias na Sociedade” (3); “Onde iremos hoje – Cinemas” (3); “Panorama Político” (4); “12 Notas Esportivas” (6); “Discomania” (9); “Direito e Justiça” (10); “Atualidades Econômicas” (11); “Registro Policial” (13); “Indicador Profissional” (14).

Na *Folha de Londrina*, o material sobre as emissoras paranaenses de televisão foi publicado, de 1954 a 1985, em seis colunas especializadas em assuntos da radiodifusão. A primeira delas, “*No mundo do Rádio*”, existiu de 1954 a 1956. A sua substituta, *Coluna de Rádio*, foi publicada de 1957 a 1965, com uma breve interrupção em 1960, quando circulou a *Coluna de Rádio e TV*. Depois, de 1964 a 1971 esteve presente nas páginas do diário londrinense a *Aqui TV*, que durante alguns meses de 1966 teve o nome trocado para *TV em foco*. De 1973 a 1974, a coluna especializada foi *Televisão*.

As duas primeiras colunas, escritas por um redator que assinava sob o pseudônimo “Radialino”, foram criadas, como os próprios nomes indicavam, para tratar de assuntos ligados ao cotidiano das emissoras de rádio. Porém, com o lançamento do movimento “Pró-Televisão” e as primeiras experiências televisivas em Curitiba, aos poucos aquele colunista começou a divulgar informações sobre o novo meio de comunicação.

No início de 1954, a coluna *No Mundo do Rádio* havia publicado algumas notas sobre curiosidades do começo de funcionamento da televisão em São Paulo, no Rio de Janeiro e em outros países. Mas, foi em abril que ela informou pela primeira vez, em uma nota sem título, a respeito da possibilidade de instalação de uma emissora em Curitiba e, no futuro, de outra em Londrina:

Dentro de algum tempo teremos que acrescentar ao título desta seção:... e da Televisão. Sim, porque em breve o Paraná contará com mais esta importantíssima conquista dos tempos modernos. Curitiba já se prepara para recebe-la e por certo a norte paranaense não quererá ficar atrás. Antes, porém, é necessário que o rádio do setentrião transponha o seu atual padrão, enveredando por sendas mais amplas e arejadas. A região o comporta e se os dirigentes das nossas emissoras não compreenderam, devem fazê-lo já e já, pois o nosso “sem-fio” do jeito que está, jamais poderia competir com a televisão.<sup>105</sup>

<sup>105</sup> *Folha de Londrina*, Londrina, 28/04/1954. *No Mundo do Rádio*, p. 3.

O redator da *Folha de Londrina* deixava transparecer, desta maneira, duas características que eram comuns também aos colunistas dos diários curitibanos: a chegada da televisão ao estado representaria um acontecimento da modernidade; e o sistema de rádio, ainda dirigido de maneira pouco profissional, seria o maior prejudicado na concorrência com a novidade eletrônica introduzida pela TV. O tempo se encarregaria de provar que “Radialino” e seus colegas tinham razão, pelo menos no tocante à parte comercial da competição.

Durante anos, a *No Mundo do Rádio*, e depois a *Coluna de Rádio*, dividiu espaço nas páginas da *Folha* com palavras cruzadas, editais de órgãos públicos, anúncios – por muito tempo do Mate Leão, de alfaiatarias locais e da Seguradora Ipiranga – e com outras colunas fixas. Dentre elas, estavam a *Telas da Cidade*, com a programação dos filmes em cartaz nos quatro cinemas de Londrina, a *Mundo Cinematógrafo* e a *Carnet Social*, esta substituída em 1958 pela *Sociedade*, assinada por Sadi Safady.

Na *Folha*, depois daquelas duas notas sobre a primeira demonstração da TV Paraná em Londrina, publicadas em janeiro de 1955, mais nada de importante a respeito da televisão no estado foi divulgado naquele ano. A coluna *No Mundo do Rádio*, que seguia assinada por “Radialino”, comentava, diariamente sobre os avanços da televisão na Europa, Ásia, América Latina, Estados Unidos e, às vezes, em diferentes estados do Brasil; menos no Paraná.



Fotografia 3 – A coluna *No Mundo do Rádio*, escrita por “Radialino”.<sup>106</sup>

<sup>106</sup> *Folha de Londrina*, Londrina, 21 jan. 1955, p. 3. O redator “Radialino” informou, naquela edição de sua coluna diária, sobre a primeira “Demonstração de TV em Londrina”.

Aquela coluna do periódico londrinense podia comentar, em uma edição, sobre a chegada da televisão à Ásia, com “as duas primeiras emissoras da Austrália estando sob o controle do governo”<sup>107</sup>, e em outra debater a aliança entre os sistemas de rádio e de televisão para o lançamento, nos Estados Unidos, da “televisão por assinatura em circuito fechado”.<sup>108</sup> Entretanto, um dos assuntos prediletos do redator da coluna *No Mundo do Rádio* era o constante crescimento dos números de emissoras no ar e de aparelhos receptores, nos diferentes países: “Cerca de 36, 9 milhões de residências dos Estados Unidos (71%) já contam com televisores, segundo estudos da NBC”<sup>109</sup>, enquanto que em todo o planeta “já passam dos 50 milhões os aparelhos receptores de televisão, aproximadamente 6 milhões deles na Grã-Bretanha, 2,2 milhões no Canadá, perto de 1 milhão na União Soviética, e a quase totalidade restante nos Estados Unidos”.<sup>110</sup>

Em 1956, além dos Diários Associados de Chateaubriand, outro grupo foi apresentado, pelo colunista da *Folha*, como possível candidato a implantar a primeira emissora de TV em Londrina. Seria a Organização Vitor Costa, também de São Paulo, cujo supervisor-geral, Teixeira Filho, estaria para visitar Londrina “a fim de estudar planos para a montagem de uma estação de televisão”.<sup>111</sup>

Nos dias seguintes à publicação dessa nota, nenhuma linha saiu na *Coluna de Rádio* ou em outro espaço do periódico londrinense sobre a anunciada visita. Contudo, a Organização Vitor Costa nunca instalaria sua emissora de TV em Londrina, nem em outra cidade paranaense. Diferentemente dos jornais de Curitiba, que na época nada divulgavam a respeito da possibilidade de instalação de televisão no interior do estado, a *Folha de Londrina* informava, constantemente, as novidades das experiências televisivas da capital. Atitudes editoriais diversas que podem ser consideradas dentro dos padrões da imprensa brasileira, e comuns em outros estados, devido à grande influência que as capitais exercem sobre as cidades do interior e ao fato de que a recíproca quase nunca é verdadeira. E “Radialino” sempre voltava à antiga questão em sua coluna:

Que tal se um dia pudessemos captar televisão em Londrina? As notícias a respeito são alvissareiras, haja vista o plano para instalação de uma sub-

<sup>107</sup> *Folha de Londrina*, Londrina, 16 set. 1955. *No Mundo do Rádio*, p. 3.

<sup>108</sup> *Folha de Londrina*, Londrina, 22 dez. 1955. *No Mundo do Rádio*, p. 3.

<sup>109</sup> *Ibid.*, 04 jul. 1956. *No Mundo do Rádio*, p. 3.

<sup>110</sup> *Ibid.*, 23 out. 1956. *No Mundo do Rádio*, p. 3.

<sup>111</sup> *Ibid.*, 18 maio 1956. *No Mundo do Rádio*, p. 3.

estação em Curitiba, que funcionaria em combinação com estações de São Paulo, proporcionando dest'arte facil sintonização aqui.<sup>112</sup>

Durante o ano de 1958, nenhuma notícia ou propaganda foi publicada na *Folha de Londrina* sobre as perspectivas da televisão no estado. Sinal de que informação e anúncio, ou vice-versa, já estavam estabelecendo uma relação causal neste novo ramo de atividade comercial. E, também, porque não havia muito mesmo a ser noticiado, além das experiências em circuito fechado da TV Paranaense, em Curitiba. A *Coluna de Rádio* voltou ao tema somente em janeiro de 1959, quando publicou uma entrevista de Nagibe Chede. Nela, o empresário avaliava que o processo de concessão de canal de TV, que requerera havia quase três anos, deveria estar em fase final no Ministério de Viação e Obras Públicas.

A partir de 1959, a *Coluna de Rádio* passou a ser publicada no segundo caderno, mais dedicado aos temas da cultura, sociedade e entretenimentos, em geral. O conteúdo dela era muito variado: podiam ser notas sobre a programação da TV Tupi do Rio de Janeiro, um texto a respeito da TV educativa nos Estados Unidos, uma crítica ao filme de terror exibido pela TV Record de São Paulo ou um comentário sobre a televisão sem publicidade na Polônia. Às vezes, um assunto destes ocupava a coluna inteira, enquanto que em outra edição eles estavam todos subdivididos em pequenas notas. Por motivos óbvios, as propagandas de aparelhos televisores ainda não apareciam nas páginas da *Folha*. A principal “estrela” da página da *Coluna de Rádio*, naquela época, era a “revolucionária máquina de lavar roupas ‘Priminha’, da marca Westinghouse”.<sup>113</sup>

Na edição da *Folha* de 3 de maio de 1960, foi publicada pela primeira vez a *Coluna de Rádio e TV*, cumprindo-se assim aquela previsão feita pelo colunista, em abril de 1954, de que o nome do espaço especializado em radiofonia futuramente teria que acrescentar a palavra televisão. Todavia, ela permaneceu com este título só até o final daquele ano. No início de 1961, ela retomou ao antigo nome: *Coluna de Rádio*. No interior desta coluna diária surgiu, em janeiro de 1964, um novo espaço fixo, o *Aqui TV*, que se especializou na cobertura dos fatos da TV Coroados, então recém-inaugurada em Londrina.

Em uma edição daquela coluna,<sup>114</sup> o redator Walmor Macarini comentou que a TV Coroados estava mudando os hábitos familiares, ao concorrer com a programação dos cinco

<sup>112</sup> *Folha de Londrina*, 28 mar. 1957. *Coluna de Rádio*, p. 3.

<sup>113</sup> *Ibid.*, 10 jun. 1959. *Coluna de Rádio e TV*, Caderno 2, p. 5.

<sup>114</sup> *Ibid.*, 04 jul. 1964. *Coluna de Rádio*, p. 13.

cinemas locais e vencê-la. Anteriormente, o colunista havia explicado porque, na opinião dele, o telespectador londrinense preferia assistir aos filmes e programas de entretenimento, ao invés dos informativos e de debates:

Entrevista é coisa que cansa em televisão. Ninguém quer ouvir ninguém falar de problema nenhum, a não ser uns cinco minutinhos bem aproveitados. O telespectador gosta mesmo é de artista bom, de humorista, de músico, de mágico, de mulher que se transforma em macaco, de rir ou de chorar. Sim, até de chorar! Mas nada de muita conversa; isto a gente já ouve pela rua e em casa o dia inteiro. [...]. Os melhores programas da TV-Coroados são, indiscutivelmente, os filmes. Mas não os documentários de propaganda freqüentemente repetidos, entenda-se bem!<sup>115</sup>

Desta maneira, é possível avaliar que enquanto o colunista de *OEPR*, Norberto Castilho, idealizava para o telespectador curitibano uma programação nos moldes da veiculada pela televisão inglesa BBC – tradicionalmente marcada por longos, educativos e bem produzidos documentários sobre os mais diferentes temas –, o colunista da *Folha* comentava que o telespectador londrinense preferia ver mulher se transformando em macaco.

De 1954 a outubro de 1964, encobertos pelo pseudônimo “Radialino”, dois redatores se revezaram na produção daquelas colunas especializadas: Estélio Feldman e Walmor Macarini. Quando ambos saíam de férias, eram substituídos pelo colunista social Oswaldo Militão. Este “segredo” dos autores por trás do “Radialino” foi revelado pelo próprio Estélio Feldman, em um texto da *Coluna de Rádio*.<sup>116</sup> A coluna deixou de ser publicada no início de 1966, sendo substituída até janeiro de 1971 pela *Aqui TV*. Em maio de 1973, começou a ser publicada a nova coluna *Televisão*, cujo conteúdo priorizava assuntos ligados às emissoras da região: TV Coroados, de Londrina, e TV Tibagi, de Apucarana. No entanto, a periodicidade da coluna *Televisão* foi muito inconstante, passando às vezes dias e semanas sem ser publicada, até que desapareceu por completo em abril de 1974. Ela foi a última coluna fixa sobre televisão publicada pelo diário londrinense.

Apesar da grande quantidade de informações publicadas pelos três redatores citados anteriormente, ao longo dos vinte anos de colunas especializadas na *Folha*, faltavam nos textos deles análise e crítica a respeito do papel social e político da programação das emissoras paranaenses de TV. Logicamente há que se levar em conta o contexto político complicado vivido pela imprensa, de 1964 a 1974 – em consequência da censura oficial e de

<sup>115</sup> *Folha de Londrina*, Londrina, 12 maio 1964. *Coluna de Rádio*, Caderno 2, p. 13.

<sup>116</sup> *Ibid.*, 28 out. 1964. *Coluna de Rádio*, Caderno 2, p. 13.

outros métodos repressivos impostos pelo regime militar –, mas, mesmo assim, o conteúdo daquelas colunas era, quase sempre, tão somente de elogios às emissoras e de avaliação dos programas enquanto simples entretenimento. E estas características dos redatores da *Folha* já eram comuns bem antes do golpe de Estado de 1964.

Além das capas, dos editoriais e, principalmente, das colunas especializadas, o material jornalístico produzido sobre as emissoras de televisão do Paraná foi publicado nas páginas internas dos três diários. Ele era elaborado pelas equipes dos jornais – normalmente repórter, redator e editor – em três formas básicas de redação informativa: notícia, entrevista e reportagem completa. Para efeito desta quantificação, não foram incluídos comentário e artigos, que apareceram raramente e pertencem ao gênero jornalístico opinativo. Os textos informativos – que genericamente são chamados de matérias<sup>117</sup> – foram encontrados da página 2 do primeiro caderno à última página do derradeiro caderno, cujo número variava de jornal para jornal, dependendo ainda do ano e do dia da edição. Mas, geralmente, este tipo de matéria estava localizado no segundo caderno, onde se convencionou entre os periódicos brasileiros publicar quase tudo que é ligado à cultura, ao entretenimento e à diversão.

A *Gazeta do Povo* publicou somente seis textos informativos no interior de suas edições, ao longo daqueles 31 anos pesquisados. Em *O Estado do Paraná* eles foram 29 e, na *Folha de Londrina*, 57. Como pode ser constatado, são números irrisórios. Mesmo a quantidade de publicações da *Folha*, destacadamente a maior entre os três jornais, não alcançou a média de duas matérias informativas por ano, o que foi, sem dúvida, muito pouco diante da importância que a TV já assumira naquela época para a maioria dos leitores e da população em geral.

Juntamente com a questão numérica, há que se analisar o conteúdo veiculado e a importância dispensada à matéria pela edição de cada jornal, inclusive do ponto de vista da disposição visual na página. Dos seis textos publicados pela *Gazeta*, todos eram notícias curtas, sem ilustração, e estavam localizados na metade inferior das páginas – parte menos valorizada pela edição; além de informar apenas detalhes sobre algum programa específico de TV.

Em *OEPR*, a maioria também era constituída de matérias curtas, mas ele publicou algumas entrevistas mais longas e reportagens completas com diretores, produtores, atores e atrizes de sucesso. Os textos, às vezes, foram acompanhados de fotografias e estiveram na

---

<sup>117</sup> DICIONÁRIO DE COMUNICAÇÃO, 2001, p. 391.

metade superior das páginas – considerada graficamente sua parte mais nobre. Contudo, na maior parte destes casos, o material publicado era sobre atrações das emissoras de televisão pertencentes ao mesmo grupo do jornal, como ocorreu por diversas vezes nos meses de dezembro de 1967 e julho de 1969, quando das respectivas inaugurações da TV Iguaçu, de Curitiba, e da TV Tibagi, de Apucarana. Isto significa que o material jornalístico do diário possuía, simultaneamente, a função propagandística das TVs de Paulo Pimentel.

A *Folha* foi novamente – como ocorrera nos casos dos textos de capa, manchetes e editoriais – o jornal que mais e melhor espaço dedicou à cobertura jornalística sobre as emissoras paranaenses. Das 57 matérias publicadas no período, a maioria era formada por entrevistas e reportagens completas, ilustradas com fotografias, e dispostas na abertura das páginas. Junte-se a isto o fato de que as matérias do jornal londrinense tratavam de todos os canais de TV, independentemente do grupo aos quais eles pertenciam. A frequência com que as emissoras de Londrina e de outras cidades do interior do Paraná apareceram na *Folha*, no entanto, foi maior que a das emissoras curitibanas; comportamento justificado em razão de as TVs de Curitiba quase não serem sintonizadas fora da capital.

Simultaneamente à publicação do material de cobertura jornalística, os três diários divulgavam a televisão por meio de quadros contendo a programação de cada emissora. Quadros que, ao longo do tempo, foram se estabelecendo como uma espécie de prestação de serviço informativo aos seus leitores e, possivelmente, também já telespectadores. Com o passar dos anos, os quadros variaram de tamanho, página de publicação e emissoras contempladas nos três jornais. Eles tiveram, ainda, diferentes nomes e periodicidade inconstante, em algumas épocas.

A *Gazeta do Povo* veiculou estes sete quadros de programações, com os respectivos nomes e anos de publicação: *Notas sociais* (1960-1961); *Móveis Cimo* (1962-1968); *Âncora-Ford* (1964-1968); *Rádio e TV* (1965-1966); sem nome (1968-1973; 1976-1978); *A Televisão Hoje* (1978-1979); *Hoje na TV* (1979-1985). Como o próprio título pressupõe, *Notas sociais* era uma coluna especializada em assuntos da sociedade curitibana, publicada diariamente na página 2. Mas, naquele início de funcionamento das TVs Paranaense e Paraná, esporadicamente a coluna reservava um espaço – que poderia ser considerado um quadro interno – para divulgar as programações dos dois canais. Ou para destacar alguma atração especial, como ocorreu ainda durante a fase experimental da emissora de Nagibe Chede:



A TV Paranaense (Canal 12) retransmitirá hoje, às 21 horas, uma filmagem com o retrospecto do carnaval curitibano de 1960. [...]. Ela conterà imagens de diversos clubes da capital, além dos festejos de rua. Podendo a mesma ser assistida, pelos que não possuem aparelhos, nas vitrines das principais lojas.<sup>118</sup>

Em 1962, a TV Paranaense começou a publicar na *Gazeta* um quadro com sua programação diária, inicialmente na página 2 e mais tarde na capa, sob o patrocínio da fábrica Móveis Cimo, que, por isto, nomeava o espaço pago. O quadro foi publicado até 1968, às vezes, também, no segundo caderno. A partir de 1964, e igualmente até 1968, a TV Paraná copiou a estratégia da concorrente e publicou na *Gazeta* um quadro com a sua programação diária, patrocinado e assinado pela revendedora *Âncora-Ford*. Este, normalmente, era publicado na mesma página e ao lado do quadro *Móveis Cimo*.

Paralelamente aos dois quadros publicados por anunciantes na capa, a *Gazeta* veiculou, gratuitamente, em 1965 e 1966, um quadro informativo com a programação dos canais de Curitiba, no interior da antiga coluna *Rádio e TV*, diariamente, no segundo caderno. Do fim de 1968 até meados de 1978, as programações diárias foram divulgadas em um quadro sem nome, na página 2. Ele incluía os programas da TV Iguaçu, inaugurada em dezembro de 1967. Não obstante, no intervalo de abril de 1976 a setembro de 1978, o quadro publicou somente a programação da TV Paranaense, naquele período já pertencente ao grupo *Gazeta do Povo*.

De setembro de 1978 a novembro de 1979, o quadro foi *A televisão, hoje*. Nele, normalmente incluído no segundo caderno, eram publicadas as programações das três emissoras de Curitiba e da TV Cultura, de Maringá. Pela primeira vez, a programação de um canal do interior aparecia nas páginas da *Gazeta*, exatamente porque o grupo do jornal acabara de assumir a direção daquela emissora. No final de 1979, o quadro de programações teve seu nome mudado para *Hoje na TV*, com o qual permaneceu até 1985. A partir de 1980, ele incorporou, a programação da TV Coroados, de Londrina. Esta programação passara a pertencer ao conglomerado de mídia liderado pela *Gazeta do Povo*.

*O Estado do Paraná* também veiculou quadros – com sete diferentes nomes – contendo as programações de emissoras de TV. Contudo, há que se considerar que três deles estiveram presentes no jornal somente no ano de 1985. De 1961 a 1969, o quadro chamado

<sup>118</sup> *Gazeta do Povo*, Curitiba, 03 mar. 1960. *Notas sociais*, p. 2.

*Onde iremos hoje* foi publicado no segundo caderno. Até o final de 1967, ele divulgava a programação dos dois canais de Curitiba, juntamente com os filmes em cartaz nos 13 cinemas da capital. No início de 1968, o quadro passou a divulgar com destaque a programação da nova TV Iguaçu, pertencente ao mesmo grupo de *OEPR*.

Em 1970 e 1971, o nome do quadro mudou para *Cine-TV*, também presente no segundo caderno. Além das programações das três emissoras curitibanas, ele apresentava diariamente a da TV Tibagi, de Apucarana, inaugurada em julho de 1969, de propriedade do grupo dono de *O Estado do Paraná*. De 1972 a 1980, as programações de cinema e TVs foram separadas, e o nome do quadro ficou apenas *Televisão*. Durante um período, entre 1974 e 1975, o espaço publicou somente as programações dos três canais de Paulo Pimentel: TV Iguaçu, TV Tibagi e TV Coroados.

De 1981 a 1984, o periódico curitibano não publicou qualquer quadro específico sobre a programação televisiva. Em 1985, os quadros *Programação de TV*, *Olho na TV* e *Hoje na TV* se revezaram na tarefa diária de divulgar as atrações dos quatro canais de Curitiba e mais as da TV Tibagi, única do interior presente. No dia 21 de setembro, a programação da TV Naipi, de Foz do Iguaçu, saiu pela primeira vez no quadro *Hoje na TV*, juntamente com a da TV Tibagi e das quatro emissoras curitibanas. A TV Naipi, inaugurada no dia anterior, pertencia também ao conglomerado do dono de *OEPR*.

A *Folha de Londrina* foi o jornal que teve o menor número de quadros – apenas quatro nomes – para divulgar as programações das emissoras estaduais de TV. O primeiro deles foi, na realidade, um espaço na antiga coluna *Aqui TV*, que de fevereiro de 1964 a meados de 1967 publicou, esporadicamente, apenas a programação da TV Coroados, na época, a única em operação no interior do Paraná. Os canais de Curitiba não eram sintonizados em Londrina e no norte do estado na década de 1960. No segundo semestre de 1967, o quadro com a programação da TV Coroados tornou-se diário na coluna *Aqui TV*, quase sempre, publicada no segundo caderno.

No final de julho de 1969, o espaço daquela coluna incorporou a programação da TV Tibagi, recém-inaugurada em Apucarana, cidade da mesma região que Londrina. Em maio de 1970, surgiu na *Folha* o primeiro quadro específico para divulgar as programações das emissoras regionais: *TV-Programação*. Ele durou até 1973 e, neste tempo, publicou basicamente as atrações da TV Coroados e TV Tibagi; apenas às vezes apareciam as da TV

Esplanada, de Ponta Grossa, inaugurada em abril de 1972.

Em março de 1973, o novo quadro *TV Programas* publicou, pela primeira vez no jornal londrinense, as programações dos três canais de Curitiba, juntamente com as da TV Coroados e Tibagi. O quadro, presente normalmente no segundo caderno, durou pouco e foi substituído pelo novo *Televisão*, em janeiro de 1974. Este quadro, sempre editado naquele caderno geral de cultura, foi publicado até o final de 1985. Com o passar dos anos, o espaço incorporou as programações das emissoras que foram sendo inauguradas no interior do Paraná, e que fecharam o período pesquisado em número de oito. Nem todas estavam presentes, entretanto, em todas as edições do quadro *Televisão*. As que menos apareceram foram a TV Vanguarda, de Cornélio Procópio, e a TV Esplanada, de Ponta Grossa. As programações dos quatro canais de Curitiba raramente foram publicadas naquela época.

Outras informações relativas aos canais de televisão estiveram presentes nos três diários, também, através da publicação de material publicitário. Os anúncios de emissoras publicados em capas foram 23 na *Gazeta do Povo*, 16 em *O Estado do Paraná*, e 11 na *Folha de Londrina*. Nos dois periódicos de Curitiba foi constatada uma previsível e sintomática coincidência: todas as propagandas veiculadas eram da principal televisão pertencente ao mesmo grupo do jornal. Assim, nas capas da *Gazeta* só foram encontrados anúncios da TV Paranaense; enquanto que nas primeiras páginas de *OEPR* apenas peças publicitárias da TV Iguaçu estiveram presentes. Desta maneira, parece óbvio que, nos dois casos, não houve investimento financeiro das TVs para a compra dos espaços nas capas daqueles diários curitibanos. Em geral, aquelas 39 propagandas eram sobre atrações especiais da programação de cada emissora, nos dias de suas publicações.

Na *Folha*, diferentemente, a maioria dos 11 anúncios publicados em capas foi de emissoras pertencentes a outros grupos de comunicação. Seis deles eram da TV Tibagi, veiculados em duas ocasiões especiais: quatro no final de julho de 1969, quando da inauguração do Canal 11 de Apucarana, e dois em março de 1972, quando houve afiliação daquela emissora de Paulo Pimentel à Rede Globo. Três propagandas eram da TV Coroados e uma da TV Cultura de Maringá; elas anunciavam novos programas e atrações especiais daquelas emissoras. Um único anúncio da TV Tarobá, pertencente ao grupo da *Folha*, foi publicado para comemorar a inauguração do Canal 6 de Cascavel, em fevereiro de 1979.

Especificamente em relação às inaugurações das doze emissoras de TV, a cobertura

jornalística dos três diários seguiu, no geral, um padrão em que a *Gazeta do Povo* pouco ou nenhum espaço dispensou à divulgação daqueles acontecimentos, *O Estado do Paraná* também noticiou raramente e, com maior ênfase, apenas quando a nova emissora pertencia ao seu próprio grupo de comunicação, e a *Folha de Londrina* informou com destaque e entusiasmo o início de operação de quase todos os canais.

Sobre a entrada da pioneira TV Paranaense no ar, em caráter definitivo, a *Gazeta* publicou apenas uma nota, curta e sem título, mal informando como tinha transcorrido a festa da tarde anterior e citando os nomes dos convidados mais ilustres que estiveram presentes: “[...]. O Sr. Nagibe Chede falou, em seguida, agradecendo a presença de autoridades e dizendo das altas finalidades da TV Canal 12 e do progresso que ela representa para o Paraná. [...]”<sup>119</sup> Depois, aquele diário não publicou sequer uma nota a respeito das inaugurações de nove TVs: Paraná, Iguaçu, Tibagi, Esplanada, Cultura, Tarobá, Tropical, Vanguarda e Naipi. A *Gazeta* só voltaria a divulgar o início das operações da TV Coroados, com duas notas, e da TV Curitiba, com uma nota.

Na capa de *O Estado do Paraná* no dia da inauguração da emissora pioneira, bem como nas primeiras páginas das edições anteriores e posteriores, nenhuma linha foi publicada sobre o acontecimento. Contudo, possivelmente vislumbrando uma futura concorrência por anunciantes com a televisão, a direção de *OEPR* fez publicar com destaque, na capa do dia seguinte à festa inaugural da TV Paranaense, que o periódico acabara de adquirir uma “máquina fotográfica que aproxima 300 metros”, sendo a única do Paraná, e que havia sido estreada no dia anterior, durante a cobertura do jogo de futebol entre Curitiba e Ferroviário. O texto, que tinha o título “Teleobjetiva e invencibilidade”<sup>120</sup>, era ilustrado por uma fotografia daquela partida, já produzida com o “novo e poderoso equipamento”.

*O Estado do Paraná* publicou somente uma nota, sem título e com cinco linhas, sobre a inauguração do Canal 12 de Curitiba, na coluna social *7 Dias na Sociedade*: “Na tarde de ontem foi inaugurado o Canal 12 da Televisão Rádio Emissora Paranaense. Do ‘show’ inaugural que se prolongou noite adentro, participaram Marlene Sonia Mamed, Luiz Delfino e muitos outros astros de renome nacional.”<sup>121</sup> Na sequência, o periódico curitibano não divulgou sequer uma linha sobre as inaugurações de sete emissoras de TV: Paraná, Coroados, Esplanada, Cultura, Tarobá, Vanguarda e Curitiba. Com grande destaque e muitas

<sup>119</sup> *Gazeta do Povo*, Curitiba, 30 out. 1960, p. 4.

<sup>120</sup> **Teleobjetiva e invencibilidade.** *O Estado do Paraná*, Curitiba, 30 out. 1960, p. 1.

<sup>121</sup> *Ibid.*, 30 out. 1960. *7 Dias na Sociedade*, p. 3.

reportagens, *OEPR* informou aos leitores a entrada no ar dos três canais pertencentes ao seu mesmo grupo de comunicação: TV Iguazu, TV Tibagi e TV Naipi. Aquele jornal divulgou ainda a inauguração da TV Tropical, mas com o objetivo de criticar a família de Oscar Martinez, inimiga de Pimentel e concessionária do novo canal em Londrina.

A *Folha de Londrina* informou sobre o início de operação da emissora de Nagibe Chede apenas com esta nota, sem título, em sua *Coluna de Rádio e TV*: “Foi inaugurada, sábado último, a primeira estação de televisão do Paraná: TV Paranaense, canal 12. Várias solenidades marcaram o início oficial das transmissões da televisora curitibana”.<sup>122</sup> Inversamente proporcional aos dois jornais curitibanos, a *Folha* dispensou completa cobertura às inaugurações de outras oito TVs: Coroados, Iguazu, Tibagi, Esplanada, Cultura, Tarobá, Tropical e Curitiba. A entrada no ar da TV Paraná e da TV Vanguarda foram divulgadas somente com uma nota cada; e a única que não teve sua inauguração noticiada pelo diário londrinense foi a TV Naipi.

Por certo, existiram motivos que levaram ao diferente comportamento dos jornais da capital e da *Folha de Londrina*, na cobertura da chegada das primeiras emissoras de televisão ao Paraná. No entanto, eles nunca foram explicados aos leitores. Possivelmente, uma das principais motivações tenha sido de caráter comercial: os proprietários dos veículos impressos estariam se precavendo da futura concorrência da TV por seus maiores anunciantes. Entre estes, estavam as empresas de salas de cinema de Curitiba, igualmente preocupadas com o impacto que as estações televisivas poderiam exercer sobre seu público. Em Londrina, a 400 km de Curitiba e, inicialmente, sem os sinais de televisão, estas preocupações comerciais não existiam, naquela época, para a *Folha* nem para os cinemas.

Em Curitiba, apesar do criticado nível das atrações oferecidas pelas emissoras pioneiras, a presença da TV no ar em caráter regular passou a incomodar os jornais rapidamente. Isto podia ser notado pelo aumento significativo na publicação de propagandas dos próprios diários. Com o passar dos meses, a *Gazeta*, especialmente, começou a demonstrar preocupação com a concorrência econômica que representavam as duas televisões. O redator não identificado, responsável pela coluna *TV*, comentou que era “grande o sucesso de audiência da TV Paranaense – 66%, segundo dados da primeira pesquisa do Ibope em Curitiba – e a adesão de anunciantes ao novo meio de comunicação”.<sup>123</sup>

<sup>122</sup> *Folha de Londrina*, Londrina, 01 nov. 1960. *Coluna de Rádio e TV*, Caderno 2, p. 5.

<sup>123</sup> *Gazeta do Povo*, Curitiba, 12 abr. 1961. *TV*, p. 6.

Pouco mais de um mês depois, o colunista da *TV* voltou ao assunto para criticar o “excesso de anúncios nas TVs locais, que enfurecem e entediam os telespectadores.”<sup>124</sup> Enquanto isto, as propagandas de outras empresas diminuía nas páginas dos dois jornais curitibanos. Em consequência dessa situação, a *Gazeta* realizou naquele período intensa campanha na busca por novos assinantes e novos anunciantes; com uma prometida diminuição de preço dos espaços publicitários e, ainda, a distribuição de prêmios aos leitores.

Resumidamente, pode-se afirmar que a *Folha de Londrina* foi o diário que destinou maior, melhor e mais constante espaço para a cobertura jornalística das questões ligadas à televisão paranaense, entre 1954 e 1985. Principalmente as oito emissoras do interior do estado sempre tiveram, umas mais outras um pouco menos, destaque garantido nas páginas da *Folha*. Não obstante, na maioria das publicações e durante grande parte do período pesquisado, os textos do jornal londrinense trataram o advento da televisão – e consequentemente as emissoras que se instalaram no Paraná – de maneira menos crítica, quase sempre apenas com elogios e ufanismos.

Os dois jornais de Curitiba – *Gazeta* e *OEPR* –, contrariamente, dispensaram ao longo daqueles 31 anos espaço bem menor, pior localizado nas páginas e edições, e menos constante. Porém, quase sempre o conteúdo do material era mais crítico e mais aprofundado na análise das questões ligadas às emissoras de TV de Curitiba. Esta melhor qualidade do conteúdo divulgado esbarrou, no entanto, a partir de 1967, em *OEPR*, e a partir de 1969, na *Gazeta*, na sistemática parcialidade com que os dois jornais passaram a cobrir os assuntos sobre as emissoras pertencentes aos próprios grupos ou aos grupos comerciais concorrentes. Em 1967, o grupo de *OEPR* inaugurou a TV Iguaçu, e, em 1969, o grupo da *Gazeta* assumiu a direção da TV Paranaense. Junte-se a isto o fato de que a TV Paraná pertenceu, de 1960 a 1974, aos Diários e Emissoras Associados, que em Curitiba possuía, simultaneamente, o *Diário do Paraná*.

Este conflito de interesses entre os grupos de mídia concorrentes repercutiu, negativamente, na cobertura dos dois jornais curitibanos sobre os temas da televisão também de outra maneira. As emissoras de TV do interior praticamente não existiram nas páginas da *Gazeta do Povo*, enquanto os proprietários daquele diário não adquiriram as concessões da TV Cultura, em 1979, e da TV Coroados, em 1980. Em *O Estado do Paraná*, as estações interioranas, igualmente, apareceram pouquíssimas vezes, com exceção das três que

---

<sup>124</sup> *Gazeta do Povo*, Curitiba, 16 maio 1961. *TV*, p. 6.

pertenciam a Paulo Pimentel, também dono daquele jornal: a TV Tibagi, a partir de 1969, a TV Coroados – de 1972 a 1976 – e a TV Naipi, já no final de 1985.

Com a análise da cobertura jornalística dos três diários à chegada, estruturação e desenvolvimento do setor televisivo paranaense – ao longo de mais de três décadas – foi possível constatar que o espaço dispensado, principalmente nas páginas dos dois jornais curitibanos, ficou muito aquém da importância que a televisão assumiu no cotidiano da maioria da população, naquele período. No entanto, pior do que o pequeno espaço concedido foi a má qualidade do conteúdo destinado a divulgar e a comentar sobre o possível papel sócio-cultural e político-educativo das emissoras de TV. Na maioria das vezes, e ao longo de quase todo o tempo, ficou claro um distanciamento entre a tradicional imprensa escrita e o novo meio de comunicação, apresentados aos leitores apenas como mais um instrumento de distração, lazer e negócio.

No advento da televisão em Curitiba e Londrina, entre os primeiros *shows* de apresentação e transmissões experimentais, a imprensa considerava o nascente veículo de comunicação eletrônica como um símbolo da modernidade e do progresso científico. Todavia, com o passar dos anos, os novos canais televisivos foram sendo tratados como adversários dos periódicos impressos, na concorrência pelas contas dos anunciantes e verbas públicas. E assim, algumas vezes e em determinados períodos, as emissoras de TV foram relegadas ao limbo do esquecimento, notadamente pelos dois jornais de Curitiba.

Além disso, como durante esse período os proprietários dos três jornais também buscaram e conseguiram concessões televisivas, os novos e antigos canais foram sendo guindados ao centro de acirradas disputas políticas entre os grupos empresariais considerados adversários e, em casos extremos, inimigos. De igual forma, como consequência desta nova condicionante, no Paraná a imprensa – contrariamente ao ocorrido em São Paulo, por exemplo<sup>125</sup> – em nada contribuiu para o debate e a defesa de um sistema de televisão que tivesse preocupações públicas, que levasse em conta as principais necessidades da população paranaense e divulgasse, em sua programação, conteúdos com objetivos prioritariamente educativos e culturais.

---

<sup>125</sup> BARROS FILHO, 2010, p. 89.

## CAPÍTULO II – DOZE EMISSORAS DE TELEVISÃO NO AR

A instalação inicial, o desenvolvimento e a consolidação definitiva do setor televisivo no Paraná aconteceram, concomitantemente, com o desenrolar das três primeiras fases da televisão em São Paulo, Rio de Janeiro e grande parte do país: a elitista, a populista e a da tecnologia. A primeira fase nacional transcorreu de 1950 a 1964, época em que entraram em funcionamento as emissoras pioneiras e o aparelho televisor ainda era considerado um artigo de luxo para poucas famílias, notadamente nas capitais dos principais estados. No Paraná, esta fase elitista ocorreu de 1960 a 1963, com a instalação dos três primeiros canais, em Curitiba e Londrina. Foi o período embrionário da TV em preto e branco, com programas quase que completamente locais e apresentados ao vivo, ainda sem a presença do videoteipe (VT) e das transmissões por micro-ondas, e cujas concessões tinham sido outorgadas antes da aprovação do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT).

Na segunda fase (1964-1975), considerada por alguns autores<sup>126</sup> como a populista, o aperfeiçoamento e o avanço do sistema de televisão – incorporado pelo governo militar como exemplo de modernidade e instrumento de integração nacional – foram significativos e rápidos. Nela, houve a massificação do uso do VT e conseqüente substituição dos programas locais por nacionais, o barateamento dos televisores, a instalação da infraestrutura de transmissão por micro-ondas, a chegada da TV em cores e o início da estruturação das redes nacionais de emissoras.<sup>127</sup> Nessa época, sob a vigilância da censura oficial, entraram em operação no Paraná mais quatro canais, já concedidos pelas regras do CBT, que fora aprovado em agosto de 1962, mas regulamentado em maio de 1963 e, posteriormente, alterado pelos militares em fevereiro de 1967.

A terceira fase (1976-1985) foi a do definitivo desenvolvimento tecnológico, inclusive com a efetiva participação de redes nacionais de televisão no consórcio internacional de satélites artificiais. Naquele período, com apoio de órgãos oficiais dos governos federal e

---

<sup>126</sup> MATTOS, 2002, p. 78-79.

<sup>127</sup> O termo rede é usado, neste texto, com o sentido de um conjunto formado por duas ou mais emissoras de televisão pertencentes a uma mesma empresa; e que produzem e transmitem, de forma simultânea ou não, pelo menos em parte, a mesma programação diária. Redes nacionais são aquelas que estão presentes em mais de duas unidades da Federação e que, além de possuírem a estação principal – que funciona como a chamada “cabeça de rede” – e outros canais próprios, contam com emissoras afiliadas.



estaduais, as redes de televisão se aperfeiçoaram, consolidaram-se em grande parte do país, e passaram a produzir com maior intensidade e profissionalismo inclusive para exportação. Na ocasião, marcada pela abertura política e pelo fim da censura prévia, cinco novas emissoras entraram no ar no Paraná; e as antigas programações locais foram quase que totalmente substituídas por nacionais.

## 2.1 Três canais entraram em operação na primeira fase

Passados mais de seis anos dos pioneiros *shows* de apresentação da TV Paraná, ocorrido em 17 de julho de 1954, e após desencontros empresariais, ansiedade da população, expectativa da imprensa e algumas outras experiências com o novo meio de comunicação eletrônica, finalmente a primeira emissora de televisão de Curitiba entrou em funcionamento, em caráter definitivo.

Exatamente às 19 horas do dia 29 de outubro de 1960, um sábado, começou a operar regularmente a TV Paranaense, Canal 12.<sup>128</sup> No lugar de um *slide* com a logomarca da TV pioneira, apareceu o rosto de Elon Garcia, o mestre de cerimônia que coordenou a festa de inauguração. Ele convidou para o descerramento da fita inaugural da emissora o deputado estadual Colombino Grassano, representante do governador do Paraná, Moysés Lupion (PSD).

Entre outras autoridades, estiveram presentes à inauguração da emissora, pertencente a Nagibe Chede, o prefeito de Curitiba – Iberê de Matos –, o reitor da Universidade Federal do Paraná, o comandante da 5ª Região Militar, o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), o presidente do Tribunal Regional Eleitoral e o presidente da Associação Comercial do Paraná. No livro *Ao vivo e sem cores*, Renato Mazânek comenta que, depois da bênção realizada pelo arcebispo de Curitiba, Dom Manuel da Silveira D’Elboux, o concessionário Chede transmitiu uma mensagem aos convidados presentes ao estúdio e, simultaneamente, aos telespectadores:

---

<sup>128</sup> No sul do Brasil, a primeira emissora a entrar no ar em caráter definitivo havia sido a TV Piratini, de Porto Alegre, em 20 de dezembro de 1959. Ela pertencia ao grupo Diários e Emissoras Associados, de Assis Chateaubriand. Para saber mais sobre a história da televisão no Rio Grande do Sul, pode-se ler SCARDUELLI (1996).

Em um discurso carregado de emoção, Nagibe Chede relatou o longo, difícil e, às vezes, solitário caminho percorrido para chegar àquele festivo momento. E fez questão de valorizar o trabalho da equipe, agradecendo e nominando, um a um, todos os que deram a sua contribuição e possibilitaram a concretização do seu grande sonho (MAZÂNEK, 2004, p. 50).

Ao final da cerimônia de inauguração, que tivera início às 17 horas, o locutor-apresentador Elon Garcia convidou os presentes e os telespectadores a assistirem ao programa que abriria a fase definitiva da televisão comercial no Paraná.<sup>129</sup> Escolhida especialmente por Chede era “Suzie, minha secretária favorita”, uma série filmada nos Estados Unidos e que tinha o patrocínio da indústria multinacional de cosméticos Max Factor. Em seguida, foram veiculados um documentário de produção igualmente norte-americana, sobre os povos da Terra, e o longa-metragem “Jim das selvas”, patrocinado pelo sabonete Eucalol.<sup>130</sup>

Apesar da pequena cobertura dos jornais, como visto no capítulo anterior, a entrada do Canal 12 no ar com emissões regulares “monopolizou a atenção dos curitibanos, que acompanharam nas casas de amigos, nos salões de clubes e pelas vitrines das lojas, onde a concentração popular foi impressionante”, de acordo com Mazânek (2004, p. 51). No dia seguinte ao da inauguração da TV Paranaense, a transmissão foi aberta às 18 horas com a veiculação do “Tevelândia”, criado e dirigido por Charles Clemente Chen Wu, que trabalhara anteriormente na TV Itacolomi, de Belo Horizonte (MG). Era um programa de variedades apresentado no estúdio ao vivo e em preto e branco, como todos os demais programas e propagandas transmitidos na sequência, porque naquela época em Curitiba<sup>131</sup> ainda não havia equipamento de videoteipe; bem como a televisão brasileira não contava com tecnologia para a transmissão e captação de imagens em cores. Apenas os filmes de longa-metragem e os desenhos animados – em sua quase totalidade importados dos Estados Unidos – podiam ser reproduzidos por aparelho de telecine.

O primeiro telenoticiário do Canal 12 foi o “Repórter Real”, patrocinado pela empresa de transportes Real Aerovias e veiculado às 19 horas, de segunda à sexta-feira. Surgiram, na sequência, o “Tribuna na TV”, transmitido ao meio dia, e “*O Estado do Paraná* na TV”, no

---

<sup>129</sup> Quando a TV Paranaense foi inaugurada, estavam em operação no Brasil 15 emissoras geradoras de televisão, que começavam a se tornar economicamente viáveis como empresas comerciais e a competir pelo faturamento publicitário de maneira mais agressiva; e a estimativa era de que houvesse, naquela época, aproximadamente 600 mil aparelhos televisores em todo o país (MATTOS, 2002, p. 26 e 83).

<sup>130</sup> MAZÂNEK (2004, p. 50) e JAMUR JÚNIOR (2001, p. 35).

<sup>131</sup> Curitiba possuía no final de 1960, cerca de 360 mil habitantes, dez emissoras de rádio e 15 salas de cinema, que eram assíduos anunciantes dos cinco jornais diários que circulavam na capital.

final da noite; ambos produzidos em parceria com os diários curitibanos *Tribuna do Paraná* e *OEPR*, pertencentes a uma mesma editora. Naqueles tempos iniciais, a maioria das notícias era apresentada sem o recurso de imagens externas, porque a emissora de Chede possuía somente uma filmadora, da marca Paillard, para este tipo de gravação. Outro complicador era que Curitiba contava, então, com apenas um laboratório apto a realizar o necessário e demorado processo de revelação daqueles filmes.

A TV Paranaense entrou em operação tendo uma espécie de parceria técnica e contrato de aluguel de filmes e seriados com a TV Record de São Paulo, porque naquela época ainda não havia as redes nacionais de televisão com as respectivas emissoras afiliadas.<sup>132</sup> A emissora pioneira nasceu instalada em um pequeno apartamento alugado em edifício no centro de Curitiba. No único estúdio, quase tudo era improvisado e a maior parte dos equipamentos – já com vários anos de uso – tinha sido comprada de outras emissoras de São Paulo e Rio de Janeiro. Cerca de duzentos aparelhos televisores estariam em funcionamento em Curitiba, naquele final de outubro de 1960, segundo estimativas de lojistas da época.<sup>133</sup>

Nos meses anteriores à sua inauguração oficial, o Canal 12 havia oferecido ao telespectador uma programação experimental ainda pouco consistente. Ela tinha início normalmente às 20h00, com a sessão “Cineminha”; apresentava o programa “Entrevistas com campeões do mundo”, às 20h10; depois levava ao ar o telejornal local “Notícias”, às 20h30; transmitia um programa musical às 21h00; e era encerrada com a sessão de “Cinema”, que começava às 21h30.<sup>134</sup> Com três ou quatro funcionários e poucos equipamentos, que cabiam em uma quitinete, Chede mantinha em funcionamento precário o embrião da futura TV Paranaense, que era sintonizada por poucas dezenas de televisores, instalados em vitrines de lojas ou casas e apartamentos do centro de Curitiba e bairros próximos.

No período inicial de funcionamento da televisão em Curitiba, a grande concorrente deste novo veículo comunicacional, do ponto de vista do entretenimento ofertado ao público, era a rede de salas de cinema. A programação das 15 salas existentes era publicada integralmente pelos diários, em colunas específicas. As sessões de exibição tinham início às

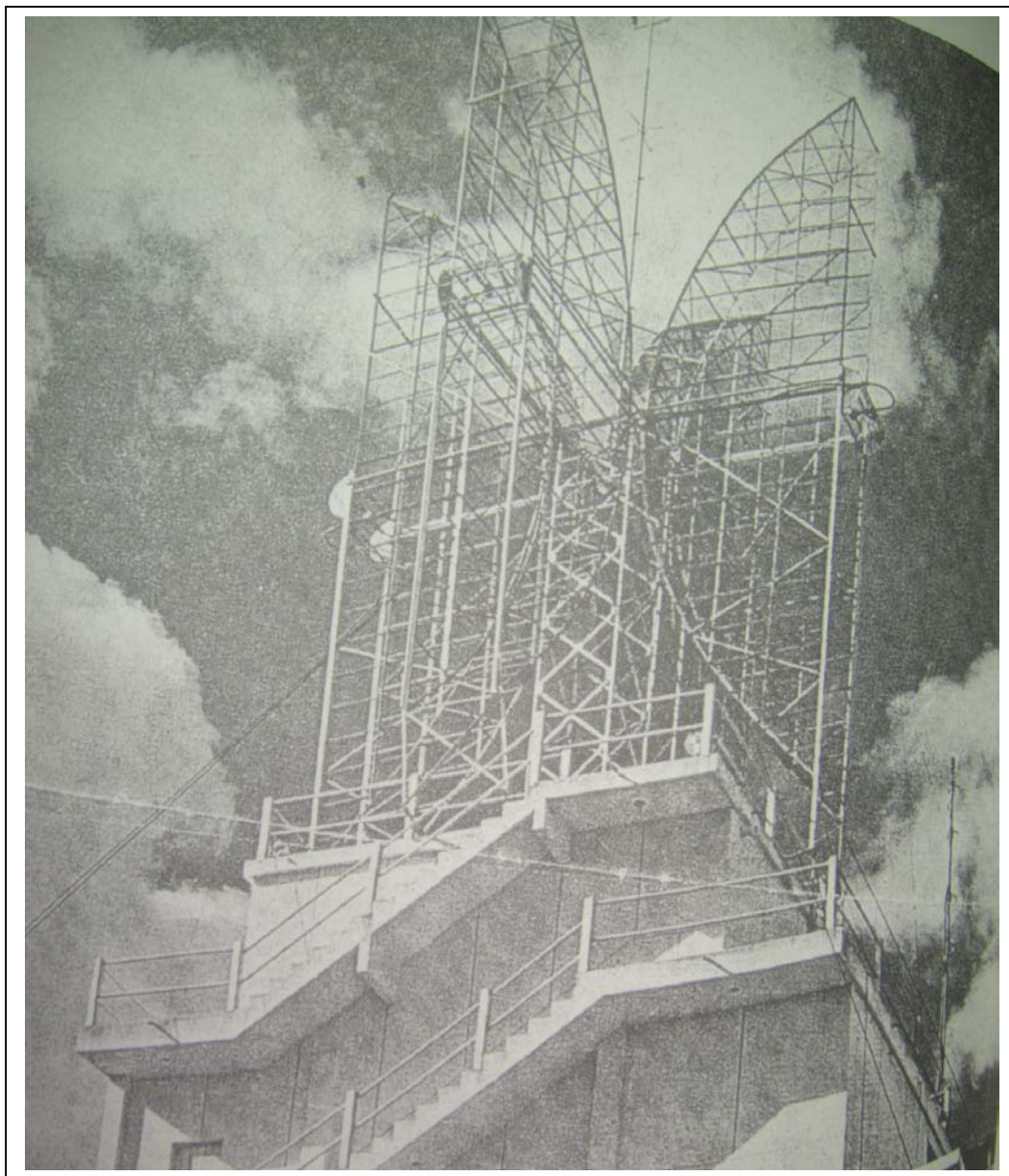
---

<sup>132</sup> Afiliada – termo que surgiria somente anos mais tarde – é uma emissora de televisão, local ou regional, que se vincula a uma rede nacional de TV para transmitir alguns programas ou a totalidade da programação desta, sem deixar de ser uma empresa independente (DICIONÁRIO DE COMUNICAÇÃO, 2001, p. 12).

<sup>133</sup> Os aparelhos televisores já eram produzidos em São Paulo, desde 1951, pelas indústrias Semp e Invictus, as primeiras a operarem neste setor no país (DALPÍCOLO, 2010, p. 56).

<sup>134</sup> *Gazeta do Povo*. 30 jul. 1960, p. 2.

13h30 e terminavam com os filmes das 21h45. Quase todos os cinemas anunciavam, diariamente, nas páginas de cultura e entretenimento dos jornais curitibanos.



Fotografia 4 – Antena parabólica do Canal 12, a maior da América do Sul.<sup>135</sup>

Para a sua entrada no ar em caráter regular, a TV Paranaense instalou, no terraço do Edifício Tijucas, acima do 21º andar no centro de Curitiba, “a maior antena parabólica da América do Sul”. A estrutura metálica dela media 12 metros de altura, por 3 metros de profundidade e 1,10 metros de boca. Isto possibilitava ao aparelho multiplicar em 40 vezes o

---

<sup>135</sup> MAZÂNEK, 2004, p. 106.

poder original de irradiação, elevando a área de transmissão e captação dos sinais para um círculo com aproximadamente 200 km de diâmetro. A responsável pelo projeto, construção e instalação do equipamento emissor de sinais televisivos foi a Castelo Engenharia, Indústria e Comércio. Nos meses posteriores à inauguração, a mesma empresa curitibana montaria antenas menores, retransmissoras de sinais, em Joinville, São Francisco do Sul, Itajaí e Blumenau, cidades de Santa Catarina.<sup>136</sup>

No início da noite de 19 de dezembro de 1960, uma segunda-feira, entrou no ar em caráter definitivo a TV Paraná, Canal 6 de Curitiba, pertencente aos Diários e Emissoras Associados, do grupo de Chateaubriand, na época o mais importante do Brasil e o maior da América Latina.<sup>137</sup> Desta maneira, menos de dois meses depois da inauguração da TV Paranaense, Curitiba ganhou a segunda emissora de televisão do estado:

No dia da inauguração, às 18 horas, foi ao ar a imagem padrão das Emissoras Associadas, enquanto dezenas de convidados de São Paulo, do Rio de Janeiro e da sociedade local aguardavam, no andar térreo do edifício Mauá, o início das transmissões do Canal 6. Em meio a luzes e sinais sonoros, a câmera fixou a imagem do arcebispo metropolitano, Dom Manuel da Silveira D'Elboux, abençoando a nova emissora – como fizera havia cinco anos, no jornal *Diário do Paraná*. Ressaltando a importância da televisão no Paraná, discursaram Amador Aguiar, padrinho da emissora; Edmundo Monteiro, de São Paulo, diretor geral dos Diários e Emissoras Associados; o prefeito Iberê Mattos e Adherbal Stresser, diretor-presidente da TV Paraná (BARACHO, 2006, p. 41).

Terminada a cerimônia oficial de inauguração, a nova TV transmitiu um documentário sobre o Paraná, produzido e dirigido por Valêncio Xavier, com textos dos jornalistas Luiz Geraldo Mazza e Adherbal Fortes Sá Júnior, imagens de Salomão Scliar e narração de Mário Bittencourt, todos da equipe de telejornalismo do Canal 6. Na sequência, foi apresentado ao vivo e em preto e branco o “Telenotícias Transparaná”, patrocinado pela empresa de equipamentos e veículos de transportes pesados que “emprestava” o nome àquele primeiro telejornal. Antes da inauguração, a TV Paraná havia operado em caráter experimental por poucas semanas, sempre com respaldo técnico e apoio logístico da TV Tupi de São Paulo.

<sup>136</sup> *O Estado do Paraná*. 02/10/1960, Caderno 2, p. 13.

<sup>137</sup> O conglomerado de Chateaubriand chegou a possuir, em meados da década de 1960, 36 emissoras de rádio, 34 jornais, 18 revistas, duas agências de notícias e 18 canais de televisão (NEVES, 2008, p. 25). Dois daqueles canais operavam no estado – a TV Paraná, em Curitiba, e a TV Coroados, em Londrina –, como será visto ainda neste capítulo.

Como já ocorrera com o Canal 12, a nova TV Paraná contratou os seus primeiros profissionais nas emissoras locais de rádio, na imprensa escrita e no teatro curitibano. Além disto, experientes funcionários do grupo de Chateaubriand foram buscados em São Paulo e no Rio de Janeiro para assessorarem, nos primeiros meses, a equipe comandada por Adherbal Gaertner Stresser.<sup>138</sup> O próprio Adherbal Stresser – que teve na direção da nova TV apoio de seu filho Ronald Sanson Stresser – era, já naquela época, um jornalista e empresário experiente e respeitado em Curitiba. Ambos eram proprietários das estações radiofônicas Colombo e Ouro Verde, assim como dirigiam em parceria o *Diário do Paraná*, também dos Diários e Emissoras Associados.

A TV Paraná entrou em funcionamento ocupando um espaço físico improvisado e alugado, em edifício comercial no centro de Curitiba, e com a maioria dos equipamentos usados herdados da TV Tupi de São Paulo, da qual recebeu ainda os filmes, desenhos e seriados para a sua programação diária. Ela foi inicialmente apenas noturna, com sua abertura acontecendo às 19h20. A primeira atração a entrar no ar era o programa “Atualidades esportivas”, com dez minutos de duração. Na sequência, das 19h30 às 20h00, eram transmitidos desenhos animados, na sessão “Cineminha”. Depois, começava o programa musical “Luiz Silva e suas canções”. Às 20h30, era reproduzido um filme na sessão “Cinema”. O programa de entrevistas “Encontro com a política”, com meia hora de duração, tinha início às 22h00. A última atração da noite era o telejornal “Diário do Paraná na TV”, que com cerca de 30 minutos sempre terminava por volta das 23 horas.<sup>139</sup> Esta programação era relativa a uma quarta-feira, mas ela variava pouco nas outras noites da semana. As sessões de desenhos animados, de filmes longa-metragem e o telejornal eram transmitidos quase todas as noites, com exceção do “Diário do Paraná na TV” aos domingos.

No dia seguinte ao da inauguração do Canal 6, a sua concorrente TV Paranaense fez publicar em *OEPR*, ocupando uma metade superior de página, um anúncio em que afirmava que “o sinal da Pioneira” já estava sendo “bem captado no Paraná (Paranaguá, Ponta Grossa, Londrina e outras dezenas de cidades), em Santa Catarina (Joinville, Lajes etc.) e em São

---

<sup>138</sup> Adherbal Gaertner Stresser nasceu em Curitiba, em 1908. Formado em Ciências Econômicas, ele optou por trabalhar como jornalista no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Santa Catarina e em Curitiba, sempre em importantes jornais. Depois, na década de 1930, Adherbal Stresser teve seu próprio jornal, o *Correio do Paraná*. Ele elegeu-se deputado federal pelo Paraná e exerceu o mandato até que o Congresso Nacional foi dissolvido pelo Estado Novo, em 1937. Foi presidente da Associação Paranaense de Imprensa, presidente do Sindicato dos Proprietários de Jornais do Paraná e professor de Jornalismo na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (ALMEIDA, 1968, p. 294).

<sup>139</sup> *Gazeta do Povo*, Curitiba, 18 jan. 1961, Caderno 2, p. 9.

Paulo (parte da capital e no interior; Itapetininga e outras cidades)”.<sup>140</sup> Não era verdade que o Canal 12 podia ser sintonizado em Londrina, naquela época, porque ele ainda não contava com antenas repetidoras de sinal no interior do estado. No rodapé da propaganda estava escrito em destaque: “12 meses de Televisão no Paraná – 12 meses de Liderança – Iniciou no Paraná a era da Televisão”. Por este texto, a TV Paranaense remetia o leitor à época em que entrara no ar em caráter experimental, em dezembro de 1959, e demonstrava, ao anunciar que estava na liderança, que começava a se preocupar com a concorrência da recém-inaugurada TV Paraná.

No início de 1961, Nagibe Chede antecipou para o meio dia a abertura da programação do Canal 12, que nos meses anteriores fora apenas noturna. Possivelmente, esta expansão no total de horas diárias no ar já era um resultado da pressão exercida pela chegada da televisão de Chateaubriand a Curitiba. Às 12h00, a programação era aberta com o programa religioso “Quando os ponteiros se encontram”, apresentado por um padre. Às 12h15, entrava no ar o telejornal “Tribuna na TV”, com duração de meia hora. “Alô petizada”, com desenhos animados, ficava no ar das 12h45 às 13h00, quando era encerrada a primeira parte das transmissões diárias. A TV Paranaense retomava suas atividades às 17h30, com mais desenhos animados no “Cine mirim”. Às 17h55 ia ao ar outro programa religioso apresentado por um padre: “Todos somos irmãos”. Depois, às 18h00, tinha início o programa de estúdio “Tevelândia”, com duração de uma hora. “Esportes” começava às 19h00 e durava somente 15 minutos. A partir das 19h15, mais meia hora de desenhos animados no “TV infantil”. Às 19h45 entrava no ar o telejornal “Repórter Real”. O programa “Musical”, com atrações variadas, era veiculado das 20h00 às 20h30, quando tinha início o “Clube do estudante”. Às 21h00, novo “Musical”, agora sob o comando de Rodolpho Senff. O programa feminino de entrevistas “Quem é charme” ia ao ar das 21h15 às 21h30. Com meia hora de duração, o “No mundo da ciência” terminava às 22h00. O telejornal mais importante da programação, “O Estado do Paraná na TV”, era transmitido das 22h00 às 23h00, quando tinha início a última atração: “Cinema em longa-metragem”.<sup>141</sup>

Durante 1961 e nos anos subsequentes, essas programações dos canais curitibanos não sofreram alterações significativas. No geral, elas se estruturavam em torno de desenhos animados; documentários e filmes importados dos Estados Unidos; mensagens religiosas católicas; programas de auditório de variedades ou musicais; e telejornais produzidos em

---

<sup>140</sup> *O Estado do Paraná*, Curitiba, 20 dez. 1960, p. 5.

<sup>141</sup> *Gazeta do Povo*. Curitiba, 18 jan. 1961, Caderno 2, p. 9.

parceria com diários da capital paranaense. De acordo com Jamur Júnior (2001, p. 20-62), durante o período de experiências e nos primeiros anos de operação das TVs em Curitiba, os anunciantes mais importantes foram os empresários Amador Bueno – do futuro Banco Bradesco –, J. Malucelli, Pedro Stier – das Lojas Tarobá –, e as empresas Real Aerovias, Banco Bamerindus, Aero-Willys, Transparaná, Móveis Cimo, Madison e Prosdócimo. A TV Paranaense comercializava com o anunciante a exclusividade de cada programa por inteiro. Ou seja, o patrocinador ficava responsável por todos os anúncios e normalmente dava inclusive a sua marca ao nome do programa. Na TV Paraná, diferentemente, eram comercializadas apenas as frações dos espaços comerciais, medidas em segundos e minutos, e nunca a exclusividade de um programa inteiro.<sup>142</sup>



Fotografia 5 – Programa musical no estúdio da TV Paraná.<sup>143</sup>

Quase três anos depois do início do funcionamento regular das duas primeiras emissoras de Curitiba, em 21 de setembro de 1963 foi inaugurada a TV Coroados, Canal 3 de Londrina. A primeira estação televisiva do interior do estado pertencia, assim como a TV Paraná de Curitiba, ao condomínio dos Diários e Emissoras Associados. A TV Coroados foi a segunda emissora de televisão a funcionar no interior do Brasil. A primeira, inclusive da América Latina, havia sido a TV Bauru, Canal 2 instalado na cidade homônima da emissora, localizada na região oeste do estado de São Paulo. Inaugurada oficialmente pelo empresário italiano João Simonetti em 1º de agosto de 1960, um ano e três meses depois a TV Bauru foi

<sup>142</sup> BARACHO, 2006, p. 62.

<sup>143</sup> Idem, p.73.



vendida à Organização Victor Costa (OVC), que desde 1955 era proprietária da TV Paulista, o Canal 5 de São Paulo.<sup>144</sup>

Para coordenar as atividades da nova unidade do grupo, Chateaubriand designou Ronald Stresser. Oficialmente, no entanto, a presidência da primeira diretoria do Canal 3 era ocupada por Edmundo Monteiro, homem de confiança do proprietário dos Diários e Emissoras Associados. Alguns técnicos e jornalistas foram buscados em São Paulo, mas a maioria dos funcionários da TV Coroados foi recrutada mesmo em rádios e jornais de Londrina, e depois treinada nas emissoras do grupo em São Paulo ou Curitiba.

Quem presidiu a cerimônia de inauguração, na manhã chuvosa de um sábado, foi Adherbal Stresser, que acionou a câmera principal no estúdio da emissora exatamente às 10h50. O então prefeito de Londrina, Milton Menezes, descerrou a placa de bronze no saguão de entrada da empresa, em homenagem à data festiva e a Assis Chateaubriand, fundador e concessionário da TV Coroados. A bênção do prédio da nova emissora foi feita pelo então bispo de Londrina, Dom Geraldo Fernandes. O empresário Roberto Paiva era o representante de Chateaubriand na solenidade.

Representando o governador do Paraná, Ney Braga, foi a Londrina o secretário estadual do Interior e de Justiça, Afonso Alves de Camargo Neto. Estiveram presentes ainda na solenidade de inauguração do Canal 3 o deputado federal José Richa (PDC) – que posteriormente seria prefeito de Londrina, senador e governador do Paraná; a miss Paraná 1963, Tânia Mara Franco; o diretor artístico da TV Paraná, Carlos Guilherme Addor; o diretor-presidente da *Folha de Londrina*, João Milanez; e alguns vereadores de Londrina.<sup>145</sup>

A nova emissora havia funcionado em caráter experimental por aproximadamente três meses, exibindo o sinal padrão, filmes e musicais; sempre durante poucas horas em cada dia, para efeito de ajustes dos sinais de som e imagem emitidos. A programação oficial, naquele primeiro dia de funcionamento em caráter definitivo, foi aberta às 18h00, com tomadas da cerimônia matinal de inauguração. Depois, seguiram: “Desenholândia” (18h40); “Atualidades Esportivas” (19h15); “Desenhos e atualidades” (20h00); “Calouros do ritmo” (20h15); “Ari Fontoura e seus comediantes” (20h40); “Desenhos e atualidades” (21h10); “Escola de Ballet

---

<sup>144</sup> Informações sobre a TV Bauru e Simonetti estão disponíveis em: <<http://www.vivendobauru.com.br>>. Acesso em: 06 mar. 2011. Informações a respeito das emissoras da OVC, adquiridas por Roberto Marinho em 1966, estão disponíveis em <<http://www.museudatv.com.br>>. Acessos em: 25 ago. 2009; 05 maio 2010; 06 mar. 2011.

<sup>145</sup> *Folha de Londrina*, Londrina, 22 set. 1963, p. 8.

de Londrina” (21h20); “Dona Jandira Teleteatro” (21h40); “*Show HM*” (22h00); “Teatro de Equipe” (22h10); “Júlio Rosemberg e seus cantores” (22h35); e “Notícias” (23h05).

Alguns artistas de Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro que participariam da festa de inauguração da TV Coroados não conseguiram chegar a Londrina em tempo, porque o aeroporto local foi interditado devido às fortes chuvas que caíram na cidade. Por isto, o Canal 3 foi inaugurado com a apresentação artística de alguns “valores da terra, além dos Calouros do Ritmo e do elenco de Glauco Sá Britto”.<sup>146</sup>

A imprensa, autoridades e população de Londrina e região aguardavam pela chegada da televisão desde 1959. Foi quando o proprietário da TV Tupi de São Paulo esteve na cidade para uma palestra sobre o mercado internacional do café, a convite do empresário Horácio Sabino Coimbra, presidente da Companhia Cacique de Café Solúvel. Naquela visita, Chateaubriand teria se empolgado com o progresso de Londrina e prometido que instalaria – na então chamada “Capital mundial do café” – mais uma emissora televisiva do seu grupo comunicacional (NIXDORF, 2004, p. 313).

Como havia ocorrido em Curitiba em meados da década de 1950, com a TV Paraná, em Londrina também um grupo de empresários e profissionais liberais – tendo à frente Horácio Coimbra e João Milanez, entre outros – organizou uma sociedade anônima para a venda de ações da TV Coroados, durante alguns anos. Igualmente na capital, na cidade-polo do norte paranaense o negócio da busca de sócios cotistas para a viabilização econômica da emissora de TV não obteve o sucesso planejado; e por isso ele terminou centralizado nas empresas e na figura de Chateaubriand. Como comenta Dalpícolo (2010, p. 96):

Quem já estava no negócio e queria expandi-lo espalhava o sinal com o uso de repetidoras e abria novas geradoras de programação em regiões onde houvesse potencial de desenvolvimento econômico. Ou seja, a possibilidade de ganhar mais dinheiro. [...]. Assis Chateaubriand viu esta possibilidade na terra roxa, forrada por cafezais, em Londrina, três anos depois de montar a TV Paraná, em Curitiba.

A TV Coroados foi montada, em sua maior parte, com equipamentos usados enviados pelas emissoras de Chateaubriand em São Paulo e Curitiba. Tendo sido o último concedido antes da aprovação do Código Brasileiro de Telecomunicações, em agosto de 1962 e,

---

<sup>146</sup> *Gazeta do Povo*. Curitiba, 25 set. 1963, Caderno 2, p. 6.

portanto, também ainda no período anterior ao regime militar instalado em 1964, o Canal 3 de Londrina encerrou a primeira fase de implantação da televisão no Paraná.

## **2.2 Videoteipe marcou a segunda fase, que teve censura e a chegada de quatro emissoras**

Naqueles primeiros anos de funcionamento no Paraná, as três emissoras televisivas centravam suas produções – ainda exclusivamente locais, ao vivo e em preto e branco – em programas noticiosos, de esportes, de entretenimento em auditórios, e nos espaços comerciais; além de veicularem filmes estrangeiros e nacionais, seriados e desenhos animados importados. Elas seguiam, desta maneira, o modelo estabelecido na década de 1950 pelas estações pioneiras de São Paulo e Rio de Janeiro, basicamente. No conjunto do gênero tido como de entretenimento – que ocupava, diariamente, o maior espaço em cada programação – estavam incluídas as atrações musicais, teleteatros, telenovelas e infantis, entre outros. Como os canais paranaenses ainda não contavam com equipamento de videoteipe (VT), tudo era produzido e levado ao ar ao vivo; obviamente com exceção dos filmes, seriados e desenhos.

Segundo Baracho (2006, p. 44-45), os musicais recebiam especial atenção porque aproveitavam experientes cantores do rádio, que sabiam conduzir os espetáculos ao vivo – sempre passíveis de improvisos – e cativar também o público da televisão. Como não eram muitos os cantores, cantoras e humoristas em Curitiba e Londrina, para os programas de auditório, semanalmente eles eram contratados em São Paulo e em outras capitais para participarem das programações locais das emissoras Paranaense, Paraná e Coroados. Estas duas últimas, por pertencerem ao grupo de Chateaubriand, normalmente contavam com artistas ligados à TV Tupi, paulista ou carioca.

Com os modestos recursos tecnológicos disponíveis, as emissoras tinham enormes dificuldades para manterem-se em funcionamento. O Canal 6 usava, para seus programas noticiosos, o material produzido pela equipe do “coirmão” *Diário do Paraná*, enquanto que o Canal 12 mantinha parceria com os jornais *Tribuna do Paraná* e *O Estado do Paraná*, sendo

que o “pagamento” era feito na forma de troca de anúncios. Os telejornais usavam a velha fórmula dos radiojornais, com dois apresentadores lendo intercaladamente partes dos textos informativos, só que agora em frente a uma câmera de TV. Ainda não se contava com reportagens externas, mas algumas entrevistas ao vivo eram realizadas nos estúdios.

Nos sábados e domingos, as emissoras entravam no ar mais cedo e apresentavam maior número de filmes de longa-metragem. Nos auditórios e estúdios das emissoras – onde os programas e intervalos comerciais eram produzidos ao vivo – havia, quase sempre, um painel preto fixo que servia de fundo. Nele, eram colados cartazes com quadros e desenhos que ilustravam os diferentes programas no ar e os produtos anunciados; foi o modelo precursor do que mais tarde seria conhecido como cenário. Com o passar do tempo, começaram a ser usados *slides* de 35 milímetros e filmes externos sem som, sobre os quais os locutores faziam a narração do respectivo texto noticioso ou comercial (BARACHO, 2006, p. 58).

Sem muitos equipamentos e com poucos recursos técnicos e financeiros, ao final de 1963 e nos anos seguintes daquela década, as emissoras do Paraná baseavam a maior parte de suas programações na reprodução de seriados, desenhos e filmes importados e dublados. Entre eles, destacavam-se: Pepe Legal, Roy Rogers, Bat Masterson, Os Intocáveis, Tarzan, Os Jetsons, Histórias do Velho Oeste, Bonanza, Jim das Selvas, Aventuras Submarinas, Os Flintstones, Zé Colméia, Zorro, Os Três Patetas, e Dock Tracy.<sup>147</sup> Estes e outros eram reprisados – em diferentes dias e horários das semanas – à exaustão pelos diversos canais, comportamento constantemente criticado pelos colunistas de jornais, que citavam o descontentamento dos telespectadores. Eles não imaginavam que aquela situação pioraria em pouco tempo, como consequência direta de um importante avanço tecnológico.

A programação completa da TV Coroados, por exemplo, que havia sido reformulada para a comemoração do primeiro aniversário da emissora, em setembro de 1964, era esta em uma terça-feira: 18h32 – “Cineminha Canal 3”; 18h50 – “Os Três Patetas”; 19h20 – “Atualidades Esportivas”; 19h30 – “Bolsa de Informações”; 19h40 – “Telenotícias Transparaná”; 19h50 – “Macedônia dita os Astros”; 20h00 – “Brother’s”; 20h30 – “Papai Sabe Tudo”; 21h00 – “Rip Cord”; 21h35 – “Divertimentos RS”; 22h40 – “Reportagem

---

<sup>147</sup> Eles ficaram conhecidos como filmes “enlatados”, porque naquela época eram transportados em latas para proteção das películas contra o calor e a umidade do meio ambiente. Só anos depois, o termo “enlatado” passou a conviver com uma conotação pejorativa de produto da imposição cultural estrangeira; de algo estranho ao nosso meio (DALPÍCOLO, 2010, p. 50).

Social”; 23h10 – “Diário do Paraná na TV”.<sup>148</sup> Em aproximadamente cinco horas de programação, cerca de metade das atrações ainda era composta por produções próprias e apresentadas ao vivo, índice que diminuiria bastante nos anos seguintes.

Muito antes das atuais e sofisticadíssimas telenovelas que a Rede Globo exporta para dezenas de países, as emissoras locais de televisão apresentavam os chamados teleteatros, outra atração herdada das experiências do rádio. Neles, poucos atores e atrizes – normalmente integrantes de grupos locais de teatro – encenavam peças de autores regionais, nacionais ou internacionais. Os principais problemas enfrentados para estas produções eram a falta de equipamentos – quase sempre apenas uma câmera – e o pequeno espaço dos auditórios, como explica Jamur Júnior (2001, p. 38-39):

Na busca de um maior público de telespectadores, a TV Paranaense avançava [em 1962-63] na realização de programas locais. Um dos grandes desafios que se colocava para a direção de programação era a produção de tele-teatro, com atores e autores locais. O pioneiro desse ramo que precedeu as novelas foi um simpático chinês que se chamava Charles Clemente Chen, que trabalhara na TV Itacolomi, em Belo Horizonte. [...]. Chen deu extraordinária contribuição para o desenvolvimento da televisão paranaense. [...]. Um dos primeiros programas de teatro na televisão foi “Uma Câmera em Suspense”, título que tinha mais a ver com a situação do que com o enredo da peça.

A primeira novela veiculada pela televisão no estado foi produzida em Curitiba, pela TV Paranaense, e entrou no ar em setembro de 1964: “A última carícia”. Ela foi transmitida em 30 capítulos – com 20 minutos de duração cada um – nas noites de segunda, quarta e sexta-feira, com início às 18h40.<sup>149</sup> O elenco foi formado por grandes nomes do teatro local: Sinval Martins, como galã, Lala Schneider, Maria Aparecida, Rubens Rollo, Cordeiro Júnior e Cícero Gomes. A trama contava a história de um escultor que se casara com uma jovem contra a vontade da família dele. Algum tempo depois, a irmã do galã conseguiu convencê-lo de que a esposa o traía. Desesperado, ele bateu o automóvel que dirigia e perdeu os movimentos das mãos, não podendo mais esculpir. Algumas cenas externas, como a do acidente, foram gravadas em filme de 16 milímetros, e depois sonorizadas em estúdio.

<sup>148</sup> *Folha de Londrina*, Londrina, 10 nov. 1964, Caderno 2, p. 13.

<sup>149</sup> Com o galã Carlos Zara no papel principal, “A última carícia”, texto de Mário Brazini, havia sido encenada pela TV Record de São Paulo, no fim dos anos 1950; mas para o público curitibano ela ainda era inédita (DALPÍCOLO, 2010, p. 71). Em 1964, a telenovela já estava definitivamente estabelecida como gênero na televisão brasileira, com grandes sucessos de público nas TVs Tupi, Record e Excelsior. A primeira telenovela brasileira foi “Sua vida me pertence”, escrita por Walter Forster e exibida, ao vivo, pela TV Tupi-SP a partir de 21 de dezembro de 1951, em 20 capítulos, duas noites por semana, às 20h00 (BRAUNE; RIXA, 2007, p. 121).

Em consequência de problemas técnicos, a TV Paraná – que havia anunciado que seria a pioneira neste segmento no estado – só conseguiu colocar no ar a sua primeira novela com uma semana de atraso, em relação ao Canal 12. Escrita por Venâncio Xavier, “Senhora” era uma adaptação do clássico romance de José de Alencar. Ela foi apresentada em 15 capítulos, com a duração de meia hora cada, três noites alternadas por semana.<sup>150</sup> As primeiras telenovelas paranaenses foram patrocinadas por lojas de eletrodomésticos, empresas revendedoras de gás, bancos e uma fábrica de fogões. “Apresentar este tipo de espetáculo ao vivo, sem recursos técnicos básicos, era uma verdadeira corrida de obstáculos”, registra Jamur Júnior (2001, p. 149).

Apesar do sucesso inicial de público, não foram transmitidas ao vivo em Curitiba mais que quatro ou cinco novelas, conforme Baracho (2006, p. 101-108). Isto aconteceu porque, no ano seguinte, chegaram às emissoras locais os primeiros equipamentos de videoteipe<sup>151</sup>, um marco que alteraria definitivamente a rotina de trabalho e produção nos estúdios paranaenses de televisão, como já ocorria nas emissoras das principais capitais brasileiras. Com o uso da nova tecnologia, passaram a ser possíveis a gravação e edição de sequências de alguns capítulos em um mesmo dia. A TV Paranaense foi a primeira do estado a adquirir e utilizar um equipamento de videoteipe, em julho de 1965.<sup>152</sup> Renato Mazânek lembra como foi o início do funcionamento do VT no Canal 12:

Finalmente, depois de tantas promessas, muitas expectativas e algumas trapalhadas, o equipamento Ampex VR 1000, quadruplex profissional, de altíssima qualidade, foi colocado em condição de uso. A estréia aconteceu numa fria mas festiva noite de 8 de julho de 1965, com a presença de uns poucos convidados. Durante 60 minutos, diante de uma platéia impregnada de encanto e alegria, apareceu no vídeo um dos mais bonitos programas da série de especiais internacionais produzidos pela TV Excelsior de São Paulo: o *show* da belíssima Connie Francis, que comoveu um número enorme de telespectadores e os levou a cobrir de congratulações a TV Paranaense.

<sup>150</sup> Onze anos depois, em 1975, a Globo transmitiu em rede nacional a telenovela “Senhora”, adaptada por Gilberto Braga e dirigida por Herval Rossano. Com 80 capítulos, ela foi a primeira telenovela brasileira produzida em cores para a faixa das 18 horas. Disponível em: <<http://www.memoriaglobo.globo.com/>>. Acesso em: 30 nov. 2011.

<sup>151</sup> O aparelho de videoteipe gravava um sinal magnético em uma fita plástica revestida de óxido de ferro, numa operação semelhante ao do gravador de som, comum. Era, na época, a única maneira através da qual as imagens e os sons de TV podiam ser gravados e, imediatamente, revistos como filmes sem que houvesse a necessidade de revelação. Sobre a fita gravada, dublava-se e, para realizar a montagem ou correção de cenas, as fitas eram cortadas e coladas. [Procedendo-se, portanto, um processo de edição do material.]. Copiadas [as fitas], podiam ser reproduzidas em qualquer outro equipamento de vídeo e, assim, a produção de uma emissora podia ser exibida em outra (BARACHO, 2006, p. 105).

<sup>152</sup> Na região sul, naquela época um VT funcionava somente na TV Piratini de Porto Alegre, a terceira capital do país “a contar com o poderoso aparelho”, logo depois de São Paulo e Rio de Janeiro. A Piratini fazia parte da rede dos Diários e Emissoras Associados (MAZÂNEK, 2004, p. 106).

Ainda assim, a inauguração oficial do equipamento somente aconteceria na manhã do domingo seguinte, dia 11 de julho. Ney Aminthas de Barros Braga, então governador do Estado, foi quem gravou a primeira mensagem em videoteipe, exibida na inauguração, seguida da reprise do *show* de estréia, que acabou depois sendo repetido inúmeras vezes diante do sucesso alcançado (MAZÂNEK, 2004, p. 112).

Poucos dias depois, em 25 de julho do mesmo ano, a TV Paraná recebeu, testou e colocou em atividade a sua unidade de videoteipe. Na emissora de Chateaubriand, não houve inauguração oficial, nem pompa para a ocasião de estreia do VT, que aconteceu durante o programa “Enquanto Roda o Sucesso”, apresentado por Vinícius Coelho nas tardes de domingo. Ele anunciou no ar, ao vivo, que os telespectadores assistiriam a uma grande novidade e, imediatamente, apareceu na telinha dos televisores o Quarteto em Cy, cantando uma música gravada em VT em São Paulo. Na noite daquele domingo, o Canal 6 de Curitiba veiculou, igualmente pela primeira vez, o “Clube dos Artistas”, programa com grande audiência que havia sido gravado, em VT, pela Tupi de São Paulo, na semana anterior.

Algumas telenovelas ainda foram produzidas pelas emissoras curitibanas, utilizando-se das possibilidades de gravações externas e edições do videoteipe, mas nos anos seguintes elas foram completamente substituídas pelas compradas da Tupi, Excelsior, Record e Globo. Por causa dessa “importação” de telenovelas gravadas em fitas de VT, nas emissoras paranaenses – que competiam pela compra do produto com estações de outros estados – os capítulos eram levados ao ar com alguns dias e até uma semana de atraso em relação a São Paulo e Rio de Janeiro, onde eles eram transmitidos simultaneamente. “Algumas pessoas chegavam ir a São Paulo para assistir aos capítulos de novelas que ainda seriam exibidos aqui, para poder contar às amigas o que estava por vir e que elas já tinham visto” (MAZÂNEK, 2004, p. 113).

O advento do VT diminuiu a quantidade de programas apresentados ao vivo, mudou a maneira de produzir os anúncios – agora gravados, com cenas externas, editados e com melhor qualidade – e enriqueceu os telejornais e programas de esportes, com a realização de entrevistas e reportagens fora dos estúdios. Além disso, a apresentação de *shows* gravados, produzidos normalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, “afastou a necessidade de trazer, para Curitiba, com a frequência de antes, artistas paulistas e cariocas”<sup>153</sup>, o que, certamente, contribuiu para diminuir os custos e aumentar os lucros das emissoras paranaenses.

---

<sup>153</sup> BARACHO, 2006, p. 108.

Inventada nos EUA em 1956, a tecnologia do videoteipe, usada em larga escala no Brasil principalmente a partir de 1962, foi a grande responsável, desta maneira, pela transformação dos conteúdos das programações locais das emissoras paranaenses para cada vez mais nacionais, a partir de 1965. Não obstante, o VT causou também outras modificações positivas e importantes na televisão como um todo, conforme a avaliação de Inimá Simões:

É preciso entender o potencial revolucionário do videoteipe. Ele liberta a TV da camisa-de-força da transmissão ao vivo, que até então reduzia tudo ao mero registro do que estava no campo visual imediato da câmera. Introduz a linguagem específica da televisão, com os cortes de edição, a velocidade, um novo ritmo e até a possibilidade de situações inusitadas.<sup>154</sup>

A primeira emissora desta nova fase, e quarta do estado, a entrar em funcionamento foi a TV Iguaçu, Canal 4 de Curitiba, inaugurada em 28 de dezembro de 1967. O empreendimento era propriedade do então governador do Paraná, o advogado e empresário Paulo Pimentel.<sup>155</sup> A TV Iguaçu foi a primeira de Curitiba a iniciar operação em um prédio especialmente projetado e construído para abrigar as atividades de uma estação televisora. Ele contava com três grandes estúdios; bem diferente da TV Paranaense, por exemplo, que sete anos antes havia entrado no ar operando em um estúdio único instalado em uma pequena quitinete. Os equipamentos adquiridos pela TV Iguaçu também eram os melhores e mais modernos disponíveis no mercado internacional naquela época. Eles foram importados da Inglaterra e dos Estados Unidos.

Para a direção geral do Canal 4, Pimentel contratou Hiram de Hollanda, respeitado profissional com experiência na TV Rio e nas maiores agências de propaganda do país. Hollanda havia sido colega de Walter Clark, já diretor-geral da TV Globo do Rio de Janeiro, e o procurou para tentar estabelecer uma parceria entre aquela emissora carioca e a nova TV Iguaçu. É o ex-redator e ex-apresentador de telejornais das TVs Paranaense, Paraná e Iguaçu, Jamur Júnior (2001, p. 92-93), quem conta este episódio:

Em companhia de Rafael Iatauro, [Hollanda] foi ao Rio em busca da programação da Globo, cujos índices de audiência eram sofríveis. Era apenas a terceira colocada, bem distanciada da TV Tupi e da TV Record, que detinha a liderança absoluta em audiência. Usando de franqueza, Walter Clark indicou o caminho, com o seguinte comentário: – Se vocês querem

<sup>154</sup> SIMÕES, 2004, p. 21.

<sup>155</sup> Apenas coincidência de nomenclatura ou não, a sede oficial do governo do Paraná, naquela época ocupada pelo concessionário do novo Canal 4, era o Palácio Iguaçu; como prossegue sendo atualmente. Sobre a história do projeto e construção do referido palácio, pode-se ler SANTOS JÚNIOR (2008).



sair logo na frente, procurem a Record. A TV Globo só será grande daqui a uns quatro anos. Iatauro, então diretor artístico da Iguaçu, decidiu procurar a direção da Record em São Paulo.

Porém, havia um problema a ser resolvido: a TV Record mantinha parceria com a emissora curitibana de Nagibe Chede desde 1960. Não foram divulgados os argumentos usados pelos representantes do governador Pimentel para convencer a direção da Record a romper a antiga relação com a TV Paranaense. Mas, feito isto, um contrato foi assinado entre a TV Record e a TV Iguaçu, que assim começou a operar em condições de disputar a liderança de audiência com a pioneira TV Paranaense e a TV Paraná. Ao empresário Chede, não sobrou alternativa a não ser assinar contrato de cooperação técnica e compra de produtos, para a sua TV Paranaense, com a recém-criada TV Globo, naquela época ainda em fase inicial de estruturação.

Desta maneira, além de possuir as instalações mais adequadas e os equipamentos mais modernos, a TV Iguaçu entrou no ar contando com os melhores programas produzidos no Brasil à época.<sup>156</sup> Alguns exemplos: “O Fino da Bossa”, com Elis Regina e Jair Rodrigues; “A Família Trapo”, com Jô Soares e Ronald Golias; “Jovem Guarda”, com Roberto Carlos, Wanderléia e Erasmo Carlos; além dos grandes festivais de música popular brasileira, que revelaram Gilberto Gil, Rita Lee, Caetano Veloso, Chico Buarque de Holanda, Nara Leão e tantos outros nomes.

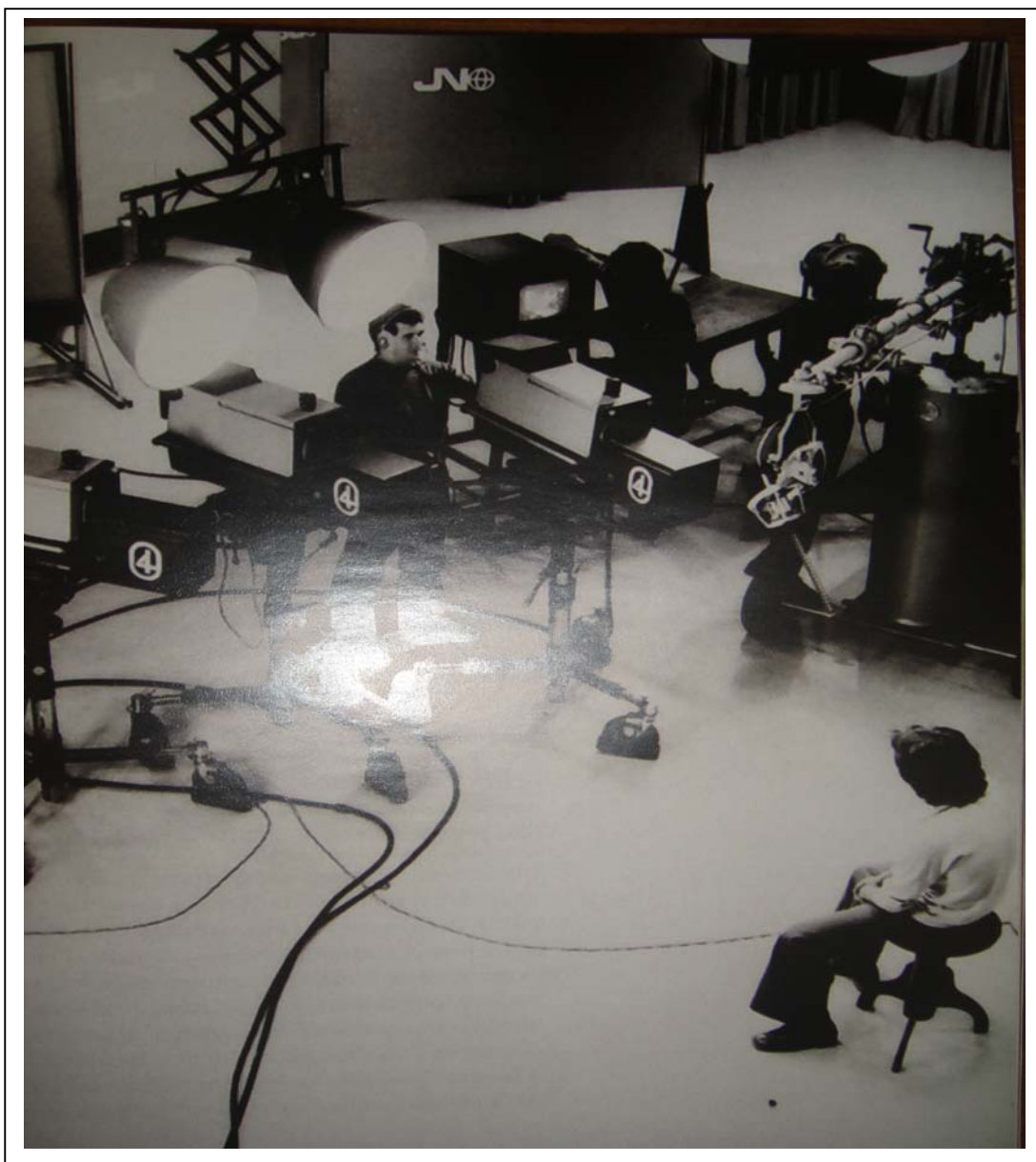
Na parte da produção local, a direção da TV Iguaçu investiu pesado no telejornalismo, apoiada pelos diários *Tribuna do Paraná* e *O Estado do Paraná*, ambos também propriedades de Paulo Pimentel. Sob a direção do experiente jornalista Ducastel Nicz, o Departamento de Jornalismo do Canal 4 colocou no ar o “*Show de Jornal*”, que baseado em linguagem coloquial encontrou uma nova fórmula de levar informações aos telespectadores. O sucesso foi imediato. Em poucos meses, o “*Show de Jornal*” foi o programa jornalístico de maior audiência na história da televisão, “chegando a marcar índice de 96%, inédito no país”, conforme Jamur Júnior (2001, p. 94).

Para a festa de inauguração realizada no ginásio de esportes do Thalia Clube, um dos maiores e mais importantes de Curitiba na época, a direção da TV Iguaçu não poupou recursos. Com entrada franca à população, o *show* contou com as presenças dos cantores

---

<sup>156</sup> *Folha de Londrina*, Londrina, 08 nov. 1967. *Aqui TV*, p. 12. A nota publicada informava que, naquela ocasião, segundo pesquisa do Ibope, dos dez programas com maior audiência em São Paulo, oito eram da TV Record.

Wilson Simonal e Wanderléia, entre outras atrações nacionais e regionais. O governador Paulo Pimentel<sup>157</sup> e o ex-governador Ney Braga estiveram presentes à festa da nova televisão, juntamente com outras autoridades estaduais e curitibanas. O único discurso foi do diretor Rafael Iatauro. A primeira-dama do Paraná, Ivone Lunardelli Pimentel, desatou a fita simbólica e deu por inaugurado o Canal 4 da capital.<sup>158</sup>



<sup>157</sup> Paulo Cruz Pimentel nasceu em Avaré (SP), em 7 de agosto de 1928. Formou-se em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), em 1952. Em seguida, casou-se com Ivone Aparecida Lunardelli e, em 1955, mudou-se para Porecatu, na região norte do Paraná, onde atuou como diretor financeiro da Usina Central do Paraná – transformadora de cana em açúcar e álcool –, pertencente à família Lunardelli. Depois, ele se tornou secretário estadual de Agricultura (1961-1965), governador do Paraná (1966-1971), deputado federal eleito pela ARENA em 1978, e deputado federal constituinte pelo PFL, eleito em 1986 (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, Pós 1930, 2001, p. 4625-4628).

<sup>158</sup> *O Estado do Paraná*, Curitiba, 29 dez. 1967, p. 8.

Fotografia 6 – Estúdio do telejornalismo da TV Iguaçu, na década de 1970.<sup>159</sup>

A programação da TV Iguaçu, inicialmente, não diferia muito da apresentada pelas suas concorrentes paranaenses. No geral, diariamente ela era parecida com esta, de uma quinta-feira: 15h45 – “Slide padrão técnico”; 16h05 – “Hazel”; 16h35 – “Desenhos”; 17h35 – “Seriado: A Ilha do Tesouro”; 18h05 – “Sessão Pastelão”; 18h35 – “Show Jovem: Quartel do Barulho”; 19h35 – “O 4 é Bom de Bola”; 19h40 – “Em Primeira Mão”; 19h55 – “Teatro das Oito: novela Sangue e Areia”; 20h30 – “Show das oito e meia: Vamos S’imbora”; 22h30 – “Sessão das dez e meia: 1ª arte de filme Longa Metragem”; 23h00 – “Show de Jornal”; 23h30 – “2ª parte de filme Longa Metragem”; 00h00 – “Encerramento”.<sup>160</sup> Como única novidade notável, surgiu a divisão da apresentação do filme longa-metragem em duas partes, intercaladas pelo telejornal edição das 23 horas. Estranha experiência que não deve ter encontrado aprovação entre os telespectadores, tanto que foi abandonada em poucas semanas.

Considerando-se os números do Ibope, a programação da TV Iguaçu – que nasceu contando com as principais atrações da paulista TV Record – fez rapidamente um enorme sucesso de público. Este foi o resultado da pesquisa de audiência televisiva realizada por aquele instituto em Curitiba, em fevereiro de 1968: TV Iguaçu – 54,15%; “TV B” – 26,9%; “TV C” – 19,0%.<sup>161</sup> Confrontando-se com outras publicações daquela época, sabe-se que a “TV B” referia-se à TV Paraná; e que a “TV C” era a TV Paranaense, que liderara a audiência local em anos anteriores, mas passava na ocasião por sérios problemas financeiros e encontrava-se em franca decadência.

A perda do contrato de exclusividade da programação da TV Record havia enfraquecido, ainda mais, a já difícil situação econômico-administrativa do pioneiro Canal 12 de Curitiba. No início de 1969, após meses de negociação em sigilo, Nagibe Chede divulgou a venda da TV Paranaense para três sócios: Edmundo Lemanski, Francisco Cunha Pereira Filho – ambos já proprietários da *Gazeta do Povo*, desde 1962 – e o banqueiro Adolfo de Oliveira Franco Júnior, que pouco tempo depois deixou a sociedade. Valor da transação: dois milhões de cruzeiros novos, numa época em que o salário mínimo valia 120 cruzeiros novos. Desta

<sup>159</sup> DALPÍCOLO, 2010, p. 95.

<sup>160</sup> *O Estado do Paraná*, Curitiba, 04 jan. 1968, p. 12.

<sup>161</sup> *Ibid.*, 03 mar. 1968, p. 17.

maneira, além de ter sido a primeira emissora a entrar no ar no estado, a TV Paranaense foi também a primeira a ter sua concessão transferida a outro grupo empresarial.<sup>162</sup>

Renato Mazânek, que durante anos foi diretor de emissoras de rádio e da televisão de Chede, considera que a TV Paranaense foi vendida, entre outros motivos menores, por causa de má administração financeira praticada por seu fundador:

Nessa época, o Canal 12 lutava para manter a liderança, esbarrando numa concorrência cada vez maior. [...]. Abatido pelos problemas e sentindo cada vez mais dificuldade para controlar uma emissora que passou a exigir maiores investimentos para enfrentar a concorrência, Nagibe Chede decidiu desfazer-se da televisão que tanto lutara para criar. Abriu negociações com vários interessados [...]. E, assim, o comando acionário da TV Paranaense passou para um novo grupo, liderado pelo Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, diretor do jornal *Gazeta do Povo*. Desde a sua fundação, a TV Paranaense foi afetada por ações infelizes e maléficas e pela falta de critérios administrativos, e isso, certamente, contribuiu para a mudança de dono e do destino da emissora (MAZÂNEK, 2004, p. 119-124).

Ainda assim, quase unanimemente entre os jornais pesquisados e os autores de livros sobre a história da televisão no Paraná, o advento pioneiro do Canal 12 é considerado como resultado exclusivo do empreendedorismo, da abnegação, do investimento de recursos próprios, da competência e capacidade profissional, da visão de futuro e da luta solitária e sem tréguas do empresário Nagibe Chede.<sup>163</sup> Como se verá no Capítulo III, no entanto, além de certamente possuir algumas destas qualidades, Chede contou com importantes relações e parceiros políticos para alcançar o objetivo de ter sido o concessionário da primeira emissora de TV no estado.

A partir da TV Iguaçu, as novas emissoras do Paraná já foram inauguradas contando com equipamentos de videoteipe e, portanto, com a possibilidade de comprar ou alugar materiais produzidos pelas redes nacionais de televisão, que começavam a ser estruturadas em São Paulo e no Rio de Janeiro, naquele final da década de 1960.<sup>164</sup> Isto iria, mais

---

<sup>162</sup> A transferência de concessão de emissora de televisão só era permitida com autorização prévia do governo federal, de acordo com o previsto no artigo 12, § 6º do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), complementado e modificado pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 fev. de 1967.

<sup>163</sup> A este respeito, pode-se ler o artigo *Nagibe Chede, um visionário*, da escritora Flora Maria Lins de França (*Gazeta do Povo*. 29 out. 2010, p. 2) e a reportagem “Cinquentona no auge da forma” (*Gazeta do Povo*. 29 out. 2010, p. 27); ambos sobre os 50 anos da inauguração da TV Paranaense.

<sup>164</sup> Pesquisa do Ibope (CARTA, 1984, p. 333) realizada em outubro de 1969 mostrou que, para brasileiros jovens e adultos, os principais passatempos, em horários de lazer, eram: assistir à televisão (40%), ler livros (15%), ouvir rádio (8%), passear de automóvel (7%), ouvir música (7%), praticar esportes (6%), ir ao cinema (5%), outros (12%).

acentuadamente dos anos 1970 em diante, alterar com profundidade e para sempre as programações próprias das TVs paranaenses; as quais deixariam seu antigo caráter local, ao vivo e improvisado, para retransmitirem, cada vez em maior quantidade, os produtos gravados em VT de cunho nacional. Foi a partir daquela época que, de acordo com Baracho (2006, p. 116), “a televisão foi reformulada, então, segundo uma lógica empresarial que previa, entre outras coisas, a racionalização do uso do tempo de programação e de mensagens publicitárias [...]”.

No final de 1968, o controle acionário da TV Coroados passou a pertencer aos empresários curitibanos Adherbal e Ronald Stresser, como conta este último:

Meu pai Adherbal e eu éramos sócios minoritários na TV Coroados, desde sua montagem e inauguração, em 63. Cinco anos depois, pouco antes de Chateaubriand morrer, meu pai recebeu a proposta, comprou as ações dele, e ficamos donos sozinho da Coroados. Foi o Edmundo Monteiro<sup>165</sup> que intermediou a negociação, porque sabia que a crise já era profunda no grupo dos Associados. E os custos com a doença de Chatô eram altos, naqueles últimos tempos. O Monteiro resolveu vender a Coroados para ajudar no custeio das despesas de Chatô.<sup>166</sup>

De acordo com Ronald Stresser, a compra do Canal 3 de Londrina foi realizada com recursos próprios de sua família e com uma menor parte financiada junto ao Banco Nacional, que ele negociou pessoalmente com a diretoria em São Paulo.

Em 26 de julho de 1969, o grupo de Paulo Pimentel colocou no ar, em caráter definitivo, a sua segunda emissora, a TV Tibagi, Canal 11 de Apucarana. Para administrar a nova emissora, Pimentel escalou como diretor-financeiro o empresário Nassib Jabur. Ele era amigo e homem de confiança do governador desde a época em que os dois residiram em Porecatu (PR), antes de Pimentel entrar na carreira política. Hiram de Hollanda foi transferido da TV Iguaçu para a nova estação do norte do Paraná como diretor de programação. O primeiro diretor de jornalismo foi Délio César, jornalista contratado em Londrina, mas com experiências anteriores em São Paulo.

---

<sup>165</sup> Edmundo Monteiro nasceu em São Paulo em 1917 e começou a trabalhar no escritório dos Diários Associados ainda adolescente, como *office-boy*. Mais tarde formou-se em economia e praticou o jornalismo, chamando a atenção de Chateaubriand pela inteligência e disposição para o trabalho. Gerenciou as divisões dos Diários em Santa Catarina e no Paraná e foi o diretor-geral das emissoras paulistas de rádio do grupo. Foi deputado federal pela ARENA, de 1967 a 1971. Saiu dos Diários e Emissoras Associados em 1977; morreu em setembro de 1996. Disponível em: <<http://www.wikipedia.org>>. Acesso em: 21 out. 2011.

<sup>166</sup> STRESSER, em entrevista, em 13 ago. 2010.

Como recursos próprios para investimento e crédito para financiamentos bancários não faltavam às empresas de Pimentel, um prédio planejado exclusivamente para a instalação da TV Tibagi foi construído; e equipamentos de última geração foram importados para os estúdios, reportagens externas e antena transmissora dos sinais. Experientes técnicos e engenheiros, responsáveis pelas montagens e operacionalizações, foram contratados em São Paulo. Previa-se que a altitude do local escolhido em Apucarana, a quase mil metros acima do nível do mar, facilitaria a propagação dos sinais. Este conjunto de fatores fez da TV Tibagi a emissora com a maior área de cobertura no Paraná, lugar que ela ainda mantinha no início do século XXI, quando a imagem e o som do Canal 11 chegavam com boa qualidade em 237 das 399 cidades do estado (DALPÍCOLO, 2010, p. 102-103).

O governador Paulo Pimentel não compareceu à solenidade de inauguração da TV Tibagi. Naquele sábado, ele permaneceu em Curitiba para receber, em audiência no Palácio Iguazu, o ministro do Interior Costa Cavalcanti. Pimentel foi representado em Apucarana pelo secretário estadual de Educação, Cândido Martins de Oliveira. Entre outras autoridades, estiveram presentes à festa inaugural do Canal 11, o prefeito de Apucarana, Valmor Giavarina (ARENA), o deputado estadual e diretor da TV Iguazu, Luiz Cruz, o diretor de *OEPR*, João Feder, o fundador da *Folha de Londrina*, João Milanez, e alguns vereadores de Apucarana. Assim como ocorrera na inauguração da TV Iguazu, foi a esposa do governador do Paraná, Ivone Lunardelli Pimentel, quem descerrou a placa comemorativa à entrada da TV Tibagi no ar em caráter definitivo.

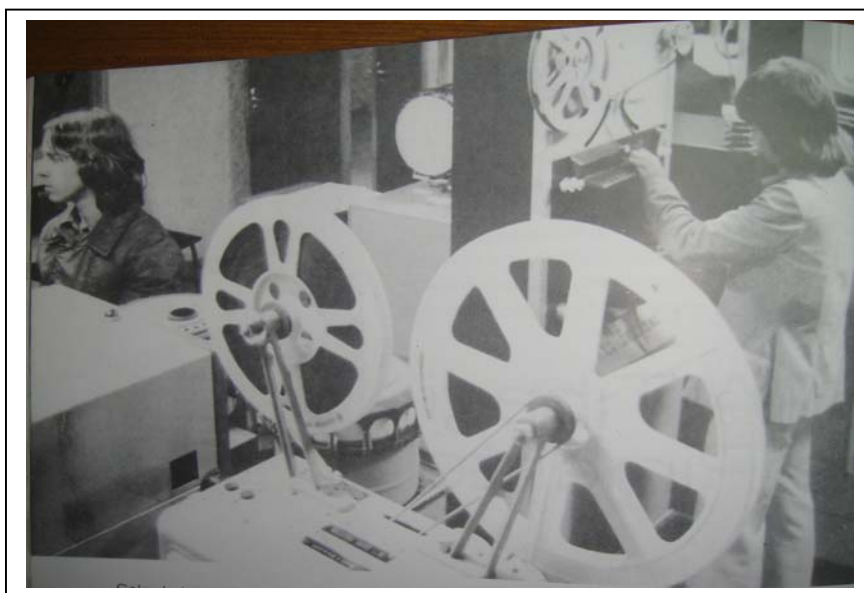
Desde o período de testes para funcionamento, nos primeiros meses de 1969, os modernos equipamentos da TV Tibagi já levavam suas imagens e sons para cidades distantes, como Assis, Presidente Prudente e Marília, no interior de São Paulo, e muitas outras no norte e oeste do Paraná.<sup>167</sup> O novo Canal 11 entrou em operação, em caráter definitivo, ligado à programação da TV Record de São Paulo, como ocorrera com a sua “coirmã” curitibana, a TV Iguazu. O texto de uma propaganda da nova emissora do grupo Pimentel comentava que tudo fora feito – em termos de equipamentos fabricados nos Estados Unidos e de programas produzidos no Brasil – para dar aos telespectadores, do interior do Paraná, o que de melhor existia em termos de televisão naquela época. “Por isso, temos a certeza que vamos agradecer!”<sup>168</sup> era o *slogan* principal da campanha publicitária.

---

<sup>167</sup> *O Estado do Paraná*, Curitiba, 26 jul. 1969, p. 8.

<sup>168</sup> *Ibid.*, 26 jul. 1969, p. 6.

A grade de programação da TV Tibagi começou muito parecida, em sua estrutura e atrações principais, com a colocada no ar pela TV Iguaçu naquela época. É o que pode ser constatado pela programação a seguir, relativa à primeira segunda-feira em que o Canal 11 de Apucarana operou regularmente: 16h00 – “A Feiticeira”; 16h30 – “Os três patetas”; 17h00 – “Desenhos”; 17h30 – “Seriado”; 18h00 – “Daniel Boone”; 19h00 – “Novela: ainda não definida); 19h30 – “Notícias”; 19h40 – “Esportes”; 20h00 – “Tel Star Show”; 21h30 – “Cavalo de ferro”; 22h30 – “Jornal”; 23h00 – “Futebol”; 0h30 – “Encerramento”.<sup>169</sup>



Fotografia 7 – Sala do telecine da TV Tibagi, no início dos anos 1970.<sup>170</sup>

Como fica demonstrado, de produção própria da TV Tibagi havia naquela programação – com perto de oito horas e meia de duração – somente 60 minutos, que eram divididos entre dois telejornais e um programa de informações esportivas. Os espaços publicitários não estavam previstos nas diferentes programações de cada TV publicadas pelos jornais, motivo pelo qual não se pôde saber a quantidade de tempo ocupada pelas propagandas e nem os nomes dos principais anunciantes de cada emissora. Todavia, não houve denúncia de

<sup>169</sup> *Folha de Londrina*, Londrina, 27 jul. 1969, p. 12.

<sup>170</sup> DALPÍCOLO, 2010, p. 102.

que o máximo permitido por lei para a veiculação de anúncios comerciais, de 25% do horário no ar diariamente, era desrespeitado por alguma estação televisora paranaense.<sup>171</sup>

Conforme Sérgio Mattos (2002, p. 74), a televisão começou a se transformar no “meio publicitário mais poderoso do país” na década de 1960, ao mudar a sua programação para aumentar a sua audiência em direção às classes mais baixas da população. Foi quando a TV assumiu o posto de favorita das agências de propaganda, por causa do seu grande potencial de audiência tanto junto à população alfabetizada quanto da analfabeta. Foi também naquela época que, “no Brasil, o governo se tornou o maior anunciante individual, nos níveis federal, estadual e municipal”.

Outro fator, não tecnológico como o videoteipe, mas sim de ordem política, que interferiu de maneira marcante nas programações das emissoras paranaenses – bem como, em geral, de todas as TVs brasileiras – foi o esquema de censura prévia, imposto pelo regime militar aos meios de comunicação. Cada emissora de televisão estava obrigada a conviver, em seus estúdios, auditórios e departamento de jornalismo, principalmente, com um funcionário público que desempenhava as atividades de censor federal. Toda a programação televisiva – nela incluídos, por exemplos, os *shows* de calouros, de humor, musicais e telenovelas – ficou sujeita à censura oficial, porém, certamente, o objetivo maior era evitar que críticas fossem feitas nos telejornais, contra a ditadura e seu governo de generais.

A programação completa de cada emissora deveria ser enviada, para avaliação prévia do órgão da censura, com três dias de antecedência; com exceção dos programas jornalísticos que seriam avaliados, diariamente, na própria televisão. Todos os programas só podiam entrar no ar depois de antecidos pela autorização de um “Certificado de Censura da Polícia Federal”, que era apresentado aos telespectadores com um *slide*; e sobre a imagem dele um locutor narrava, por exemplo: “Atenção, senhores pais: o programa a seguir é proibido para menores de dez anos”.<sup>172</sup>

O Conselho Superior de Censura foi criado em 21 de novembro de 1968, pela Lei 5.536, que manteve vigorando, para efeito do ato censor, boa parte das restrições regulamentadas pelo Decreto 20.493, de 1946. Este documento e a Lei de Segurança Nacional

---

<sup>171</sup> O tempo máximo de propaganda comercial permitida durante a programação radiofônica, de 10%, foi previsto pela primeira vez no país pelo decreto 21.111, de 01 mar. 1932. Depois, ele subiu para 20% na década de 1950, já incluído as pioneiras emissoras televisivas. O CBT estipulou, em seu artigo 124, o limite de 25% que segue em vigor atualmente.

<sup>172</sup> A censura por faixas etárias previa que os programas eram proibidos para menores de dez anos a partir das 20 horas; das 21 horas em diante para menores de 14 anos; a partir das 22 horas, para menores de 16; e a partir das 23 horas, para menores de 18 anos (JAMUR JÚNIOR, 2001, p. 128).



(LSN) – instituída pelo Decreto-Lei 898/69 – deram o suporte para a oficialização da censura, estabelecida em sua forma definitiva pelo Decreto-Lei 1.077, de janeiro de 1970.<sup>173</sup>

No artigo 1º do Decreto-Lei 1.077, estava determinado que não seriam toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes, em quaisquer que fossem os meios de comunicação. E no artigo 7º, ficava definido que aquelas proibições aplicavam-se às “diversões e espetáculos públicos, bem como à programação das emissoras de rádio e televisão”. Na LSN, que institucionalizou a violenta repressão do regime sobre a população, já estavam previstas, por exemplo, penas de até 30 anos de prisão para “crimes políticos” cometidos por meio da televisão, segundo Mino Carta (1984, p. 400). Some-se a isto o fato de que o país vivia, naquele período de “milagre econômico”, sob o terror geral imposto pelo Ato Institucional número 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968 (MATTOS, 2002, p. 36-38).<sup>174</sup>

Nos jornais pesquisados, pelo óbvio motivo de que também eles eram ferrenhamente reprimidos naquele período, nada foi encontrado a respeito da censura federal exercida contra as emissoras paranaenses de televisão. Jamur Júnior (2001) é o único autor que se aprofunda sobre o tema no Paraná, revelando detalhes de como o telejornalismo local dos anos 1960-1970 foi cerceado em suas funções de informar, comentar e opinar. Mesmo assim, ele registra apenas o ocorrido nos telejornais das TVs Iguaçu e Tibagi, ambas do grupo e Paulo Pimentel, onde trabalhou durante a época de vigência da censura.

De acordo com Jamur Júnior (2001, p. 98-99), o cerco dos censores foi extremamente rigoroso a um novo programa diário que havia entrado no ar em janeiro de 1968, por se tratar de telejornal que procurava inovar em sua linguagem e no trato da informação:

A maior dificuldade dos jornalistas responsáveis pelo “Show de Jornal” era produzir um programa jornalístico com opinião e crítica, durante o regime militar onde tudo era censurado, e ainda em emissora de televisão de propriedade do governador do Estado. [...]. Escrever o jornal – que era apresentado às 10h30 da noite, com a presença permanente de um delegado da Polícia Federal, lendo os *scripts* antes de todos – era uma tarefa que só com muito talento era possível realizar. [...]. O compromisso de manter no ar um jornal com as características já consagradas na época, aliando notícia a crítica, ironia e muito humor, exigiu dos jornalistas trabalho dobrado para produzir textos que não provocassem a ira da censura [...].

<sup>173</sup> BERG, 2002, p. 88-89.

<sup>174</sup> Estava também em vigor a Lei de Imprensa (nº 5.250, 9 fev. de 1967), que previa rigorosas penas para a “divulgação de segredos de Estado, ofensas à moral pública e aos bons costumes, ofensas à honra e à conduta pessoal, a injúria, a difamação, a calúnia contra o Presidente da República e outras altas autoridades” (NUZZI, 2007, p. 38-39).

O autor lembra ainda que a censura em vigor era severa e abrangente; e que os censores viviam ameaçando os editores e apresentadores do telejornal: “Por menos que isto tem muito jornalista preso em São Paulo e no Rio de Janeiro”; “Cuidado, que eu posso prender até por expressão facial”. Naquela época, conforme Jamur Júnior, a palavra “proibido” era usada com uma “frequência espantosa” pelos agentes da Polícia Federal, junto aos responsáveis pelo jornalismo da TV Iguaçu:

Proíbiam quase tudo; era proibido pronunciar o nome de Dom Hélder Câmara, de tocar músicas do Geraldo Vandré, de fazer qualquer comentário sobre ditadura em qualquer país do mundo. Davam a impressão de que desejavam evitar que as pessoas, ao assistirem televisão, descobrissem o óbvio: que o país vivia sob uma ditadura militar.<sup>175</sup>

Esta era a situação em que se encontravam não só as emissoras paranaenses de TV, mas igualmente a imprensa, as estações de rádio e toda área de comunicação do estado e do país inteiro, naquele período de governo do presidente Médici (1969-1974).<sup>176</sup> Na opinião de Inimá Simões (2000, p. 69-71), no entanto, os canais de televisão eram mais suscetíveis às pressões da censura por serem concessões públicas e, portanto, mais fiscalizados pelo governo e “mais afeitos ao controle político e policial”. Para ele, com o aumento da repressão militar registrado a partir do final de 1968, a participação do telejornalismo brasileiro, “que já era secundária na programação, ficou ainda mais reduzida”.

Em março de 1972, os canais do ex-governador Paulo Pimentel – TV Iguaçu e TV Tibagi – romperam seus contratos originais com a Record de São Paulo e estabeleceram parcerias com a Rede Globo, já líder nacional de audiência. A TV Paranaense, que ao fim de 1971 tivera terminado e não renovado o seu contrato com a Rede Globo, voltou a assinar convênio com a TV Record.

As mudanças de afiliações de emissoras paranaenses entre as redes nacionais possivelmente causavam alguma confusão entre os telespectadores, que eram forçados a acionar mais assiduamente o seletor de canais de seus televisores à procura dos programas favoritos. Do ponto de vista político-econômico, aquelas alterações também acarretavam um reposicionamento entre os empresários do setor, como será analisado nos capítulos III e IV.

<sup>175</sup> JAMUR JÚNIOR, 2001, p. 134-135.

<sup>176</sup> No início da década de 1970, o número de emissoras geradoras brasileiras de TV havia subido para cerca de 40, das quais cinco no Paraná. O total de televisores em funcionamento no país já era de quase 4, 6 milhões (MATTOS, 2002, p. 83 e 121).

Em relação às programações das cinco emissoras que operavam no Paraná, naquele início da década de 1970, pouco havia mudado desde o advento do videoteipe e do começo de estruturação das três redes nacionais: Tupi, Record e Globo.

As grades das programações diárias, que variavam minimamente de uma emissora e respectiva rede para as concorrentes, estavam quase sempre estruturadas em torno de duas ou três telenovelas; dois ou três telejornais; um ou dois filmes de longa- metragem; uma ou duas sessões de desenhos animados; um ou dois seriados; uma sessão de madureza ginásial; um ou dois programas de auditório ou de estúdio; um ou dois programas de esportes, centrados no futebol.

Para efeito de comparação, tomemos as programações completas, em uma sexta-feira, das três emissoras de TV de Curitiba, em 1972.<sup>177</sup> TV Iguaçu/Rede Globo: 16h00 – “Seriado”; 16h20 – “Sessão do riso”; 17h15 – “Madureza ginásial”; 17h55 – “O Estadinho”; 18h00 – “Bicho do mato”; 18h45 – “Jornal da cidade”; 19h00 – “Primeiro amor”; 19h40 – “Jornal Nacional”; 20h05 – “Selva da pedra”; 21h00 – “Sexta-feira nobre”; 22h00 – “Show de Jornal”; 22h30 – “O bofê”; 23h15 – “Sessão de gala”. TV Paraná/Rede Tupi: 15h30 – “Tapete mágico”; 16h00 – “Carlitos”; 16h30 – “Ultra Seven”; 17h00 – “Mulher 70”; 17h15 – “TV Educativa (Madureza)”; 18h00 – “Signo da esperança”; 18h45 – “Na idade da loba”; 19h30 – “Rede Nacional de Notícias”; 19h45 – “Vitória Bonelli”; 20h30 – “Tom e Jerry”; 21h00 – “Clube dos artistas”; 22h30 – “A confirmar”; 23h00 – “Clube dos Artistas”; 00h00 – “Pesadelo”. TV Paranaense/Rede Record: 11h15 – “Madureza”; 12h00 – “Gazeta na TV”; 12h30 – “Tele Gol”; 12h45 – “Supermercado de capitais”; 13h00 – “Os fidalgos da Casa Mourisca”; 13h45 – “Sessão da tarde”; 15h00 – “Guerra, sombra e água fresca”; 15h30 – “Cisco Kid”; 16h00 – “Desenhos”; 18h30 – “Repórter das ruas”; 18h45 – “O leopardo”; 19h30 – “Repórter REI”; 19h45 – “O tempo não apaga”; 20h45 – “Os insociáveis”; 22h30 – “Cinema de milhões”; 00h00 – “Última sessão”.

Como os três quadros deixavam evidenciados, naquela época as emissoras curitibanas já tinham abandonado quase que totalmente as suas produções locais, em troca de apenas retransmitirem todo tipo de material recebido em filmes ou fitas de VT de suas respectivas redes nacionais. A TV Iguaçu produzia somente 50 minutos – com três telejornais – em uma programação de aproximadamente 8 horas diárias. Na TV Paraná, a situação era ainda pior: apenas 15 minutos locais de um programa feminino, para quase dez horas de emissora no ar.

<sup>177</sup> *O Estado do Paraná*, Curitiba, 08 dez. 1972, p. 13.

A TV Paranaense, com aproximadamente 15 horas de programação diária, contava com 75 minutos de quatro telejornais próprios. Essa era uma posição empresarialmente cômoda e economicamente vantajosa para os canais televisivos de Curitiba – a exemplo do que ocorria no país inteiro –, porque diminuía suas necessidades de pessoal, de equipamentos e de materiais, ao mesmo tempo em que reduzia em muito os seus custos com a produção própria e de qualidade duvidosa.

Nas duas emissoras do interior, as situações eram diversas em relação às suas afiliações e programações. A TV Tibagi, do grupo de Pimentel e afiliada à Rede Globo, colocava no ar uma programação praticamente igual à da TV Iguaçu, pertencente ao mesmo grupo. As diferenças estavam apenas em dois programas de esportes e em um destinado ao público feminino, produzidos pelo canal 11 de Apucarana. Mas ambas as emissoras entravam em rede para a transmissão do “Jornal Nacional” e veiculavam as mesmas telenovelas, em horários idênticos. Já a TV Coroados, pertencente ao grupo de Chateaubriand juntamente com a TV Paraná, só levava ao ar um programa que estava presente também na grade da emissora de Curitiba, o “Clube dos artistas”. Ainda assim, no Canal 3 de Londrina esse programa – gravado em videoteipe em São Paulo – era veiculado com uma semana de atraso, em relação ao da TV Paraná. A TV Coroados, por deficiência de seus equipamentos, ainda não conseguia entrar em rede com a TV Paraná, sequer para a transmissão simultânea do telejornal noturno “Rede Nacional de Notícias”.

Passados quase dez anos de sua inauguração, a TV Coroados seguia operando como se estivesse na primeira fase de funcionamento das emissoras de televisão no Paraná, quando o alcance dos seus sinais de som e imagem era bastante reduzido e chegava, no máximo, a poucos municípios vizinhos das cidades em que estavam sediadas. O que levava cada emissora a ser considerada uma TV local ou, quando muito, microrregional. Os sinais da TV Coroados, por exemplo, não eram captados com qualidade pelos televisores em Maringá, cidade a menos de 100 km de Londrina em linha reta. Esta realidade, comum em outras regiões brasileira no início da década de 1960, só começaria a mudar com o investimento na instalação de estações repetidoras dos sinais televisivos que operavam por meio do sistema de micro-ondas.<sup>178</sup>

---

<sup>178</sup> O processo de transmissão por micro-ondas consiste no envio de sinais da emissora geradora para o topo de antenas de transmissão e daí, através das ondas eletromagnéticas, para antenas receptoras colocadas normalmente nos telhados das casas ou edifícios. Como o raio da emissão destas ondas é limitado, para longas distâncias o sistema exige a conexão de várias estações repetidoras dos sinais, instaladas com cerca de 45-50 km de distância entre elas (AMARAL, 2004, p. 56-57).

A primeira dessas estações entrou em operação, no estado, entre Curitiba e Ponta Grossa, em 29 de outubro de 1963, como parte dos festejos comemorativos do terceiro aniversário da TV Paranaense. No Brasil, o sistema de transmissão por micro-ondas – que inicialmente interligava apenas o Rio de Janeiro a Brasília, passando por Belo Horizonte e Goiânia – tinha sido inaugurado juntamente com a nova capital federal, em 21 de abril de 1960. Também naquela data, começou a ser usado pela televisão brasileira o equipamento de videoteipe. Ambos, o sistema de micro-ondas e o videoteipe, mais tarde dariam grande impulso ao surgimento das emissoras afiliadas e, conseqüentemente, às redes nacionais de televisão, como será analisado no Capítulo IV.

Inicialmente, a implantação dos troncos de estações repetidoras, bastante onerosa e demorada, dependia do investimento de cada emissora de TV. Isto mudou com a chegada dos militares ao poder, em 1964. Em poucos anos de governo, o comando militar elegeu a televisão como o veículo de comunicação preferencial na divulgação de suas mensagens, ideias e objetivos. Por isto, este segundo ciclo da televisão nacional passaria a receber amplos investimentos públicos, destinados a garantir, com infraestrutura e tecnologia, a possibilidade concreta de sua expansão.

Como demonstram diversos autores<sup>179</sup>, o movimento civil-militar que liderou o golpe de 1964 recebeu amplo apoio da classe empresarial, da sociedade organizada, de sindicatos, da imprensa e de igrejas, em geral; com poucas exceções. O que havia unificado aqueles diferentes setores, inicialmente, era – além do medo do suposto “comunismo” representado pelo presidente Jango – um esboço de programa nacional de desenvolvimento através da nova ordem social e econômica. Este projeto tinha sido gestado, durante anos, na Escola Superior de Guerra (ESG), e estava baseado em seis objetivos básicos: integração nacional; soberania; desenvolvimento, progresso e prosperidade nacional; democracia; integridade territorial; e paz social (MATTOS, 2002, p. 32-35).

A partir de 1967 – com base na criação do Ministério das Comunicações e da Embratel, e na reformulação do CBT – o governo militar passou a concentrar esforços e recursos volumosos na disseminação da televisão pelo Brasil. A TV seria usada como uma prova da “modernização do país” pelo regime e, ao mesmo tempo, serviria a ele como instrumento de massificação de suas realizações. Para isto, foram utilizados inclusive

---

<sup>179</sup> Entre outros: ALVES (1985), CARTA (1984) e REZENDE (2001).

instrumentos de ministérios da área econômica, conforme demonstra Sérgio Pompeu (1984, p. 401):

[...]. Era o período do *boom* econômico-financeiro. Graças ao crédito direto ao consumidor, criado pelo governo em 1968 para facilitar a venda de bens de consumo produzidos pela indústria e anunciados pela TV, as vendas de aparelhos receptores de TV aumentaram em 48% sobre 1967. [...]. Em 1971, 70% dos aparelhos ligados em São Paulo já pertenciam às famílias das camadas C e D.

Em 1972, o Decreto 70.568 substituiu definitivamente o antigo Contel pelo Departamento Nacional de Telecomunicação (Dentel) e criou a empresa Telecomunicações Brasileiras S. A. (Telebrás), ambos subordinados ao Ministério das Comunicações, como já era a Embratel. Transcorria, então, o governo do general Médici, que investia pesado no aparato das telecomunicações para levar adiante a sua política do “Brasil grande potência”; exaltando o trabalho, as Forças Armadas e a educação no fortalecimento de uma “saudável mentalidade de integração e segurança nacionais”. Entre 1968 e 1970, o sistema de micro-ondas – fundamental no avanço dos sinais das emissoras<sup>180</sup> de televisão pelo interior do país – havia recebido grande injeção de recursos federais e já interligava quase todo o território nacional (PAES, 1997, p. 55). Entraram em operação, naquele período, perto de 18 mil quilômetros de enlaces por micro-ondas no país inteiro.

No Paraná, entretanto, no início dos anos 1970 ainda era quase nula a presença do sinal de televisão com boa qualidade em grande parte do interior; onde funcionavam somente duas emissoras geradoras, em Londrina e Apucarana.<sup>181</sup> Esta circunstância levou à formação de um movimento que defendia a interiorização da TV, capitaneado por prefeitos, vereadores e deputados estaduais; e que logo contou com o apoio do governo do estado e dos

---

<sup>180</sup> Um parque transmissor de programação de televisão se compõe de estação geradora, estações repetidoras e estações retransmissoras. Estação geradora é aquela capaz de produzir e colocar no ar programas de TV. Uma estação geradora poder ser uma cabeça de rede ou uma afiliada dessa. Estações repetidoras são pequenas unidades automáticas encarregadas de captar os sinais televisivos da estação geradora e retransmiti-los, tornando possível sua recepção por outra repetidora ou retransmissora. Estação retransmissora é aquela capaz de captar os sinais televisivos e difundi-los para toda uma região circundante (OLIVEIRA, 1991, p. 94-95).

<sup>181</sup> Nas principais capitais brasileiras, as emissoras de TV já transmitiam suas imagens em cores em meados da década de 1970. Oficialmente, a TV em cores havia sido inaugurada em 31 de março de 1972, por determinação do governo militar, como parte das comemorações do 8º aniversário da “Revolução de 64”; ainda que a primeira transmissão tivesse já ocorrido, de fato, em 19 de fevereiro do mesmo ano, em Caxias do Sul (RS). Em Curitiba, a primeira experiência de transmissão de imagens em cores foi realizada pela TV Paranaense, em 29 de outubro de 1966, em circuito fechado, em comemoração ao sexto aniversário daquela emissora. No Brasil, os primeiros testes com a nova tecnologia tinham sido feitos pela TV Excelsior de São Paulo, em 1963 (BRAUNE; RIXA, 2007, p. 18-19).

concessionários de emissoras. Porém, isto não foi suficiente para resolver imediatamente a questão:

Apesar das diferenças políticas e sociais desses agentes, todos chegaram à conclusão de que a instalação de uma rede de estações repetidoras e retransmissoras de televisão é a solução que melhor atende a seus propósitos. Mas, se existe uma unanimidade quanto à solução do problema, essa desaparece quando se trata da sua efetivação.<sup>182</sup>

O impasse foi criado porque os custos do investimento necessário eram altos e ainda não havia, naquela época, recursos disponíveis para tanto. Assim, o projeto não saía do papel, essencialmente, por uma questão financeira. A principal iniciativa para a solução do problema foi tomada por prefeitos ligados à Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (Amsop), região próxima da divisa do estado com Santa Catarina e na fronteira com a Argentina. Em meados de 1975, eles concretizaram a proposta que cobria todos os 25 municípios da região com o sinal da TV Iguçu, de Curitiba. O sistema contava com oito estações repetidoras dispostas em intervalos aproximados de 50 km. O enlace de repetidoras cruzava o estado no sentido leste-oeste, numa distância superior a 300 km (OLIVEIRA, 1991, p. 99).

Tendo como um de seus principais objetivos a interiorização dos sinais televisivos, a Paraná Radiodifusão S. A. (Radipar) foi criada pelo governo estadual em novembro de 1974; sob a orientação e com o apoio de Brasília. Era uma empresa, estatutariamente, de economia mista e subordinada à Secretaria Estadual de Viação e Obras Públicas. O conjunto de ações estava dividido entre o governo do estado, majoritariamente, e os dez principais municípios paranaenses. No início de 1978, a Radipar inaugurou a sua primeira rede de enlaces de sete estações repetidoras, a chamada Rota Sul-Sudeste. Por ela foram beneficiadas com o sinal da TV Paranaense, de Curitiba, as populações dos municípios das regiões sul e norte pioneiro. Ainda no primeiro semestre de 1978, foi colocada em funcionamento a Rota Norte que, com mais quatro estações repetidoras, levou o sinal da mesma emissora curitibana – afiliada da Rede Globo – até aquela região.

O segundo grande tronco do sistema nacional de micro-ondas, o chamado Tronco Sul, foi inaugurado pela Embratel em 1969 e interligava as capitais estaduais Rio de Janeiro e São Paulo – anteriormente já unidas pelo mesmo sistema – até Porto Alegre, passando por

---

<sup>182</sup> OLIVEIRA, 1991, p. 96.

Curitiba e Florianópolis.<sup>183</sup> O tronco já constava do 1º Plano Nacional de Telecomunicações (PNT), aprovado em 1962, mas que só começou a ser definitivamente implantado a partir de 1967 (QUEIROZ, 1992, p. 14). Em Curitiba e no interior paranaense, a Embratel desenvolveu seus projetos em conjunto com a Companhia de Telecomunicações do Paraná (Telepar), que havia sido criada pelo governador Ney Braga em março de 1963, mas que se estruturou e conquistou importância no mandato de Paulo Pimentel, seu aliado e sucessor.

Fruto desta parceria entre os governos federal e estadual, a Embratel e a Telepar inauguraram em Londrina, no dia 30 de maio de 1970, o primeiro Centro de Televisão do interior do país, que estava interligado aos troncos de micro-ondas e também aos satélites artificiais do Intelsat. O que possibilitou às emissoras de TV paranaenses a transmissão, ao vivo, dos jogos de futebol da Copa do Mundo do México, realizada em junho daquele ano. O novo centro beneficiou os telespectadores de 256 municípios, na época cerca de 3/4 do interior paranaense. Nas reportagens e nas propagandas daquelas duas estatais, veiculadas então por diferentes diários, o Paraná era dado como o estado líder nacional em telecomunicações, sempre com elogios aos governos de Médici e Pimentel.<sup>184</sup>

Aquele antigo projeto de integração nacional, agora sintetizado no governo Médici pelo ufanista *slogan* “Este é um país que vai pra frente”, ganharia ainda mais força no I Plano Nacional de Desenvolvimento, divulgado em fins de 1971 para o triênio 1972-1974. Com ele, viria nova e significativa injeção de recursos estatais para a expansão do sistema de televisão, beneficiando as redes de emissoras em seu conjunto e, em especial, a Rede Globo. Os investimentos dos cofres públicos se davam pela Embratel – em troncos de micro-ondas e na rede de satélites artificiais –, pelos governos estaduais e prefeituras, na construção de torres para os enlaces do sistema de micro-ondas (RIBEIRO; BOTELHO, 1980, p. 93-94).

A política de apoio à expansão e fortalecimento da televisão pelo país prosseguiu a todo vapor no governo do presidente Ernesto Geisel. Em dezembro de 1975, ele criou a Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás), vinculada ao Ministério das Comunicações. Em 1978, um decreto deste ministério disciplinou a instalação de estações repetidoras e retransmissoras de TV. Nele, ficou definido que os serviços de retransmissão seriam “livres e

---

<sup>183</sup> Descobertas em 1931, as micro-ondas ajudariam mais tarde a consolidar o conceito de redes de televisão. O sistema de transmissão de sinais televisivos por micro-ondas possui, entretanto, uma deficiência: é incapaz de contornar obstáculos opacos, como construções e vegetação, porque sua propagação se dá em linha reta. Por isto, nos Estados Unidos, por exemplo, optou-se pelo sistema de transmissões por cabo. No Brasil, o governo militar optou pelo fortalecimento e ampliação do sistema por micro-ondas (AMARAL, 2004, p. 57).

<sup>184</sup> *Folha de Londrina*, Londrina, 01 mar. 1970, p. 1; 03 maio 1970, p. 32; 14 maio 1970, p. 3; 16 maio 1970, p. 8; 31 maio 1970, p. 1 e 9; *O Estado do Paraná*, Curitiba, 01 maio 1970, p. 3; 02 jun. 1970, p. 6 e 8.



gratuitamente recebidos” pelo público; além de terem que possuir alguns “padrões de qualidade estabelecidos”. A rede pertencente a Roberto Marinho se adequou rapidamente às exigências do decreto e criou o seu autoalardeado “Padrão Globo de Qualidade”.

Sem poder cobrar por seus serviços, a Radipar foi transformada, na prática, em uma mera repartição pública mantida com verbas estaduais a fundo perdido; e que servia aos interesses políticos dos governos sediados em Curitiba e Brasília com a ampliação do sistema de estações repetidoras dos sinais da televisão pelo interior do Paraná. Assim é que, de novembro de 1974 a meados de 1986, foram instaladas 107 destas estações repetidoras (OLIVEIRA, 1991, p. 103-105). Entre elas, encontravam-se as da chamada Rota Oeste – a mais longa do estado, com aproximadamente 500 km –, que interligou Maringá a Foz do Iguaçu; passando por Cianorte, Campo Mourão, Cascavel e outras cidades menores. Esta expansão, concluída em meados da década de 1980, fez da TV Cultura de Maringá, então já afiliada da Rede Globo, a emissora com maior área de cobertura no Paraná (DALPÍCOLO, 2010, p. 133-134).

Em contrapartida ao rápido crescimento nacional que o complexo de televisão alcançou de 1964 a 1985, resultado direto das políticas de telecomunicações adotadas em Brasília, naquele período as emissoras e redes de TV foram usadas, segundo Mattos (2002, p. 44-45), para promover entretenimento, encorajar o consumo, difundir as realizações econômicas do país e, ao mesmo tempo, perpetuar a saudável imagem do regime militar. Além de tudo isso, naquela época o estado do Paraná pesava bastante na questão da segurança nacional, tão cara aos militares, por causa de sua localização geográfica e fronteiras com a Argentina e o Paraguai, ambos igualmente às voltas com governos autoritários. Assim, a infraestrutura do setor de telecomunicações e a expansão do número de emissoras de TV paranaenses receberam atenção e apoio especiais das autoridades de Brasília, durante aquele período.

A TV Esplanada, Canal 7 de Ponta Grossa, foi inaugurada oficialmente em 17 de abril de 1972. A emissora foi viabilizada por um grupo de empresários liderado por Constâncio Mendes e Wallace Pina. A TV Esplanada foi, no estado, a emissora que mais demorou para entrar em funcionamento após ter recebido a autorização do governo Federal, quase seis anos. Este fato, incomum entre os canais paranaenses de televisão, deveu-se a problemas financeiros do grupo TV Educadora de Ponta Grossa Ltda., criado em outubro de 1966 para

viabilizar a concessão conseguida.

A solenidade de inauguração da TV Esplanada aconteceu às 16 horas de uma segunda-feira e foi transmitida ao vivo, por duas câmeras, diretamente dos estúdios da emissora pontagrossense. A fita inaugural simbólica foi desatada pelo prefeito de Ponta Grossa, Cyro Martins (ARENA), enquanto que o bispo Dom Geraldo Pellanda procedeu a bênção das instalações. O único discurso do evento foi proferido pelo diretor artístico Arthur Fernandes Pina Ribeiro, representando a direção da TV Esplanada. Estiveram presentes à cerimônia, o reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, o comandante do 13º Batalhão da Infantaria Blindada, deputados federais e estaduais, vereadores e outras autoridades.<sup>185</sup>

A nova estação televisiva, terceira do interior do Paraná, começara a operar em caráter experimental em 24 de dezembro de 1971. Inicialmente, a TV Esplanada retransmitia parte da programação nacional da TV Tupi de São Paulo, composta basicamente por telenovelas, telejornais, *shows*, filmes, desenhos e seriados estrangeiros. Eram apresentados ainda curtos programas informativos e esportivos locais. O sinal do Canal 7 alcançava, naquela ocasião, 32 cidades da região dos campos gerais, em torno de Ponta Grossa, que contava na época com cerca de 150 mil habitantes.

Havia alguns anos, Constâncio Mendes era líder do grupo proprietário do *Jornal da Manhã*, que tinha no *Diário dos Campos* seu único concorrente naquela cidade. O principal sócio de Mendes na emissora de televisão, Wallace Pina, era fundador e dono da Rádio Difusora. As curitibanas TV Paranaense e TV Iguaçu estavam presentes no mercado publicitário de Ponta Grossa, apesar da péssima qualidade dos sinais de imagem e som com que suas programações chegavam aos telespectadores naquela cidade.

A TV Esplanada só se afiliou à precária Rede Tupi depois que a TV Paranaense, já sob o comando da *Gazeta do Povo*, atralalhara o projeto inicial de parceria da emissora de Ponta Grossa com a Rede Record, também de São Paulo. Situação motivada porque a TV Iguaçu, de Paulo Pimentel, tinha substituído, havia algumas semanas, o Canal 12 de Curitiba no convênio com a Rede Globo. A programação da Tupi ainda não estava presente em Ponta Grossa, porque os sinais da TV Paraná eram fracos e a emissora do grupo dos Diários Associados não contava com antena repetidora naquela região.<sup>186</sup>

---

<sup>185</sup> *Folha de Londrina*, Londrina, 18 abr. 1972, p. 10.

<sup>186</sup> *Folha de Londrina*, Londrina, 18 abr. 1972, p. 10.

Inicialmente, a grade da programação da TV Esplanada reservava pouquíssimo espaço para a veiculação de produções próprias. Em um dia normal, elas contavam com apenas aproximadamente 15 minutos – somados entre três noticiosos locais – no todo de uma programação com mais de oito horas no ar. Como esta, de uma quarta-feira, dada aqui como exemplo: 16h00 – “Padrão musical”; 16h48 – “Abertura da Emissora”; 16h50 – “Curso de Madureza Ginásial”; 17h30 – “Scooby Doo”; 17h50 – “O Meu Pé de Laranja Lima”; 18h20 – “Camomila e Bem Me Quer”; 19h00 – “O Circo”; 19h05 – “Mini Jornal”; 19h12 – “Tele-Esporte”; 19h18 – “Bieme Informa – Bolsa de Valores”; 19h20 – “Na Hora H”; 19h40 – “Vitória Bonelli”; 20h15 – “O Preço de Um Homem”; 20h55 – “Cannon”; 22h45 – “Futebol”; 00h25 – “Encerramento previsto”.<sup>187</sup> Como é possível observar, as principais e mais longas atrações eram os filmes, seriados, telenovelas e futebol, enviados em fitas de videotape pela Rede Tupi à sua nova afiliada.

Porém, mais do que expandir a sua lista de novas afiliadas, a direção da Rede Tupi estava preocupada, naquela época, em negociar algumas de suas emissoras para fazer frente à profunda crise financeira vivida pelos Diários e Emissoras Associados, em todo o país. Por isso, a TV Coroados de Londrina foi colocada à venda por Adherbal Stresser, sob orientação de Edmundo Monteiro, em meados de 1973. Cinco dias após a morte de Adherbal, em Curitiba no dia 16 de outubro daquele ano, o seu filho Ronald Stresser assumiu a negociação e terminou por vender o Canal 3 de Londrina ao grupo de Paulo Pimentel.<sup>188</sup> Posteriormente, Pimentel venderia a TV Coroados ao grupo de Oscar Martinez, que mais tarde a negociaria com o grupo da *Gazeta do Povo* e Roberto Marinho. Por ter sido a emissora que mais trocou de concessionários, mas principalmente porque aquelas sucessivas negociações tiveram o envolvimento de acentuados componentes políticos, ligados ao regime militar e ao Palácio Iguaçu, a trajetória da TV Coroadas será analisada, de maneira especial, no Capítulo IV.

A dificuldade econômico-financeira do espólio do grupo de Chateaubriand se acentuou, levando Edmundo Monteiro a colocar à venda também a TV Paraná. Ao contrário do que havia acontecido anteriormente, com a crise e venda da TV Paranaense por Chede, a historiadora Maria Luiza Baracho (2006, p. 115) avalia que a crise administrativa da TV Paraná foi provocada “externamente”, pelas péssimas condições do conglomerado nacional ao qual pertencia a emissora curitibana:

---

<sup>187</sup> Ibid., 15 nov. 1972, p. 6.

<sup>188</sup> *Folha de Londrina*, Londrina, 21 out. 1973, p. 1-2.

Com a morte de Chateaubriand, em abril de 1968, a situação se agravou, pois a diretoria executiva dos Diários e Emissoras Associadas passou para um grupo de beneficiários diretos de Chateaubriand, fazendo com que as Associadas fossem praticamente loteadas.

Além disso, houve a morte de Adherbal Stresser, em outubro de 1973. A partir de então, o único filho dele, Ronald Stresser, e Edmundo Monteiro – um dos principais administradores do espólio de Assis Chateaubriand – deram prosseguimento às negociações e terminaram por vender a TV Paraná, juntamente com o *Diário do Paraná*, ao grupo do empresário-agropecuarista Oscar Martinez, em 1974. Os telespectadores possivelmente nem tenham notado a mudança administrativa, porque o Canal 6 de Curitiba seguiu afiliado à Rede Tupi e retransmitindo, portanto, a sua já decadente programação nacional.

Depois de pouco mais de três anos de estruturação e montagem, em 25 de setembro de 1975 começou a operar regularmente a TV Cultura, Canal 8 de Maringá. A concessão havia sido conquistada por um grupo de 25 empresários e profissionais liberais liderados por Samuel Silveira. Respeitado empresário da comunicação, Silveira apareceu na primeira diretoria da TV Cultura ocupando o cargo de diretor-superintendente. Ele já era um antigo proprietário de estações radiofônicas – entre elas, a Rádio Cultura, a pioneira em Maringá – e do jornal *Diário do Norte do Paraná*, o principal daquele município, emancipado politicamente em 1951.

O primeiro diretor-presidente da nova emissora, a sétima do estado e quarta instalada no interior paranaense, foi o bispo de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho<sup>189</sup>, e o diretor-gerente era Joaquim Dutra. Apesar da coincidência dos nomes, o Canal 8 não tinha qualquer tipo de ligação com a TV Cultura, de São Paulo.<sup>190</sup> Antes da estação de Maringá entrar no ar em caráter experimental, em agosto de 1975, ela havia passado quase um ano em fase de testes e com sérios problemas técnicos. Durante essa fase, o Canal 8 retransmitiu parte das programações da TV Bandeirantes e TV Gazeta, ambas de São Paulo.

Naquela ocasião, o Dentel chegou a ameaçar Samuel Silveira com o cancelamento da concessão, caso a TV não fosse colocada no ar em definitivo com brevidade. Para evitar o

---

<sup>189</sup> Atualmente arcebispo emérito de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho concedeu entrevista por escrito a este pesquisador, a respeito da TV Cultura de Maringá. O conteúdo será usado à frente, nas análises do Capítulo III. Apesar de ter um bispo como diretor-presidente, o Canal 8 era empreendimento de empresários da comunicação e não possuía vínculo formal com a Igreja Católica.

<sup>190</sup> Sobre a trajetória da TV Cultura de São Paulo – que inicialmente pertenceu ao grupo de Chateaubriand e depois foi transformada em emissora educativa pelo governo estadual paulista – pode-se ler a dissertação de mestrado em História de BARROS FILHO (2010).

cancelamento, o empresário fez empréstimo bancário equivalente a um milhão de dólares e investiu na compra de equipamentos. Uma parte deles foi importada dos Estados Unidos; enquanto que a outra, composta por equipamentos usados, foi adquirida da TV Paranaense e de diversas emissoras de São Paulo (MARQUES; SILVA, 2002, p. 32).

Estiveram presentes à solenidade de inauguração da TV Cultura, na tarde de uma quinta-feira, o então governador do Paraná, Jaime Canet Júnior (ARENA), o prefeito de Maringá, Sílvio Barros (ARENA), o secretário estadual de Justiça, deputado Túlio Vargas, e o diretor do Dentel no estado, o coronel Waldemar Osvaldo Bianco; além de alguns deputados federais, deputados estaduais, prefeitos e vereadores de municípios vizinhos a Maringá, entre outras autoridades. A solenidade inaugural foi transmitida, ao vivo e em cores, pela própria TV Cultura, graças a equipamentos emprestados pela TV Paranaense.

A partir da inauguração, a TV Cultura passou a participar da Rede de Emissoras Independentes (REI), liderada pela TV Record, de São Paulo. Esta oferecia uma programação bastante variada – com base em filmes, telenovelas, telejornalismo e esportes –, e que surgia como uma nova opção ao telespectador do interior do Paraná. A nova emissora entrou no ar em caráter definitivo já com uma parceria estabelecida também com a TV Paranaense, da qual retransmitia diariamente o programa “Jornal do Meio dia”, com uma hora de duração. A programação era aberta às 11h30, com o “TV Educativa”, e se encerrava às 23 horas, com a apresentação de um último filme de longa-metragem. Durante dias alternados, repetia-se insistentemente, ao longo da semana, os velhos filmes de “Daniel Boone”, “Cannon”, “Bonanza” e “Hawai 5-0”.<sup>191</sup>

Mas, aquela experiência como afiliada da Record duraria poucos meses. Em 1º de abril de 1976, a TV Cultura passou a transmitir a programação nacional da Rede Globo, após investir na melhoria dos seus equipamentos transmissores e de estúdios. Também não demorou muito para o Canal 8 mudar de acionistas majoritários, como conta Robles (2007, p. 216):

Por apenas alguns meses o bispo permaneceu à frente da TV Cultura de Maringá como diretor-presidente. A nova configuração da empresa fez com que seu posto fosse ocupado por empresários do setor de comunicação. Nova alteração contratual, em 25 de julho de 1978, admitiu como sócio, com quantidade maior de quotas, o empresário José Roberto Marinho, do Rio de Janeiro, integrante da Rede Globo de Televisão, da qual a TV Cultura passou a afiliada.

---

<sup>191</sup> *Folha de Londrina*, Londrina, 25 set. 1975, p. 5; 26 set. 1975, p. 1 e 6.

A TV Cultura tornou-se, desta maneira, a primeira emissora do interior a integrar o grupo que, posteriormente, se tornaria a Rede Paranaense de Comunicação (RPC), o maior conglomerado de comunicação do Paraná, sob o comando dos empresários Edmundo Lemanski e Francisco Cunha Pereira Filho. Desde junho de 1974 – antes, portanto, da inauguração oficial –, os empresários donos da *Gazeta do Povo* já eram sócios minoritários do Canal 8 de Maringá.<sup>192</sup>

No fim de abril de 1976, a Rede Globo não renovou o contrato de afiliação com as emissoras de Paulo Pimentel – TV Iguaçu e TV Tibagi – e restabeleceu sua antiga parceria com a TV Paranaense, também do grupo *Gazeta do Povo*, a mesma que permanece em vigor atualmente.<sup>193</sup> Naquela época, no norte do Paraná, a programação da Rede Globo estava presente na TV Coroados, de Londrina, sob a propriedade do grupo de Martinez, e na TV Cultura, ainda com coordenação do grupo original maringáense. Oito das principais atrações nacionais da Rede Globo eram retransmitidas, simultaneamente, pelos dois canais: 11h30 – “TV Educativa”; 13h00 – “Telejornal Hoje”; 18h10 – “Vejo a lua no céu”; 19h00 – “Anjo mau”; 19h45 – “Jornal Nacional”; 20h45 – “Pecado capital”; 21h00 – “Chico City”; 23h30 – “Telejornal Amanhã”.<sup>194</sup>

Durante os períodos vespertino e noturno, as duas emissoras afiliadas da Rede Globo veiculavam também, conforme as programações publicadas na coluna *Televisão* em uma quinta-feira, filmes, desenhos, telenovelas e seriados distintos. Outra importante diferença era que a TV Coroados produzia e apresentava, de segunda-feira a sábado, o telejornal “Clube da notícia”, com 60 minutos de duração a partir das 12h00; enquanto que a TV Cultura ainda não tinha produção jornalística própria e apenas retransmitia o “Jornal do meio dia”, da curitibana TV Paranaense, nos mesmos dias, horário e com igual duração. Talvez, esta retransmissão ocorresse tão somente com o intuito de cumprir uma das exigências do artigo 38 do CBT, que prevê pelo menos cinco por cento da programação diária, de cada emissora, destinados ao serviço noticioso.

A outra emissora daquela região, a TV Tibagi de Apucarana, depois de descartada pela Rede Globo ficaria aproximadamente dois anos sem conseguir afiliação a rede nacional.

<sup>192</sup> Detalhes da história da TV Cultura de Maringá e da trajetória empresarial de Samuel Silveira podem ser encontrados em: MARQUES; SILVA (2002) e ROBLES (2007).

<sup>193</sup> Por envolverem importantes aspectos políticos interligados ao poder Executivo do Paraná e de Brasília, estas e outras mudanças de afiliações de emissoras do estado às redes nacionais de TV serão analisadas no Capítulo IV.

<sup>194</sup> *Folha de Londrina*, Londrina, 13 maio 1976, Caderno 2, p. 4.

Naquela ocasião, a emissora de Pimentel colocava no ar basicamente desenhos animados, seriados e filmes “enlatados” repetidos; antigas telenovelas; programas esportivos ao estilo mesa-redonda; e telejornais de produção própria: 11h30 – “O vale dos dinossauros”; 12h00 – “O bom da notícia”; 13h00 – “O jogo perigoso do amor”; 13h30 – “Marionetes”; 14h00 – “Sessão da tarde: filme”; 16h00 – “O Sherife de Cochise”; 16h30 – “O Texano”; 17h00 – “Super Heróis”; 17h30 – “Flipper”; 18h00 – “Trio Calafrio”; 18h25 – “O 11 em campo”; 18h30 – “Super Amigos”; 19h00 – “A Feiticeira”; 19h25 – “Esporte”; 19h30 – “Show de Jornal”; 20h00 – “Tom e Jerry”; 20h30 – “Flintstones”; 21h00 – “O Corrupto”; 22h00 – “Corrida de ratos”; 23h00 – “O grande roubo do banco”.<sup>195</sup>

Sob o comando do grupo de Martinez – ao qual o Canal 6 segue pertencendo atualmente –, a TV Paraná iniciou, em 1978, uma parceria com a Rede Bandeirantes, de São Paulo. Anos depois, esta situação foi mudada, como se verá no Capítulo IV. Naquele ano, estava chegando ao fim a censura imposta pelo regime militar à televisão, imprensa e outros meios de comunicação e arte. Na opinião do jornalista e escritor Samuel Wainer, a censura atuou de forma mais rigorosa contra as emissoras e redes porque a lógica militar buscava levar a televisão a um esvaziamento. É o que ele expôs no artigo intitulado *A ditadura da desinformação*:

É o medo do povo. A comunicação da televisão é poderosa e atinge massas não preparadas, segundo os círculos do poder. O jornal ainda é um instrumento de elite. O máximo que atinge é 300 mil exemplares, num domingo. A televisão, num minuto, alcança 30 milhões de pessoas, portanto atinge uma massa que assusta os detentores do poder. A isso chamamos de ditadura da desinformação, a que tem medo que o povo seja informado. Isso fez com que a televisão sofresse no Brasil o controle de censura mais feroz de todos.<sup>196</sup>

Aquela censura prévia aos meios de comunicação, iniciada na segunda metade da década de 1960, vigorou oficialmente até 1978 quando foi revogada juntamente com o AI-5, por emenda constitucional do presidente Ernesto Geisel (1974-1979). Contudo, nos anos seguintes seguiu vigorando parte daquele arcabouço arbitrário<sup>197</sup> e, até o fim da ditadura

<sup>195</sup> Ibid., 13 maio 1976, Caderno 2, p. 4.

<sup>196</sup> WAINER, Samuel. *A ditadura da desinformação*. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 jan. 1978. **Folhetim**, p. 4-5.

<sup>197</sup> Na realidade, a censura e a repressão às liberdades públicas daquele período tiveram início já em abril de 1964, e foram acentuando-se ao longo dos anos posteriores. Elas estendiam suas ações por diversas áreas – televisão, rádio, jornais, teatro, música, cinema, ensino etc. – sob a mesma alegação de sempre, desde a ditadura de Getúlio Vargas: preservação da segurança nacional, da moral e dos bons costumes da sociedade brasileira.

militar, ainda houve proibições de veiculações de programas e conteúdos nas televisões, apreensão de revistas e jornais, ocorrências policiais e processos contra jornalistas em várias partes do país. Em 1984, por exemplo, já nos estertores do regime de exceção iniciado 20 anos antes, quando da votação da emenda que propunha a volta da eleição direta para presidente da República, as emissoras foram proibidas de enviar para fora de Brasília qualquer material jornalístico, sobre o tema, que não tivesse sido submetido à censura prévia (POMPEU, 1984, p. 400).<sup>198</sup>

### **2.3 Na terceira fase, mais cinco canais foram inaugurados**

O esquema de “nacionalização” da programação das emissoras paranaenses de TV, por conta do sistemático uso do videoteipe, estaria definitivamente consolidado na virada da década de 1970 para a de 1980. Foi quando novos equipamentos e modernas tecnologias de transmissão e repetição de sinais televisivos – por redes de micro-ondas e satélites artificiais<sup>199</sup> – substituíram, com a vantagem da instantaneidade, as antigas fitas de VT, antes enviadas por ônibus ou avião dos grandes centros brasileiros para Curitiba e o interior do Paraná.

Em 1º de fevereiro de 1979, foi inaugurada a TV Tarobá, Canal 6 de Cascavel, estação pioneira na região oeste do Paraná e pertencente ao dono da *Folha de Londrina*, João Milanez. A nova emissora entrou no ar, em caráter regular, como afiliada da recém-criada Rede Bandeirantes, de São Paulo. Cascavel, a cerca de 500 km de Curitiba, tinha naquela época aproximadamente 125 mil habitantes, duas salas de cinema, duas emissoras de rádio de AM e duas em FM, e apenas um jornal diário.

Desde a sua entrada em operação, a TV Tarobá investiu na produção de programas ligados à cultura e às questões locais e regionais, muito influenciadas pela colonização embasada no ciclo migratório originário do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Parecia

---

<sup>198</sup> Isto só foi possível porque seguia em vigor a Constituição de 1967 que, apesar de algumas emendas durante o regime militar, justificava a possibilidade de censura em alguns de seus artigos, como o 153 – em seu parágrafo 8º – e o número 166, no parágrafo 2º. Todo aquele arcabouço legal construído ao longo do período militar – com a censura à televisão e outros instrumentos repressivos nele incluídos – só foi inteiramente revogado com a promulgação da Constituição de 1988.

<sup>199</sup> Depois da transmissão ao vivo da chegada do homem à lua, em 1969, o marco mais importante da instantaneidade da televisão no país foi a transmissão direta, também através de satélite artificial, da conquista pela seleção brasileira da Copa do México, em 1970. “A integração nacional pelo vídeo estava nascendo junto com a década, via futebol. O Brasil era Grande e Vitorioso. [...] A transmissão da Copa marca, também, o início da era da grande expansão das emissoras pelo território nacional – de 70 a 77, o Estado forneceu infra-estrutura a 50 novas estações [...]” (CARVALHO, 1980, p. 103).



que a direção da nova emissora estava seguindo a orientação dada pelo ministro das Comunicações, Euclides Quandt de Oliveira, quando da assinatura do contrato de concessão do Canal 6, em julho de 1976, por João Milanez: “[...]. A TV deve ter uma programação com responsabilidade, veicular uma mensagem positiva, e, no caso da estação de Cascavel, precisa ter presentes os aspectos do desenvolvimento regional, isto é, a região para onde os seus sinais são dirigidos”.<sup>200</sup>

Essa preocupação do regime militar, com os conteúdos da programação televisiva, havia começado em 1970 com a administração do presidente Médici. Durante o governo de Geisel, os concessionários de canais de TV comercial receberam constantes desaprovações públicas relativas ao baixo padrão cultural da programação, além de recomendações para que buscassem novos objetivos, “imbuídos do ideal de responsabilidade e compromisso para promover o desenvolvimento”.<sup>201</sup> Este comportamento aconteceu porque, conforme Gabriel Priolli (2000, p. 15), a televisão atuava como poderoso meio eletrônico de criação, imposição e difusão de uma determinada noção de identidade e de um “sentimento nacional, que articula incluídos e excluídos em torno de uma certa idéia básica de Brasil”, que existia simultaneamente como unidade e diversidade. O poder militar sabia deste potencial da televisão e se aproveitava dele, dentro de seus objetivos políticos.

Contando com equipamentos modernos e sucursais nas principais cidades do oeste e sudoeste do estado – Foz do Iguaçu, Pato Branco, Umuarama, Francisco Beltrão e outras –, logo após a sua inauguração a TV Tarobá assumiu a liderança de audiência naquelas regiões. Segundo Fernandes Júnior (1994, p. 7), o investimento inicial foi da ordem de cinco milhões de dólares, na construção do prédio que serviu de sede à emissora e na importação de equipamentos:

A montagem ficou por conta da empresa carioca W/Brito Engenharia, do coronel Wilson Brito, grande parceiro comercial da Rede Globo. Vieram da Globo do Rio e de São Paulo profissionais como chefe de reportagem, diretor de programação e chefe de operações externas. O primeiro diretor-geral, Lindomar Bahia, é originário da TV Liberal (PA). O pessoal operacional é proveniente da TV Tibagi de Apucarana. [...]. A escolha [para a parceria] recaiu sobre a Bandeirantes em virtude da liberdade quanto à programação local. Era a segunda melhor opção, ficando atrás da Rede Globo, que tinha uma série de imposições ferindo os objetivos de João

<sup>200</sup> **Quandt: “TV deve voltar-se para o desenvolvimento da região onde se encontra”.** *Folha de Londrina*, Londrina, 29 jul. 1976, p. 1.

<sup>201</sup> MATTOS, 2001, p. 43.

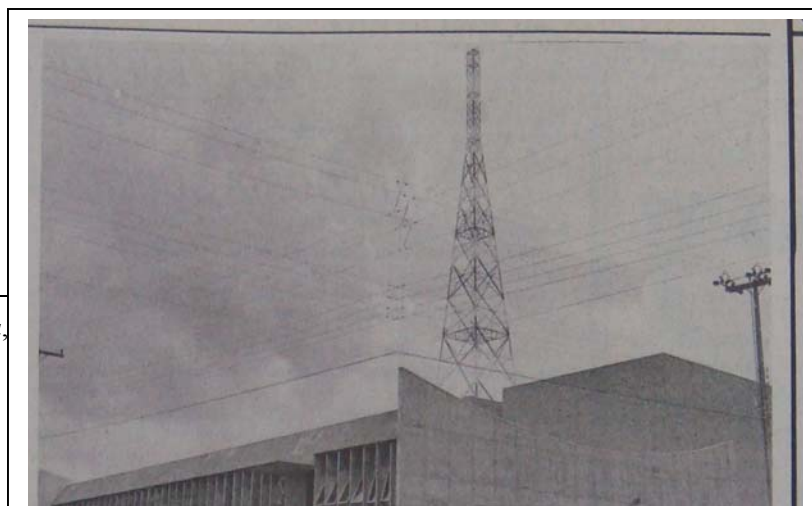
Milanez. A única exigência da empresa de [João] Saad: cumprir a programação nacional mínima [da Rede Bandeirantes].

A estreia do Canal 6 de Cascavel estivera anteriormente planejada para acontecer em 1978, mas foi adiada pela falta de importação de um aparelho transmissor de sinais. Aquela compra não aconteceu porque, naquele ano, a empresa *Folha de Londrina* teve um déficit orçamentário provocado por duas maxidesvalorizações do cruzeiro, a moeda oficial brasileira, impostas pelo Banco Central. Superada a falta de dinheiro para o investimento, a TV Tarobá entrou no ar em caráter experimental em 10 de janeiro de 1979.

Nas primeiras semanas e meses de funcionamento, os programas com produção própria que se destacaram foram: o telejornal “Primeira Hora”; o informativo rural “Jornal Agrário”; o primeiro programa de notícias policiais do estado, “Nas Malhas da Lei”; o programa de variedades “Vitrine”; o programa de colunismo social “Notícias a Rigor”; e o programa musical gauchesco de auditório “Alô, Tchê!”.

Na véspera de sua festa inaugural, a TV Tarobá fez publicar uma propaganda em que oferecia espaços publicitários a futuros anunciantes, informando dados do potencial agropecuário e econômico do oeste do Paraná. De acordo com o texto publicitário, Cascavel era polo de uma extensa e fértil região onde se colhiam “2/3 da produção paranaense de trigo, soja e milho”, o que podia ser considerado espetacular, porque “o Paraná é responsável por 25% da produção agrícola brasileira”. O anúncio ressaltava que Cascavel estava no centro de uma região com alto poder aquisitivo, cuja população consumia de tudo: “De equipamentos agrícolas a calçados, de leite em pó a discos, de elevadores a pneus, de cimento a helicópteros, de refrigerantes a vestidos da última moda. Tudo, enfim. Quem chegar primeiro leva vantagem. Se você pretende que seu produto fique, anuncie”.<sup>202</sup> Logo abaixo do anúncio, uma mensagem do grupo Prosdócimo – um dos maiores anunciantes da imprensa e da TV paranaense nos 20 anos anteriores – parabenizava o grupo *Folha* pela chegada da nova emissora de Cascavel.

<sup>202</sup> *Folha de Londrina*,



Fotografia 8 – Sede da TV Tarobá, na época da inauguração.<sup>203</sup>

Na festa inaugural estiveram presentes o então governador do Paraná, Jaime Canet Júnior<sup>204</sup>, o concessionário João Milanez, o presidente nacional da Rede Bandeirantes, João Jorge Saad, o diretor do Dentel no estado, coronel Waldemar Osvaldo Bianco, o coronel Wilson Brito, responsável pelo projeto e montagem do Canal 6, entre outras autoridades e empresários de Cascavel e região.

Esta foi a grade completa da programação da TV Tarobá, no dia de sua inauguração: 11h25 – “Abertura”; 11h30 – “TV Educativa”; 12h00 – “Recreio”; 12h30 – “Placar Eletrônico”; 12h50 – “Primeira Hora”; 13h30 – “Vitrine”; 14h30 – “Sessão de Desenhos”; 15h00 – “Tele-Cine”; 17h00 – “Recreio”; 17h30 – “Novela”; 18h05 – “Edição Regional”; 18h15 – “Desenhos – Festival”; 18h55 – “Jornal Agrário”; 19h05 – “Os Aventureiros”; 20h15 – “Placar Eletrônico”; 20h25 – “Jornal Bandeirantes”; 21h00 – “As Mais Mais”; 22h00 – “Contra Golpe”; 23h00 – “O melhor do Cinema”.

Depois, em dezembro de 1982, com problemas financeiros, o empresário João Milanez – que além da *Folha* possuía em Londrina duas emissoras de rádio – e alguns familiares sócios venderam a maior parte das ações a um grupo de empresários liderado pelo ex-prefeito de Cascavel, Pedro Muffato. Mesmo com a mudança no comando administrativo a TV Tarobá permaneceu afiliada à paulista Rede Bandeirantes, como segue atualmente.

<sup>203</sup> Ibid., 12 jan. 1979, p. 1.

<sup>204</sup> Nascido em Ourinhos (SP), em janeiro de 1925, Jaime Canet Júnior mudou-se com a família ainda criança para Curitiba. Foi amigo íntimo de Ney Braga desde meados da década de 1950, quando este era prefeito da capital paranaense. No governo estadual de Ney Braga (1961-1965), ele assumiu a presidência da recém-criada Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná. Sem concluir o curso de Engenharia na UFPR, Jaime Canet Júnior seguiu a carreira de empresário da construção civil, da agropecuária e da exportação de café, tornando-se um dos homens mais ricos do Paraná. Foi governador do Paraná, pela ARENA, de 1975 a 1975. No início da década de 1980, rompeu politicamente com Ney Braga e filiou-se ao PMDB. Depois, passou pelo PDC, PPR e o PPB liderado por Paulo Maluf, mas não se candidatou a nenhum cargo eletivo (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, Pós 1930, 2001, p. 1051-1052).

Menos de 40 dias após a inauguração da primeira emissora televisiva do oeste do estado, a cidade de Londrina passou a contar com sua segunda estação: a TV Tropical, Canal 7, que entrou no ar em caráter definitivo em 10 de março de 1979. Era a nova concessão do grupo de Oscar Martinez – à época também proprietário do *Diário do Paraná* e da TV Paraná, ambos em Curitiba, e da TV Coroados, em Londrina.

A TV Tropical começou a operar retransmitindo a programação nacional da Rede Globo, mas esta situação durou poucos meses. Em dezembro daquele mesmo ano, o Canal 7 firmou parceria para retransmitir parte da programação da Rede Bandeirantes. Isto ocorreu porque, naquela data, a TV Coroados foi vendida por Martinez à TV Globo e voltou a ser a emissora londrinense responsável por repetir, na região, os sinais e atrações da programação da rede carioca.

Para o requerimento da concessão de canal junto ao governo Federal, a empresa TV Tropical havia sido constituída em dezembro de 1975, pelas Organizações Martinez – depois conhecida como Rede OM. Os sócios de Oscar Martinez eram os seus filhos José Carlos Martinez (presidente), Flávio de Castro Martinez (vice-presidente de operações) e Oscar Martinez Filho (diretor-superintendente).

Durante a festa de inauguração da TV Tropical, a sexta do interior do estado, discursaram o diretor-geral do Canal 7, Flávio Martinez, o prefeito de Londrina, Antonio Belinati, o bispo-auxiliar de Londrina, Dom Luiz Colussi, e o diretor do Dentel no Paraná, coronel Waldemar Osvaldo Bianco.<sup>205</sup> Martinez informou que os investimentos na TV Tropical foram de aproximadamente 60 milhões de cruzeiro. A solenidade inaugural foi transmitida ao vivo e em cores, pela própria TV Tropical, na manhã de um sábado. Estiveram presentes, ainda, o reitor da Universidade Estadual de Londrina, José Carlos Pinotti, e o futuro governador do Paraná, José Hosken de Novaes, entre outras autoridades.

Essa foi a programação completa da TV Tropical, no dia seguinte à sua inauguração: 7h00 – “Padrão a cores”; 8h00 – “Encontro Sertanejo”; 9h00 – “Nossa Missa”; 10h00 – “Concertos para a juventude”; 11h00 – “Esporte espetacular”; 12h00 “Zé Colméia”; 13h00 – “Sessão aventura: Scooby-Doo”; 14h00 – “Super Amigos”; 15h00 – “Super heróis: Mandrake”; 16h00 – “Clássicos em desenhos: Robinson Crusó”; 17h00 – “Domingo comédia: Papai Batuta”; 19h00 – “Os Trapalhões”; 20h00 – “Fantástico, o show da vida”; 22h00 – “O Brasil na Guerra do Petróleo”; 0h00 – “Coruja colorida: Experiência

---

<sup>205</sup> **Está no ar a TV Tropical.** *Folha de Londrina*, Londrina, 11 mar. 1979, p. 4.

angustiosa”.<sup>206</sup> As duas únicas produções locais eram um programa musical e uma cerimônia religiosa, logo no início da manhã. Depois, acontecia uma sucessão de repetições de desenhos, seriados e filmes importados e antigos, intercalados pelas atrações nacionais da Rede Globo: Esporte espetacular, Os Trapalhões e o Fantástico. Naquele dia, a programação da TV Coroados era esta: 17h30 – “Sinal padrão”; 18h00 – “Sessão dupla (dois filmes não definidos)”; 22h00 – “S.W.A.T. – Sósia da morte”; 23h00 – “Os Intocáveis”; 0h00 – “Encerramento da Emissora”. Como fica claro, o grupo Martinez não tinha mais qualquer preocupação com a qualidade da programação oferecida aos telespectadores da TV Coroados.

Quando a Rede Tupi foi fechada, em julho de 1980, por ordem do presidente da República, João Batista Figueiredo, a TV Esplanada, de Ponta Grossa, afiliou-se à nova rede formada pela TV Bandeirantes, de São Paulo. Naquele mesmo ano, Pedro Wosgrau, um dos sócios pioneiros, assumiu o comando acionário do Canal 7.<sup>207</sup>

A décima emissora do Paraná e sétima do interior foi inaugurada em 7 de setembro de 1980, em Cornélio Procópio. Era a TV Vanguarda, Canal 12, mais uma a operar no norte do estado. A concessão do canal havia sido outorgada ao advogado curitibano João Closs Júnior, que, no entanto, transferiu-a – antes mesmo do início de sua montagem e da compra dos equipamentos – aos proprietários do grupo de ensino Positivo, com sede em Curitiba. Naquele ano, Cornélio Procópio contava com duas salas de cinema, dois jornais diários e duas estações de rádio AM.

Nos primeiros anos de funcionamento, entre 1980 e 1983, a TV Vanguarda não manteve contrato de exclusividade com nenhuma rede nacional; o que naquela época era um caso raro não só no Paraná, mas também no país inteiro. O novo Canal 12 produzia materiais jornalísticos locais e regionais, programas musicais, esportivos e de variedades no próprio estúdio – ao vivo ou gravados –, e comprava filmes, desenhos e outros programas gravados de diferentes emissoras de São Paulo e Rio de Janeiro.

A sede do novo Canal 12 foi construída – em terreno doado pelo então prefeito de Cornélio Procópio, Osvaldo Trevisan (ARENA) – com recursos próprios e financiamentos conseguidos pelo grupo Positivo. A maior parte dos equipamentos era usada e foi adquirida de emissoras de Curitiba e São Paulo. O primeiro diretor-presidente da TV Vanguarda foi o

---

<sup>206</sup> Ibid., 11 mar. 1979. *Televisão*, p. 4.

<sup>207</sup> Depois, em 1993 – posteriormente, portanto, ao período recortado para esta pesquisa (1954-1985) – a TV Esplanada foi comprada pela RPC, grupo comandado pelos empresários Edmundo Lemanski e Francisco Cunha Pereira Filho.

professor Oriovisto Guimarães, sócio-fundador do grupo Positivo, criado por oito professores de curso pré-vestibular em 1972.

De acordo com a coluna social *Oswaldo Militão Repórter*,<sup>208</sup> a nova emissora teria uma programação “independente, com filmes, futebol e muito jornalismo”; e o primeiro diretor-comercial seria Próspero Neto. Na edição do dia da inauguração, a TV Vanguarda publicou um anúncio informando a programação completa de sua primeira semana de funcionamento. Fechando a propaganda, aparecia o *slogan* do novo canal: “Ligue no 12 e veja o que é bom!”<sup>209</sup>

A programação da TV Vanguarda, em sua primeira segunda-feira no ar, conforme aquele anúncio seria esta: 10h00 – “Sinal padrão em cores”; 10h57 – “Abertura”; 11h00 – “TV Educativa”; 12h00 – “Esportes”; 12h35 – “Jornal”; 13h00 – “Mulher e Vanguarda”; 14h30 – “Matineé”; 16h30 – “Simbad Jr.”; 17h00 – “Luney Tuneys”; 17h30 – “Pantera”; 18h00 – “Daniel Boone”; 19h00 – “Jornal”; 19h30 – “Pica Pau”; 20h00 – “Gunsmoke”; 21h00 – “Cinema”; 23h00 – “Jornal”; 23h10 – “Manixx”. Nos outros dias da semana, mantinha-se a estrutura básica da programação, com mudanças apenas nos títulos dos “enlatados” apresentados nos horários das 16h30, 17h00, 17h30, 18h00, 19h30, 20h00 e 23h10.

Em junho de 1981, em meio à primeira crise financeira do Canal 12, o professor José Bianchini assumiu a direção geral da TV Vanguarda. Bianchini já trabalhava havia anos para o grupo Positivo, em um colégio de Londrina. Em 1983, a TV Vanguarda<sup>210</sup> foi a segunda emissora do Brasil a afiliar-se a então recém-criada Rede Manchete. O principal resultado, imediatamente sentido, foi o da diminuição dos programas locais e regionais. Em substituição às originais produções próprias do Canal 12 de Cornélio Procópio, os telespectadores passaram a conviver com telejornais, programas de esportes e outros, gravados ou ao vivo, diretos dos estúdios da TV Manchete, no Rio de Janeiro.

Veja-se, a título de exemplo, a programação inteira de uma sexta-feira, nesta nova fase da TV Vanguarda: 16h05 – “Aula de ginástica”; 16h40 – “Clube da criança”; 17h10 – “Calvin e o coronel”; 17h35 – “O pirata do espaço”; 18h05 – “D’Artagnan e os Três Mosqueteiros”;

<sup>208</sup> *Folha de Londrina*, Londrina, 27 ago. 1980. *Oswaldo Militão Repórter*, p. 15.

<sup>209</sup> *Folha de Londrina*, Londrina, 07 set. 1980, p. 25.

<sup>210</sup> Depois, em 1988, o Positivo vendeu o Canal 12 ao empresário catarinense de comunicação Mário Petrelli. Em 1995, a TV Vanguarda e demais emissoras pertencentes a Petrelli – então agrupadas na nova Rede Independência de Comunicação (RIC) – firmaram parceria com a Rede Record, já sob o comando nacional do bispo Edir Macedo. Para aprofundar conhecimento sobre a trajetória da TV Vanguarda de Cornélio Procópio, pode-se ler FANTINELLI (2005).

18h30 – “Goldie Gold”; 19h00 – “Manchete Panorama”; 19h30 – “Manchete Esportiva”; 19h45 – “Jornal da Manchete”; 20h30 – “O caçador de aventuras”; 21h30 – “Primeira classe”; 23h30 – “Cinema como no Cinema: Império do Oeste – Perigosa desavença”.<sup>211</sup>

Somente quase 15 anos depois da inauguração de sua terceira emissora – a TV Iguaçu, em dezembro de 1967 –, a capital do Paraná registrou a entrada no ar em caráter definitivo, de sua quarta estação: a TV Curitiba, Canal 2. A inauguração foi realizada na noite de 22 de julho de 1982, uma quinta-feira. A concessão havia sido conseguida, junto ao governo federal, pelos empresários de comunicação e sócios João Milanez (*Folha de Londrina*) e João Jorge Saad (TV Bandeirantes, de São Paulo).

Os dois sócios, na ocasião ainda não radicados comercialmente em Curitiba, venceram o empresário catarinense Mário Petrelli, na concorrência pela nova emissora televisiva. Originalmente, o número do canal concedido pelo governo federal a Milanez e Saad era o 9. Depois, sob requerimento de uma licença especial pelos concessionários, o governo aprovou a mudança do número para Canal 2. Isto porque, segundo Jamur Júnior (2001, p. 147-148), para evitar maiores investimentos na compra de equipamentos, o dono da TV Bandeirantes fez um acordo com o grupo de Oscar Martinez, para utilizar um transmissor – importado e da marca Marconi – que fora comprado e nunca utilizado, por razões técnicas. O problema era que o aparelho transmitia apenas na frequência do Canal 2, o que foi resolvido com a licença do governo mudando o número do canal concedido.

Conforme Jamur Júnior, o acordo estabelecia ainda que a programação da TV Bandeirantes continuaria sendo retransmitida pelas emissoras do grupo de Martinez: TV Paraná, de Curitiba, e TV Tropical, de Londrina. Assim, a TV Curitiba, de Saad e Milanez, iniciou suas operações utilizando parte dos estúdios da emissora de Martinez e o transmissor Marconi. Com estúdio e transmissor emprestados, o novo canal do proprietário da Rede Bandeirantes entrou no ar tendo uma programação alternativa.<sup>212</sup> Além das emissoras de Martinez, também a TV Tarobá, de Milanez em Cascavel, e a TV Esplanada, de Ponta Grossa, retransmitiam programas da Bandeirantes no estado, naquela época. Ao final de 1987, o empresário curitibano Joel Malucelli substituiu João Milanez na sociedade com Saad.<sup>213</sup>

<sup>211</sup> *Folha de Londrina*, Londrina, 30 set. 1983. *Televisão*, p. 14.

<sup>212</sup> JAMUR JÚNIOR, 2001, p. 147-148.

<sup>213</sup> Malucelli construiu um prédio próprio e comprou novos equipamentos, tirando o Canal 2 da condição de inquilino de Martinez. Mais tarde, em 1991, a TV Curitiba passou a se chamar TV Bandeirantes do Paraná, e começou a retransmitir a programação nacional da Rede Bandeirantes. Ao final do século XX, a emissora ficou

O coquetel de inauguração da TV Curitiba teve início às 19 horas, no Buffet Cormoran, um dos mais sofisticados da capital paranaense.<sup>214</sup> O ministro das Comunicações, Euclides Quandt de Oliveira, os sócios João Milanez e João Saad, deputados federais e estaduais, membros da família Martinez, e outras autoridades estiveram presentes à festa inaugural do Canal 2. Durante os primeiros anos de operação, na maior parte do tempo a nova emissora repetia programas alternativos produzidos pelas TVs Cultura, de São Paulo, e Educativa, do Rio de Janeiro.

A programação da TV Curitiba, no segundo dia de seu funcionamento regular, foi aberta às 15h00, com o programa “Vestibular da canção”; seguiu com desenhos a partir das 16h30; com o “Som Pop” às 17h00; e, às 18h30, na sessão Sábado no Cinema, apresentou o filme “A taberna das ilusões perdidas”. A partir das 20h30, foi ao ar o programa “Festa baile”, seguido do filme “Anjo Caído”, na Última Sessão, iniciada às 22h30. Às 00h20 foi ao ar o Jornal Bandeirantes, e às 00h50 foi encerrada aquela transmissão.<sup>215</sup> A TV Curitiba só foi se afiliar a uma rede nacional em 1985, quando sua direção optou pela Manchete.

A derradeira emissora inaugurada durante o período pesquisado foi a TV Naipi, Canal 12 de Foz do Iguaçu. Ela entrou no ar, em caráter regular, em 20 de setembro de 1985, com concessão outorgada ao empresário e ex-governador do Paraná, Paulo Pimentel. A Naipi foi a primeira estação televisora a funcionar na região extremo-oeste do estado. O Canal 12 – último dos três concedidos pelo regime militar a Pimentel<sup>216</sup> – começou a operar afiliado ao SBT, como já eram desde 1981 as outras duas emissoras do mesmo grupo: TV Iguaçu e TV Tibagi.

Instalada em prédio próprio e com modernos equipamentos, a TV Naipi alcançava inicialmente com seus sinais uma área de 70 municípios paranaenses, além de alguns no Paraguai e na Argentina. O investimento na montagem da emissora foi de aproximadamente 3,5 bilhões de cruzeiros; e ela entrou no ar sob a direção de Vera Lúcia Pimentel, a caçula de quatro filhos de Paulo Pimentel. A sede do Canal 12 tinha auditório para 150 pessoas e gerava 50 empregos diretos. Pimentel discursou durante a cerimônia inaugural do Canal 12, elogiando Foz do Iguaçu, outras cidades da região, e agradecendo autoridades e empresários

---

conhecida como Band Curitiba. A sociedade entre Malucelli e Saad colocou outra emissora em funcionamento, a TV Maringá. DALPÍCOLO (2010) e JAMUR JÚNIOR (2001).

<sup>214</sup> *Gazeta do Povo*, Curitiba, 22 jul. 1982, p. 1.

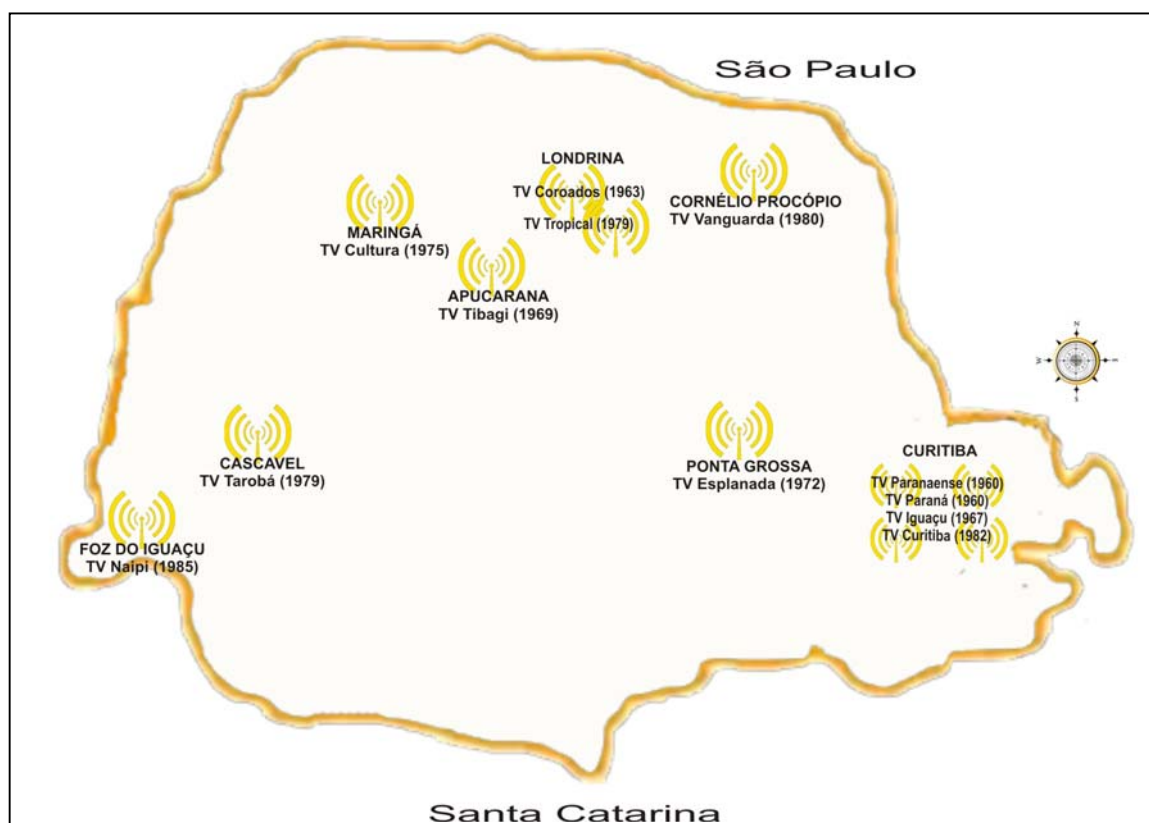
<sup>215</sup> *Ibid.*, 24 jul. 1982. *Hoje na TV*, p. 27.

<sup>216</sup> Depois, em 17 de abril de 1989, Paulo Pimentel inaugurou a TV Cidade, Canal 4 de Londrina, cuja concessão havia sido outorgada pelo então presidente da República, José Sarney (PFL). Era a quarta emissora de TV de Pimentel; a única conseguida por ele após o regime militar (1964-1985).



locais pelo apoio ao empreendimento. Estiveram presentes, entre outras autoridades, deputados estaduais, vereadores e prefeitos de municípios do oeste paranaense.<sup>217</sup>

Mapa 3: Cidades do Paraná com emissoras de TV e respectivos anos das inaugurações (1960-1985)



Fonte: pesquisa do autor, com arte de Nadir Chaiben.

No dia de sua inauguração, a TV Naipi entrou no ar às 12h00, com o “Grande jornal do meio dia” transmitido diretamente pela TV Iguaçu, de Curitiba. A equipe de jornalismo de Foz do Iguaçu produziu a edição local do programa “Paraná: Aqui e Agora”, que foi exibido às 15h00. A cerimônia inaugural foi transmitida ao vivo, a partir das 18h00. Às 18h35, foi ao ar o telejornal “Noticentro”. Às 20h00, teve início a transmissão ao vivo do coquetel de inauguração do Canal 12. “Esquadrão Classe A” entrou no ar às 21h00; e, às 22h40, no “Sexta

<sup>217</sup> **Paulo inaugura TV Naipi.** *O Estado do Paraná*, Curitiba, 21 set. 1985, p. 1. Com cerca de 160 mil habitantes, Foz do Iguaçu contava, em 1985, com duas salas de cinema, três emissoras de rádio e um jornal diário.

no Cinema”, foi exibido o filme “O monstro da Lagoa Negra”. A programação foi encerrada às 24h00.<sup>218</sup>

Naquele fim de 1985<sup>219</sup>, que encerrava o período desta pesquisa, as doze emissoras paranaenses de televisão se encontravam afiliadas a redes nacionais, para efeito de retransmissões diárias de programas produzidos principalmente em suas matrizes, em São Paulo e no Rio de Janeiro, da seguinte maneira: TV Paranaense, TV Coroados e TV Cultura (Rede Globo); TV Iguaçu, TV Tibagi e TV Naipi (SBT); TV Paraná, TV Tropical, TV Esplanada e TV Tarobá (Rede Bandeirantes); TV Vanguarda e TV Curitiba (Rede Manchete). Segundo Priolli, as afiliações das estações do Paraná, bem como as dos demais estados, às redes brasileiras foram condicionadas em grande parte pelo próprio desenvolvimento técnico-industrial da televisão, do VT aos satélites, e que impôs a centralização da produção no Sudeste e a hegemonia cultural dela ao país:

Em outras palavras, foi a lógica do modelo econômico implantado pela TV, de gestão comercial privada, sempre regulado pela necessidade de reduzir os custos e ampliar os lucros, que reduziu as estações regionais a meras repetidoras da programação “nacional” vinda de São Paulo e Rio de Janeiro. [...]. Por que não surgiu uma “TV livre”, em contraposição à “TV de mercado?” Simplesmente porque o desenvolvimento técnico da televisão se dá no contexto de sua expansão econômica, e não há pesquisa tecnológica senão aquela capaz de servir aos interesses do capital.<sup>220</sup>

No Paraná, a quantidade de substituição dos programas locais pelos produzidos nacionalmente e a coincidência de horário da veiculação deles nas redes regionais<sup>221</sup> variavam bastante, em 1985, dependendo do tipo de contrato de afiliação estabelecido e dos interesses dos grupos proprietários das emissoras paranaenses. Assim, os três canais afiliados à Rede Globo – pertencentes ao grupo empresarial liderado pela *Gazeta do Povo* – eram os únicos que transmitiam, diariamente, a mesma programação em 100% do tempo no ar. Já as três emissoras parceiras do SBT – propriedades do Grupo Paulo Pimentel – não veiculavam, integralmente, a mesma programação diária. Elas repetiam simultaneamente apenas alguns

<sup>218</sup> *O Estado do Paraná*, Curitiba, 20 set. 1985. *Hoje na TV*, p. 7.

<sup>219</sup> Em 1985, estavam em operação no Brasil aproximadamente 135 emissoras geradoras de TV, enquanto que em todo o país existiam perto de 26 milhões de aparelhos televisores (MATTOS, 2002, p. 84 e 121).

<sup>220</sup> PRIOLLI, 2000, p. 20.

<sup>221</sup> A questão relativa às redes nacionais e redes regionais de televisão será aprofundada no Capítulo IV. Aqui, ela é citada somente no tocante às programações produzidas e/ou veiculadas pelos canais de TV que operavam no Paraná.

programas nacionais oferecidos pelo Sistema Brasileiro de Televisão, especialmente no período noturno.

Situação semelhante, mas com maior intensidade ocorria com os quatro canais afiliados à Rede Bandeirantes, possivelmente porque eles pertencessem a três grupos empresariais distintos: TV Paraná e TV Tropical (Oscar Martinez, de Curitiba), TV Esplanada (Pedro Wosgrau, de Ponta Grossa), e TV Tarobá (Pedro Muffato, de Cascavel). As quatro emissoras mantinham somente cinco programas, ofertados diariamente pela rede nacional, como estrutura básica de suas programações noturnas simultâneas. Por sua vez, os canais afiliados à Rede Manchete, apesar de também serem de concessionários diferentes – TV Vanguarda (Grupo Positivo) e TV Curitiba (João Saad e João Milanez) – colocavam no ar, diariamente, programações bastante parecidas e baseadas em grande parte no conteúdo oferecido pela rede nacional.

Para efeito de análise comparativa, foi tomada como exemplo a programação geral das emissoras paranaenses em uma quarta-feira.<sup>222</sup> Esta era a completa e idêntica grade de programas dos três canais afiliados à Rede Globo: 6h30 – “Telecurso 1º Grau”; 6h45 – “Telecurso 2º Grau”; 7h00 – “Bom dia Brasil”; 7h29 – “Cotações do Mercado Agropecuário”; 7h30 – “Bom dia Paraná”; 8h00 – “TV Mulher”; 9h30 – “Balão Mágico”; 12h25 – “Jornal Estadual”; 12h40 – “Globo Esporte”; 13h00 – “Jornal Hoje”; 13h25 – “Jogo da Vida”; 14h20 – “Sessão da tarde: Smoky”; 16h15 – “Sessão aventura: O mestre”; 17h15 – “Caso verdade: Crise de adolescência”; 17h55 – “De quina pra Lua”; 18h50 – “Ti Ti Ti”; 19h45 – “Jornal Estadual: 2ª edição”; 19h55 – “Jornal Nacional”; 20h25 – “Roque Santeiro”; 21h25 – “Chico Anísio Show”; 22h30 – “Série brasileira: Grande Sertão: Veredas”; 23h30 – “Jornal da Globo”; 00h00 – “Jornal Estadual: 3ª edição”; 00h15 – “Campeões de bilheteria: Nove horas para a eternidade”; 02h25 – “Encerramento”.

Estes eram os programas transmitidos, simultaneamente, pelas TVs Iguaçu, Tibagi e Naipi: 19h15 – “Jornal Noticentro local”; 19h30 – “Jornal Noticentro nacional”; 20h00 – “Novela: Uma esperança no ar”; 20h30 – “Novela: Soledad”; 23h30 – “Série carga dupla: Uma loira perigosa”; 00h30 – “Jornal 24 horas”; 01h00 – “Encerramento”. Na parte da manhã, o programa educativo “Patati Patata”, com 30 minutos de duração, abria as programações dos três canais afiliados ao SBT, mas em horários diferentes: 7h30 na TV Iguaçu; 9h40 na TV Tibagi e 11h45 na TV Naipi. O “Grande Jornal do Meio Dia” abria as

---

<sup>222</sup> *O Estado do Paraná*, Curitiba, 04 dez. 1985. *Hoje na TV*, p. 10.

programações vespertinas, mas com diferentes durações nas três emissoras de Pimentel: Das 12h00 às 13h30 na TV Iguaçu; das 12h00 às 13h10 na TV Tibagi; e das 12h00 às 12h45 na TV Naipi. No restante dos horários matutinos e vespertinos, os três canais veiculavam filmes, seriados, desenhos animados, e programas de variedades, esportivos, musicais ou femininos. A mesma situação, com programas e conteúdos diferentes, se repetia nos demais dias da semana.

Entre as quatro emissoras afiliadas à Rede Bandeirantes, cinco programas nacionais eram repetidos simultaneamente: 19h30 – “Jornal Bandeirantes”; 20h00 – “Guerra, sombra e água fresca”<sup>223</sup>; 21h15 – “Marília Gabi Gabriela”; 23h30 – “Canal Livre”; 00h30 – “Jornal da Noite”. Nos períodos matutino e vespertino, os canais exibiam também diariamente mais três programas iguais, mas em horários diferentes: “Qualificação profissional”; “TV Criança”; e “Programa da LBV”. Outra característica própria das TVs afiliadas da Bandeirantes, naquele período, era a não veiculação de telenovela. O restante da programação era preenchido com a transmissão de filmes, desenhos, seriados, programas infantis, femininos, esportivos, de variedades e telejornais locais. As programações da TV Paraná e TV Tropical, ambas do Grupo Martinez, eram mais semelhantes entre si do que as da TV Esplanada e TV Tarobá.

A TV Vanguarda e a TV Curitiba, afiliadas da Rede Manchete, possuíam pequena produção própria e, por isso, utilizavam quase que completamente a programação nacional gerada no Rio de Janeiro: 12h00 – “Manchete Esportiva”; 13h00 – “Jornal da Manchete”; 13h30 – “Mulher de hoje”; 14h30 – “De mulher para mulher”; 15h00 – “Clube da criança”; 18h00 – “Cine-ação: O caçador de aventuras”; 19h00 – “Tamanho família: A espiã de calcinhas de rendas”; 19h45 – “Manchete Esportiva: 2º tempo”; 20h00 – “Jornal da Manchete: 2ª edição”; 21h10 – “Esquentando os tamborins”; 21h20 – “Um toque de classe: Arthur Moreira Lima”; 22h20 – “Festival Manchete Riotur de músicas do Carnaval”; 00h20 – “Momento Econômico”; 00h25 – “Jornal da Manchete: 3ª edição”; 01h05 – “Frente a frente”; 02h05 – “Encerramento”. Nos horários vagos das manhãs e tardes, as duas emissoras paranaenses exibiam filmes, desenhos e seriados importados e antigos. A produção de telejornais locais e de programas de estúdio era irrisória na TV Vanguarda e TV Curitiba, naquela época. Principalmente para a emissora de Cornélio Procópio, que havia cinco anos

---

<sup>223</sup> Seriado de humor produzido nos Estados Unidos, de 1965 a 1971, em que era montada uma paródia debochada de um campo de concentração nazista com prisioneiros ingleses. Disponível em: <<http://www.veja.com.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 06 dez. 2011.

tinha entrado no ar sem afiliação a rede nacional e investindo pesado na produção de uma programação local e regional, a mudança fora bastante profunda.

Assim, ao final dos primeiros 25 anos de funcionamento regular da televisão no Paraná, as emissoras se encontravam em estágio significativamente diferente daquele vivenciado na pioneira década de 1960. Em 1985, elas estavam fisicamente bem estruturadas, contavam com equipamentos modernos, e transmitiam seus sinais em cores e simultaneamente através de satélites artificiais. Mas, a principal diferença era sentida pelo público telespectador nos conteúdos de suas programações: restava pouquíssimo do telejornalismo local e da produção de programas de variedades e de anúncios em estúdios próprios; desapareceram por completo a montagem de telenovelas e a realização de musicais; e a maior parte do tempo no ar já era ocupada pelas repetições de atrações nacionais e internacionais – aqui incluídos os filmes, seriados e desenhos antigos e novos – disponibilizadas pelas redes de TV.

Em resumo, as estações televisoras paranaenses tinham se submetido – por opção própria, em geral, ou por imposição –, quase que completamente, à lógica de funcionamento e parceria ditada pelas redes sediadas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Exatamente como já ocorrera ou estava acontecendo, em 1985, com as emissoras de TV nos demais estados brasileiros fora do predominante eixo cultural formado por Rio e São Paulo.

### **CAPÍTULO III – CONCESSÕES TELEVISIVAS E RELAÇÕES POLÍTICAS**

#### **3.1 Primeira concessão: a pedido do Palácio Iguazu, um presente de JK**

Como foram expostas e analisadas no capítulo anterior, as três primeiras concessões de canais para funcionamento de televisão no Paraná – realizadas nos governos civis de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros – beneficiaram o empresário curitibano Nagibe Chede, com uma emissora, e o empresário nacional Assis Chateaubriand, com duas estações. Durante o regime militar (1964-1985), das nove concessões efetivadas, três foram destinadas a um único empresário, – o também político Paulo Pimentel –; duas ficaram com o empresário João Milanez; enquanto que as outras quatro foram concedidas a quatro diferentes empresários.

Neste capítulo, serão apresentadas e interpretadas as principais negociações políticas ocorridas entre empresários e o governo federal – em sua maioria intermediada pelo Palácio Iguazu – e que resultaram na distribuição destas concessões de emissoras de TV no estado. Além disto, será feita uma reflexão a respeito do contexto histórico-político em que aquelas negociações e concessões aconteceram, e dos agentes sociais nelas diretamente envolvidos.

No segundo semestre de 1959, o empresário Nagibe Chede prosseguia na busca pela concessão de um canal de televisão. Como última cartada, ele recorreu ao seu amigo

particular e novamente governador, Moysés Lupion (1956-1960)<sup>224</sup>, a quem pediu que intercedesse junto ao governo federal, para a conquista da autorização oficial necessária à exploração dos serviços de uma emissora televisiva em Curitiba.<sup>225</sup> Solicitação que o empresário fizera à Comissão Técnica de Rádio (CTR)<sup>226</sup> havia quase três anos, porém, sem resposta positiva. Segundo Chede lembraria mais tarde, Lupion conseguiu agendar uma audiência em que os dois solicitaram ao presidente JK a concessão do canal de televisão.<sup>227</sup>

Na audiência no Palácio do Catete, em 24 de novembro de 1959, o empresário curitibano fez uma exposição do problema para o presidente da República, o qual após ouvi-la teria dito: “Sem problema nenhum, você vai dar ao povo de Curitiba uma estação de televisão; eu vou lhe dar um canal.” Ato contínuo, JK chamou o seu oficial de Gabinete e entregou-lhe uma autorização dizendo: “Você me entregue isso com a máxima brevidade ao ministro de Obras Públicas”. O titular da pasta era Amaral Peixoto, o qual, conforme Chede era seu amigo de longa data em decorrência de militância getulista em tempos anteriores. Tendo recebido a autorização assinada pelo presidente Juscelino Kubitschek, o ministro entregou a Chede um ofício dirigido à Comissão Técnica de Rádio, designando um canal de televisão para a Sociedade Rádio Emissora Paranaense, que seria o Canal 12 de Curitiba.<sup>228</sup>

Estava inaugurado, com este caso, o jeito paranaense – e até então, inédito no país – de negociar concessões de emissoras de televisão: o empresário de comunicação sendo intermediado pelo governador do estado diretamente junto ao presidente da República. As negociações comuns daquele período aconteciam entre os empresários e a direção da CTR; ou no máximo eram intermediadas no Gabinete da Presidência da República por deputados federais e senadores da base aliada. Isto ocorria porque a expansão do sistema de televisão

<sup>224</sup> Moysés Lupion (PSD) foi o primeiro governador eleito pelo voto direto da população paranaense, para o mandato 1947-1950. Ele era o principal herdeiro político de Manoel Ribas, que fora interventor de Getúlio Vargas no Paraná durante a vigência do Estado Novo (OLIVEIRA, 2004, p. 29).

<sup>225</sup> BARACHO (2006, p. 43), JAMUR JÚNIOR (2001, p. 25), MAZÂNEK (2004, p. 43-44) e SOMMA NETO (2007, 125-127) citam, de maneira rápida e pouco aprofundada, este episódio político em que Lupion levou Chede ao Rio de Janeiro para, em audiência no Palácio do Catete, solicitar ao presidente Juscelino Kubitschek a concessão de um canal de televisão.

<sup>226</sup> A Comissão Técnica do Rádio (CTR), órgão do Ministério da Viação e Obras Públicas, era naquela época a responsável pelos estudos, regulamentação e fiscalização das concessões de emissoras de rádio e televisão no país. Responsabilidades que posteriormente seriam assumidas pelo Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel), em 1961, e, depois, pelo Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel), a partir de 1972.

<sup>227</sup> Esta relação de proximidade entre a televisão, a política e o Estado é antiga no Brasil. No artigo *Em busca da caixa mágica: o Estado Novo e a televisão*, Busetto (2007) analisa o que foi a exposição de televisão ocorrida no Rio de Janeiro, em 1939, acontecimento histórico que sinalizava para elementos daquele tipo de relação.

<sup>228</sup> Esta declaração de Nagibe Chede encontra-se na entrevista concedida por ele, em 1985, ao jornalista curitibano especializado em cultura Aramis Millarch. O material, com 76 minutos de gravação sonora, está disponível para uso público em: <<http://www.millarch.org>>. Acessos em: 21 ago. 2010; 05 jan. 2011; 08 mar. 2011.

pelo país fazia parte da estratégia do governo JK. O crescimento inicial da televisão, a partir de 1950, deveu-se ao favoritismo político, o qual concedia licenças para exploração de canais sem um planejamento preestabelecido. Assim, a proliferação de estações de televisão começou durante a administração do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961).<sup>229</sup>

As outorgas, renovações e transferências de concessões de emissoras de televisão realizadas estiveram, desde o fim da década de 1940, submetidas às leis, decretos e decretos-leis que regulamentaram o setor da radiodifusão no país. Apesar da boa quantidade de documentos legais, a primeira década da televisão no país transcorreu sob uma legislação bastante imprecisa e pouco sistematizada; ainda que desde os anos 1930 já estivesse estabelecido que o espectro eletromagnético nacional fosse uma espécie de propriedade do Estado e dependia de concessão federal para o seu uso pela radiodifusão (BARROS FILHO, 2010, p. 41-42).

O setor foi organizado inicialmente, no país, pelo Decreto 20.047, de 27 de julho de 1931. O documento legal criou a Comissão Técnica do Rádio, definiu os serviços de radiocomunicação como de exclusiva competência da União, normatizou o processo de concessões de estações radiofônicas e previu a futura chegada do radiotelevisão, com respectivas emissões e recepções de imagens e sons. O teor daquele texto foi regulamentado pelo Decreto 21.111, assinado por Getúlio Vargas em 1º de março de 1932. Ele estabelecia o prazo de cada concessão em dez anos, orientação educacional para as emissoras, e um máximo de 10% de propaganda no tempo de duração de cada programa. As constituições de 1937 e 1946 mantiveram a base do teor daqueles decretos getulistas.

A portaria federal número 692, de 26 de julho de 1949, regulamentou o setor da televisão antes da inauguração da primeira emissora brasileira. Ela estabelecia as normas para o uso da frequência muito alta (VHF), determinando que o serviço de televisão seguisse o modelo de 12 canais. Depois, o Decreto 21.835/52 retificou aquela portaria de 1949 e incorporou o sistema de frequência ultra alta (UHF) e definiu o padrão de imagem de 30 quadros por segundo, com 523 linhas, o mesmo padrão adotado nos Estados Unidos.<sup>230</sup>

Do ponto de vista da política de radiodifusão brasileira, no entanto, apesar de algumas alterações legais relativas ao prazo das concessões de emissoras e outros itens, nada de

---

<sup>229</sup> MATTOS, 2002, p. 51.

<sup>230</sup> O artigo *Evolução da regulamentação da mídia eletrônica no Brasil*, escrito por Edgard Rebouças e Mariana Martins, foi apresentado no V Congresso Nacional de História da Mídia, em São Paulo, em maio de 2007, e encontra-se disponível em: <<http://www.ec.ubi.pt/ec/02/html/rebouças-martins-midia-eletronica.html>>. Acesso em: 12 dez. 2011.



realmente importante foi mudado na década de 1950. A CTR seguiu coordenando o setor, sob a orientação dos sucessivos presidentes da República, os responsáveis exclusivos pelas sanções das concessões dos canais. O episódio da primeira concessão de TV para o Paraná demonstrara não só o prestígio que o governador Moysés Lupion desfrutava com presidente da República<sup>231</sup>, mas, também, a força que Nagibe Chede possuía junto ao então titular do Palácio Iguçu. Isto, em uma época em que o “prestígio social era um dos elementos fundamentais para selar alianças políticas e econômicas”, de acordo com Baracho (2006, p. 46).



Fotografia 9 – O presidente JK com o governador Lupion (à direita), em 1960, em Curitiba.<sup>232</sup>

Prestígio que parece não ter faltado a Chede junto ao governador Lupion. Até porque, a relação de amizade e os laços políticos entre Chede e Lupion eram antigos e remontavam à década de 1930, quando ambos estiveram ligados ao interventor Manoel Ribas, homem forte de Getúlio Vargas no Paraná. Tanto que o interventor pediu a Vargas a nomeação de Chede como inspetor federal do ensino secundário em Curitiba, cargo que ele exerceu de 1935 a 1946. Naquele ano, terminado o primeiro governo do presidente Vargas (1930-1945), Chede foi um dos coordenadores da campanha vitoriosa de Moysés Lupion para governador do Paraná, em substituição ao interventor Manoel Ribas. Além disto, o seu irmão João Chede foi o deputado estadual mais votado e se tornou líder de Lupion na Assembléia Legislativa.

<sup>231</sup> O país vivia, naquele final de governo JK, a fase desenvolvimentista acalentada pelo ufanista *slogan* “Avançar 50 anos em cinco” e pela construção de Brasília, em ritmo acelerado. Para o presidente da República, que demonstrava muita pressa em suas decisões, a instalação de novas emissoras de TV pelo país era um sinal de progresso e de modernidade alcançados por sua administração. Chede, com apoio de Lupion, soube aproveitar este momento propício para alavancar o seu empreendimento.

<sup>232</sup> *Revista Divulgação*, Curitiba, maio 1960, p. 6.

Eleito e empossado, Moysés Lupion ofereceu um emprego público ou cargo de confiança a ser escolhido por Nagibe Chede, no governo paranaense. Chede conta que recusou para si a oferta porque os salários disponíveis eram muito baixos, no entanto, pediu ao governador que o seu irmão João fosse conduzido à Presidência da Assembleia Legislativa, no que acabou sendo atendido por Lupion.<sup>233</sup> Pouco tempo depois, quando o Tribunal de Contas do Estado (TCE)<sup>234</sup> estava sendo estruturado em 1947, Nagibe Chede aceitou a indicação do governador Lupion para assumir o cargo de juiz. E no TCE ele ficou até se aposentar, como auditor, em meados de 1964.

A autorização do presidente Juscelino Kubitschek, encaminhada ao ministro de Viação e Obras Públicas Amaral Peixoto, para os trâmites da concessão da emissora de TV a Chede foi assinada, naquela audiência de novembro de 1959, no próprio ofício de solicitação entregue por Lupion, em papel com a logomarca do Gabinete do Governador do Estado do Paraná.<sup>235</sup> Desta maneira, semelhante ao ocorrido quando da instalação da imprensa curitibana em 1854, o advento da primeira televisão no Paraná também foi politicamente intermediado pelo governo estadual. Do ponto de vista econômico, entretanto, as duas experiências se diferem porque não houve no caso da televisão de Chede, pelo menos aparentemente, o respaldo financeiro dos cofres públicos. Para a compra dos equipamentos, a montagem dos estúdios e a contratação de pessoal para a futura TV Paranaense – que seria inaugurada menos de um ano depois de recebida a concessão – Chede teve que vender a Rádio Curitiba e ainda pegar dinheiro emprestado com outro amigo de longa data, o fundador do Banco Bamerindus, Avelino Vieira.

Além de ter inaugurado o uso do expediente da relação pessoal e da influência política para a obtenção de canal de TV no Paraná, Nagibe Chede possivelmente tenha sido o primeiro empresário curitibano a utilizar um preposto – personagem atualmente conhecido também como “laranja” ou “testa-de-ferro” – para assumir, em nome dele, a concessão pública que lhe fora outorgada pelo presidente JK. Foi o próprio Chede quem revelou esta estratégia. Impedido legalmente de ser acionista ou sócio de emissora de rádio e televisão, porque ocupava o cargo de juiz do TCE, Chede colocou a titularidade de suas empresas de

---

<sup>233</sup> CHEDE, em entrevista gravada, em 1985.

<sup>234</sup> *Folha de Londrina*, Londrina, 15 jan. 2011, p. 4. Pela primeira vez na história do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, fundado há 63 anos, em 2011 assumiu a presidência do órgão um funcionário público de carreira, o advogado Fernando Augusto Mello Guimarães. Anteriormente, todos os presidentes tinham sido indicados por governadores paranaenses.

<sup>235</sup> *Fac-símile* do original deste importante documento está publicado em DALPÍCOLO (2010, p. 34).

radiodifusão no nome de sua mulher, Sylmira Chede. Alguns anos depois, já aposentado do cargo público, Chede transferiu a propriedade daquelas empresas para o nome dele.<sup>236</sup>

Mesmo usando o nome da esposa para responder, legalmente, pelos negócios da TV Paranaense, estava público e notório que era Nagibe Chede quem os presidia na prática cotidiana. Tanto assim que, em setembro de 1961, ele foi eleito membro do conselho deliberativo da primeira diretoria da Associação de Emissoras de Radiodifusão do Paraná, como representante do Canal 12.<sup>237</sup> Uma das primeiras reivindicações dessa entidade empresarial foi a isenção de impostos e taxas municipais para as emissoras de rádio e televisão, a qual foi conquistada ainda no final de dezembro de 1961, para vigorar nos anos seguintes.<sup>238</sup>

Quadro 1 – As emissoras de TV e seus concessionários originais no Paraná (1960 – 1985)

<b>NOME DA TELEVISÃO</b>	<b>CIDADE SEDE</b>	<b>DATA DA INAUGURAÇÃO</b>	<b>CONCESSIONÁRIO ORIGINAL</b>	<b>PRESIDENTE DA REPÚBLICA CONCESSOR</b>	<b>TV OU REDE À QUAL ERA INICIALMENTE VINCULADA / AFILIADA</b>
Paranaense	Curitiba	29-10-1960	Nagibe Chede	J.K.	Record – SP
Paraná	Curitiba	19-12-1960	Assis Chateaubriand	J.K.	Tupi – SP
Coroados	Londrina	21-9-1963	Assis Chateaubriand	Jânio	Tupi – SP
Iguaçu	Curitiba	28-12-1967	Paulo Pimentel	Castelo Branco	Record – SP
Tibagi	Apucarana	26-7-1969	Paulo Pimentel	Costa e Silva	Record – SP
Esplanada	Ponta Grossa	17-4-1972	Constâncio Mendes	Castelo Branco	Rede Tupi
Cultura	Maringá	25-9-1975	Samuel Silveira	Emílio G. Médici	Independente / Record – SP
Tarobá	Cascavel	1-2-1979	João Milanez	Geisel	Bandeirantes – SP
Tropical	Londrina	10-3-1979	Oscar Martinez	Geisel	Rede Globo

<sup>236</sup> CHEDE, em entrevista gravada, em 1985.

<sup>237</sup> *Folha de Londrina*, Londrina, 22 set. 1961. *Coluna de Rádio*, Caderno 2, p. 5.

<sup>238</sup> *Folha de Londrina*, Londrina, 30 dez. 1961. *Coluna de Rádio*, Caderno 2, p. 5.

Vanguarda	Cornélio Procópio	7-9-1980	João Closs Júnior / Grupo Positivo *	Geisel	Nenhuma **
Curitiba	Curitiba	22-7-1982	João Milanez / João Saad	Figueiredo	Nenhuma ***
Naipi	Foz do Iguaçu	20-9-1985	Paulo Pimentel	Figueiredo	SBT

Fonte: pesquisa do autor, com arte de Nadir Chaiben.

\* O advogado João Closs Júnior transferiu a concessão ao Grupo de Ensino Positivo, de Curitiba, antes de montar a emissora.

\*\* Nos primeiros anos, a emissora adquiria filmes, desenhos e outros programas de diferentes televisões de São Paulo e Rio de Janeiro, sem exclusividade. Em 1983, ela afiliou-se à Rede Manchete.

\*\*\* Apesar de João Saad ser o proprietário da Rede Bandeirantes de Televisão, em Curitiba ela tinha como afiliada, em 1982, a TV Paraná. Em 1985, a TV Curitiba afiliou-se à Rede Manchete.

### 3.2 Os canais de Chateaubriand: negociações pelo alto

Diferentemente da negociação para a outorga do Canal 12, obtido por Nagibe Chede junto ao presidente Juscelino Kubitschek, na qual ficou clara a intermediação direta do Palácio Iguaçu, nas relações de Assis Chateaubriand com o governo federal, para a concessão da TV Paraná, esse tipo de apoio político não é de fácil visualização. No caso de Chede, aquele agenciamento palaciano foi assumido publicamente, inclusive como motivo de orgulho e lisonja, porque comprovava a posse de prestígio pessoal do beneficiado. Chateaubriand, por sua vez, nunca admitiu ter necessitado deste tipo de favor considerado menor, para ele que ocupava, naquela época, o lugar de maior destaque entre os empresários brasileiros de comunicação.

A concessão da segunda emissora de TV do estado, o Canal 6 de Curitiba, foi destinada ao proprietário dos Diários e Emissoras Associados também pelo presidente JK. É quase certo que Chateaubriand não recorreu ao auxílio do Palácio Iguaçu na busca pela outorga da emissora, posto que possuísse, individualmente, força política suficiente para pedir, outras vezes exigir, as concessões desejadas diretamente aos presidentes da República. Portanto, ele agia sem a necessidade da colaboração de intermediários, quaisquer que fossem

os cargos destes.

É unanimidade, entre os pesquisadores de história da comunicação, que a conquista da concessão da TV Paraná, assim como a de outras emissoras antes dela, foi resultado de um processo de negociação tranquila, principalmente porque Chateaubriand era aliado político bastante próximo de Kubitschek. Tanto, que o presidente havia convidado o empresário, em 1957, para ser o embaixador brasileiro na Inglaterra. Para aceitar a tarefa e ir morar em Londres, Chateaubriand renunciou ao mandato de senador maranhense pelo PSD, mesmo partido de JK.<sup>239</sup>

Ronald Sanson Stresser<sup>240</sup> foi diretor-superintendente do Canal 6 por cerca de 15 anos, desde a montagem e inauguração até a venda dele, em meados da década de 1970. A respeito da hipótese de o governador Moysés Lupion ter ajudado Chateaubriand na conquista da concessão da TV Paraná, Stresser comenta com veemência:

Não, nada de Lupion. Foi o Chatô quem conseguiu sozinho a concessão do canal. O Chateaubriand tinha força para isso; força que esse grupo [o antigo Pró-Televisão] de Curitiba não tinha, sozinho, para obter um canal de televisão no governo federal, que não era mesmo fácil. Então, isso fazia parte do negócio do Chateaubriand, que assim conseguiu o canal; conseguiu a concessão. [...]. Não, aqui com o nosso grupo não era preciso este tipo de ajuda política. Nossa televisão foi muito bem sucedida e, naquela época, o Chatô conseguia tudo sozinho lá junto ao governo de JK; sem nenhuma intervenção do Lupion.<sup>241</sup>

Se, por um lado, Chateaubriand conseguiu sem grande esforço a concessão do canal para operar a TV Paraná – negociando individual e diretamente com o presidente JK –, por outro, houve dificuldades no longo processo de estruturação e montagem da nova emissora em Curitiba. Isto porque, originariamente, a marca TV Paraná pertencia ao antigo grupo “Pró-Televisão”, criado nos idos de 1953-1954 e liderado por Nagibe Chede e Raul Vaz.

---

<sup>239</sup> Juscelino Kubitschek é considerado, por alguns autores, como o primeiro presidente da República a utilizar o sistema de distribuição de concessões de canais de televisão como moeda de troca política. Foi ele, por exemplo, quem concedeu, em dezembro de 1957, o Canal 4 do Rio de Janeiro para a instalação da futura TV Globo. A concessão de JK teria ocorrido para evitar que os veículos do grupo de Roberto Marinho seguissem com acirradas críticas ao governo dele (NEVES, 2008, p. 33-34). O ex-presidente morreu em 22 de agosto de 1976.

<sup>240</sup> O pai dele, Adherbal Stresser, que durante o mesmo período foi o vice-presidente das TVs de Chateaubriand no Paraná, havia sido assessor de imprensa do governador Bento Munhoz da Rocha Neto, do Partido Republicano (1951-1955).

<sup>241</sup> Entrevista gravada foi concedida ao autor por Ronald Sanson Stresser, na residência dele em Curitiba, no dia 13 de agosto de 2010.

A passagem do capital da sociedade “Pró-Televisão” para as mãos de Chateaubriand é controversa. Há, pelo menos, duas versões diferentes sobre a questão. A primeira, que pode ser considerada como “oficial”, é a de Ronald Stresser:

Quem teve a idéia de conversar com este grupo curitibano inicial, para se tentar uma unificação com o grupo de Chatô, foi o meu pai Adherbal. Ele já dirigia, desde março de 1955, o jornal *Diário do Paraná*, pertencente aos Diários e Emissoras Associados. E, por isso, tinha sido convidado por Chatô para dirigir também a futura TV do grupo em Curitiba. Meu pai era muito amigo de Raul Vaz<sup>242</sup>, que presidia aquele movimento Pró-Televisão. Vaz queixava-se que estava difícil vender ações daquela sociedade e que os acionistas mais expressivos estavam desnorreados. Uma parte deles queria se unir a Chateaubriand, outra parte preferia seguir sem esta interferência externa aos paranaenses. Depois de algum tempo, o Raul Vaz desistiu de negociar e saiu da sociedade. O Nagibe Chede seguiu tratando do assunto com meu pai. As ações que eles haviam levantado foram transferidas ao Chateaubriand. Em pagamento, o Chatô se comprometeu a fornecer o equipamento até o funcionamento da televisão, desde transmissor, câmeras etc.; e também profissionais técnicos e engenheiros da Tupi de São Paulo. Esta foi a participação de Chateaubriand. A nós competia escolher um local que se adaptasse às necessidades da televisão e que assumíssemos os custos complementares, ou seja, aluguéis, pagamentos de funcionários, expedientes e tudo isso.<sup>243</sup>

A segunda versão sobre a incorporação do capital dos cotistas do movimento “Pró-Televisão” e da marca TV Paraná por Chateaubriand, é a de Nagibe Chede:

Eu tinha as melhores relações com Chateaubriand. [...]. Quando nós transferimos, quando nós cedemos a título precário para o Chateaubriand afim de que ele absorvesse já aquelas ações – a pequena parte que já tinha sido vendida –, eu cheguei a ser o maior acionista da organização da TV Paraná. Naquela ocasião, eu me lembro tão bem, que eu estava figurando documentalmente como o maior acionista. Aí, quando o Raul Vaz achou melhor passar para o Chateaubriand, porque se tornaria uma realidade mais fácil para todos; porque ele tinha condições de implantar a televisão aqui e o nosso desejo era este. [...]. Então, passamos tudo para Chateaubriand; tudo [a título] precário, não recebemos nada. O capital era quatro mil, eu não sei se eram contos de réis; e eu tinha a metade, eu cheguei a ter a metade. [...]. Nós cedemos todas as ações para o Chateaubriand a título gratuito.<sup>244</sup>

<sup>242</sup> Raul Vaz foi secretário do Interior e da Justiça nos governos de Moysés Lupion e poderia, portanto, ter ajudado na busca da concessão do canal para Chateaubriand, mas não há registro de que isto tenha ocorrido. Também indicado por Lupion, Vaz foi o primeiro presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), em 1947. Depois, ele foi reeleito para o cargo por cinco vezes, entre 1949 e 1964 (CARNEIRO, 1963, p. 797). Dados sobre a história do TCE estão disponíveis em: <<http://www.tce.gov.pr.br>>. Acessos em: 20 jan. 2001; 14 mar. 2011; 16 mar. 2011.

<sup>243</sup> STRESSER, em entrevista ao autor, em 13 ago. de 2010.

<sup>244</sup> CHEDE, em entrevista, em 1985.

Nagibe Chede fez ainda outra declaração, contrariando o quase consenso sobre o fato de Chateaubriand ter conseguido sozinho a concessão da TV Paraná, sem a necessidade de apoios políticos intermediários:

Eu ajudei muito para que o Ministério [de Obras Públicas e Viação] legalizasse o Canal 6, porque o presidente da comissão [Técnica de Rádio] era muito meu amigo, o falecido general Mourão. [...]. Eu cooperei bastante para que saísse a concessão do Canal 6 [para Chateaubriand], porque até então eu não tinha feito a minha [televisão].<sup>245</sup>

Como esta afirmação nunca foi divulgada em livro, jornal ou por outro meio, não foi comentada por Chateaubriand e nem é de conhecimento da família Stresser<sup>246</sup> segundo Ronald, pode-se aventar a possibilidade de que Chede tenha tomado aquela atitude de ajudar na busca da concessão para o Canal 6 sem a solicitação e, até mesmo o mais provável, sem o conhecimento do dono dos Diários e Emissoras Associados. Chede teria tido esta atitude pelo fato de que, havia anos, envidava esforços pessoais e investimentos empresariais para tornar realidade o funcionamento da televisão em Curitiba. E ele talvez pensasse que Chateaubriand tivesse melhores condições de alcançar primeiro aquele objetivo, o que parecia bastante plausível naquela época.

A concessão<sup>247</sup> do segundo canal para aquele conglomerado nacional operar no Paraná foi conseguida por Chateaubriand junto ao presidente Jânio Quadros, em 1961. Não houve registro nas fontes pesquisadas, nem indício nas entrevistas realizadas, de que tenha havido alguma interferência do Palácio Iguazu ou de político paranaense em favor de Chateaubriand, durante as negociações para a conquista da concessão da TV Coroados, Canal 3 de Londrina. Assim, elas teriam acontecido de maneira direta entre o proprietário dos Diários e Emissoras Associados e o presidente da República.

---

<sup>245</sup> CHEDE, em entrevista, em 1985.

<sup>246</sup> Antes de assumirem os negócios de Chateaubriand no Paraná, Adherbal e Ronald Stresser eram concessionários de duas emissoras de rádio na região metropolitana de Curitiba: a Colombo e a Difusora Auriverde. A primeira havia sido comprada da família do governador Moysés Lupion e a segunda, da família do senador Souza Naves.

<sup>247</sup> As concessões dos canais para a instalação das três primeiras emissoras no estado – TV Paranaense, TV Paraná e TV Coroados – tinham prazo de validade de dez anos cada uma, sendo renováveis sucessivamente por igual período. Depois, a partir de 27 de agosto de 1962, o artigo 33, § 3º do Código Brasileiro de Telecomunicações aumentou o prazo de concessão para 15 anos, também com número ilimitado de renovações.

O jornalista Walmor Macarini, sobrinho do fundador da *Folha de Londrina*, João Milanez, e que durante quase 30 anos foi diretor de redação daquele diário, afirma não acreditar que Chateaubriand tenha necessitado e pedido apoio ao Palácio Iguçu, para conseguir as concessões de suas duas TVs no Paraná:

Quem cuidou de tudo sozinho foi o próprio Chateaubriand; primeiro direto no Rio de Janeiro e, depois, no caso da Coroados, em Brasília. Ele tinha muito poder de fogo. [...]. Ele tinha um poder político muito forte. Ele não precisava de ninguém. [...]. Havia uma equipe de executivos da pesada trabalhando para ele. Eles eram muito competentes e poderosos. Agora, talvez em relação à TV Coroados, cuja concessão foi dada pelo presidente Jânio, pode ser que o governador Ney Braga tenha sido consultado pelo próprio [Adherbal] Stresser. Ou talvez, claro, o Chateaubriand tenha contatado o Ney Braga, porque era governador e aliado de Jânio. Mas não acredito muito nisto, não, porque os Stresser e o Ney Braga não se davam bem. Eles [do *Diário do Paraná*] andaram invadindo a vida privada do Ney Braga, sua vida amorosa. E houve na ocasião um entrevero pesadíssimo entre os Stresser e ele.<sup>248</sup>

Terminada aquela fase de negociações pela concessão e implantada a TV Paraná, o convívio da emissora de Chateaubriand com o novo governo do estado, comandado a partir de 1961 por Ney Braga, foi um tanto quanto frio, apenas restrito às relações empresariais. Como explica Ronald Stresser:

A relação foi tranquila, sem incidentes, mas apenas comercial. Não havia ligação política ente os dois, que não se davam muito bem. O Chatô não gostava muito do Ney; e talvez o Ney também não gostasse de Chatô, porque o grupo dos Diários e Emissoras Associados não apoiou Jânio Quadros, da mesma coligação política<sup>249</sup> de Ney Braga, na campanha de sucessão da JK, em 1960. Mas, às vezes, quando vinha a Curitiba, o Edmundo Monteiro visitava o Ney no Palácio Iguçu. Ia tratar de acertos financeiros; buscar dinheiro de apoio comercial.<sup>250</sup> Numa destas visitas, ele pediu o apoio do governador para a futura instalação da TV Coroados, em Londrina. O Ney Braga deu lá a opinião dele; e nos deu também cartões de apresentação para sermos bem atendidos pelas autoridades quando fôssemos a Londrina tratar dos negócios da montagem da Coroados.<sup>251</sup>

<sup>248</sup> A entrevista gravada concedida por Walmor Macarini – também ex-sócio da TV Tarobá – ao autor desta pesquisa aconteceu em Londrina, no dia 10 de fevereiro de 2010, na casa do entrevistado.

<sup>249</sup> Aprofundada pesquisa sobre a história da democracia cristã no Brasil, que liderou as campanhas vitoriosas de Jânio Quadros e Ney Braga, encontra-se em Busetto (2002).

<sup>250</sup> Os meios de comunicação dos Diários e Emissoras Associados eram utilizados, comumente, por Chateaubriand para coerção editorial, ameaças e achaques contra empresas e governos, que se viam assim forçados a investir “verbas publicitárias” neles em troca do silêncio ou de reportagens elogiosas. Ademais, foi Chateaubriand também que institucionalizou na imprensa brasileira o “jabaculé, dinheiro por baixo do pano para promover produtos, empresas e pessoas nas páginas editoriais” (Martins; de Luca, 2008, p. 182-183).

<sup>251</sup> Stresser, em entrevista, em 13 ago. de 2010.



Porém, a ajuda solicitada por Monteiro ao governador Ney Braga nunca se concretizou no Canal 3 de Londrina<sup>252</sup>, segundo Ronald Stresser. Ele comenta que chegou a apresentar o cartão do titular do Palácio Iguaçu ao prefeito de Londrina da época, Milton Menezes, em uma de suas primeiras visitas àquela cidade; mas que a estratégia infelizmente não teria surtido efeitos positivos.

Os políticos detentores de cargos eletivos ocuparam, desde o início e em grande número, os espaços jornalísticos e os programas de entrevistas disponíveis nas televisões. Além disso, ao longo dos anos, tornou-se comum a formação das cadeias de emissoras de TVs e rádios para a transmissão de pronunciamentos oficiais de governadores, prefeitos de Curitiba, presidentes da Assembleia Legislativa, ministros e, principalmente, dos presidentes da República. No Paraná, a primeira das cadeias estaduais foi montada em 6 de setembro de 1962, para o pronunciamento de Ney Braga sobre o Dia da Independência e um balanço dos 20 primeiros meses do governo dele.

Imediatamente após a entrada em funcionamento das emissoras de televisão em Curitiba, os políticos começaram a perceber a força do novo meio de comunicação eletrônica para a veiculação de suas mensagens. Como lembrou Nagibe Chede, as autoridades e políticos em geral participavam bastante da programação televisiva naquela época, porque não havia ainda restrição legal sobre a presença de políticos na TV.<sup>253</sup>

O primeiro evento político importante a receber completa cobertura com equipes de reportagens externas, dos dois recém-inaugurados canais curitibanos de televisão, foi a posse do governador Ney Braga, em 31 de janeiro de 1961. Depois, a eleição para governador do estado em 1965, ainda com voto direto do eleitor apesar de já instalado o regime militar, foi a primeira no Paraná com o funcionamento pleno de emissoras de TV. Na sucessão de Ney Braga (PDC), a disputa estava centralizada no candidato da situação, Paulo Pimentel (PTN), e no de oposição, Bento Munhoz da Rocha Neto (PR). Pimentel tinha sido secretário de Agricultura de Ney Braga, enquanto que o ex-governador Rocha Neto (1951-1955) havia sido o precursor do próprio Braga no cenário político, na década de 1950.

---

<sup>252</sup> *Gazeta do Povo*, Curitiba, 13 ago, 1961, p. 6. O decreto de concessão da futura TV Coroados para Chateaubriand foi assinado, pelo presidente Jânio Quadros, na segunda semana de agosto de 1961, portanto, poucos dias antes de sua renúncia do cargo.

<sup>253</sup> CHEDE, em entrevista, em 1985.

As duas TVs de Curitiba, bem como o restante da imprensa e o eleitorado paranaense – como ficaria, depois, comprovado com o resultado da eleição – estavam divididas entre as duas candidaturas principais, para efeito de apoio político. A TV Paranaense, Canal 12, ficou ao lado de Pimentel, candidato de Ney Braga com apoio do governo federal. A TV Paraná, Canal 6, encampou a candidatura de Bento Munhoz. O Canal 12 foi ao extremo de lançar um novo telejornal com o objetivo específico de apoiar a candidatura de Pimentel. Jamur Júnior (2001, p. 54-55), comenta a participação da TV Paranaense:

Alguns meses antes da eleição, o Canal 12 colocou no ar um jornal intitulado “Última Edição”, com objetivo de dar apoio ao candidato situacionista. Com textos de Samuel Guimarães da Costa e direção de Hélcio José, o “Última Edição” foi o início de uma fase do telejornalismo apresentado por vários profissionais. Jamur Júnior, JJ de Arruda Neto, Filomena Gebran, Alcides Vasconcellos e a Miss Brasil, Ângela Vasconcelos, foram os apresentadores desse programa que teve vida curta na televisão, mas cumpriu seu objetivo de divulgar a candidatura oficial em Curitiba, cujo eleitorado era declaradamente favorável ao candidato de oposição, Bento Munhoz da Rocha Neto.

Passada a campanha eleitoral, o “Última Edição” saiu definitivamente do ar em dezembro de 1965. Naquela eleição, ainda não havia lei específica que regulamentasse as aparições de candidatos nos programas de televisão, fora do horário eleitoral gratuito da Justiça Eleitoral. Por isto, aquela divisão das duas TVs curitibanas no apoio a Pimentel ou a Bento Munhoz não impedia que cada candidato participasse de programas na emissora simpática à campanha de seu adversário (DALPÍCOLO, 2010, p. 66-67).

De acordo com Ronald Stresser, a opção dos veículos do grupo de Chateaubriand – TV Paraná e *Diário do Paraná* – à candidatura de Rocha Neto ocorreu por diferentes motivos:

Primeiro, o Chateaubriand não gostava do Ney Braga desde a eleição de 1960; e segundo, porque o meu pai era muito ligado ao Bento Munhoz. Mas, o principal fator foi que nós já víamos em Paulo Pimentel um forte concorrente empresarial, com dois jornais diários e com a concessão para instalar a TV Iguaçu em Curitiba.<sup>254</sup>

No horário eleitoral gratuito, em mensagens apresentadas ao vivo nos estúdios das emissoras de TV ou gravadas em videotape, ainda em pequeno número, aquela eleição envolveu inclusive políticos de São Paulo, com a permissão da Justiça Eleitoral. Ademar de

---

<sup>254</sup> STRESSER, em entrevista, em 13 ago. 2010.

Barros e Faria Lima foram dois líderes nacionais que falaram ao eleitor paranaense, através dos canais televisivos, em setembro de 1965.<sup>255</sup> Paulo Pimentel<sup>256</sup> venceu o pleito, realizado em turno único no dia 3 de outubro, com 518.935 votos, o equivalente a 51,1% dos sufrágios válidos; cerca de 60 mil votos a mais que Bento Munhoz da Rocha Neto (MAGALHÃES, 2001, p. 70). Em Londrina, não houve registro da participação da TV Coroados apoiando uma ou outra candidatura, naquela eleição do novo titular do Palácio Iguaçu.

### 3.3 Três emissoras para um governador aliado

A chegada dos militares ao comando do poder Executivo nacional, em abril de 1964, significou o início da segunda fase da televisão no Paraná, bem como em todo o país. Além do significativo investimento público em infraestrutura e novas tecnologias para o desenvolvimento do setor – como foi analisado no capítulo anterior –, a partir do governo presidido pelo marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), a relação política dos empresários paranaenses para a obtenção de concessões de TV, em Brasília, ficaria ainda mais dependente de ações do governo estadual. Aquela maneira peculiar de negociação, inaugurada com o caso do Canal 12 de Nagibe Chede, iria ser aperfeiçoada e aprofundada nas concessões de emissoras para o duplê de empresário e político Paulo Pimentel.

E o sinal desta mudança foi dado rapidamente, ainda em 1964. Desde o segundo semestre de 1962, o então secretário paranaense de Agricultura, Pimentel, pleiteava junto ao governo de João Goulart a concessão de uma emissora de televisão.<sup>257</sup> No final de julho de 1964, menos de quatro meses após a instalação do novo regime, foi aberta a concorrência pública para apresentação de propostas de interessados em operar um novo canal de TV em

<sup>255</sup> *Folha de Londrina*, Londrina, 18 set. 1965. *Aqui TV*, Caderno 2, p. 13.

<sup>256</sup> Depois, nas eleições da década de 1970 e 1980, Pimentel passaria a utilizar suas próprias emissoras de TV para alavancar suas campanhas eleitorais; fato que se deu também com José Carlos Martinez. Além destes dois proprietários, diversos profissionais da televisão aproveitaram suas constantes exposições no vídeo para empreender carreiras político-eleitorais de sucesso no Paraná, nas décadas de 1970 e 1980: Álvaro Dias (deputado federal, governador do Paraná e senador), Maurício Fruet (deputado federal e prefeito de Curitiba), Enéas Faria (deputado federal e senador), Antonio Belinati (deputado estadual e três vezes prefeito de Londrina) e Luiz Carlos Alborgheti (vereador de Londrina e deputado estadual); entre outros. Tratam deste uso da televisão como trampolim para o sucesso em pleitos de cargos eletivos, ainda que de maneira sucinta: DALPÍCOLO (2010, p. 43), JAMUR JÚNIOR (2001, p. 29), MAZÁNEK (2004, p. 140) e SOMMA NETO (2007, p. 140).

<sup>257</sup> **Novas emissoras para o Paraná.** *Gazeta do Povo*, Curitiba, 08. nov. 1962. *Rádio e TV*, Caderno 2, p. 5.

Curitiba. Era a primeira licitação realizada no Paraná sob a vigência do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), sancionado pelo presidente João Goulart em 27 de agosto de 1962.

A Lei 4.117, que instituiu o CBT, foi o principal dispositivo de regulamentação do setor da radiodifusão no país, no século XX. Ela contava, inicialmente, com 129 artigos e mantinha centrado no chefe do Executivo federal, o exclusivo poder de concessão, renovação, transferência e cassação dos canais de televisão; uma espécie de tradição brasileira que havia começado a ser formatada legalmente no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945).

O processo de análises, debates, apresentação de substitutivos, emendas e votações para aprovação do projeto do CBT percorreu um longo caminho, por nove anos, desde que fora apresentado ao Senado, por Marcondes Filho, em 1953. Depois de ter passado também pela Câmara Federal, ele foi aprovado por unanimidade no Senado, em agosto de 1962, e enviado para sanção presidencial. Mas, como a redação final aprovada recebeu 52 vetos<sup>258</sup> de Goulart, o documento retornou ao Congresso Nacional para apreciação; onde todos os vetos foram debatidos, votados e derrubados em plenário (SANTOS, 2000, p. 95). O texto do código foi finalmente regulamentado em maio de 1963, pelo Decreto 52.026 assinado pelo presidente Jango.

Uma das principais contribuições do CBT foi definir as diretrizes para a expansão integrada da radiodifusão, com a definição das finalidades do Plano Nacional de Telecomunicações (PNT), cuja implantação ficou sob a responsabilidade do Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel), que havia sido criado por decreto do presidente Jânio Quadros, em maio de 1961. No PNT encontrava-se prevista, inclusive, a futura formação de redes nacionais de televisão, telefonia e radiodifusão sonora; além da determinação de que estas redes nacionais possibilitassem a conexão com redes internacionais de telecomunicações, o que mais tarde viria a ocorrer através de satélites artificiais.

No texto do Código Brasileiro de Telecomunicações estão determinadas, entre outras questões importantes, as condições de autorização do Estado para que empresas privadas executem os serviços da radiodifusão, subordinados às finalidades educativas e aos interesses

---

<sup>258</sup> Durante as semanas de apreciação e votações dos vetos do presidente Jango pelo Congresso Nacional, aconteceu uma maior organização dos setores empresariais da radiodifusão nacional, o que levou à fundação em Brasília, em 27 de novembro de 1962, da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). As primeiras diretorias da entidade tiveram, em cargos estratégicos, representantes dos interesses do grupo de Assis Chateaubriand. Nas décadas seguintes, até a virada para o século XXI, ela seria dirigida por empresários e executivos ligados a Roberto Marinho, da Rede Globo. A criação da Abert levou à organização de entidades empresariais do setor em vários estados, como por exemplos a Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão, ainda em 1962, a mineira em 1968, e a Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná (Aerp), em maio de 1975 (OLIVEIRA, 1991, p. 122-123).

do país; as exigências mínimas impostas em editais aos interessados nas concessões de canais – entre elas, a demonstração de recursos técnicos e financeiros suficientes para o empreendimento –; e os prazos de validade de cada concessão pública: dez anos para estações de rádio e 15 anos para canais de televisão; passíveis de renovações por períodos idênticos e sucessivos.

De maneira geral, o CBT manteve e consolidou a estrutura legal que vigorava no país desde o governo “revolucionário” de Vargas – com pequenas adaptações ao longo do tempo – e que havia sido baseada em legislação vigente nos Estados Unidos, nas décadas de 1920-1930. Segundo Jamberto (2002, p. 41), aquele modelo original de concessão de canais para a exploração comercial no Brasil estabeleceu estas principais características: reserva da atividade para brasileiros; conceituação da radiodifusão como serviço de interesse público; centralização do processo decisório e do controle da atividade no Executivo federal; e exploração predominantemente privada da indústria da radiodifusão. O CBT fora, desta maneira, determinante para a posterior consolidação no país – semelhantemente ao ocorrido nos EUA e diferentemente do que ocorrera nos principais países da Europa – de um sistema comercial privado de televisão.

Indícios de que Paulo Pimentel era o preferido, no Palácio do Planalto, para receber a concessão do terceiro canal de TV de Curitiba, já tinham sido percebidos pela imprensa local nos últimos meses de 1964. No início de setembro daquele ano, Castelo Branco havia visitado Curitiba pela primeira vez, depois da posse dele na Presidência da República. Na oportunidade, o presidente concedeu demorada audiência a portas fechadas para Ney Braga e Pimentel. Castelo Branco era amigo íntimo do governador do Paraná havia décadas, desde a época em que fora professor-instrutor de Ney Braga na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. Além disso, os dois aprofundaram sua amizade nas ocasiões em que Castelo Branco servira em guarnições do Exército, em Curitiba e Ponta Grossa.

Pimentel utilizou algumas vezes as páginas do seu jornal *OEPR* para agradecer ao militar-presidente, expediente que se tornaria rotineiro nos anos seguintes. Na véspera da visita do presidente Castelo Branco a Curitiba, um texto foi publicado na capa do diário, sem assinatura do responsável, convidando a população a recepcionar no Aeroporto Afonso Pena o novo “Cidadão Benemérito do Paraná” e “Doutor Honoris Causa” da Universidade Federal do Paraná.<sup>259</sup>

---

<sup>259</sup> CONVITE. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 03 set. 1964, p. 1.

A reunião que Ney Braga e Paulo Pimentel tiveram com o novo presidente da República não foi divulgada na agenda oficial, mas aconteceu no Palácio Iguaçu e foi noticiada, sem detalhes de conteúdo, pelo jornal do secretário estadual de Agricultura. Na mesma edição foi publicado o editorial “O Presidente de Hoje”, agradecendo a visita de Castelo Branco a Curitiba; e o descrevendo como “um administrador honesto, lúcido, democrático [...] e depositário das esperanças do povo brasileiro”.<sup>260</sup>

Depois de realizada a análise técnica pelo Conselho Nacional de Telecomunicações, a concessão foi outorgada pelo presidente Castelo Branco, em 19 de fevereiro de 1965, para Paulo Pimentel. A *Gazeta do Povo*, que tanto criticou a possibilidade da concessão beneficiar Paulo Pimentel – como foi analisado no Capítulo I –, escondeu de seus leitores naquela época um fato que permaneceu em segredo por aproximadamente 45 anos, até outubro de 2010, quando foi lançado o livro *Uma nova luz na sala*:

Um bastidor pouco conhecido da concessão do Canal 4 é que Francisco Cunha Pereira Filho também estava na disputa. Ao saber que haveria um novo canal de TV no estado, o dono do jornal *Gazeta do Povo* e o sócio Edmundo Lemanski decidiram participar da concorrência. A revelação foi feita pelo diretor financeiro da *Gazeta*, Dilmar Archegas, que cuidou de toda a papelada. Ele conta que viveu um episódio inusitado quando foi a Brasília entregar a documentação e só lá, na capital federal, descobriu que um incêndio havia destruído o prédio do Ministério das Comunicações. Teve de viajar, às pressas, para o Rio de Janeiro, onde estava funcionando, provisoriamente, o escritório do Ministério. [...] Mas achou que todo esforço tinha sido em vão, ao ouvir o comentário do funcionário do Ministério, na hora de entregar os documentos: “*Que pena*”, *ele disse. O senhor sabe que isso aqui é baralho marcado. Não vai ser pra vocês. Foi o governador do Paraná que provocou o edital e aqui quem provoca o edital é quem ganha a concorrência.* O funcionário tinha razão. A concessão saiu, mesmo, como ele previa, para o governador Paulo Pimentel (DALPÍCOLO, 2010, p. 92-93).

Nesta parte final do texto de Dalpícolo – em que é transcrito o suposto diálogo do diretor da *Gazeta* com um funcionário do Ministério das Comunicações –, não fica claro a qual governador do Paraná ele se refere; se a Ney Braga, que era naquela época de fato o governador, ou se a Paulo Pimentel, que era então o secretário estadual de Agricultura, e que somente no ano seguinte se tornaria governador. Fica esta dúvida, porque o funcionário teria dito que “Foi o governador do Paraná que provocou o edital...”. Mas não há registro em livros, nem qualquer indício nos jornais pesquisados e nas entrevistas realizadas, de que Ney

---

<sup>260</sup> **O Presidente de Hoje.** Ibid., 04 set. 1964, p. 4.

Braga tenha provocado o referido edital. E mais: Dalpícolo fecha aquele parágrafo afirmando que “A concessão saiu, mesmo, como ele [o funcionário do Ministério] previa, para o governador Paulo Pimentel”. Isto não confere com a realidade, porque o decreto da concessão saiu em 19 de fevereiro de 1965, e Pimentel só tomou posse como governador bem depois, em 30 de janeiro de 1966. Apenas a inauguração da TV Iguazu, Canal 4 de Curitiba, em 28 de dezembro de 1967, foi realizada com Pimentel já no comando do Palácio Iguazu.

A importante questão que se coloca, entretanto, é se Paulo Pimentel recebeu ou não auxílio do governador Ney Braga – que era amigo íntimo do presidente Castelo Branco, de quem poucos meses depois se tornou ministro da Agricultura – em seu pleito pela concessão do Canal 4. Contrariando todas as evidências, é o próprio Pimentel quem responde:

Do Ney Braga, não. Ele nunca pediu nada por mim. Ele não pedia para ninguém. Tanto que ele nunca creditou nada para ninguém. O Ney Braga era um animal eminentemente político. Só pensava em política. Ele nunca ajudava ninguém. E eu não pensava politicamente; eu nunca fui um bom político e ainda não sou. [...] Eu nem falava com o pessoal do governo federal através do Ney, quando eu buscava as concessões. Mas, nós tínhamos companheiros que nos ajudavam, que foram sócios meus. O principal era o coronel Ítalo Conti, que é vivo até hoje. O general Ítalo Conti.<sup>261</sup> Ele que me ajudou na [conquista da concessão da] Iguazu. Ele era sócio da TV Iguazu e eu comprei a parte dele. Depois, nós fomos embora sozinhos.<sup>262</sup>

O ex-governador do Paraná Ney Braga, não obstante, contradiz Paulo Pimentel e assegura que ajudou, sim, o seu secretário estadual de Agricultura na conquista da concessão do Canal 4:

[...]. Paulo Pimentel investia pesado em comunicação. Trouxe para junto de si profissionais de propaganda, como Hiram Hollanda e Wilson Andrade Silva. Foi o primeiro político do Paraná a profissionalizar a campanha. Começou a empenhar-se no planejamento de sua candidatura com o *slogan* “Prestigie quem trabalha”, de autoria de Nassib Jabur. Investiu em mídia: comprou o jornal *O Estado do Paraná*, depois a TV Iguazu – aliás, com meu

---

<sup>261</sup> Ítalo Conti participou da Segunda Guerra na Itália como capitão da Força Expedicionária Brasileira. Foi secretário estadual de Segurança no governo de Ney Braga (1961-1965), chefe do Gabinete Civil e secretário estadual do Trabalho e Assistência Social no governo Paulo Pimentel (1966-1970); e depois deputado federal por quatro mandatos, de 1971 a 1986, pelos partidos ARENA e PDS, ligados ao governo militar. Passou para a reserva com a patente de general (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, Pós 1930, 2001, p. 1583).

<sup>262</sup> Esta declaração de Paulo Pimentel faz parte da entrevista gravada concedida ao pesquisador, em Curitiba, na sede do jornal *OEPR*, no dia 3 de junho de 2009.

apoio e pedido junto ao presidente Castello Branco, sem que eu visse nisso apoio para que ele fosse governador.<sup>263</sup>

Tendo ou não obtido o apoio formal do governador Ney Braga, Paulo Pimentel venceu os concorrentes e ficou com o Canal 4 para instalar a sua TV Iguaçu. Pode ter sido uma mera coincidência, mas o nome foi bastante apropriado para demonstrar as intenções do futuro chefe do governo paranaense, cuja sede político-administrativa já era o Palácio Iguaçu. Pimentel lembra detalhes do processo de concorrência pela concessão de um canal de TV, durante o regime militar:

Havia uma licitação pública, sim. Havia a coleta de pretendentes ao canal. Depois, aqueles [empresários candidatos] que se habilitavam [no Conselho Nacional de Telecomunicações] iam para a decisão do presidente [da República]. A decisão era exclusiva dele. Era política. Então, todos nós trabalhávamos politicamente. Cada concorrente achava o pistolão que precisava pra conseguir. E quem tivesse mais força política ganharia. O presidente era o Castelo Branco, quando saiu a concorrência do Canal 4. Eu fui chamado [em Brasília] para saber se eu não queria montar esta estação de televisão [a Iguaçu]. Até que eu não tinha muito interesse, porque não tinha programação, não tinha coisa alguma além dos dois jornais. Mas a decisão era do presidente da República e ele escolhia os beneficiários, os que seriam premiados com esta estação. Fui convidado, e o presidente Castelo Branco me deu [a concessão do Canal 4].<sup>264</sup>

Dentro desta lógica, em que o presidente decidia sozinho o destino final de cada concessão de TV, é difícil acreditar que Castelo Branco tenha aprovado o Canal 4 para Pimentel sem que tivesse havido, neste sentido, uma solicitação do governador Ney Braga, ou sem que o presidente tivesse, pelo menos, consultado Braga sobre a decisão que tomaria. Mesmo sabendo que Pimentel contou com a colaboração de outro general:

A concessão do canal de televisão pelo Governo Federal, solicitada ao tempo em que Paulo era secretário de Agricultura, teve grande ajuda política, em especial do general Ítalo Conti, um militar paranaense que mantinha ótimas ligações com o chefe da Casa Militar do presidente Castello Branco, general Ernesto Geisel. A ação desenvolvida por Conti foi fundamental para que o Paraná obtivesse sua quarta emissora de televisão. Os primeiros acionistas da empresa comandada por Pimentel foram: João Feder, Jayme Canet Júnior, Napoleão Braga Côrtes, Nacim Bacila Neto, Benedito Ribeiro e o próprio Ítalo Conti (JAMUR JÚNIOR, 2001, p. 119).

<sup>263</sup> SÁ JÚNIOR (1996, p.168-169).

<sup>264</sup> PIMENTEL, em entrevista, em 03 jun. 2009.



Walmor Macarini – que como sócio da *Folha de Londrina* negociou em Brasília concessões de rádio e televisão para o grupo de João Milanez – afirma acreditar na versão de que Ney Braga teria sido importante para Pimentel conseguir ao menos sua primeira concessão de TV:

No início, ajudou com toda certeza, porque ele [Paulo Pimentel] era um filhote do Ney. [...]. E isso, naquela época, funcionava segundo a conveniência política. No governo da revolução, obviamente era Ney Braga quem mandava no Paraná. O grande representante do governo ditatorial no Paraná era Ney Braga. [...]. Tudo era Ney Braga; ele tinha um poder de fogo muito grande [...]. A decisão era no dedo, na indicação dele. Não importava, digamos assim, o suporte financeiro do grupo; não importava a garantia de implantação da tevê. O que importava era até que ponto eles, os empresários da comunicação, interessavam politicamente. [...]. A concessão de televisão era uma coisa muito fechada. Imagine que em períodos de instabilidade política, tanto antes quanto durante a revolução, eles [os governantes] iriam entregar uma tevê na mão de qualquer um, e eventualmente cair em mãos da oposição. Não; o governo zelava muito por isso. Concessão era só para a patota dele.<sup>265</sup>

Mais tarde, no segundo semestre de 1966, durante o processo da sucessão presidencial de Castelo Branco pelo marechal Artur da Costa e Silva, o então governador Paulo Pimentel rompeu com Ney Braga e soube ocupar os espaços políticos surgidos em Brasília. O embate, segundo analistas políticos e historiadores daquela época, foi entre o grupo militar considerado moderado – do qual faziam parte Castelo Branco e Ney Braga – e o grupo considerado “linha dura”, liderado por Costa e Silva. Pimentel apoiou este segundo grupo, naquele momento vitorioso e cujo governo, em breve, concederia outro canal de televisão ao novo aliado paranaense.

Na realidade, o que ocorreu com a chegada dos militares ao poder foi uma mudança nos critérios subjetivos que embasavam a concessão de canais, conforme análise da historiadora Maria Luiza Baracho (2006, p. 114):

O país vivia uma época politicamente difícil, de ditadura militar, em que Paulo Pimentel assumiu o governo do Estado [...]. Estava em andamento uma política nacional de modernização da área de comunicações, sob o olhar atento do governo, interessado em manter o setor sob seu controle, servindo aos interesses políticos da época. Para muitos, foi uma fase de aproximação com o poder, de novas alianças e também de favorecimentos. A televisão dava continuidade à sua programação habitual, enquanto os telespectadores

---

<sup>265</sup> MACARINI, em entrevista, em 10 fev. 2010.

acompanhavam o desenrolar das promessas de modernização das comunicações.

Com os novos governantes, saiu de cena o antigo prestígio social para entrar em vigor a força da aliança política, na hora de se decidir com quem ficaria a concessão do próximo canal de TV. E Paulo Pimentel soube se adaptar, rapidamente e em benefício próprio, àquela nova realidade. Em outubro de 1966, Pimentel foi o único governador presente à solenidade de diplomação do futuro presidente da República, Costa e Silva, ocorrida no Rio de Janeiro. Na véspera da diplomação, o titular do Palácio Iguazu havia tido “longa reunião de trabalho” com Costa e Silva.<sup>266</sup>

A recompensa pela gentileza do governador aliado sairia em pouco tempo. A licitação pública para o Canal 11 de Apucarana estava aberta, pelo Conselho Nacional de Telecomunicações, desde julho de 1966. Segundo a *Folha de Londrina*, havia quatro grupos empresariais habilitados na concorrência, mas eles não foram identificados pela matéria do jornal.<sup>267</sup>

O artigo 38 do CBT estabelecia que não poderia exercer a função de diretor ou gerente de empresa concessionária de rádio ou televisão quem estivesse no gozo de imunidade parlamentar ou de foro especial. Assim, governadores, deputados e senadores, entre outras autoridades, não poderiam ser concessionários de canal de televisão. Mas, este foi apenas um dos muitos artigos daquele código não respeitados ao longo do regime militar; e que foram, em consequência, facilmente burlados por um grande número de políticos-empresários do setor de comunicação. Isto ocorreu em função de que os governos militares tiveram, ao contrário dos governos civis anteriores, outra meta estratégica para o avanço da televisão. De acordo com Mattos (2002, p. 51), depois da criação do Ministério das Comunicações, em 1967, a concessão de canais passou a considerar não somente as necessidades nacionais, mas também os objetivos do Conselho de Segurança Nacional, de promover o desenvolvimento e a integração nacional.

Em 28 de fevereiro de 1967, o Decreto-Lei 236, assinado pelo presidente Castelo Branco, adaptou o CBT à realidade, objetivos e rigores do governo militar. Dos 129 artigos originais, 41 foram revogados integralmente e 34 tiveram sua redação modificada; além de

---

<sup>266</sup> **CS (diplomado) ouvirá sempre o Paraná.** *O Estado do Paraná*, Curitiba, 29 out. 1966, p. 1.

<sup>267</sup> *Folha de Londrina*, Londrina, 15 out. 1966. *TV em foco*, p. 12.

que outros 14 artigos inéditos foram incluídos. Apesar de numerosas, as alterações realizadas não foram muito significativas, do ponto de vista da orientação política basilar do documento.

Entre as principais mudanças efetuadas – e que centralizaram ainda mais o poder na figura do presidente da República –, três merecem destaque. No artigo 4, abriu-se a possibilidade de os concessionários de emissoras formarem sociedades por ações ou cotas; o que levou à legalização de associações de cotistas que, na prática, já existiam no comando empresarial de canais de TV desde a década de 1950, no Brasil e no Paraná. No artigo 12, estabeleceu-se que cada grupo poderia possuir no máximo dez concessões de TV geradora em todo o território nacional, das quais somente cinco poderiam ser em VHF<sup>268</sup>, e das quais no máximo duas poderiam estar em um mesmo estado da Federação. O tempo se encarregaria de mostrar que esta tentativa de se evitar a formação de oligopólios televisivos foi frustrada.

A terceira alteração importante, mais de caráter repressivo, ocorreu simultaneamente nos artigos 53 – que redefiniu os critérios de abusos cometidos no exercício da radiodifusão – e 64, que estabeleceu novas penalidades para os abusos que levassem a crimes ou contravenções previstos na legislação do país. Entre os abusos estavam incitar a desobediência civil, divulgar segredos de Estado, propagandear a subversão da ordem política, insuflar a rebeldia, difamar os poderes constituídos, colaborar com manifestações proibidas etc. A penalidade máxima por infringência ao artigo 53, prevista no artigo 64, era a cassação da concessão do canal de TV. Punições mais brandas estavam previstas em outros artigos do CBT.

Também em 1967, foi criado pelo governo militar o Ministério das Comunicações, que englobou inicialmente a Embratel, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, e a Companhia Telefônica Brasileira. A partir de então, intensificaram-se as associações com o consórcio internacional de satélites artificiais (Intelsat) e a implantação da rede nacional de micro-ondas. Era um claro sinal de que os militares, em busca de seus objetivos econômicos e políticos, destinavam grande importância ao setor das comunicações, em geral, e à área das telecomunicações – incluída a radiodifusão – em particular.

---

<sup>268</sup> Outro artigo do CBT, o 38, impedia uma pessoa de participar da direção de mais de uma televisão em um mesmo município. Estas limitações somadas atingiam, naquela época, somente o grupo de Assis Chateaubriand, que contava com 18 emissoras geradoras operando em VHF no país, sendo que duas delas – a TV Tupi e a TV Cultura – eram sediadas na cidade de São Paulo. Este foi um dos motivos alegados para os Diários e Emissoras Associados venderem a TV Cultura, Canal 2, ao governo estadual paulista, no segundo semestre de 1967 (BARROS FILHO, 2010, p. 100-109).

Porém, a presença dos militares na definição dos rumos do setor da radiodifusão nacional é anterior ao período do novo regime, implantado a partir de abril de 1964. Como registra o historiador Dennison de Oliveira (1991, p. 73):

O papel de destaque, central mesmo, desempenhado pelas forças armadas no desenrolar da história do rádio e da televisão, constitui-se numa das especificidades do caso brasileiro. Esse papel se manifesta de forma mais nítida em três momentos: 1º na composição da Comissão Técnica do Rádio (1931-62); 2º na idealização de uma rede nacional de comunicações, institucionalizada no Código Brasileiro de Telecomunicações (1962); 3º na composição da alta cúpula do Ministério das Comunicações (a partir de 1967).

Na sequência da criação do Ministério das Comunicações, os militares extinguiram o Contel – órgão colegiado que contava com representantes do Congresso Nacional, de partidos políticos, das Forças Armadas e do poder Executivo, entre outras instâncias de poder –, que havia sido instituído pelo CBT em substituição à antiga Comissão Técnica do Rádio. Com o fim do Contel, quem passou a comandar o setor responsável pela realização das políticas de radiodifusão foi o Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel), antigo órgão executivo do próprio Contel e, igualmente, incorporado pelo Ministério das Comunicações. O Dentel ganhou força e centralizou as atividades de regulamentação e fiscalização das atividades das empresas privadas de rádio e televisão. Atuando com base na Doutrina de Segurança Nacional, o Dentel reintroduziu na radiodifusão “a política de negociação caso-a-caso”, que havia estado presente no início da regulamentação daquele setor, sob o governo de Getúlio Vargas (OLIVEIRA, 1991, p. 71-77).

Foi com base nesta nova realidade legal e concreta, conforme Paes (1997, p. 54-55), que a televisão brasileira começou a ser transformada pelo regime militar, efetivamente, em um veículo de comunicação de massa. E os aliados políticos dos generais-presidentes iriam ser bastante beneficiados por esta lógica que prevaleceu até março de 1985, inclusive e de maneira específica no Paraná. Porque os presidentes da República mantiveram, em vigor e aprofundada, a prerrogativa do poder de decisão final sobre os processos relativos à radiodifusão – concessão, renovação, fiscalização, cassação e transferência de canais –, depois de percorridas as instâncias burocráticas e legais previstas no CBT e demais documentos do setor.

Foi já dentro desta nova lógica que o governador Paulo Pimentel recebeu a concessão

do Canal 11 de Apucarana, para a montagem da sua TV Tibagi. Coube ao prefeito de Apucarana, Saul Guimarães da Costa (ARENA), anunciar que havia recebido um telegrama do presidente Costa e Silva, informando que tinha assinado, no dia 29 de dezembro de 1967, o decreto que outorgava “o Canal 11 para o grupo do senhor Paulo Pimentel”. O documento, que não citava o fato de Pimentel ser governador do Paraná, fora repassado ao prefeito aliado pelo Gabinete da Casa Civil do Palácio Iguçu.<sup>269</sup>

Atente-se para o fato de que o decreto da concessão do novo canal para Pimentel foi assinado no dia seguinte à inauguração da TV Iguçu, em Curitiba, em 28 de dezembro de 1967. Para a equipe do governador, esta nova vitória não causou surpresa. Pimentel lembra que dava como certo o recebimento da nova concessão desde que havia se encontrado com Costa e Silva, em abril de 1967, poucas semanas depois da posse do novo presidente da República:

Aí, em seguida, logo em seguida, em uma audiência em Brasília, o general Costa e Silva, que já era presidente, me falou: “Bom, já que você já tem uma [televisão], segue a segunda, mas tem que ser na minha linha.” [...]. Aí, recebi a TV Tibagi. Na Iguçu, eu comecei com alguns sócios, mas acabei com o controle majoritário. Agora, na TV Tibagi, não; ela saiu só para o meu grupo. Nós já estávamos instalados. E, realmente, a parte política prevalecia. Porque era o presidente quem decidia. Ainda hoje, é assim. As concessões são por decreto presidencial, você sabe. E a decisão é política, exclusivamente política. [...]. Quem era o árbitro, quer dizer, o jogador único, era o presidente da República.<sup>270</sup>

O prazo estipulado pelo Ministério das Comunicações, para a entrada da futura emissora no ar, em caráter definitivo, era de dois anos contados a partir da data do decreto de concessão. Em casos excepcionais, justificados por problemas técnicos, este prazo podia ser prorrogado por mais um ou dois anos. Para o grupo de Paulo Pimentel, isto não foi necessário. A TV Tibagi, Canal 11 de Apucarana, foi inaugurada em 26 de julho de 1969.



Fotografia 10 – O presidente Costa e Silva com o governador Pimentel (à direita), em Curitiba.<sup>271</sup>

Genro de usineiro-latifundiário e herdeiro político de uma cultura patrimonialista que havia décadas predominava no Paraná, em nenhum momento o governador Pimentel pensou em montar e colocar no ar uma televisão pública e educativa, que pudesse oferecer aos telespectadores programação diferenciada e com melhor qualidade do que a já era ofertada pelos canais comerciais; como fizera o governador de São Paulo, Roberto Costa de Abreu Sodré (1967-1971), que adquiriu a TV Cultura de Assis Chateaubriand, em 1967, para torná-la uma emissora estadual e com fins educativos (BARROS FILHO, 2010). Pimentel, contrariamente, enquanto ocupou o Palácio Iguazu e depois em outros cargos políticos, reivindicou concessões apenas para seu grupo empresarial.<sup>272</sup>

Com dois canais de televisão, dois jornais e uma estação de rádio líder de audiência em Curitiba, os negócios do governador Pimentel colecionavam naquela época sucesso e lucro. O aliado Costa e Silva, no comando do Palácio do Planalto, dava o respaldo político necessário à administração paranaense, naqueles anos de atos institucionais, economia controlada, congresso subserviente e imprensa censurada. Pimentel explica a importância que tinha, durante o regime militar, o apoio do chefe do Palácio Iguazu para os empresários paranaenses que concorriam nas licitações por concessão de canal de TV:

---

<sup>271</sup> DALPÍCOLO, 2010, p. 128.

<sup>272</sup> A TV Paraná Educativa, emissora do governo do estado, só entraria no ar em 1987. Sua programação inicial, com caráter educativo e cultural, veiculava conteúdos regionais e retransmitia programas da TV Cultura de São Paulo e da TVE, do Rio de Janeiro (DALPÍCOLO, 2010, p. 173).

Era grande a influência e importante o apoio de um governador aliado, porque ele sempre era ouvido pelas autoridades de Brasília antes da tomada de decisão. Por isto, era fundamental a boa convivência com o governo federal e o diálogo com o presidente da República. Os governadores são consultados para a tomada de decisões maiores, em qualquer campo. E a decisão sobre as concessões sempre esteve atrelada a estas negociações políticas; às decisões políticas do presidente. Aliás, tudo é política. Ainda hoje é assim, nada mudou. Só que hoje a concessão é homologada pelo Congresso. Mas, todo Congresso aprova porque não vai afrontar uma decisão do presidente. Eu não conheço nenhuma recusa do Congresso.<sup>273</sup>

A primeira parte desta declaração de Pimentel confirma cabalmente, portanto, a hipótese de que ele tivera o apoio do governador Ney Braga, junto ao presidente Castelo Branco, na conquista da concessão da TV Iguazu, sua emissora curitibana.

Passados mais de dez anos da inauguração da TV Tibagi – e após uma grave crise política que será analisada no próximo capítulo –, Paulo Pimentel reaproximou-se de Ney Braga e do poder central, no início da década de 1980. O general João Batista de Oliveira Figueiredo era o presidente da República (1979-1985) e o general-reformado Ney Braga (ARENA) ocupava pela segunda vez o Palácio Iguazu, para o mandato 1979-1982. Contando com o respaldo dos dois líderes, Pimentel conseguiu a sua terceira e última concessão de emissora durante o regime militar, a TV Naipi, que inaugurou em Foz do Iguazu em setembro de 1985.

Paulo Pimentel entrou no último mandato do ciclo militar fortalecido pelo resultado das urnas nas eleições parlamentares de 1978: ele foi eleito pela ARENA o deputado federal mais votado do Paraná, com quase 130 mil votos. Este desempenho, mais o fato de ter colocado seus veículos de comunicação incondicionalmente a serviço da campanha do partido situacionista, possibilitou a Pimentel a retomada de relações amistosas com Ney Braga e João Figueiredo.

Um inequívoco sinal de que Pimentel tinha interesse no imediato reatamento foi a visita, “de cortesia”, que ele fez ao governador Ney Braga, na sede do poder paranaense, menos de 15 dias depois de ocorrida a posse, em 15 de março de 1979. Segundo o texto noticioso, tratou-se do primeiro encontro do novo governador com um deputado federal da base aliada, mas o teor da reunião não foi divulgado pelo Palácio Iguazu.<sup>274</sup>

---

<sup>273</sup> PIMENTEL, em entrevista, em 03 jun. 2009.

<sup>274</sup> **Pimentel visitou ontem o governador Ney Braga.** *Folha de Londrina*, Londrina, 27 mar. 1979, p. 2.

Antes disto, ainda em 1978, aproveitando o ensejo da comemoração do Dia da Independência, Paulo Pimentel fizera publicar em seu principal periódico o editorial “Pátria e Democracia”. No texto opinativo, havia elogios ao futuro presidente João Figueiredo e um pedido de que, no governo que se iniciaria em março de 1979, houvesse esforço e pressa no encaminhamento do processo de redemocratização do país.<sup>275</sup> Pimentel certamente contava os dias para o término do mandato do presidente Geisel – desastroso para a vida política e empresarial dele – e para voltar a conviver, novamente em paz, com o comando nacional do poder Executivo. E isto demoraria poucos meses para acontecer, com a posse do presidente João Figueiredo.

Com Figueiredo no Palácio do Planalto e Ney Braga no Palácio Iguçu, Paulo Pimentel voltou a usar os seus periódicos impressos e os telejornais de suas duas emissoras – onde diariamente, durante anos, apresentou comentários sobre temas sociais, econômicos e políticos – para elogiar seus “novos” aliados dos governos federal e estadual. Quase duas décadas depois de ter recebido sua primeira concessão de TV, Paulo Pimentel conseguiu a sua terceira outorga de canal, esta do presidente Figueiredo. Novamente Pimentel nega que tenha recebido, do governador Ney Braga, apoio na busca pela concessão, agora da TV Naipi:

Como deputado federal, fiquei sabendo em Brasília que estava sendo aberta a concorrência para um canal em Foz do Iguçu. Os candidatos se apresentavam e habilitavam-se no Ministério das Comunicações. Daí, ele aprovava e mandava três pretendentes habilitados para o presidente. Havia esta seleção prévia do ministério. Eram excluídos os que não cumpriam algum requisito do edital da concorrência. Depois, o presidente escolhia um vencedor. Era assim o esquema. Eu me preparei, entrei na concorrência e venci por méritos próprios. Não pedi e não tive apoio do Ney Braga. Negociei tudo sozinho, com minha equipe, em Brasília. Um dos concorrentes era o Roberto Marinho. Eu ganhei a concorrência da Rede Globo. Foi o presidente quem decidiu. Aí, o doutor Roberto virou a mesa, reclamou bastante em Brasília. Tanto que, na sequência, abriram outra concorrência para o segundo canal em Foz, e ele ganhou. A que viria a ser a TV Cataratas.<sup>276</sup>

Com a conquista da concessão da TV Naipi, Canal 12 de Foz do Iguçu, encerrou-se a fase de negociações de Paulo Pimentel com o governo militar, que estava terminando o seu ciclo de 21 anos de comando sobre a nação. Duas décadas fundamentais para o avanço e a consolidação do setor de TV no país:

<sup>275</sup> **Pátria e Democracia**. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 07 set. 1978, p. 4.

<sup>276</sup> PIMENTEL, em entrevista, em 03 jun. 2009. A TV Cataratas, pertencente à RPTV (Rede Globo no Paraná), foi inaugurada em 1º de julho de 1989.



Um dos principais fatores do crescimento da televisão foi o modelo de desenvolvimento adotado pelo regime militar, cujo melhor efeito foi o chamado “milagre econômico” durante o período de 1969 a 1974. [...]. A verdade é que, como reflexo do desenvolvimento econômico alcançado, ocorreu também, nesse período, o “boom da televisão”. O regime militar concedeu 67 licenças de canais de TV a empresas privadas em todo o território nacional. [...]. O rápido crescimento da televisão entre 1964 e 1985 foi resultado direto e indireto das políticas adotadas pelo regime militar e a continuação desse crescimento até os dias atuais permanece como reflexo sempre direto das ações oficiais em todos os setores (MATTOS, 2002, p. 44).<sup>277</sup>

Das quase 70 concessões de TV distribuídas pelos presidentes militares no país inteiro, nove foram destinadas a empresários do Paraná, das quais três para o principal aliado político do Palácio do Planalto que operava na área das comunicações, Paulo Pimentel.<sup>278</sup> Os seis canais restantes contemplaram outros parceiros, todos empresários comprometidos com os objetivos, metas e estratégias do comando maior de Brasília.

### 3.4 Quatro canais obtidos por intermediação do governo paranaense

Juntando-se às emissoras de Chede e Pimentel, outras quatro – TV Esplanada, de Ponta Grossa; TV Tarobá, de Cascavel; TV Tropical, de Londrina; e TV Curitiba, da capital – foram concedidas pelo governo federal para entrar em funcionamento no estado, de 1972 a 1982, com base em relações diretamente intermediadas por governadores paranaenses.

A primeira delas, a TV Esplanada, Canal 7 de Ponta Grossa, não teve registrado pela imprensa ou em livro o seu processo de negociação estabelecido com as autoridades do Palácio do Planalto – como, aliás, ocorreria com quase todos os casos posteriores –, e que resultou no decreto de outorga assinado pelo presidente Castelo Branco, em agosto 1966. O

<sup>277</sup> A expressão “milagre econômico” era usada, pela imprensa, para referir-se ao rápido crescimento da economia brasileira, por causa dos índices anuais do Produto Interno Bruto: 11,3%, em 1971; 10,4%, em 1972, e 11,4% em 1973, por exemplo. Na mesma época, o Estado patrocinou projetos gigantescos, como os da Transamazônica e Ponte Rio-Niterói. No Paraná, o principal deles foi a construção da usina hidrelétrica de Itaipu, lançada em 1971 e inaugurada em 1984. Era o período do “Brasil Grande”, e a expansão do sistema nacional de televisão estava nele incluído (HABERT, 1994, p. 10-15).

<sup>278</sup> Esta priorização do regime militar pelos aliados políticos para a distribuição de concessões de TV ocorreu igualmente em outros estados como, a título de exemplos, com os grupos de Antonio Carlos Magalhães, na Bahia, Collor de Mello, em Alagoas, e Jäder Barbalho, no Pará.

grupo que conquistou a concessão, presidido por Constâncio Mendes e organizado por Wallace Pina, começara a se preparar para a concorrência assim que a futura abertura de licitação foi prevista pelo Plano Nacional de Telecomunicações, do Contel, em outubro de 1964. Os dois líderes já eram sócios em outros empreendimentos da imprensa e radiodifusão, e foram em busca de nomes e contatos que lhes garantissem força econômica e política no momento da disputa. Assim, entre os 34 acionistas do grupo original encontravam-se concessionários de emissoras de rádio, donos de jornais, empresários em geral, profissionais liberais, funcionários federais, um deputado estadual e o vice-prefeito de Ponta Grossa (MIKAELLI, 2008, p. 28-29).

Segundo Arthur Fernandes Pina Ribeiro, sobrinho de Wallace Pina e membro da primeira diretoria da TV Esplanada, participaram na concorrência outros dois grupos: o da Mitra Diocesana e o dos Diários e Emissoras Associados:

A disputa foi acirrada, porque a concorrência era forte e também estava bem preparada. Nossa vantagem foi que tínhamos um grupo bem articulado politicamente, com pessoas de expressão à frente do projeto. Além disso, tivemos um aval muito importante do general e deputado federal Alípio Ayres de Carvalho. Ele havia sido secretário estadual [da Viação] do Ney Braga. Devo confessar que ele, com sua condição de líder da bancada paranaense na Câmara Federal, e com sua condição de general reformado – numa época em que o governo militar estava no poder – nos ajudou muitíssimo [para conseguir a concessão do canal de televisão].<sup>279</sup>

Constâncio Mendes e Wallace Pina tinham suas casas frequentadas por Ney Braga, quando o governador estava de passagem por Ponta Grossa a trabalho ou em viagem familiar. Arthur Ribeiro admite que o apoio de Ney Braga em Brasília, juntamente com o trabalho do deputado Alípio de Carvalho<sup>280</sup>, foi fundamental para a conquista da emissora de TV:

Claro que houve a recomendação; eu não tenho dúvida de que tenha havido recomendação do Ney Braga [às autoridades de Brasília para a concessão ao grupo de aliados políticos]. Eu sei que o ex-governador [Ney Braga], já como ministro [da Agricultura de Castelo Branco] endossou firmemente a posição do nosso grupo em Brasília; sobretudo, porque o deputado Alípio

<sup>279</sup> Entrevista gravada concedida ao pesquisador por Arthur Fernandes Pina Ribeiro, na residência dele em Curitiba, no dia 11 de agosto de 2010.

<sup>280</sup> O engenheiro civil e general Alípio Ayres de Carvalho foi secretário estadual de Viação do Paraná, no governo de Ney Braga (1961-1965), secretário estadual do Planejamento por um ano no governo de Paulo Pimentel (1966-1971), e deputado federal pela ARENA em quatro mandatos consecutivos (1967 a 1983). Outros dados sobre a carreira dele estão disponíveis em <<http://www.casacivil.pr.gov.br>>. Acesso em: 24 jan. 2011.

fazia parte do grupo político liderado por ele. E, não devo me esquecer, o general Ney Braga tinha muita força em Brasília, naquela época.<sup>281</sup>

Outro motivo que pode ter levado o ministro Ney Braga a interceder pelo grupo de Constâncio Mendes,<sup>282</sup> junto ao presidente Castelo Branco, é que na concorrência pelo novo canal encontrava-se o grupo de seu antigo desafeto político, Assis Chateaubriand. De acordo com Arthur Ribeiro, o deputado Alípio de Carvalho foi convidado, mas não aceitou participar, como acionista, do grupo que liderou o empreendimento da TV Esplanada. O deputado estava mais interessado, certamente, no apoio político que a televisão pudesse lhe oferecer na região futuramente, onde ele já tinha um bom eleitorado, segundo o ex-diretor executivo do Canal 7 de Ponta Grossa.

A concessão da TV Tarobá, Canal 6 de Cascavel, para o empresário João Milanez – proprietário do grupo *Folha de Londrina* – foi decretada pelo presidente da República, Ernesto Geisel, em junho de 1975. Para conseguir a sua primeira outorga de emissora televisiva, Milanez contou com respaldos políticos importantes no oeste do Paraná, entre prefeitos, deputados e empresários, além de receber o decisivo aval do ex-governador Ney Braga.<sup>283</sup>

Como no caso da TV Esplanada, a colaboração de Ney Braga foi bastante valiosa à obtenção da concessão do canal de Cascavel para João Milanez, porque ele novamente ocupava o cargo de ministro de Estado, desta vez como titular da pasta da Educação no governo Geisel. Detalhe fundamental: Ney Braga contava, outra vez, com um aliado no comando do Palácio Iguçu, o governador Jaime Canet Júnior (ARENA).

Havia ainda um fato novo e marcante a unir Ney Braga e Canet Júnior, na intermediação em prol de João Milanez junto ao presidente Geisel: o ex-aliado político e agora tido como “inimigo número um” deles, Paulo Pimentel, também reivindicava a concessão do canal do oeste paranaense.<sup>284</sup> Um terceiro grupo, formado por empresários de

<sup>281</sup> RIBEIRO, em entrevista, em 11 ago. 2010.

<sup>282</sup> Além de empresário de sucesso no setor da comunicação e da construção civil, Constâncio Mendes foi atuante na Federação do Comércio Varejista do Paraná, na Maçonaria, na Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa e em clubes sociais. Aliado político do governador Ney Braga, ele fundou e foi presidente do diretório municipal do Partido Trabalhista Nacional (PTN), pelo qual Paulo Pimentel se elegeu governador em 1965.

<sup>283</sup> FERNANDES, 1994, p. 6-7.

<sup>284</sup> A crise política que separou Paulo Pimentel de Ney Braga e de Jaime Canet Júnior, durante a segunda metade da década de 1970, será analisada no Capítulo IV.

Cascavel e diretores da TV Esplanada de Ponta Grossa, participava da concorrência aberta pelo Ministério das Comunicações.



Fotografia 11 – Milanez (à esquerda) com Ney Braga (ao centro), em Foz do Iguaçu.<sup>285</sup>

João Milanez venceu os adversários, entre outros motivos, porque era um empresário que estava sempre gravitando positivamente em torno do poder estadual, qualquer que fosse o governador e independente do partido ao qual ele pertencesse. Este comportamento de Milanez ocorria também em relação ao governo federal e não era gratuito ou apenas por afinidade política, mas principalmente por uma questão empresarial, em troca de verbas publicitárias oficiais e de concessões de emissoras de rádio e televisão. Conforme afirma o jornalista Walmor Macarini, que foi sócio de Milanez no jornal, em duas rádios e na TV Tarobá:

Nós, da *Folha*, estávamos sempre perseguindo uma concessão; nós planejamos nossas ações para conquistar uma emissora de televisão, para expandir os negócios do grupo. E é lógico que isto envolve transações políticas em Brasília, com respaldo do governo do Paraná. O Milanez tinha um poder de mobilidade muito grande. Ele, com aquela simplicidade caipira, abria muitas portas em Brasília, onde se dava bem como todo mundo. Foi assim, com base nestes bons relacionamentos com as autoridades, que ele conseguiu as concessões.<sup>286</sup>

Estes bons relacionamentos de João Milanez, com pessoas influentes nos altos escalões dos governos estadual e federal, estiveram sempre presentes nas páginas da *Folha de Londrina*. Era a estratégia dele para construir prestígio político-social, tão necessário aos empresários candidatos às concessões de canais de televisão naquela época. Assim, o jornal publicou – principalmente em suas colunas sociais – textos e fotografias de Milanez em

<sup>285</sup> *Folha de Londrina*, Londrina, 31 maio 1977. Caderno 2, p. 19.

<sup>286</sup> MACARINI, em entrevista, em 10 fev. 2010.

reuniões, festas, visitas, audiências ou solenidades com governadores do Paraná, senadores, deputados federais, diretores do Dentel, presidentes do Banco do Brasil, diretores da Embratel, diretores da Caixa Econômica Federal, prefeitos de cidades importantes, ministros de diferentes pastas e diversos presidentes da República. Os textos sobre Milanez e as autoridades eram, obviamente, sempre otimistas e elogiosos em relação às condições sócio-econômicas e políticas do país e do estado, independente da circunstância em que a população brasileira vivesse naquele período.

João Milanez, por meio de seu jornal e emissoras, sabia retribuir aos favores e apoios dos políticos aliados. Poucos dias depois da inauguração da emissora do grupo *Folha* em Cascavel, a coluna *Sociedade-Paraná* informou que a TV Tarobá exibiria a primeira entrevista produzida pela equipe de reportagem externa, com o governador Jaime Canet.<sup>287</sup> A segunda concessão conseguida por Milanez, em sociedade com o proprietário da Rede Bandeirantes, João Saad, foi a da TV Curitiba. O decreto de outorga do Canal 2 fora assinado pelo presidente João Figueiredo; e a emissora entrou no ar em julho de 1982. A concessão foi conseguida durante o período do segundo mandato do governador Ney Braga, com quem João Milanez sempre manteve ótimo relacionamento; o que, não obstante, segundo Macarini, não era exclusividade do general Braga porque Milanez se dava bem com quem estivesse ocupando o Palácio Iguazu: “Ele sabia jogar o jogo da influência. E, naquela época, tudo funcionava segundo a conveniência política”.<sup>288</sup>

É certo que João Milanez soube agir conforme suas conveniências e manteve relações amistosas com todos os governadores do Paraná, mas o registrado nas páginas da *Folha*, ao longo de décadas, deixa transparecer que com Ney Braga elas foram especiais. Ney Braga foi quem desatou a fita inaugural da TV Curitiba, ao lado de Milanez, do prefeito de Curitiba, Jaime Lerner (PDS), e do novo governador José Hosken de Novaes (PDS). Novaes fora vice de Ney Braga, que renunciou ao final do seu mandato para se candidatar a uma vaga no Senado na eleição de 1982, em que foi derrotado pela primeira em sua carreira. Terminada a solenidade de inauguração, a primeira reportagem transmitida pela emissora de Milanez e Saad foi um documentário em homenagem à história familiar, profissional e política de Ney Braga.

Além de haver indícios consistentes de que a concessão da TV Tropical foi a oitava paranaense conquistada, em Brasília, com base na decisiva intermediação de políticos ligados

---

<sup>287</sup> *Folha de Londrina*, Londrina, 06 fev. 1979. *Sociedade-Paraná*, Caderno 2, p. 19.

<sup>288</sup> MACARINI, em entrevista, em 10 fev. 2010.

ao Palácio Iguçu, o próprio Oscar Martinez<sup>289</sup> assume este fato. A emissora foi inaugurada em março de 1979, mas o decreto da outorga do canal havia sido assinado, pelo presidente Ernesto Geisel, em 27 de dezembro de 1976. O requerimento da concessão do Canal 7 tinha sido feito ao Ministério das Comunicações em dezembro de 1975, assinado por Martinez e três de seus filhos.

Entre as negociações de empresários paranaenses com o governo federal, este foi o processo de concessão de canal de TV que tramitou mais rapidamente durante o período do regime militar. Isto só pode ser explicado pelo fato de Martinez ter contado com a força do respaldo político do ministro da Educação e Cultura, Ney Braga, e do governador Jaime Canet Júnior – por intermédio de seu vice-governador, Otávio Cesário Pereira Júnior<sup>290</sup>, que fora advogado particular do empresário (SOMMA NETO, 2007, p. 134 e 146).

A família de Martinez, que havia três décadas se mudara do interior de São Paulo para o Paraná para investir na compra e venda de terras, só em 1974 tinha entrado para o ramo da comunicação, ao adquirir o *Diário do Paraná*<sup>291</sup> e a TV Paraná, ambos dos Diários e Emissoras Associados. O pedido de concessão foi realizado porque, segundo Oscar Martinez, uma televisão em Londrina serviria ao propósito de expandir o novo negócio familiar:

Meus filhos estavam animados com o empreendimento, com a nossa entrada em um novo ramo de atividade. Por isto, entramos na disputa pelo canal em Londrina. Não me lembro de quem eram os grupos concorrentes. O Paulo Pimentel, eu tenho certeza que não estava na concorrência; talvez o Milanez, da *Folha*, estivesse concorrendo. Deu tudo certo, e acabamos conseguindo a concessão.<sup>292</sup>

---

<sup>289</sup> O empresário Oscar Martinez concedeu entrevista gravada ao autor desta tese, na sede da Rede CNT em Curitiba, no dia 13 de agosto de 2010. Uma entrevista complementar foi realizada, em 7 de outubro de 2011, por telefone: entre a casa do autor, em Londrina, e a sede da CNT na capital paranaense.

<sup>290</sup> Formado em direito pela UFPR, Otávio Cesário Pereira Júnior foi ligado politicamente a Ney Braga durante mais de três décadas. Ele foi deputado federal pela UDN em 1964-65, pela ARENA em 1973-1974, e pelo PDS de 1983 a 88. Foi suplente de senador da ARENA, e assumiu a vaga, em 1974-1975, deixada por Ney Braga que se tornara ministro de Geisel. Ele foi também secretário estadual de Saúde no governo de Ney Braga, em 1965, de quem foi ainda chefe de gabinete no Ministério da Agricultura, de 1965 a 1967; e depois secretário estadual de Justiça, no mandato de 1979 a 1982 (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BASILEIRO, Pós 1930, 2001, p. 1328-1329).

<sup>291</sup> Cinco anos depois, em fevereiro de 1979, o periódico curitibano, com problemas financeiros, foi vendido pela família Martinez ao empresário de comunicação catarinense Mário Petrelli; que era ligado ao governador de Santa Catarina, Jorge Bornhausen (1979-1982). *O Estado do Paraná*. 22 fev. 1979, p. 4.

<sup>292</sup> MARTINEZ, em entrevista, em 07 out. 2011.

O boletim bimestralmente impresso pela Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná (Aerp)<sup>293</sup> informou, às vésperas do decreto de outorga, que havia quatro concorrentes disputando a concessão do novo canal de televisão em Londrina, de acordo com o edital número 69/1975, do Ministério das Comunicações. Todavia, não foram divulgados os nomes dos grupos pretendentes. Oscar Martinez comenta como venceu a concorrência:

Eu e a nossa família devemos a concessão deste Canal 7 de Londrina ao Ney Braga. Naquela época, era ele quem comandava a política do Paraná; juntamente com o governador Canet, que também nos ajudou. Mas, sem dúvida nenhuma, quem colaborou muito mesmo foi o Ney Braga. Foi ele quem nos apresentou ao ministro das Comunicações, Quandt de Oliveira. Em Brasília, Ney Braga sempre nos recebeu com muita atenção e cortesia; e nos ajudou bastante com as negociações. Tivemos grande apoio do ex-governador; devemos a TV Tropical essencialmente a ele.<sup>294</sup>

Martinez lembra que foi o então vice-governador do Paraná, Otávio Cesário Pereira Júnior, quem apresentou sua família ao ministro Ney Braga:

O Otávio Cesário era muito companheiro meu, de longa data, porque tinha nos prestado bons serviços como advogado em algumas causas judiciais da empresa. Quando soube que eu e os meninos teríamos negócios para tratar em Brasília, ele fez questão de nos apresentar ao Ney Braga. Muito solícito, o ministro nos recebeu prontamente. Por tudo isto, somos muito gratos ao Ney Braga, ao Jaime Canet e ao Otávio Cesário.<sup>295</sup>

Semelhantemente ao que ocorreria com a maioria dos empresários paranaenses que já detinham, ou ainda reivindicavam, concessão de emissora de televisão – entre os quais o principal exemplo foi Paulo Pimentel – também o grupo de Oscar Martinez<sup>296</sup> colocou o seu jornal e seus dois canais de TV a serviço dos candidatos situacionistas, nas eleições municipais de 1976. Em Londrina, as críticas do telejornalismo da TV Coroados à administração municipal do MDB e o apoio aos candidatos da ARENA foram tão intensos que se transformaram em ação judicial. O diretório municipal do MDB apelou à Justiça

<sup>293</sup> *AERP Informa*, Curitiba, nov./dez. 1976, p. 7.

<sup>294</sup> MARTINEZ, em entrevista, em 07 out. 2011.

<sup>295</sup> MARTINEZ, em entrevista, em 07 out. 2011.

<sup>296</sup> Nascido em Sertãozinho (SP) em 1923, Oscar Martinez foi para o norte do Paraná em 1946. A família dele chegou a possuir 32 mil alqueires de terras. Ele fez o curso de Direito no Rio de Janeiro, onde conheceu e se tornou amigo do jornalista David Nasser, da revista *O Cruzeiro*, dos Diários Associados. Foi Nasser quem sugeriu a Martinez fundar uma cidade, durante o processo de colonização do oeste do Paraná, com o nome de Assis Chateaubriand, em homenagem ao patrão dele; o que começou a ser realizado no final da década de 1950, inicialmente como distrito de Guaíra. Depois, Martinez se tornou amigo do próprio Chateaubriand e passou a frequentar a casa dele, em São Paulo.

Eleitoral contra a TV Coroados por apoiar, “de maneira acintosa”, o candidato Neco Garcia (ARENA), contra o candidato do MDB, Antonio Belinati.<sup>297</sup>

Muito rapidamente, ainda em dezembro do mesmo ano, se concretizou a reivindicada – e talvez, até mesmo, combinada – recompensa de Brasília: o presidente Ernesto Geisel decretou a concessão do Canal 7, que seria o da futura TV Tropical, para a família de Oscar Martinez.<sup>298</sup> Apesar de que, por motivos óbvios, Oscar Martinez ainda insista em não admitir, parece ter havido naquela época uma correlação direta entre o apoio que os seus veículos de comunicação deram aos candidatos da ARENA, em todo o Paraná, e o recebimento de sua primeira concessão de TV: “Não tem nada a ver; nunca houve pedido de interferência de nossas televisões em campanhas eleitorais. Nem a favor, nem contra ninguém. Nunca pediram para fazermos este tipo de jogo político.”<sup>299</sup> O que significaria, portanto, que o grupo Martinez atuava nas campanhas eleitorais por conta e risco, sem a solicitação ou imposição do comando militar de Brasília. Risco bem calculado, porque Martinez certamente tinha consciência de que sendo aliado político do Palácio do Planalto teria aumentada a sua chance de receber a concessão do almejado canal televisivo.

Possivelmente em resposta à concessão de um novo canal de TV à família Martinez, Paulo Pimentel – que se encontrava em crise empresarial causada pelos desafetos Ney Braga e Jaime Canet Júnior – fez publicar em seu *OEPR* o editorial sob o título “Usando o nome em vão”. O texto, tendo como pano de fundo disputas agrárias ocorridas no oeste do Paraná, criticava fortemente a ligação política de Braga e do Palácio Iguazu – sem citar o nome de Canet Júnior – aos negócios de Oscar Martinez:

[...]. O Grupo Martinez, hoje protegido pelo eixo que o liga ao Palácio Iguazu, está usando, para mais comodamente alcançar seus objetivos, o nome do ministro Ney Braga. [...]. Julgando-se integrado na “corte”, pela sua condição de porta-voz oficial desde que ingressou, por um “toque de mágica”, no setor de comunicação, o Grupo Martinez se viu no direito de usar dos nomes que lhe passaram a soar comuns repentinamente [...].<sup>300</sup>

Conforme o anunciado no título do editorial, o nome do ex-governador Ney Braga estaria sendo usado “em vão”, pela família Martinez, na expulsão de posseiros de terras

<sup>297</sup> **MDB apela à Justiça contra propaganda arenista na TV.** *Folha de Londrina*, Londrina, 16 set. 1976, p. 2. Belinati venceu a eleição, mas, após assumir o mandato de prefeito de Londrina mudou de partido e foi para a ARENA, a convite de Ney Braga e de Jaime Canet Júnior.

<sup>298</sup> *Ibid.*, 06 jan. 1977, p. 1.

<sup>299</sup> MARTINEZ, em entrevista, em 07 out. 2011.

<sup>300</sup> **Usando o nome em vão.** *O Estado do Paraná*, Curitiba, 27 fev. 1977, p. 3.



envolvidas litígio judicial. Mas, este tema fora escolhido somente para justificar o editorial. Na realidade, o texto de *OEPR* estava preocupado era com a atuação do grupo Martinez<sup>301</sup> na área da comunicação, onde este herdou o lugar central até poucos anos atrás ocupado pelo grupo de Pimentel. Apesar das ironias e dos subterfúgios de linguagem usados no texto, o verdadeiro motivo da elaboração do editorial começava a ficar mais claro:

É, efetivamente, debitada ao ministro Ney Braga a instalação do Grupo Martinez em Curitiba e a criação do eixo com o Palácio Iguazu. Não se sabe por inspiração de quem, o ministro da Educação elegeu esse grupo para, entregando-lhe a direção de um jornal e de uma emissora de televisão, confiar a sustentação que, imaginava-se, o governo necessitava na área da comunicação. [...].<sup>302</sup>

O “eixo” de ligação entre o grupo Martinez e o Palácio Iguazu – entenda-se o governador Jaime Canet Júnior – e a “inspiração” que levou Ney Braga a respaldar politicamente aquela família, na aquisição de veículos de comunicação, possivelmente referiam-se à mesma pessoa: o vice-governador Otávio Cesário Júnior. Logicamente, ele agia sob a orientação expressa de Braga. Porém, Oscar Martinez nega que tenha sido Ney Braga quem abriu as portas do setor da comunicação para a família dele, em Curitiba: “Não, naquela época nós nem tínhamos relação ainda com o Ney Braga. Quem tinha me proposto diretamente a venda do jornal e da TV Paraná foi o Assis Chateaubriand; e anos depois nós negociamos com o Edmundo Monteiro”.<sup>303</sup>

Também não ficava explícito, no texto opinativo de *OEPR*, qual seria o governo – estadual ou federal? – que necessitava do apoio do grupo Martinez na área da comunicação. Ney Braga, não há dúvida, era um político que se preocupava simultaneamente com os dois, naquela etapa de sua carreira. Contudo, foi no último parágrafo do editorial que surgiu o tema que, concretamente, motivara a sua publicação – a crise pela qual passava o grupo de Pimentel:

Por mais que o tempo tenha passado, por mais que esse grupo venha agradando ao ministro Ney Braga por ter assumido com ele o compromisso

<sup>301</sup> Os negócios das emissoras de televisão do grupo eram coordenados pelo primeiro filho de Oscar e Joanice, José Carlos Martinez, que se reelegeu deputado federal em 1986 pelo PMDB. Em 1989, ele filiou-se ao PRN e foi um dos coordenadores da campanha nacional de Fernando Collor, eleito presidente da República. Em 1990, José Carlos Martinez candidatou-se ao governo do Paraná, tendo sido derrotado no segundo turno por Roberto Requião (PMDB). Em 1998, Martinez se elegeu deputado federal pelo PTB, do qual se tornou presidente nacional (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, Pós 1930, 2001, p. 3606-3607). José Carlos Martinez morreu em 2003, vítima de acidente com seu avião particular.

<sup>302</sup> **Usando o nome em vão.** *O Estado do Paraná*, Curitiba, 27 fev. 1977, p. 3.

<sup>303</sup> MARTINEZ, em entrevista, em 13 ago. 2010.

de liquidar com o ex-governador Paulo Pimentel, é por todos os títulos inaceitável que Sua Excelência esteja, conscientemente, emprestando a autoridade do seu nome a essa gente. Não se trata de um santo nome. Mas, o ministro precisa saber que ele está sendo usado em vão.<sup>304</sup>

Esta foi a primeira e única vez em que o bom relacionamento político de um grupo detentor de concessão de emissora de TV com o Palácio Iguazu ocupou o espaço editorial, em um dos três jornais usados como fontes, nas três décadas do período pesquisado. Para este fato ter sido tão raro, em um período tão longo, certamente houve bons motivos não divulgados pela imprensa. Pode ter havido algum tipo de “código secreto de conduta” entre os proprietários de jornais, que lhes orientava para o silêncio recíproco em relação às questões políticas que pudessem lhes constranger. Ou teria sido uma antiga versão do atual comportamento “politicamente correto”, para impedir que um jornal – e seu editor-chefe, talvez num momento mais afoito – manchasse a imagem de outro “veículo de imprensa coirmão”, expressão muito cara aos empresários da comunicação nas décadas de 1950 a 1970.

Talvez uma “coincidência” que se concretizou tempos depois ajude a entender esta espécie de “silenciamento”, quase completo, sobre uma questão política tão importante: os três jornais pesquisados pertenciam a grupos de comunicação que terminaram sendo detentores de concessão de canal televisivo. Isto colocado, torna-se mais fácil explicar porque o proprietário de um jornal não acusava outro empresário – dono de um dos jornais pesquisados ou de outros meios de comunicação – de estar sendo beneficiado pelo “tráfego” de influências do Palácio Iguazu para conseguir, junto ao Executivo nacional, uma concessão de TV.

Quadro 2 – Os concessionários de emissoras de TV e também proprietários de outros meios de comunicação no Paraná (1960 – 1985)

<b>CONCESSIONÁRIO/ PROPRIETÁRIO ORIGINAL</b>	<b>EMISSORAS DE TELEVISÃO</b>	<b>EMISSORAS DE RÁDIO (CIDADE SEDE)</b>	<b>JORNAIS (CIDADE SEDE)</b>
Nagibe Chede	Paranaense	- Paranaense, em São José dos Pinhais; - Curitiba, em Curitiba.	
Assis Chateaubriand	Paraná Coroados	- 26 emissoras pelo País; nenhuma no Paraná.	- 35 jornais pelo País; entre eles o <i>Diário do Paraná</i> , em Curitiba.

<sup>304</sup> Usando o nome em vão. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 27 fev. 1977, p. 3.

Paulo Pimentel *	Iguaçu Tibagi Naipi	- Guairacá (Iguaçu), em Curitiba.	- <i>OEP</i> R, em Curitiba; - <i>Tribuna do Paraná</i> , em Curitiba; - <i>Panorama</i> , em Londrina.
Constâncio Mendes	Esplanada		- <i>Jornal da Manhã</i> , em Ponta Grossa.
Samuel Silveira	Cultura	- Cultura AM, em Maringá; - Paiquerê AM, em Londrina; - Cruzeiro AM, em Londrina; - + 12 emissoras no estado.	- <i>O Diário do Norte do Paraná</i> , em Maringá.
João Milanez	Tarobá Curitiba	- Folha FM, em Londrina; - Cruzeiro FM, em Londrina.	- <i>Folha de Londrina</i> , em Londrina.
Oscar Martinez **	Tropical		- <i>Diário do Paraná</i> , em Curitiba.
João Closs Júnior/ Grupo Positivo ***	Vanguarda	- Independência AM e FM Independência, ambas em Curitiba.	

Fonte: pesquisa do autor, com arte de Nadir Chaiben.<sup>305</sup>

\* Durante o período, Pimentel comprou e, depois, vendeu a TV Coroados, em Londrina. Ele também comprou a Rádio Guairacá e mudou seu nome para Rádio Iguaçu.

\*\* Durante o período, Oscar Martinez adquiriu a TV Paraná; comprou e, depois, vendeu a TV Coroados; e adquiriu o *Diário do Paraná*, em Curitiba.

\*\*\* O advogado João Closs Júnior transferiu a concessão ao grupo de ensino Positivo, de Curitiba, antes de montar a televisão; as emissoras de rádio foram compradas pelo Positivo de outros concessionários.

### 3.5 Maringá e Cornélio Procópio ganharam TVs com o apoio de governadores

Além daquelas oito concessões que tiveram a intermediação política decisiva e comprovada do governo do Paraná – durante as negociações dos empresários contemplados pelo poder Executivo nacional –, há indícios de que outros dois canais foram obtidos com um menor grau de respaldo de chefes do Palácio Iguaçu; ainda que os empresários vitoriosos não admitam que tenha havido esta interferência.

A primeira delas foi a TV Cultura de Maringá, concedida pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, em 1972, e inaugurada em 1975. Até a conquista da outorga do Canal 8, o grupo liderado por Samuel Silveira e pelo bispo dom Jaime Luiz Coelho trabalhou duro contra a concorrência, durante quatro anos. Outros dois grupos – TV O Jornal de Maringá Ltda. e Televisão Ivaí Ltda., este de Paulo Pimentel – concorreram pela concessão com o da TV Cultura de Maringá Ltda. Teria sido de Dom Jaime Coelho, descontente com a

<sup>305</sup> Os dados sobre o conglomerado Diários e Emissoras Associados, pertencente a Assis chateaubriand, encontram-se MORAIS (1994).

mobilização de dois grupos alheios à cidade, a ideia inicial da montagem do grupo da TV Cultura, de acordo com Orivaldo Robles (2007, p. 216). Criada em junho de 1968, a sociedade por cotas objetivava a instalação da emissora para “fins educacionais, cívicos e patrióticos”. O próprio Dom Jaime Coelho, atualmente arcebispo emérito de Maringá, confirma este papel original dele na montagem do grupo que ganharia o Canal 8:

[...]. Na Rádio Cultura, do Sr. Samuel Silveira, eu apresentava o programa AVE MARIA, às 18 horas, ao qual dei o nome POR UM MUNDO MELHOR. Ao começar a Televisão, senti, também, o desejo de termos em Maringá, um Canal e procurei torná-lo realidade. Procurei novamente o Sr. Samuel Silveira e organizamos a sociedade com o convite a diversas pessoas [...]. A primeira idéia foi minha. Como idealizador do projeto, fiz parte com apenas 30 cotas em meu nome particular e não em nome da Diocese de Maringá. Mais tarde, eu mesmo pedi para deixar a Presidência [do grupo TV Cultura] devido aos meus trabalhos como Bispo.<sup>306</sup>

Esta versão, todavia, é contestada pelos jornalistas Adilson Marques e Nelson da Silva (2002, p. 29), que consideram o empresário Samuel Silveira o principal responsável pela iniciativa:

[...]. A empresa expandiu e acabou formando uma rede de doze emissoras de rádio no Paraná. Pouco ainda para o homem que já era reconhecido como um empreendedor. Samuel [Silveira] queria mais. O sonho de projetar cada vez mais a cidade que lhe acolhera viria agora com um novo desafio, trazer para Maringá uma emissora de televisão. Ele sabia que sozinho seria muito difícil conseguir a concessão do canal, por isso dividiu o sonho com o amigo Joaquim Dutra, que ainda é um dos sócios das rádios. Mas precisavam de alguém de alguém influente da cidade para dar mais peso ao projeto. Não tiveram dúvidas e foram falar direto com o bispo da cidade, Dom Jaime Luiz Coelho, e contar dos planos para montar uma emissora de televisão. Dom Jaime ficou entusiasmado com a idéia e a resposta foi rápida, disse que aceitaria o novo desafio.

A concorrência foi difícil e se arrastou por um longo tempo, possivelmente porque se encontrava na disputa o governador Paulo Pimentel, que havia conseguido em anos anteriores duas concessões de televisão. Dom Jaime Coelho conta que participou juntamente com empresários maringaenses, durante o período da disputa pelo novo canal, de duas audiências em Brasília, com o presidente Costa e Silva: “Tomamos um ‘teco-teco’ e fomos a Brasília

---

<sup>306</sup> Esta declaração do arcebispo emérito de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho, faz parte da entrevista concedida ao pesquisador por escrito, de Maringá, em 20 de agosto de 2010.

falar com o Presidente Costa e Silva. Insistimos e eu, mais ainda, para que nos concedesse o Canal de TV”.<sup>307</sup>

A demorada indefinição do Ministério das Comunicações, no encaminhamento do processo para a sanção do presidente da República, provocou, inclusive, um incidente que causou mal estar durante uma visita a Maringá do governador do Paraná, Pedro Viriato Parigot de Souza (ARENA), em 1971. Ele estava acompanhado do ministro das Comunicações, o coronel Higino Caetano Corsetti, em almoço de confraternização oferecido pela prefeitura em um clube social. Quando a palavra foi aberta à plateia, após os discursos de praxe, Dom Jaime Coelho cobrou do ministro: “Se alguém merece o canal de TV são pessoas da cidade e não empresários e políticos de outros municípios”. O governador Parigot de Souza foi enfático: “O ministro veio aqui para receber homenagens e não para atender pedidos”<sup>308</sup>

Passados quase 40 anos daquela ocasião, Dom Jaime Coelho relembra o episódio: “Pedi a ele [o ministro Corsetti] que desse o Canal de TV ao nosso grupo. Fui censurado pelo Governador, para que não o molestasse. Respondi: o Ministro vem aqui só para receber homenagens ou para saber das nossas reivindicações ou desejos?”<sup>309</sup> Pode ser que a pressão tenha surtido efeito, porque em julho do ano seguinte o presidente Médici decretou a concessão para o grupo liderado pelo bispo.

Dom Jaime Coelho era anticomunista assumido e havia lançado, em 1962, um jornal regional – a *Folha do Norte do Paraná* – para declaradamente combater o “esquerdista” *Última Hora*, de Samuel Wainer. Segundo o jornalista Antonio Roberto de Paula, autor do blog *Jornal do Bispo*, que registra na internet a história daquele periódico, “desde o início ele serviu aos interesses dos militares, propagandeou o capitalismo americano e execrou os marxistas”. Na opinião do jornalista, “desde que chegou a Maringá, em 1957, [...] o bispo não se manteve distante da vida partidária. [...]. Era uma liderança que unia a religião à política”. De acordo Antonio de Paula, Dom Jaime Coelho era amigo próximo de Ney Braga, de quem se tornou o cabo eleitoral número um no norte do Paraná: “O governador o chamava carinhosamente de meu padrinho”.<sup>310</sup>

<sup>307</sup> COELHO, em entrevista, em 20 ago. 2010.

<sup>308</sup> MARQUES; SILVA, 2002, p. 30.

<sup>309</sup> COELHO, em entrevista, em 20 ago. 2010.

<sup>310</sup> Disponível em: <<http://www.jornaldobispo.blogspot.com/>>. Acessos em: 27 maio 2010; 02 jun. 2010; 21 jan. 2011.

No vídeo e nas fotografias da solenidade de inauguração da TV Cultura<sup>311</sup>, em setembro de 1975, Dom Jaime Coelho aparece sempre ao lado do governador Jaime Canet Júnior (ARENA), indicado ao cargo por Ney Braga e inimigo declarado de Pimentel. Hoje, com 95 anos de idade, Dom Jaime Coelho segue lúcido, mas evita polêmicas e é bastante objetivo nas respostas sobre questões políticas ligadas à concessão do Canal 8:

[...]. Nunca procuramos nenhuma participação política. Tudo foi esforço nosso, com a minha posição de Bispo Diocesano. [...]. Nunca pedimos a ajuda dos governadores do Paraná, e nem a prefeitos ou deputados. [...]. Fica a certeza de que, com meu esforço, foi mais um bem que alcancei para Maringá, embora hoje nas mãos da GLOBO. Não foi uma frustração, mas o meu desejo é que a TELEVISÃO seja um meio de formação, não de destruição dos valores morais e religiosos.<sup>312</sup>

É difícil considerar que o ex-governador e ex-ministro do governo militar Ney Braga – na época cumprindo mandato de senador (1967-1974) –, mesmo sem ter sido acionado diretamente por Dom Jaime Coelho, não tenha recebido a solicitação de ajuda por parte de Samuel Silveira<sup>313</sup> ou de outro líder do grupo da TV Cultura, para que intercedesse em Brasília pela concessão do canal reivindicado. Outra possibilidade bastante plausível é a de que Braga tenha agido neste sentido por vontade própria, ainda que fosse somente pelo desejo de derrotar seu adversário político Paulo Pimentel, na ocasião sem mandato eletivo e apenas cuidando de suas empresas de comunicação.

A TV Vanguarda, Canal 12 de Cornélio Procópio, é a segunda cuja concessão parece ter sido conseguida, em Brasília, com algum tipo de apoio do governador Jaime Canet Júnior e do ministro da Educação Ney Braga; ainda que isto não fique comprovado concretamente. O decreto de outorga do canal foi assinado pelo presidente Geisel, em 1977, em nome do advogado João Closs Júnior. Na bibliografia e jornais pesquisados não há uma linha a respeito da possível licitação, de grupos concorrentes e de como se desenrolou o processo de negociações até a efetiva concessão. Tampouco há algo publicado sobre como se deu a venda

<sup>311</sup> Durante 31 anos, desde o mês da inauguração até o final de 2006, a TV Cultura cedeu gratuitamente à Diocese de Maringá espaço para a transmissão da “Santa Missa”, nas manhãs de todos os domingos.

<sup>312</sup> COELHO, em entrevista, em 20 ago. 2010. O arcebispo Dom Jaime Luiz Coelho deixou, definitivamente, a sociedade na TV Cultura em 2003, alegando motivos pessoais. A Igreja Católica já possuía operando em Maringá, desde 1988, a TV Horizonte, Canal 31 pelo sistema UHF (ROBLES, 2007, p. 217).

<sup>313</sup> Samuel Silveira morreu em São Paulo, aos 91 anos, em 5 de dezembro de 2010. Também fundador de *O Diário do Norte do Paraná*, em 1974, ele chegou a comandar uma rede com 15 emissoras de rádio no Paraná; entre elas, a Guairacá de Curitiba, vendida a Paulo Pimentel na década de 1960, e que o presidente Geisel mandou lacrar na década de 1970, já com o nome de Rádio Iguaçú.

e a transferência da concessão – antes mesmo do início da construção do prédio e da montagem da emissora – de João Closs Júnior para o grupo Positivo, ambos de Curitiba.

A inauguração da TV Vanguarda aconteceu em 7 de setembro de 1980.<sup>314</sup> O professor José Bianchini foi o segundo diretor-geral da televisão em Cornélio Procópio, a partir de maio de 1981, e neste cargo permaneceu até a venda da emissora pelo Positivo, em 1988. Segundo Bianchini, o deputado federal Joaquim dos Santos Filho (ARENA), pertencente ao grupo político de Ney Braga, colaborou em Brasília nas negociações para a concessão original e, posteriormente, para a transferência da concessão aos novos donos:

No entanto, como eu não acompanhei de perto o desenvolvimento deste processo todo, não saberia precisar se a influência do deputado e do Ney Braga foi decisiva, ou não, na conquista daquela concessão e, depois, na negociação envolvendo o grupo Positivo: desde a compra, passando pela montagem e a colocação da TV no ar, em Cornélio Procópio. Sinceramente, isto eu não sei. Ninguém da diretoria nunca me falou sobre este ponto específico.<sup>315</sup>

De qualquer maneira, mesmo sem a versão oficial que a diretoria do grupo Positivo se negou a conceder, parece pouco plausível que, naquele período de governo Geisel, um advogado de Curitiba tenha conseguido a concessão para instalar uma televisão, no norte do Paraná, sem que para isto tivesse contado com o apoio do titular do Palácio Iguçu, Jaime Canet Júnior, ou do ex-governador e ministro Ney Braga. O mesmo se aplica à transferência da concessão canal ao grupo Positivo: era bastante improvável que ela fosse assinada por Geisel, sem que antes o presidente ouvisse a opinião dos dois políticos paranaenses mais importantes da época.

---

<sup>314</sup> Não foi possível encontrar o advogado que obteve a concessão original, e a diretoria do grupo Positivo se negou a conceder entrevista ao pesquisador. Durante 2010, vários contatos telefônicos e por e-mail foram mantidos com a secretaria e a assessoria de imprensa da diretoria do Positivo. O objetivo era marcar e realizar entrevista com um dos diretores do grupo – Oriovisto Guimarães, o 1º diretor-presidente; ou o 1º diretor-geral, Valdomiro de Toledo Piza; ou outro sócio qualquer – que tivesse participado da negociação da compra e transferência da concessão da TV Vanguarda. Depois de muita insistência – até porque esta foi a única recusa de entrevista durante toda a pesquisa –, a jornalista Mariana Nunes, da empresa responsável pela assessoria, Lide Multimídia, solicitou ao pesquisador o envio do questionário da entrevista por escrito, para que fosse respondido por um diretor do Positivo. O texto com as questões foi enviado por e-mail para [redacao12@lidemultimidia.com.br](mailto:redacao12@lidemultimidia.com.br), em 22 de novembro de 2010. Mariana Nunes confirmou o recebimento da mensagem no mesmo dia, e informou que ela seria encaminhada à diretoria do Positivo para as respostas. A jornalista explicou ainda que assim que o questionário, com 17 perguntas, estivesse respondido seria devolvido imediatamente. As respostas nunca foram dadas ao pesquisador, apesar de posteriormente diversas cobranças terem sido feitas por telefone e pelo correio eletrônico.

<sup>315</sup> A entrevista concedida ao pesquisador por José Bianchini foi realizada na residência deste, em Curitiba, no dia 11 de agosto de 2010.

As negociações intermediadas diretamente ou, pelo menos, apoiadas pelo Palácio Iguazu e seus principais líderes – governadores, ex-governadores, ministros, senadores e deputados federais muito influentes –, e que levaram empresários paranaenses à conquista de dez (83,3%) entre doze concessões de canais de televisão outorgadas no período pesquisado, só foram possíveis porque o Paraná possuía uma característica política própria que o distinguia da maioria dos estados da Federação.<sup>316</sup> Ela dizia respeito ao modelo de poder estadual quase sempre adesista, subserviente e dependente do poder central do país; além de extremamente fechado e concentrador no tocante às ações que envolviam a relação oficial do Paraná e de líderes paranaenses com o governo federal.

Assim foi praticamente durante todo o período aqui estudado. Em 1954, o governador Bento Munhoz da Rocha Neto (PR) era aliado do presidente João Café Filho (PSP), de quem se tornou ministro da Agricultura em 1955. De 1956 a 1960, o presidente Juscelino Kubitschek (PSD) teve no governador Moysés Lupion um fiel correligionário. Em 1961, o governador Ney Braga (PDC) assumiu o Palácio Iguazu depois de uma campanha conjunta bem sucedida que levou à Presidência da República o seu parceiro Jânio Quadros, da coligação liderada pelo PTN, PDC e outros partidos.

Passada a renúncia de Jânio Quadros e completado em Brasília o golpe que substituiu João Goulart (PTB) – com quem Ney Braga também convivera em paz, tendo, inclusive, apoiado suas polêmicas reformas de base –, o governador do Paraná sentiu-se muito confortável com os novos comandantes do Executivo nacional. Isto, porque Braga era general da reserva do Exército e amigo íntimo de Castelo Branco e de Ernesto Geisel, destacados líderes do movimento de abril de 1964 com quem ele havia convivido na caserna. Em novembro de 1965, já próximo do fim de seu mandato, Ney Braga<sup>317</sup> renunciou à chefia do Palácio Iguazu para assumir o Ministério da Agricultura, a convite do presidente Castelo Branco.

---

<sup>316</sup> O autor não encontrou, em outro estado brasileiro para efeito de comparação ou subsídio à análise, estudo igualmente específico sobre as negociações – entre empresários e Executivo federal, intermediadas por governo estadual – que resultaram em concessões de canais de televisão, entre 1954 e 1985.

<sup>317</sup> Paranaense nascido na Lapa em 1917, Ney Aminthas de Barros Braga foi o primeiro prefeito de Curitiba escolhido diretamente pelo eleitor, em 1954. Antes, ele havia sido chefe da polícia do Paraná por indicação de seu cunhado e governador Bento Munhoz da Rocha Neto. Ocupando diferentes postos da carreira militar e diversos cargos políticos, Ney Braga foi o mais importante líder do estado na segunda metade do século XX; tendo sido duas vezes governador, duas vezes ministro, e senador da República (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, Pós 1930, 2001, p. 759-763). Ney Braga morreu em Curitiba, em 16 de outubro de 2010, aos 83 anos de idade.



De 1966 a 1970, o governador Paulo Pimentel – eleito pelo PTN sob a indicação de Ney Braga, mas logo transferido para a ARENA – conviveu em harmonia com os três militares que presidiram o país naquele período. Depois, de 1971 a 1982, o Paraná teve seis governadores indiretos, todos filiados da ARENA e impostos pelos presidentes militares; com destaque para Jaime Canet Júnior (1975-1978), outro entre tantos afilhados políticos de Braga.

Para alguns pesquisadores, a origem desta cultura do poder estadual – marcadamente conservador, concentrador, adesista e situacionista em relação ao poder central – é antiga e remonta à própria criação da província do Paraná, pelo Imperador Pedro II, em 1853. Nela, houve um acontecimento que marcou profundamente a política e as relações de poder posteriores. A emancipação do Paraná, antes comarca de São Paulo, não se deu como resultado de uma revolução, de uma convulsão social ou luta separatista armada levada a cabo pelos paranaenses. Ao contrário, ela foi uma concessão estratégica do governo imperial para aplacar o descontentamento dos liberais com a excessiva interferência do poder central nas províncias e controlar a ameaça separatista que vinha do Rio Grande do Sul, sugerida pela Guerra dos Farrapos. Conforme explica a historiadora Marionilde de Magalhães (2001, p. 23-24):

Após diversos embates com as elites paulistas, aprova-se finalmente, em 1853, a emancipação da província, “em nome da segurança do Estado Brasileiro”, e em atendimento às elites locais, que almejavam dirigir, com maior autonomia, as suas atividades econômicas. [...]. A recém-criada máquina administrativa é formada pelos homens de comércio, que falam em nome do progresso de suas próprias atividades, criando, ou pelo menos, procurando criar, um governo de si e para si, como era típico das oligarquias regionais em todo o Brasil desse período, ainda que em seus enunciados o progresso geral e o bem-estar da população fossem motes recorrentes.

O primeiro presidente – cargo equivalente ao atual governador – da província do Paraná foi o nordestino Zacarias Góes de Vasconcellos, que pouco tempo durou no mandato apesar de possuir experiência administrativa em outras duas províncias do nordeste. Instalou-se na província paranaense uma profunda e duradoura instabilidade política; tanto que em 36 anos de regime provincial sucederam-se 55 ocupantes da presidência estadual.

Segundo Magalhães (2001, p. 26-27), o movimento político que levou à proclamação

da República não conquistou muitos adeptos no Paraná. Contudo, após concluída a mudança de regime, em 15 de novembro de 1889, o governo paranaense de Jesuíno Marcondes, um liberal-monarquista, aderiu imediatamente à República, em nome do “patriotismo e da ordem”. Igualmente rápido, os demais chefes políticos importantes do Paraná aderiram ao movimento vitorioso.

Também para o cientista político Ricardo Costa de Oliveira, autor de *O silêncio dos vencedores*, a criação da província do Paraná foi um prêmio do Império à classe conservadora dominante local, pela substantiva lealdade demonstrada ao comando imperial quando da Revolta Liberal, derrotada em 1842.

A nova Província seria um modelo para o Brasil em alguns dos seus valores e políticas. Deveria contemplar um espaço de europeização no Império. Criar instituições que funcionassem e novas experiências de espaços urbanos. O Paraná deveria marchar na frente do progresso. [...]. O paradigma da modernidade foi estabelecido. [...]. O Paraná nasceu politicamente em sintonia com a ordem dominante central. [...]. O Paraná tem uma identidade política tão clara quanto vários outros estados. [...]. No Paraná a questão se apresenta a partir de como e de que maneira o Paraná conduz o seu situacionismo em relação ao centro do poder real e virtual, ao centro do poder efetivo e ao que se construirá. A política paranaense sempre esteve com a tendência nacional vitoriosa [...]. Este tem sido o destino da formação geopolítica paranaense, ser uma ponte de união, de consolidação e de situação na política brasileira em suas inflexões (OLIVEIRA, 2001, p. XIX-XXIII).

De acordo com aquele autor, os acontecimentos de 15 de novembro de 1889 surpreenderam o Paraná tanto quanto o restante do país, posto que o movimento republicano fosse fraco entre os paranaenses. Oliveira (2001, p. 266) utiliza as teorias marxistas do filósofo grego Nicos Poulantzas para explicar a construção da classe dominante histórica do Paraná e o seu respectivo bloco no poder – a classe dominante que se organiza e se unifica no Estado. Conforme esta perspectiva de Oliveira, em apenas sete grupos residiram a construção e a concentração do poder político histórico do Paraná; e foi da evolução genealógica dessa classe dominante que surgiram, posteriormente, os herdeiros do poder conservador e adesta que marcou quase todo o século XX. Entre os herdeiros são citados o interventor Manoel Ribas, os governadores Bento Munhoz da Rocha Neto, Ney Braga e Parigot de Souza; além de outros que se tornaram prefeitos de Curitiba, ministros de Estado, senadores da República, secretários estaduais do Paraná, presidentes da Assembleia Legislativa e presidentes do

Tribunal de Contas do Estado.<sup>318</sup>

Essa característica política original do Paraná, de adeso-fiel à ordem do poder central, vigorou até a Revolução de 1930. Naquele momento, de cisão das diferentes frações da classe dominante e de crise da República Velha, o Paraná deu apoio ao movimento revolucionário. E assim, o estado participou de um acontecimento inédito na história política nacional: a vitória das periferias rebeldes sobre o regime político centrado no Rio de Janeiro. Na crise de 1937, novamente o Paraná – então já liderado pelo interventor getulista Manoel Ribas – seguiu à risca a orientação do Palácio do Catete, e apoiou a instalação do Estado Novo, que duraria até 1945. “O Paraná acompanhou as linhas gerais do Estado Novo, com alguns eixos de modernização burocrática e o início de políticas industrializantes” (OLIVEIRA, 2004, p. 29).

Mesmo com o Estado Novo tendo chegado ao fim, as forças getulistas que operavam no Paraná seguiram no poder, a partir de 1947, com o primeiro governador eleito da história do estado, Moysés Lupion (PSD), principal herdeiro político do ex-interventor Manoel Ribas. Dessa maneira, as mesmas famílias da elite política paranaense, que dominaram o estado na República Velha (1889-1930) e governaram-no durante o Estado Novo, continuariam ocupando o poder por mais algumas décadas.

Depois de Lupion, em 1951 viria o governador Bento Munhoz da Rocha Neto (PR) – filho de Caetano Munhoz da Rocha, um governador do Paraná na Velha República, e genro de Affonso Camargo, governador do estado derrubado pela Revolução de 1930. Após o governador do PR, voltaria para o segundo mandato (1956-60) Moysés Lupion. De 1961 a 1965, o governador foi Ney Braga (PDC), com apoio político de Bento Munhoz da Rocha Neto. Ao final de 1965 foi eleito o governador Paulo Pimentel (PTN).

Segundo a análise de Oliveira (2001, p. XXII), em 1966 encerrou-se o ciclo iniciado em 1916 e durante o qual apenas herdeiros políticos diretos das velhas oligarquias revezaram-se no exercício do poder no Paraná. Elas foram formadas pelas famílias Munhoz da Rocha e Alves de Camargo (1916-1930); Ribas e Lupion (1932-1950); Munhoz da Rocha, Lupion e Braga (1951-1965). Paulista de Avaré, Paulo Pimentel assumiu o Palácio Iguçu, em 31 de janeiro de 1966, como o primeiro governador eleito sem vínculo de parentesco com aquelas

---

<sup>318</sup> OLIVEIRA, 2001, p. 269-273.

famílias políticas tradicionais do Paraná. Porém, Pimentel fora indicado por uma delas – a liderada por Ney Braga – e era politicamente aliado do poder federal.

Assim, na realidade, apenas em 1982, com a volta das eleições diretas nos estados, o eleitorado do Paraná elegeu o seu primeiro governador na história que, ao mesmo tempo, não pertencia às tradicionais famílias da classe dominante paranaense e era de oposição ao poder central. Com o governo de José Richa<sup>319</sup> (1983-1986) encerrou-se, portanto, um longo ciclo de poder conservador, adesista-situacionista, e quase hereditário, no Paraná.

Conforme Oliveira, antes desta original ruptura, “a política paranaense sempre esteve com a tendência nacional vitoriosa”, independente da época ou de quem ocupasse o poder central, porque “esse tem sido o destino da formação geopolítica paranaense, ser uma ponte de união, de consolidação e de situação na política brasileira em suas inflexões”. Isto se deu, em grande parte, porque como afirma o autor:

O Paraná foi uma unidade regional criada pelos estrategistas do partido Conservador, no limiar da conciliação de 1853. [...]. A motivação da classe dominante, de históricas raízes coloniais [...] foi estimulada e valorizada por sua lealdade ao centro político do poder nacional. O Paraná se sente profundamente sintonizado com o centro de gravidade política brasileira. Ao contrário do Rio Grande do Sul, com o seu complexo de periferia adversa, o Paraná sempre assume o lado das tendências que constroem o consenso vitorioso nas condições políticas brasileiras.<sup>320</sup>

Esse modelo de poder e suas consequentes ações políticas – exercidas sob a coordenação daqueles agentes da classe dominante –, que predominaram no Paraná desde a segunda metade do século XIX, certamente facilitaram ao longo do tempo os diferentes movimentos reivindicatórios de governos paranaenses junto ao Executivo nacional; entre os quais esteve o da solicitação de canais de televisão para si próprio – no caso exclusivo do

---

<sup>319</sup> Nascido em São Fidélis (RJ), em 1934, José Richa foi com a família ainda criança morar em cidades do norte do Paraná. Formou-se em Odontologia pela UFPR, em Curitiba, onde participou do movimento estudantil e iniciou sua participação política na Juventude Democrata Cristã do Brasil. Foi oficial do gabinete do governo do Paraná, em 1961, e chefe de gabinete da Secretaria do Interior e Justiça, em 1962, ambos durante a gestão de Ney Braga (PDC). Foi deputado federal pelo PDC de 1963 a 1965. Depois, com a extinção dos partidos imposta pelos militares, em outubro de 65, afastou-se de Ney Braga e, posteriormente, filiou-se ao MDB. Pelo novo partido elegeu-se deputado federal em 1966, foi prefeito de Londrina (1973-1976) e senador da República (1979-1982). Em 1986, elegeu-se novamente para o Senado, com quase 2 milhões de votos. Foi um dos fundadores do PSDB, pelo qual concorreu a governador do Paraná em 1990, tendo sido derrotado no primeiro turno por José Carlos Martinez e Roberto Requião, este depois eleito no segundo turno (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, Pós 1930, 2001, p. 5059-5060). Pai do atual governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), José Richa morreu em dezembro de 2003.

<sup>320</sup> OLIVEIRA, 2001, p. XVII.

governador Paulo Pimentel – ou para aliados políticos muito próximos e leais, como eram Nagibe Chede, João Milanez, Oscar Martinez e outros. A única exceção – que não dependeu de intermediação ou apoio do Palácio Iguaçu para a conquista de seus canais – foi o empresário Assis Chateaubriand, certamente porque suas empresas não estavam sediadas no Paraná e sua influência política era de âmbito nacional.

Além disto, aquele paradigma de poder típico do Paraná causou marcantes repercussões na estruturação e no desenvolvimento da imprensa, da radiofonia e, posteriormente, do setor de televisão. Ele teria propiciado, principalmente na segunda metade do século XX, o estabelecimento generalizado de meios de comunicação – salvo as honrosas exceções de praxe – dependentes de verbas públicas e nutridos por um comportamento editorial qualificado como “chapa-branca”. Ou seja, trata-se de um setor oficioso, “oficialesco”, e quase sempre a serviço da versão oficial dos fatos, divulgada pelas assessorias de imprensa e relações públicas do Palácio Iguaçu e de órgãos governamentais de Brasília. Como foi demonstrado, por meio da análise de editoriais, no Capítulo I.<sup>321</sup>

Esta complexa situação, em que a imprensa, a televisão e demais setores do campo comunicacional se comportam de maneira interligada aos interesses dos poderes políticos instituídos, foi significativamente agravada não só no Paraná, mas em todo o Brasil, durante o período do regime militar, por causa da censura prévia, da repressão policial, da dependência financeira, e do sistema de concessões de estações de rádio e canais de televisão. Parte dos empresários brasileiros que atuam nesta área, no entanto, soube tirar proveito desse cenário político para a ampliação e consolidação de seus negócios. Como analisa o pesquisador Adolpho Queiroz (1991, p. 96):

[...] a televisão e o jornal encontraram na década de 1980 a consolidação dos seus próprios projetos de poder: a TV, buscando a legitimação do seu discurso amplo, através do jornal impresso, o jornal, encontrando no discurso da televisão, uma importante fonte de ação noticiosa, opinativa e sobretudo mercadológica. A parceria evoluiu para complexos empresariais onde ter um canal de televisão e um jornal ou revista são quesitos fundamentais para a consolidação de importante parcela de poder da sociedade.

No Paraná, os grupos de Paulo Pimentel, Oscar Martinez e da *Gazeta do Povo* avançaram nesta perspectiva e passaram a contar com mais de um canal de televisão, com

---

<sup>321</sup> Entre os principais autores que tratam de temas ligados à imprensa “chapa-branca” e ao jornalismo “oficialesco”, destacam-se: ABRAMO (2003), BUCCI (2008), MOTTA (2002) e SOMMA NETO (2007).

jornais e emissoras de rádio, consolidando importantes e influentes conglomerados de comunicação social, como se verá no próximo capítulo, destinado à análise da formação das primeiras redes regionais de emissoras de TV no estado.

## **CAPÍTULO IV – A FORMAÇÃO DAS PIONEIRAS REDES DE TV**

### **4.1 Redes nacionais e regionais de televisão**

Nos primeiros anos da década de 1960, começaram a serem estruturados os grupos de emissoras interligadas que, anos mais tarde, passariam a ser chamados de redes nacionais de televisão. As primeiras experiências neste sentido foram lideradas pela TV Excelsior, TV

Tupi, TV Record e, na sequência, TV Globo, TV Bandeirantes, SBT e outras. Baseadas em São Paulo e no Rio de Janeiro, elas se aproveitaram dos avanços tecnológicos – inicialmente aparelhos de videoteipe (VT) e, depois, as redes de micro-ondas – para retransmitirem alguns programas comuns aos seus telespectadores e os de outras estações televisivas em diferentes cidades e estados.

No começo, eram principalmente telenovelas, programas de auditório, partidas de futebol e *shows* musicais produzidos e gravados por emissoras em São Paulo ou no Rio de Janeiro, e distribuídos para exibição em estações de outras localidades. O material gravado em fitas de VT chegava às emissoras compradoras com um ou mais dias de atraso, às vezes uma semana depois de ter sido veiculado pela televisão produtora. Naquela época, as transmissões televisivas ainda não ocorriam simultaneamente, por falta de troncos de micro-ondas e de satélites artificiais que interligassem as geradoras às demais estações, que no caso de uso do videoteipe operavam, portanto, apenas como retransmissoras.

Aquele estágio inicial, percorrido pelas emissoras produtoras e seu conjunto de TVs retransmissoras de partes da programação, funcionou, na prática, como uma espécie de embrião que, mais tarde, geraria as redes nacionais e regionais de televisão.<sup>322</sup> Como argumenta a pesquisadora de comunicação Neusa Maria Amaral (2004, p. 37-38):

A evolução da tecnologia permitiu que a precária emissora unitária transmitindo em VHF ou UHF se afiliasse a outras, formando redes e separando a produção da difusão propriamente dita. Neste primeiro esquema televisivo, que perdura até hoje, a emissora-mãe, chamada de cabeça de rede, é a emissora produtora, e as demais emissoras, chamadas afiliadas, retransmitem a programação apenas e tão somente ou produzem muito pouco. Neste conceito de rede, uma “cabeça” produtora gera programação para várias estações reprodutoras espalhadas pelo país. A soma destas redes transmitindo em VHF, com sinal aberto e podendo ser captadas por qualquer aparelho televisor comum, criou o sistema de TV Convencional, conhecido como Broadcast, ou seja, um sistema *one way*, com um ponto produtor-emissor, transmitindo para vários pontos receptores ao mesmo tempo; é o conceito *unicast* de um para muitos, tão característico da TV tradicional.

---

<sup>322</sup> Redes nacionais são aquelas presentes em mais de dois estados e que possuem, além da estação geradora principal – que funciona como a chamada “cabeça de rede” –, outros canais próprios e contam com emissoras afiliadas. O termo regional é utilizado, neste texto, somente com o sentido de espaço físico geográfico; para definir o âmbito operacional e de abrangência da rede dentro de um ou no máximo dois estados. No caso dos grupos de emissoras paranaenses, o termo regional é usado em substituição ao termo estadual, para se evitar uma possível confusão das redes particulares – objetos deste estudo – com supostas redes de TVs públicas, que pudessem pertencer ao estado do Paraná.

Este modelo brasileiro de redes, que se consolidaria na década de 1970 principalmente com a Rede Globo, seguiu, de acordo com Amaral (2004, p. 42-43), a estrutura do sistema privado norte-americano, em que a estação geradora – produtora da maior parte da programação – funciona como “cabeça” de grandes redes nacionais, que se interligam a redes estaduais e regionais. Nos Estados Unidos, o mercado da televisão comercial com base em redes começou a se consolidar a partir de 1951, quando as costas leste e oeste foram interligadas por cabos e micro-ondas. Ao final do século XX, ele estava dominado por três grandes redes privadas: *National Broadcasting Company* (NBC), *Columbia Broadcasting System* (CBS) e *American Broadcasting Company* (ABC).<sup>323</sup>

Na Europa, diferentemente, prevaleceu desde o início da implantação da televisão um modelo público de emissoras e redes, que marcou o desenvolvimento do setor, notadamente na Grã-Bretanha, Alemanha, França e Itália. A BBC de Londres, enquanto corporação pública que alcançou alto nível de qualidade em suas produções, é o exemplo mais conhecido deste original modelo televisivo europeu. Porém, importantes mudanças – que apontaram no sentido da menor presença dos estados nacionais – ocorreram, tanto na legislação quanto na administração do sistema de televisão dos principais países europeus, marcadamente a partir das décadas de 1970 e 1980.<sup>324</sup>

Na América Latina, os sistemas nacionais de televisão foram implantadas, em geral, nas décadas de 1950 e 1960, época em que grande parte dos países vivia sob ditaduras civis ou militares. Em consequência desta situação política, de acordo com Barros Filho (2010, p. 28-29), “em muitos países, e em diversos estágios do seu desenvolvimento, predominou um modelo de televisão do governo”. Exceções a esta predominância da televisão estatal sob o controle do governo nos países latino-americanos (*apud* CIFUENTES, 2002, p. 133) ocorreram no Brasil, Uruguai, México e Chile. Nos três primeiros, a estruturação do setor de TV esteve mais vinculada ao modelo comercial norte-americano, enquanto que no Chile a tarefa foi desenvolvida por universidades.

No Brasil, com a preponderante influência dos Estados Unidos, o surgimento e estruturação das redes – como as que conhecemos hoje, com transmissões interligadas, ao

---

<sup>323</sup> No Japão, segundo maior mercado televisivo nacional em movimentação de recursos, atrás apenas dos EUA, a rede pública de TV é liderada pela NHK, criada em 1950. Todas as concessões de emissoras comerciais são feitas em caráter regional. A lei de radiodifusão estimula a expansão das emissoras e redes regionais, com objetivo de corrigir a diferença na circulação de informações entre as grandes cidades e o interior, mas nada impede que as emissoras locais se associem a uma das cinco redes “informais” da TV comercial que operam em todo o país (SCARDUELLI, 1996, p. 29-30).

<sup>324</sup> JEANNENEY (1996a) e LEAL FILHO (1997).



vivo e simultâneas – começou a ser possível em meados de 1969 e nos anos iniciais da década de 1970. Naquela época, o governo federal, por meio da Embratel e outros órgãos, em convênio com governos estaduais e apoio de prefeituras, implantou um abrangente sistema de troncos de micro-ondas capaz de levar os sinais televisivos para quase todo o território nacional. Simultaneamente, as novas condições tecnológicas e de logística melhoraram, de maneira significativa, com os convênios firmados para a utilização dos satélites artificiais do Intelsat. Estes avanços das engenharias eletrônica e espacial, entre outras, juntamente com os elevados investimentos em infraestrutura, possibilitaram ocorrer no país o fim da era do videoteipe, a precursora das redes pioneiras de televisão.

Apesar de as TVs Tupi e Record serem mais antigas, e contarem com experiências isoladas de conexão por micro-ondas entre São Paulo e Rio de Janeiro, alguns pesquisadores defendem que o primeiro modelo de rede de emissoras de televisão do país foi organizada pela TV Excelsior<sup>325</sup>, entre o final de 1962 e início de 1964, quando impôs um acelerado ritmo de expansão em seus negócios, ainda se utilizando da tecnologia do VT. É como interpreta o historiador Áureo Busetto (2009, p. 55):

[...]. No início de 1963, Simonsen adquire de Assis Chateaubriand o Canal 2 e instala a TV Excelsior do Rio de Janeiro. Logo depois, compra 1/3 das ações da TV Vila Rica, de Belo Horizonte, adquirindo também metade da TV Gaúcha, de Porto Alegre, além de firmar acordos com emissoras de Curitiba, Recife, Uberlândia e Cuiabá para exibição de parte da produção da Excelsior. A tevê de Simonsen propriamente se tornava a primeira rede de televisão brasileira, pois boa parte de sua programação era exibida em várias regiões do país. Expediente possível graças ao recurso do videoteipe (VT) e do transporte rápido e sem custos adicionais das fitas de programas da Excelsior pelos vôos da Panair do Brasil.

A TV Excelsior, que apostou na profissionalização administrativa, foi também a primeira do país a implantar uma grade de programação vertical – com os programas veiculados tendo sempre a mesma sequência – e horizontal, onde os programas tinham horários fixos para início e fim, durante toda a semana. Com inovações na produção de vinhetas e na organização dos intervalos comerciais, além de uma programação arrojada – contando, por exemplo, com a primeira telenovela diária do Brasil, a *2-5499, Ocupado* –, a

---

<sup>325</sup> A TV Excelsior, Canal 9 de São Paulo, entrou no ar em 9 de julho de 1960, propriedade dos empresários do ramo de exportação de café Mário Wallace Simonsen e João José Luiz Moura, e de João Scantiburgo, dono do jornal *Correio Paulistano*. Todavia, ainda no final daquele ano a emissora já constava como propriedade apenas de Simonsen, que era igualmente proprietário da principal empresa de aviação do país, a Panair do Brasil (BARROS FILHO, 2010, p. 30).

TV Excelsior tornou-se líder de audiência, em 1963, em São Paulo e no Rio de Janeiro (BARROS FILHO, 2010, p. 35-36). O pioneirismo da Excelsior é comentado também pela historiadora Maria Luiza Baracho:

[...]. Havia grande interesse em negociar com a Excelsior, Canal 9, de São Paulo, que, ao adotar novos conceitos sobre televisão, vinha operando numa espécie de rede e era a principal emissora de televisão do país. [...]. A TV Excelsior teve a idéia de disponibilizar, para todas as emissoras interessadas, a programação por ela produzida em VT, mediante aquisição do direito de exibição. Surgiu, assim, uma espécie de rede de exibição dos produtos da Excelsior. Os programas começaram a circular pelos diferentes pontos do país, pois não havia exibição simultânea. [...].<sup>326</sup>



Fotografia 12 – Chede (à direita) mostra aparelho de VT a Ney Braga, em 1965.<sup>327</sup>

Na opinião de Baracho (2006, p. 117), a moderna experiência de televisão delineada pela TV Excelsior – que construiu a primeira cidade cenográfica no país e realizou a primeira demonstração de TV em cores – serviria de modelo administrativo-operacional para, na sequência, o desenvolvimento da Rede Globo. Aquela trajetória de sucesso e de importantes contribuições da Excelsior para o setor da televisão nacional, no entanto, começou a se tornar insustentável com a tomada do poder pelos militares, em abril de 1964. Isto aconteceu porque Simonsen, que anteriormente fora aliado político de JK, apoiara também o presidente deposto, João Goulart:

Do ponto de vista político, Simonsen, como um liberal democrata, se colocava na defesa da liberdade de expressão. Formado na tradição inglesa,

<sup>326</sup> BARACHO, 2006, p. 105.

<sup>327</sup> DALPÍCOLO, 2010, p. 81.

era um legalista, acreditava no poder da constitucionalidade [...]. Com a renúncia do presidente Jânio e o veto dos militares com relação à posse de Goulart, Simonsen abriu seu escritório paulista à Campanha da Legalidade. E, mais ainda, incumbiu ao diretor de suas empresas no exterior, Max Reshulski, a tarefa de “resgatar” Jango na China. E para tanto lançou mão de um voo especial e extraordinário realizado por sua companhia aérea. Com a emenda parlamentarista aprovada, Jango retornava ao Brasil nas asas da Panair. [...]. Com a deposição de Jango, a TV Excelsior passaria a viver dias difíceis. [...]. Entretanto, o regime militar não cassou a concessão pública da tevê de Simonsen, que tinha vigência até 1970, nem interferiu diretamente na Excelsior. [...]. Assim, ao regime militar restaria manter a tática de minar os negócios de Simonsen como meio, menos visível publicamente e mais eficaz, para concluir a sua perseguição política ao empresário (BUSETTO, 2009, p. 56-58).

E assim procedeu o regime militar. Seus líderes articularam para que a conclusão da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do café, no Congresso Nacional ainda em 1964, levasse à cassação da licença da Comal para exportar o produto. Uma das empresas do conglomerado de Simonsen – que possuía também o Banco Noroeste –, a Comal era então a maior exportadora brasileira de café. Em fevereiro de 1965, as finanças de Simonsen sofreu outro duro golpe: o Ministério da Aeronáutica cassou as linhas aéreas da Panair do Brasil<sup>328</sup>, transferindo-as na maior parte às companhias Varig e Cruzeiro do Sul. Depois de mais de cinco anos de pressões políticas e fiscais, de censura oficial e acirrada perseguição econômico-financeira às empresas dos herdeiros de Mário Simonsen – que havia morrido em Paris, em fevereiro de 1965 –, o presidente Emílio Médici cassou a concessão da TV Excelsior, que finalmente foi retirada do ar em 1º de outubro de 1970.<sup>329</sup>

Desconsiderando-se aquela fase entre 1962 e 1969, em que as emissoras próprias e outras conveniadas à TV Tupi e à TV Record – então líder da chamada Rede de Emissoras Independentes (REI)<sup>330</sup> – também se utilizaram do sistema nacional de programas reproduzidos por videotape, alguns pesquisadores defendem que a pioneira rede de televisão brasileira, já dentro da moderna concepção de rede com transmissões simultâneas de um mesmo programa por várias emissoras, nasceu com a estreia do Jornal Nacional (JN), da TV Globo, na noite da primeira segunda-feira de setembro de 1969.

<sup>328</sup> A Panair era a segunda maior empresa privada nacional e a única companhia com voos regulares para a Europa; e ameaçava a hegemonia norte-americana no setor – da qual a Varig era aliada no mercado brasileiro – por trazer para o país a tecnologia aeronáutica europeia (NEVES, 2008, p. 32).

<sup>329</sup> Outros dados e análises a respeito da história da TV Excelsior podem ser encontrados em BARROS FILHO (2010), BUSETTO (2009) e MOYA (2004).

<sup>330</sup> Organizada a partir de 1968, em conjunto com a TV Rio, a REI foi lançada simbolicamente em 1º de outubro de 1969, quando contava com 17 emissoras locais afiliadas. Depois de alcançar boa parte do país, ela foi dissolvida em 1976, por causa da crise financeira da Record (XAVIER; SACCHI, 2000, p. 36).

Ligando a TV no dia 1º de setembro de 1969, precisamente às 19:56 h, você veria o locutor Hilton Gomes anunciar: “O Jornal Nacional da Rede Globo, um serviço de notícias integrando o Brasil novo, inaugura-se neste momento: imagens e sons de todo o país.” Depois da apresentação desse que foi o primeiro telejornal transmitido para diversos estados simultaneamente, coube a Cid Moreira encerrar a edição histórica: “É o Brasil ao vivo aí na sua casa. Boa noite.”<sup>331</sup>

No Paraná, a estreia do JN foi retransmitida apenas em Curitiba, pela afiliada TV Paranaense, pertencente ao grupo da *Gazeta do Povo*, que, todavia, não contava com outra emissora no interior do estado. Aquela transmissão simultânea inaugural realizada pela TV Globo só foi possível, tecnicamente, porque a Embratel havia instalado, em 1968 e 1969, o serviço da Rede Nacional de Micro-ondas e do sistema de transmissão por satélite (Telstar), com estações terrenas baseadas em Itaboraí, um município do estado do Rio de Janeiro:

[...]. Os troncos de distribuição possibilitaram o surgimento das redes de televisão no país; as emissoras deixaram de ser locais para se integrarem às redes nacionais. O Jornal Nacional, da Rede Globo, foi o primeiro programa transmitido em rede nacional via microondas, em 1969, inaugurando o tronco sul da Embratel, que compreendia os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como São Paulo e Rio de Janeiro, onde a Globo possuía suas principais emissoras (AMARAL, 2004, p. 57).

Em 20 de julho de 1969 havia acontecido, no Brasil, o primeiro teste de transmissão simultânea por emissoras de TV interligadas em rede, que naquela época ainda era chamada de “cadeia” nacional. Organizada pela Embratel – e disponível para todas as empresas de televisão interessadas –, a transmissão foi sobre a chegada dos cosmonautas norte-americanos à Lua. O alcance da transmissão deste evento internacional, entretanto, foi menor no país que o da estreia do Jornal Nacional<sup>332</sup>, porque em julho de 1969 ainda estava em operação somente a primeira fase do tronco sudeste da Embratel, que interligava por micro-ondas as emissoras de São Paulo e Rio de Janeiro. No final daquele ano, foram incorporadas ao tronco as capitais Brasília e Belo Horizonte (MG).

<sup>331</sup> BRAUNE; RIXA, 2007, p. 274. No dia anterior, 31 de agosto de 1969, havia tomado posse, em Brasília, a Junta Militar que encaminharia a escolha do general Emílio Garrastazu Médici para suceder o presidente Costa e Silva (HABERT, 1994, p. 24).

<sup>332</sup> Detalhes sobre a história do primeiro telejornal transmitido em rede nacional, pelas emissoras das Organizações Roberto Marinho e afiliadas, estão em MEMÓRIA GLOBO (2004).

Entre os três jornais pesquisados, o único que não registrou a entrada do JN no ar foi *O Estado do Paraná*. Ele pertencia ao grupo do então governador Paulo Pimentel, juntamente com as TVs Iguaçu e Tibagi, ambas afiliadas na época à TV Record de São Paulo. Na *Folha de Londrina*, a coluna diária *Aqui TV*, sem autor identificado, publicou esta elogiosa nota sem título, a primeira entre as sete daquela edição:

A REDE Globo de Televisão inaugurou uma nova era dentro do noticiário de TV, no Brasil. Iniciou-se, dia 1º, um super-jornal de televisão, interligando Rio, São Paulo, Pôrto Alegre e Curitiba, através dos Canais da Embratel. 54 milhões de pessoas, em todo sul do país, puderam ver um noticioso atual e completo. Um trabalho realmente expressivo, a demonstrar o potencial que se inaugurou com a inauguração do tronco sul da Embratel.<sup>333</sup>

Na *Gazeta do Povo*, a chegada do Jornal Nacional foi saudada com entusiasmo ainda maior, que beirava o ufanismo presente nos editoriais daquele diário, como foi analisado no capítulo anterior. O acontecimento foi comentado na abertura da coluna *Rádio & TV* – que naquela edição continha outras 15 notas igualmente sem títulos –, pelo redator Ubiratan Lustosa:

[...]. Trazendo essas considerações para o âmbito nacional, vale registro um acontecimento que empolga pelo seu alto sentido de brasilidade, uma vez que aproxima e une os brasileiros de norte a sul. Trata-se do “JORNAL NACIONAL”, transmissão que a TV PARANAENSE – CANAL 12 vem fazendo em rêde com a TV Globo (Rio, São Paulo e Belo Horizonte), TV Gaúcha (Pôrto Alegre) e TV Nacional (Brasília). O “JORNAL NACIONAL” é algo novo em matéria de Tele-Jornalismo, acontecimento marcante de alto valor informativo e patriótico, já que, através dele, desaparecem as distâncias e passa-se a viver numa verdadeira comunidade em que se repartem os problemas, dividem-se as alegrias, somam-se os esforços e multiplica-se o entusiasmo por uma vivência nacional. Assim, o “JORNAL NACIONAL” é um passo, mas, um passo gigante, na grande caminhada de progresso das comunicações sociais.<sup>334</sup>

Com a implantação do JN, a televisão de Roberto Marinho começou a colocar em prática o projeto de rede nacional que vinha sendo gestado, havia alguns anos, dentro do acordo da TV carioca com o grupo norte-americano Time-Life. Segundo Walter Clark (1991,

<sup>333</sup> *Folha de Londrina*, Londrina, 03 set. 1969. *Aqui TV*, p. 12.

<sup>334</sup> LUSTOSA, Ubiratan. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 07 set. 1969. *Rádio & TV*, Caderno 3, p. 2.

p. 214), “O Jornal Nacional foi um líder de audiência instantâneo, entrou no ar e emplacou. Todo mundo queria ver, ele tornou obsoletos os jornais meramente locais”.

A TV Globo, Canal 4 do Rio de Janeiro, havia sido inaugurada no dia 26 de abril de 1965. Em novembro do ano anterior, Marinho já havia comprado a TV Paulista – depois, transformada na TV Globo São Paulo – e a TV Bauru, da Organização Victor Costa<sup>335</sup>. Assim, no início de 1966, as emissoras do grupo Globo já estavam em condições de lutar pela audiência nas duas principais cidades brasileiras, com as até então líderes TV Tupi, TV Record – ancorada no sucesso dos programas de auditório e dos grandes festivais de música – e TV Excelsior. Era só o começo da competição em que o grupo de Roberto Marinho aniquilaria as redes adversárias. Em poucos anos, a Rede Globo contaria com dezenas de emissoras próprias e afiliadas espalhadas pelo país.

Assim como o fim da emergente rede da TV Excelsior, também o início da rede da TV Globo foi profundamente marcado por questões políticas e opções do regime militar. Em relação à emissora carioca, o caso mais polêmico foi o relacionado ao acordo que manteve com a empresa norte-americana de comunicação Time-Life. Para firmar dois contratos com o grupo dos Estados Unidos, Roberto Marinho constituiu, em 28 de junho de 1962, a TV Globo Ltda., uma sociedade por cotas. Os contratos foram assinados em Nova Iorque, no dia 24 de julho daquele mesmo ano. Pelo documento principal, a Time-Life se tornou sócia com 49% das ações da TV Globo, que naquela ocasião tinha apenas a concessão outorgada pelo ex-presidente JK. O segundo contrato descrevia as regras e condições em que a Time-Life prestaria assistência técnica e administrativa à futura televisão (HERZ, 1987, p. 103-106).

O contrato principal, que estabeleceu a sociedade, era ilegal perante a Constituição brasileira, em vigor desde setembro de 1946. Em seu artigo 160, ela vedava aos estrangeiros a propriedade ou sociedade em empresas jornalísticas e de radiodifusão (NUZZI, 2007, p. 31). Além disto, os contratos também passaram a ferir o CBT, aprovado em agosto de 1962 e regulamentado em outubro de 1963, que proibia aquele tipo de convênio sem prévia autorização do Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel). “Embora a assinatura dos contratos fosse um pouco anterior à vigência da Lei e do Decreto que estabeleciam esta exigência, a TV Globo teria que se adaptar às suas disposições” (HERZ, 1987, p. 107). O Contel só tomou conhecimento daqueles documentos em julho de 1965, depois que a TV

---

<sup>335</sup> **O Globo compra OVC.** *Folha de Londrina*, Londrina, 12 nov. 1964. *Aqui TV*, Caderno 2, p. 13. A negociação, que incluiu ainda outra televisão em Recife e três emissoras de rádio, foi realizada pelos herdeiros de Victor Costa, que havia morrido em 1959.

Globo – tendo recebido alguns milhões de dólares e assistência técnica da Time-Life – já havia sido inaugurada no Rio de Janeiro.

Em 1966, o deputado federal João Calmon, ligado aos Diários e Emissoras Associados, solicitou a instalação de uma CPI para investigar as denúncias de inconstitucionalidade do “acordo secreto” da TV Globo com a Time-Life, alegando que “uma empresa estrangeira não pode participar da orientação intelectual e administrativa de sociedade concessionária de canal de televisão”. A CPI da Câmara dos Deputados aprovou por unanimidade, em 22 de agosto de 1966, o relatório final comprovando que os contratos firmados entre a TV Globo e Time-Life feriam o artigo 160 da Constituição. No início daquele ano, segundo denúncia do deputado Calmon, a Time-Life havia remetido à TV Globo 5,1 milhões de dólares, o que equivalia, ao câmbio da época, a Cr\$ 11,3 bilhões (HERZ, 1987, p. 155).

O presidente Castelo Branco, desconsiderando o resultado da CPI, aprovou em março de 1967 um parecer da Consultoria Geral da República, segundo o qual os acordos da TV Globo com a Time-Life “não infringiam a legislação vigente”. Depois, em setembro de 1968, o presidente Costa e Silva fez publicar, no *Diário Oficial da União*, um despacho em que declarou que aqueles “contratos não violam nenhum dispositivo da lei vigente no País” (POMPEU, 1984, p. 397-401). Segundo Walter Clark, que de 1965 a 1977 foi o principal diretor-comercial da TV Globo, a Time-Life lhe ofereceu os 49% de ações que tinha na sociedade por 6,3 milhões de dólares. Como ele não aceitou o negócio, em 1969 Roberto Marinho comprou a parte da empresa norte-americana com o dinheiro conseguido em “um financiamento a perder de vista com o Banco do Estado da Guanabara” (CLARK, 1991, p. 216-217).

Não obstante, aquele acordo internacional havia sido apenas o primeiro episódio da história da TV Globo. Nos anos seguintes, a televisão de Roberto Marinho cresceu rapidamente e solidificou a sua rede – conforme o planejado pelos executivos da Time-Life –, em meio a uma série de circunstâncias favoráveis e com o apoio da política de integração nacional do governo militar. Entre aquelas circunstâncias, destacaram-se a perseguição e o fechamento da TV Excelsior; a derrocada dos Diários e Emissoras Associados – depois da morte de Chateaubriand, em 1968 – até a falência da Rede Tupi, em 1980; e o esfacelamento da REI, em meados da década de 1970, em consequência da crise econômico-administrativa

da TV Record.

Seguindo o modelo proposto pelo grupo norte-americano, a Globo concentrou a produção de programas inicialmente no Rio de Janeiro – só mais tarde, São Paulo dividiria parcialmente esta tarefa – e ampliou a sua rede de operações por meio de contratos com emissoras de outros concessionários, as chamadas afiliadas, na maioria dos estados brasileiros, a partir do lançamento do *Jornal Nacional*<sup>336</sup>. Este tipo de rede permitiu a concentração técnica e burocrática da produção, diminuindo os custos, aumentando a abrangência – fundamental para negociar com os grandes anunciantes – e, portanto, fez crescer o faturamento. Depois da chegada da TV em cores, com melhores recursos técnicos, equipamentos mais avançados e mão de obra especializada, a rede carioca desenvolveu e impôs o seu padrão global de qualidade.

Em 1971, o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o triênio 1972-1974, lançou as bases para a política federal de integração nacional, do ponto de vista econômico-social, e em consonância com a doutrina de segurança nacional que guiava o regime militar, desde 1964. A Rede Globo foi escolhida, pelo comando de Brasília, como a principal parceira deste projeto.<sup>337</sup> O ministro das Comunicações do presidente Médici, Hygino Corsetti, reconheceu a televisão como “um precioso instrumento de integração social e econômica”, e explicou quais seriam as principais tarefas daquele ministério no PND: “Promover a ampliação da área de cobertura da televisão nacional, com a criação de redes, e fiscalizar a qualidade técnica dos serviços, mantendo a nossa TV num alto nível de tecnologia” (RIBEIRO; BOTELHO, 1980, p. 93-96).

O grupo de Roberto Marinho aproveitou aquelas circunstâncias propícias para concretizar o seu projeto de Rede Globo, gestado em parceria com os executivos norte-americanos da Time-Life e baseado na profissionalização administrativa. Em troca do respaldo governamental para seu crescimento, a poderosa rede acompanhou o clima do “milagre econômico”, alardeando a ideologia do “Brasil Grande” e não poupando elogios às

---

<sup>336</sup> MARTHE, Marcelo. **Faroeste caboclo**. *Veja*, São Paulo, 13 abr. 2011, p. 138. No ano seguinte, 1970, a telenovela *Irmãos Coragem* marcou o primeiro grande sucesso da Rede Globo neste gênero; transformando-se em um fenômeno de audiência em escala nacional. Um dos capítulos do folhetim escrito por Janete Clair alcançou maior audiência, medida pelo Ibope, do que a final da Copa do Mundo do México, em que a seleção brasileira sagrou-se tricampeã de futebol.

<sup>337</sup> O governo militar, que optara pela televisão em substituição ao rádio como meio de comunicação para seu projeto de integração nacional, estava preocupado com a pequena abrangência dela: em 1970, 20 anos depois da inauguração da TV Tupi, somente 24,1% dos domicílios brasileiros contavam com ao menos um aparelho de televisão. Em termos estatísticos, aquele plano cumpriu sua meta, posto que a presença de televisores em residências subiu para 56,1%, em 1980, e para 71,0%, em 1990 (HAMBURGER, 1988, p. 448-453).



realizações do regime militar (HABERT, 1994, p. 24). O presidente Médici estava satisfeito com o que assistia no principal telejornal da Rede Globo: “Sinto-me feliz todas as noites, quando ligo a televisão para assistir ao Jornal Nacional. Enquanto as notícias dão conta de greves em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz rumo ao desenvolvimento. É como se eu tomasse um tranqüilizante, após um dia de trabalho” (SILVA, 1985, p. 85).<sup>338</sup>

Lançado pelo Ministério das Comunicações em 1972, um novo Plano Nacional de Telecomunicações (PNT) regulamentou a formação de redes brasileiras de emissoras de televisão. A Rede Globo já era, naquele ano, a de maior abrangência no país, com cinco estações próprias e 36 afiliadas espalhadas por quase todo o território nacional. Na avaliação da pesquisadora Elisabeth Carvalho (1980, p. 103-105), a relação estabelecida entre o regime militar e a Globo lembra aqueles casamentos especiais em que se diz, popularmente, que “ele nasceu para ela, e vice-versa”:

O gigantesco esforço de integração nacional através do vídeo feito pelo Estado encontrou uma noiva perfeita em fins dos anos 60: a TV Globo. Revolucionando a mentalidade empresarial nos veículos de telecomunicação do país, era a emissora ideal para a veiculação do moderno modelo econômico brasileiro. [...]. Seu crescimento se dá, justamente, a partir de 69, junto com o “boom” da telecomunicação no país. [...]. Sua presença foi marcante, no sentido de que criou um modelo empresarial usando e incentivando o amadurecimento de talentos “nativos”, adequando um modelo multinacional à realidade brasileira. [...].

Em pouco mais de quatro anos, o PNT já havia possibilitado a implantação de aproximadamente 18 mil quilômetros de enlaces de micro-ondas; facilitando a rápida expansão das redes televisivas pelo país e aumentando o seu número de estações afiliadas (SIMÕES, 2004, p. 27). Com o avanço das redes de micro-ondas pelo país, a inauguração dos centros de televisão em cidades do interior e a possibilidade da utilização de satélites artificiais oferecidos pela Embratel, nas décadas de 1970 e 1980 algumas redes regionais de emissoras de televisão começaram a ser formadas em todo o Brasil.<sup>339</sup> Havia casos de redes

---

<sup>338</sup> É importante não esquecer, contudo, que os programas da Rede Globo também sofriam naquela época com os rigores da censura oficial, assim como as demais redes de televisão, emissoras de rádio e toda a imprensa. Mais dados e outras interpretações a respeito da história do Jornal Nacional, de Roberto Marinho e da Rede Globo encontram-se em: BIAL (2004), BRITTO; BOLAÑOS (2005), CLARK (1991), HABERT (1994), HERZ (1987), NOVAES (1980), PAES (1997), SIMÕES (2004) e SODRÉ (1999).

<sup>339</sup> Também em outros países da América Latina – como, por exemplos, México, Colômbia e Uruguai – o fenômeno da regionalização de redes de TV teve início nas décadas de 1970 e 1980, mantendo-se ainda como espelho o modelo comercial norte-americano. Tendência parecida acentuou-se, na década de 1980, em alguns

que atuavam em um único estado; outras, em maior número, que operavam em dois estados; e até raras redes que funcionavam simultaneamente em mais de dois estados sem, contudo, alcançar abrangência nacional.

Com o objetivo de se estabelecer parâmetros para uma análise comparativa com a estruturação das redes regionais paranaenses, que será realizada no próximo tópico deste capítulo, foram selecionadas a Rede Brasil Sul de Televisão (RBS TV) e as Emissoras Pioneiras de Televisão (EPTV). Estas escolhas se deram levando-se em consideração, basicamente, a coincidência da época de fundação delas com o período aqui pesquisado e a proximidade da área de atuação das duas redes com o Paraná. Além disso, estas duas redes sediadas, respectivamente, em Porto Alegre (RS) e Campinas (SP), já contam com estudos científicos publicados a respeito de suas trajetórias; apesar destes não estarem diretamente focados nas relações políticas que intermediaram as concessões dos canais daqueles grupos regionais.

A RBS TV nasceu em 1º de maio de 1979, com a inauguração da TV Catarinense, Canal 12 de Florianópolis, a primeira emissora em Santa Catarina do antigo conglomerado de comunicação TV Gaúcha/Zero Hora.<sup>340</sup> Ao final de 1985, a RBS TV já se tornara o maior grupo de televisão operando em Santa Catarina, com quatro emissoras. Para isto, ela desenvolveu uma estratégia bastante semelhante à da Rede Paranaense de Televisão: juntou-se à Rede Globo e comprou três emissoras. O que diferencia os dois grupos é que o gaúcho iniciou a sua rede catarinense conquistando, em Brasília, uma concessão, justamente a de sua primeira emissora.

Na concorrência pelo Canal 12 de Florianópolis, o conglomerado familiar presidido por Maurício Sirotsky Sobrinho enfrentou três grupos catarinenses, dois deles ligados a políticos tradicionais – Ramos da Silva e Konder Bornhausen – que compunham alas distintas de sustentação da ARENA no estado. A outorga da concessão para o grupo gaúcho foi decretado pelo presidente Geisel, em maio de 1977. De acordo com o estudo da socióloga Dulce Márcia Cruz (1996, p. 74-78), esta considerada surpreendente vitória da Rede Gaúcha Zero Hora ocorreu em consequência de alguns fatores. Primeiro, a divisão dos dois grupos políticos catarinenses, que por isto não tiveram o respaldo do governador Antonio Carlos

---

dos principais países europeus, com a chamada desregulamentação do sistema televisivo e quebra de antigos monopólios estatais (SCARDUELLI, 1996, p. 21-23).

<sup>340</sup> Quando o Grupo Zero Hora estabeleceu-se a Florianópolis, ele já era o mais importante do sul do país, com seis emissoras de TV, dois jornais e cinco emissoras de rádio. Aqui, por questões metodológicas e de objetivo, será tratada somente a parte relativa às emissoras geradoras de TV aberta, em VHF, da RBS TV em Santa Catarina.

Konder Reis (ARENA). Segundo, o projeto apresentado pela família Sirotsky era considerado irrepreensível, do ponto de vista técnico, operacional e empresarial; além de totalmente focado no profissionalismo e sem aparente vinculação política. E por último, mas talvez este até fosse o fator mais importante, o grupo gaúcho contava com o respaldo da Rede Globo em Brasília.<sup>341</sup>

Conforme relato de Nelson Sirotsky – filho de Maurício Sirotsky Sobrinho, que morreu em 1986 –, a direção do grupo estava consciente de que as concessões de TV, naquela época, sofriam forte influência política, e que por isto as chances de vitória residiam na divisão dos grupos catarinenses e na montagem de uma aposta altamente profissional. Mesmo assim, Maurício Sirotsky manteve contato pessoal com o governador de Santa Catarina e pediu a ele que não vetasse o seu grupo, caso vencesse a concorrência pela concessão em Brasília. Konder Reis teria garantido que não faria nenhum veto (CRUZ, 1996, p. 76-78).

Esta declaração corrobora os depoimentos de empresários paranaenses de televisão, citados anteriormente neste texto, segundo os quais os governadores aliados do regime militar exerciam importante influência nas concessões de emissoras. Como o governador catarinense, diante da desunião de seus aliados políticos, abriu mão de optar por um dos concorrentes e não interferiu no processo na esfera federal, o caminho para a vitória do grupo gaúcho ficou menos complicado. Além disso, a família Sirotsky já contava com a confiança do comando militar havia algum tempo, visto que suas emissoras afiliadas à Rede Globo colaboravam, no Rio Grande do Sul, com os projetos de desenvolvimento econômico e de integração nacional em vigor.

Roberto Marinho também tinha interesse na subida do grupo da TV Gaúcha<sup>342</sup> para atuar em Santa Catarina, único mercado estadual do país onde a Rede Globo ainda não era líder de audiência e de faturamento, naquele final da década de 1970:

Assim, com o apoio da Globo, o aval dos militares e a aquiescência do governador Konder Reis, a RBS conquistou não só a concessão da emissora de Florianópolis, mas a porta de entrada da rede que pretendia montar em Santa Catarina. O passo imediato foi Joinville. [...]. Em termos de televisão, a cidade recebia a imagem da Coligadas de Blumenau e dos canais 4, 6 e 12

---

<sup>341</sup> Primeira emissora do conglomerado, a TV Gaúcha – que teve concessão outorgada pelo presidente JK e foi inaugurada em dezembro de 1962 – estava afiliada à Rede Globo desde 1971; bem como foram sendo afiliadas as demais emissoras do grupo inauguradas posteriormente no interior do Rio Grande do Sul.

<sup>342</sup> Aprofundada análise sobre a estruturação e desenvolvimento da RBS TV, no Rio Grande do Sul, encontra-se em SCARDUELLI (1996).

de Curitiba, através de três retransmissoras instaladas na região. Mas a elite local se ressentia por não possuir um canal próprio de televisão.<sup>343</sup>

Em junho de 1976, a Companhia Catarinense de Rádio e Televisão (CCRTV), formada por 160 sócios, havia recebido do presidente Geisel a concessão do Canal 5 para operar em Joinville, na região nordeste do estado. Porém, passados os dois anos estabelecidos pelo CBT para a inauguração do serviço definitivo, a CCRTV não tinha conseguido recursos financeiros para fazer a sua TV Santa Catarina sair do papel. A alternativa encontrada foi um acordo operacional com a recém-inaugurada televisão da RBS em Florianópolis, para entrar no ar operando em rede através de antenas parabólicas, no dia 14 de maio de 1979. Poucos meses depois, a direção da RBS comprou a TV Santa Catarina, sendo que esta negociação só foi oficializada pelo Ministério das Comunicações em outubro de 1984.

A próxima emissora a ser adquirida pelo grupo gaúcho em território catarinense foi a TV Coligadas, de Blumenau, pertencente ao empresário Mário Petrelli, que era ligado ao então governador Jorge Bornhausen (ARENA). Ela encontrava-se enfraquecida, exatamente, porque havia perdido a programação da Rede Globo para a RBS TV. A Coligadas, inaugurada em 2 de setembro de 1969, era a mais antiga emissora de TV em funcionamento no estado. A concessão havia sido decretada pelo presidente Castelo Branco, em março de 1967, para o advogado Wilson Melro, na época proprietário de cinco emissoras de rádio. No início de 1970, a TV Coligadas já estava afiliada à Rede Globo. Perdida a programação da rede carioca, a Coligadas afiliou-se à falimentar Rede Tupi, que logo depois teve seus transmissores lacrados, em São Paulo. Em março de 1980, a pioneira emissora de Blumenau foi vendida ao grupo da RBS TV (CRUZ, p. 87-89).

Também funcionava em Florianópolis, desde maio de 1970, a TV Cultura, pertencente a um grupo de 178 acionistas – entre eles a prefeitura daquela capital e o governo do estado – sob a coordenação do empresário Darci Lopes. A concessão fora outorgada pelo presidente Costa e Silva, em outubro de 1968. Esta foi a primeira emissora de Florianópolis e nasceu afiliada à Rede Tupi. Até 1979, quando a RBS inaugurou sua emissora nesta capital, a TV Coligadas e a TV Cultura – também já sob administração de Petrelli – eram as únicas em operação em Santa Catarina.

Uma característica marcante da direção da RBS TV era o discurso de neutralidade jornalística, isenção política e imparcialidade editorial, praticado ao longo dos anos pelo o

---

<sup>343</sup> CRUZ, 1996, p. 81.

conglomerado gaúcho. Não por coincidência, esta atitude era a mesma adotada pela Rede Globo que, como foi destacado anteriormente, soube adequar-se ao novo momento político do país, a partir de meados da década de 1960, e estabelecer frutífera aliança com o Estado autoritário.

Porém, como destaca Carlos Golembiewski (2008, p. 36-37), aquela postura de imparcialidade da RBS TV era apenas aparência pública, porque nos bastidores a rede sempre terminava tomando posição em defesa do poder constituído. Como aconteceu na eleição para governador de Santa Catarina em 1982, a primeira durante o período de abertura do regime militar, em que a RBS usou todo o seu conglomerado de mídia em favor do candidato Esperidião Amin (PDS): “O apoio dado a Amin, que venceu as eleições, foi a primeira retribuição da RBS ao ex-governador Konder Reis, que apoiou a empresa na concessão do Canal 12 de Florianópolis.” Era o jornalismo “chapa-branca” sendo colocado em prática, agora em terras catarinenses, para atender aos interesses empresariais do maior grupo de comunicação do Rio Grande do Sul.

Em abril de 1982, Mário Petrelli colocou no ar a TV Cultura, Canal 12 de Chapecó, cuja concessão havia sido assinada pelo presidente Geisel em julho de 1978. O governador Jorge Bornhausen e outras autoridades do estado participaram da solenidade de inauguração. A nova emissora surgiu já afiliada ao então recém-criado Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), do empresário Sílvio Santos. Conforme Dulce Cruz (1996, p. 92-93), no entanto, em poucos meses Petrelli desistiu da difícil concorrência com a RBS TV/Rede Globo e resolveu vender sua nova televisão. O único comprador que apareceu foi o grupo de Sirotsky. Em janeiro de 1983, a renomeada TV Chapecó passou a ser a quarta geradora da RBS em Santa Catarina. A negociação foi regularizada, junto ao Ministério das Comunicações, em 1985. Estava encerrada, assim, esta primeira fase da Rede Brasil Sul de Televisão em Santa Catarina.<sup>344</sup>

A rede regional da EPTV começou a operar em 12 de novembro de 1980, quando entrou no ar a TV Ribeirão, Canal 7 de Ribeirão Preto (SP). Esta foi a segunda emissora do grupo<sup>345</sup> criado por José Bonifácio Coutinho Nogueira, que desde 1º de outubro de 1979

---

<sup>344</sup> Depois, até o final do século XX, a RBS TV conseguiria a sua quinta emissora em Santa Catarina, na cidade de Criciúma. No Rio Grande do Sul, naquela época, ela já contava com 12 geradoras de televisão, além de quatro jornais diários e 12 emissoras de rádio. Assim, a RBS era, certamente, o maior conglomerado de comunicação da região sul, um dos mais importantes do país, e a principal parceira nacional da Rede Globo (GOLEMBIEWSKI, 2008, p. 40-41).

<sup>345</sup> Inicialmente, o nome oficial do grupo era Empresa Paulista de Televisão. Só com a chegada da segunda emissora, e já vislumbrando a futura fase de expansão, é que o proprietário passou a adotar o nome de Emissoras

contava com a TV Campinas, Canal 12. Ambas as emissoras nasceram afiliadas à Rede Globo, que exatamente naquela época estava começando a desenvolver o seu projeto de regionalização e, para isto, montara a Central Globo de Afiliadas e Expansão. A nova unidade ficou responsável por orientar e assessorar as estações afiliadas em suas necessidades relativas à programação geral, engenharia e telejornalismo (BAZI, 2001, p. 23).

As duas primeiras concessões foram outorgadas, ao advogado e empresário da agroindústria Coutinho Nogueira, pelo então presidente Ernesto Geisel. Assim como ocorreu no Paraná, com os políticos Paulo Pimentel e José Carlos Martinez, também Coutinho Nogueira, ainda que em menor proporção, possivelmente tenha encontrado facilidade nas conquistas de suas concessões porque contava com o respaldo de ex-governadores paulistas bastante próximos ao comando militar de Brasília. Ele foi secretário estadual por duas vezes: da Agricultura, no governo de Carvalho Pinto (1959-1964), e da Educação, no mandato de Paulo Egydio Martins (1975-1979), durante o qual conseguiu as concessões de Geisel. Antes de ter suas próprias emissoras, Coutinho Nogueira havia sido o coordenador da criação e o primeiro presidente da Fundação Padre Anchieta, mantenedora da TV Cultura de São Paulo, durante a gestão do governador Abreu Sodré (1967-1971).<sup>346</sup>

Para se mensurar o nível do prestígio de Coutinho Nogueira<sup>347</sup>, basta citar que na inauguração da TV Campinas estiveram presentes o presidente da Rede Globo, Roberto Marinho, o ex-prefeito de São Paulo, Olavo Setúbal, e o prefeito de Campinas, Francisco Amaral, entre outras autoridades. Afinal, era a chegada da primeira emissora de televisão da maior cidade do interior de São Paulo.<sup>348</sup>

De maneira bastante semelhante à RBS TV, as Emissoras Pioneiras de Campinas apostaram em uma programação regional baseada em telejornais e outros programas

---

Pioneiras de Televisão (EPTV). Disponível em: <<http://www.eptv.globo.com/empresas/historico.aspx>>. Acesso em: 04 nov. 2011.

<sup>346</sup> BAZI, 2001, p. 35.

<sup>347</sup> Nascido em 1923, na capital São Paulo, Coutinho Nogueira era filho do ex-deputado federal Paulo Nogueira Filho. Ele foi presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) e formou-se, em Direito, pela Universidade de São Paulo (USP), em 1947. Assim que foi instalado o regime militar, Coutinho Nogueira foi nomeado pelo presidente Castelo Branco para o Conselho Nacional de Economia e para a Comissão Consultiva do Banco Central do Brasil S/A. Ele teve intensa participação em órgãos classistas de diversos setores empresariais, da economia e da cultura. José Bonifácio Coutinho Nogueira morreu em 9 de janeiro de 2002. Disponível em: <<http://www.eptv.globo.com/emissoras/historico.aspx>>. Acesso em: 04 nov. 2011.

<sup>348</sup> A segunda emissora inaugurada em Campinas foi a TV Princesa d'Oeste, em fevereiro de 1985. A concessão fora outorgada pelo presidente João Figueiredo, para Blota Júnior e Raphael Pereira da Silva. Ela entrou no ar retransmitindo a programação da TV Record de São Paulo. A terceira estação foi a TV Band Campinas, que entrou em operação em 1990. Sua concessão havia sido homologada pelo presidente José Sarney, para Salomão Esper Salomão e João Carlos Saad, da Rede Bandeirantes (ROLDÃO, 2009, p. 13-17).

informativos, para construir a sua credibilidade perante o público telespectador e o mercado publicitário. Somava-se a isto a incontestável liderança de audiência que a Rede Globo já alcançara naquele início da década de 1980, e que transferia automaticamente para suas afiliadas. Esta foi, segundo o pesquisador de comunicação Rogério Bazi (2001, p. 45), a fórmula do sucesso utilizada pela EPTV: programação nacional no padrão de qualidade da Rede Globo aliada a boas produções locais e regionais.

Outra característica similar entre a EPTV e a Rede Brasil Sul dizia respeito ao tipo de parceria que mantinham com a Rede Globo: elas eram grupos de emissoras apenas afiliadas, e não sócias de Roberto Marinho, do ponto de vista patrimonial. Possivelmente, devido ao número de canais em funcionamento e à abrangência de cada rede, as condições de afiliação das Emissoras Pioneiras<sup>349</sup> eram menos vantajosas que as da RBS TV:

O contrato de afiliação de uma estação regional não é o mesmo para todas as emissoras, levando-se em conta, nesse caso, a cobertura geográfica da TV regional e o potencial de consumo do mercado. Em linhas gerais, o contrato de afiliação prevê a uma emissora regional receber toda a programação nacional da Globo, sem precisar pagar nada por isso; mas, terá que dividir o lucro da venda dos anúncios regionais e estaduais.<sup>350</sup>

Esses contratos de afiliação, independente de qual seja a rede nacional de TV, são documentos que objetivam o estabelecimento de parcerias comerciais e, por isto, normalmente permanecem mantidos em sigilo pelas duas partes envolvidas. Entre os diretores e ex-diretores de emissoras paranaenses entrevistados, nenhum se dispôs a detalhar aqueles contratos, em termos numéricos de participação no faturamento. O ex-diretor geral da Rede Globo durante 11 anos, Walter Clark (1991, p. 285), explica como funcionavam os primeiros contratos dela com as afiliadas, na década de 1970:

Nós dividíamos os espaços comerciais disponíveis em cada emissora meio a meio. A metade destinada aos comerciais locais era vendida pelos afiliados, que ficavam com a íntegra do que faturassem. A outra metade, a dos comerciais nacionais, era vendida pela Globo, e o que faturássemos rachávamos com as afiliadas. Com isso, nós tínhamos, objetivamente, uma participação de 25 por cento em vinte estações de televisão de todo o país, sem qualquer aporrinhamento com administração, contabilidade, direção artística. Nós fornecíamos a programação, fazíamos a venda e os parceiros –

<sup>349</sup> Na sequência, a EPTV expandiu os seus negócios e inaugurou mais duas emissoras: a TV Sul de Minas, em Varginha (MG), em agosto de 1988, e a TV Central, em São Carlos (SP), em julho de 1989.

<sup>350</sup> BAZI, 2001, p. 26.

todos eles empresários muito competentes – geriam o negócio. Era e ainda é um ótimo esquema.

Assim, este tipo de acordo comercial deu origem aos contratos de afiliações que, nos anos seguintes, foram sendo readequados às suas necessidades pela Rede Globo e demais redes nacionais concorrentes: Bandeirantes, Record, Manchete e o SBT. Além destas duas redes regionais – a RBS TV e a EPTV –, outras com características bastante parecidas foram montadas pelo país, até a primeira metade da década de 1980. Entre elas, podem ser destacadas as redes Anhanguera, Matogrossense e Amazônica.

A Rede Anhanguera, com sede em Goiânia (GO), começou a ser formada em 1976, quando a TV Anhanguera de Araguaína (TO) juntou-se à TV Anhanguera, da capital goiana, em operação desde 1963. Afiliada da Rede Globo, em 1977 ela colocou no ar a TV Rio Formoso, de Gurupi (TO), e, em 1980, a TV Tocantins, de Anápolis (GO). Pertencente à família do empresário Jaime Câmara Júnior, a Rede Anhanguera chegou ao final do século passado com nove emissoras de televisão.<sup>351</sup>

A Rede Matogrossense de Televisão (RMT) teve início em 1967, com a inauguração da TV Centro América, Canal 4 de Cuiabá (MT). A primeira emissora do grupo, fundado por Eduardo Elias Zahran, fora a TV Morena, Canal 6 de Campo Grande (MS), em operação desde dezembro de 1965. Afiliada à Rede Globo desde 1976, nos anos seguintes a RMT passou a contar com emissoras em mais cinco cidades: Corumbá e Ponta Porã, em Mato Grosso do Sul, Rondonópolis, Sinop e Tangará da Serra, em Mato Grosso.<sup>352</sup>

A Rede Amazônica foi criada em 1974, quando a TV Roraima, de Boa Vista, foi passada pelo governo daquele então território federal ao grupo do jornalista e empresário Phelippe Daou. A primeira emissora da rede havia sido a TV Amazonas, de Manaus (AM), que já operava desde 1972. Depois, chegaram outras três estações, em Rondônia, no Acre e no Amapá. As cinco emissoras, que não simultaneamente tinham veiculado as programações da Tupi, Record e Bandeirantes, unificaram afiliação à Rede Globo somente em 1986.<sup>353</sup> Contando com quase uma centena de emissoras repetidoras no interior daqueles estados, a

---

<sup>351</sup> Disponível em: <<http://www.redeanhanguera.com.br/>>. Acesso em: 02 nov. 2011.

<sup>352</sup> Disponível em: <<http://www.rmtonline.globo.com/>>. Acesso em: 02 nov. 2011.

<sup>353</sup> A Rede Globo chegou ao fim de 1985 ocupando o lugar de quarta maior rede de televisão do planeta, atrás apenas das norte-americanas ABC, BBS e NBC. Ela cobria 98% do território brasileiro, contando com cinco emissoras próprias e 51 afiliadas, das quais três no Paraná. A Rede Globo alcançava uma audiência nacional diária, média, de 70% e faturava cerca de 50% de toda verba publicitária anual do Brasil, além de exportar programas para 128 países (MATTOS, 2002, p. 116-120).



Amazônica era no final do século XX a rede de TV que cobria a maior região brasileira em extensão geográfica. Naquela região, a Rede Amazônica não operava apenas em Tocantins e no Pará, estados que contavam com outras redes regionais afiliadas da Rede Globo<sup>354</sup>.

#### 4.2 As três primeiras redes regionais do Paraná

No Paraná, as negociações empresariais de emissoras de televisão e consequentes mudanças no comando das concessões delas, ocorridas durante o período estudado e analisadas nos dois capítulos anteriores, levaram a uma grande concentração de canais sob o domínio de poucos grupos regionais, no final de 1985. Tanto que, das doze emissoras em funcionamento no estado, três (25%) pertenciam ao Grupo Paulo Pimentel (GPP); três (25%) eram da Rede Paranaense de Televisão (RPTV); duas (16,66%) estavam com as Organizações Martinez (Rede OM); duas pertenciam a João Milanez e sócios – apesar de não operarem em rede; e somente duas, a TV Esplanada e a TV Vanguarda, eram concessões de dois grupos específicos.<sup>355</sup>

A Tupi<sup>356</sup>, que só formalizou a sua rede nacional em 1974 – quando contava com 15 emissoras próprias e nove afiliadas –, no Paraná pouco tempo teve para utilizar aquela nova infraestrutura tecnológica propiciada pelo regime militar. Isto porque, coincidentemente, também naquele ano<sup>357</sup>, os administradores do espólio dos Diários e Emissoras Associados venderam o último canal que operavam no estado, a TV Paraná, de Curitiba, para o grupo de Oscar Martinez. A TV Coroados, Canal 3 de Londrina, havia sido negociada, em 1973, com o ex-governador Paulo Pimentel.

<sup>354</sup> Disponível em: <<http://www.redeglobo.globo.com/redeamazonica/>>. Acesso em: 2 nov. 2011.

<sup>355</sup> Não obstante, essa situação de concessões individualizadas no Paraná não duraria por muito tempo: a TV Vanguarda foi vendida, em 1988, ao dono da futura Rede Independência de Comunicação (RIC), Mário Petrelli; e a TV Esplanada foi comprada, em 1993, pela RPTV. E, a partir de 1986, todas as concessões de canais de televisão – aberta, privada e em VHF – foram outorgadas para grupos que já contavam com outras emissoras no estado.

<sup>356</sup> Mesmo tendo apoiado o golpe de 1964, Assis Chateaubriand – já gravemente adoentado havia quatro anos – não encontrou no primeiro presidente militar, Castelo Branco, o apoio financeiro do qual necessitava e que tivera nos governos anteriores; e também por isto viu suas empresas agonizarem diante de enormes dívidas fiscais, trabalhistas e previdenciárias. O fundador da TV Tupi morreu em 4 de abril de 1968 (MARTINS; DE LUCA, 2008, p. 179-205).

<sup>357</sup> *O Estado do S. Paulo*, São Paulo, 04 out. 1975. **Centenário**, p. 1. No final de 1974, no Brasil estavam em operação 57 estações geradoras comerciais de televisão, das quais seis no Paraná. Apenas três redes – Tupi, Globo e Record-REI – aglutinavam todas as emissoras afiliadas do país.

Quatro anos antes de adquirir a TV Coroados, Pimentel, não obstante, já tinha começado a montar a sua rede de emissoras de televisão. Em uma trajetória empresarial que, guardadas as devidas proporções, continha algumas semelhanças com a de Roberto Marinho e da TV Globo, a ascensão de Pimentel no setor das comunicações fazia parecer que ele, também, havia sido escolhido para ser um parceiro preferencial do regime militar no Paraná. Tanto que os dois primeiros presidentes do regime – Castelo Branco e Costa e Silva – concederem um canal de televisão, cada um, ao titular do Palácio Iguçu.

Além de inaugurar suas duas emissoras, Pimentel conseguiu durante o período de seu governo (1966-1971) importantes investimentos do governo federal – por intermédio do Ministério das Comunicações e suas empresas – na estruturação de centros repetidores de televisão e na expansão da rede de troncos de micro-ondas. Esta infraestrutura iria possibilitar, a partir de 1970, a formação de redes regionais para transmissões simultâneas entre as emissoras instaladas em Curitiba e as no interior.

Antes disto, entretanto, o Grupo Paulo Pimentel (GPP) realizou a primeira transmissão simultânea em rede da história da televisão paranaense. Ela aconteceu na tarde de 31 de agosto de 1969, um domingo, com a transmissão ao vivo do jogo entre as seleções de futebol do Brasil e Paraguai, portanto, no dia anterior ao da noite de estreia do Jornal Nacional e da inauguração oficial do tronco sul de micro-ondas da Embratel. E foi por meio deste tronco – em fase final de testes – que a TV Record transmitiu as imagens e sons daquele jogo, ocorrido no Maracanã, do Rio de Janeiro até a TV Iguçu, em Curitiba. A Iguçu repassou os sinais, através de uma conexão, para a sua coirmã TV Tibagi, de Apucarana, que então retransmitiu o jogo para o interior do Paraná.

O advogado e jornalista Délio César, primeiro diretor de telejornalismo da TV Tibagi, lembra como foi realizada aquela inédita operação:

Tínhamos inaugurado a Tibagi havia pouco mais de um mês. Ainda não existiam, no interior do Paraná, condições técnicas normais para aquele tipo de transmissão. Os jogos de futebol, gravados no domingo em VT, em São Paulo ou no Rio de Janeiro, nós passávamos na Tibagi na segunda ou terça-feira à noite. Transmitir, ao vivo, aquela partida da seleção brasileira foi um novo desafio que nos propusemos a enfrentar. Para isto, a nossa equipe de engenheiros e técnicos montou uma antena no alto do morro da Pedra Branca.<sup>358</sup> As dificuldades foram muitas, durante dias de trabalho no meio do

---

<sup>358</sup> O morro da Pedra Branca, na serra do Cadeado, localizada no município de Ortigueira, é um dos pontos mais altos do Paraná, com 1.150 metros. Ele está situado a aproximadamente 250 km de Curitiba e a cerca de 120 km de Apucarana, que tem altitude em torno de 960 metros. Nos anos e décadas seguintes, a Embratel, a Telepar,

mato. Esta antena improvisada captava os sinais de micro-ondas emitidos pela TV Iguaçu, na capital, e os repassava para nós, na Tibagi. A antena da Tibagi recebia e reemitia os sinais para as antenas dos telespectadores. Foi a primeira transmissão direta e ao vivo da televisão no estado. Para nós, foi uma grande vitória, uma emoção inesquecível.<sup>359</sup>

Délio César, que foi diretor da TV Tibagi até julho de 1975, não sabe precisar se havia, durante aquela experiência de transmissão ao vivo, outras torres retransmissoras dos sinais entre Curitiba e a Pedra Branca, e dela até Apucarana.<sup>360</sup> Ele comenta que os telespectadores reagiram assustados e com curiosidade, porque não entendiam como funcionaria aquela transmissão “direta e ao vivo” de estreia:

Todos estavam acostumados a ouvir a transmissão dos jogos de futebol, pelo rádio, no domingo, e só uma ou duas noites depois assistir ao videoteipe na televisão. Quando começamos a anunciar na TV Tibagi, que a partida do Brasil contra o Paraguai seria passada ao vivo, ninguém acreditou. Centenas de telespectadores ligaram na sede televisão, em Apucarana, pedindo explicações, querendo saber exatamente o que significava aquilo. Foi engraçado: era a curiosidade popular diante do novo. Durante horas, houve um congestionamento em três linhas telefônicas da Tibagi. Não tínhamos como avaliar na época, mas certamente aquela foi a primeira grande audiência da história da TV Tibagi. Conquistamos um grande público com aquela ousada operação, que acabou em sucesso absoluto, graças ao pessoal da engenharia.

No entanto, por causa das dificuldades técnicas e dos custos operacionais, aquela foi uma transmissão pioneira e única, pelo menos naquele modelo. A rede de transmissões simultâneas entre as duas emissoras do GPP só se tornou possível e definitiva, em condições técnicas adequadas, com a inauguração do Centro de Televisão de Londrina. Instalado por meio de uma parceria da Embratel com a Telepar, o centro foi inaugurado na noite de 30 de maio de 1970 e contava com a capacidade para “transmissões ao vivo de acontecimentos nacionais e internacionais”, que até então “estava presente apenas em poucas capitais de estados brasileiros”.<sup>361</sup>

---

algumas emissoras de TV e de rádio, além de empresas telefônicas, instalaram antenas repetidoras de sinais no morro da Pedra Branca.

<sup>359</sup> Esta declaração de Délio César é parte da entrevista concedida ao pesquisador, em Londrina, no dia 17 de outubro de 2011, na residência do entrevistado.

<sup>360</sup> A primeira emissora a realizar este tipo de conexão – também chamada pelos técnicos de *link* – no país, para transmitir em rede, foi a TV Tupi, por ocasião da inauguração de Brasília, em abril de 1960. Com incentivo – verbas e instalação de torres retransmissoras por 1.200 km – do presidente JK, a conexão uniu as Emissoras Associadas do Rio de Janeiro e da nova capital (SIMÕES; COSTA; KEHL, 1986, p. 191).

<sup>361</sup> **Paraná agora interligado também pela TV.** *Folha de Londrina*, Londrina, 31 maio 1970, p. 1 e 9. A primeira conexão em rede internacional para o interior do Paraná, simultânea e ao vivo, aconteceu no dia

A cerimônia de inauguração do centro de TV foi presidida pelo governador Paulo Pimentel e transmitida, ao vivo, somente pelas emissoras de sua propriedade, a Iguaçu e a Tibagi. Daquela data em diante, as formações de redes de emissoras paranaenses ficou completamente facilitada, pelo sistema de micro-ondas que interligou Curitiba a Londrina, segundo avaliação de Délio César. Tanto que as duas redes então existentes no estado – a TV Paraná/TV Coroados e a TV Iguaçu/TV Tibagi – transmitiram vários jogos da “Copa do México”, incluindo todas as partidas da seleção brasileira. Délio César – que em 1973 assumiu a direção de jornalismo da TV Coroados – ressalva, contudo, que os novos recursos tecnológicos do Centro de Televisão pouco tinham sido aproveitados, nos anos seguintes à sua inauguração, pela emissora de Londrina, porque “ela contava com equipamentos ultrapassados e já estava em fase falimentar”.<sup>362</sup>

O primeiro Centro de Televisão do Paraná estava funcionando, desde abril de 1969, em Curitiba. O terceiro foi inaugurado no segundo semestre de 1970, em Maringá. A instalação destes centros e outros avanços tecnológicos eram partes prioritárias da política de integração nacional do governo militar, por meio da televisão, como foi analisado no Capítulo II. E o governo de Paulo Pimentel, aliado fervoroso dos presidentes Costa e Silva e Médici, havia se engajado fortemente na parceria, colocando a Telepar e demais órgãos estaduais do setor à disposição da Embratel e do Ministério das Comunicações. Como explica o jornalista Dino Almeida (1968, p. 22-23):

“Um estado que pode comunicar-se consigo próprio, é um estado integrado.” Esta frase, de Paulo Pimentel, durante a prestação de contas de seu governo perante a Assembléia Legislativa do Estado, define bem o pensamento e os propósitos do governador, com referência à expansão dos serviços de telecomunicações no Paraná. O superdesenvolvimento deste Estado exige a concretização de iniciativas do setor em grau superlativo. [...]. A rede de microondas já interliga o Pôrto de Paranaguá e o norte do Estado, através de Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Araçongas, Cornélio Procópio, Jacarezinho, Maringá, Nova Esperança, Paranavaí, estando em construção mais 10 estações de comutação e cinco repetidoras.

Almeida deixou de comentar, entretanto, que a rede de emissoras do então governador seria uma das principais beneficiadas com o avanço dos troncos de micro-ondas e dos centros de televisão pelo interior do Paraná. Um entusiasmo, porém, compreensível, posto que até a

---

seguinte à festa de inauguração do centro de TV de Londrina, quando a Coroados e a Tibagi transmitiram o jogo das seleções do México e União Soviética, na abertura do ainda chamado de Campeonato Mundial de Futebol.

<sup>362</sup> CÉSAR, em entrevista, em 17 out. 2011.

direção da *Gazeta do Povo*, antiga e cética concorrente do GPP, elogiou oficialmente Paulo Pimentel ao fim de seu governo. Foi no editorial<sup>363</sup> “Paraná tem novo Governo”, sobre a sucessão de Pimentel pelo governador Leon Perez, que ocorreria no dia seguinte. Dizendo-se otimista com o futuro governador, “um aliado político e amigo pessoal de Médici”, o autor do editorial citou “um vasto e em desenvolvimento sistema de telecomunicações”, como uma das boas heranças que receberá o novo governador.

Tendo deixado o governo do Paraná em 15 de março de 1971, Pimentel passou a dedicar-se integralmente à administração de suas empresas de comunicação: dois jornais, uma emissora de rádio e duas televisões. Desfrutando de grande prestígio junto ao presidente Emílio Garrastazu Médici, ele negociou com Roberto Marinho e estabeleceu parceria para afiliação<sup>364</sup> das TVs Iguazu e Tibagi à Rede Globo, em substituição à já decadente TV Record-REI. Desde o início de 1972, estas negociações foram noticiadas pela imprensa paranaense. Todavia, por mera coincidência ou por força de agenda definida no Palácio do Planalto, a estreia das emissoras do GPP com a programação da Rede Globo aconteceu somente em 31 de março de 1972, dia em que se comemorava o oitavo aniversário da “Revolução de 1964” e no qual foi inaugurada oficialmente, pelo presidente Médici, a TV em cores no país.<sup>365</sup> O ex-diretor comercial da Rede Globo, Walter Clark (1991, p. 212-213), registrou, superficialmente, como se deu a parceria:

[...]. A saída era ampliar a própria rede. Então, a operação em rede criou uma lógica própria, um moto-contínuo. Operar em rede implicava expandir a rede. Foi o que começamos a fazer a partir dali, sem parar mais. [...]. Enquanto isto, nós trabalhávamos também em direção do sul do país, seguindo o rumo do Tronco Sul da Embratel, o único que operava naquela época. [...]. De qualquer forma, só fomos entrar mesmo no Rio Grande do Sul em 1969, quando fechamos um acordo com o Maurício Sirotsky, dono da TV Gaúcha. Depois arrumamos parceiros em Santa Catarina e no Paraná: Konder Bornhausen e Paulo Pimentel, respectivamente.

<sup>363</sup> **Paraná tem novo Governo.** *Gazeta do Povo*, Curitiba, 14 mar. 1971, p. 3.

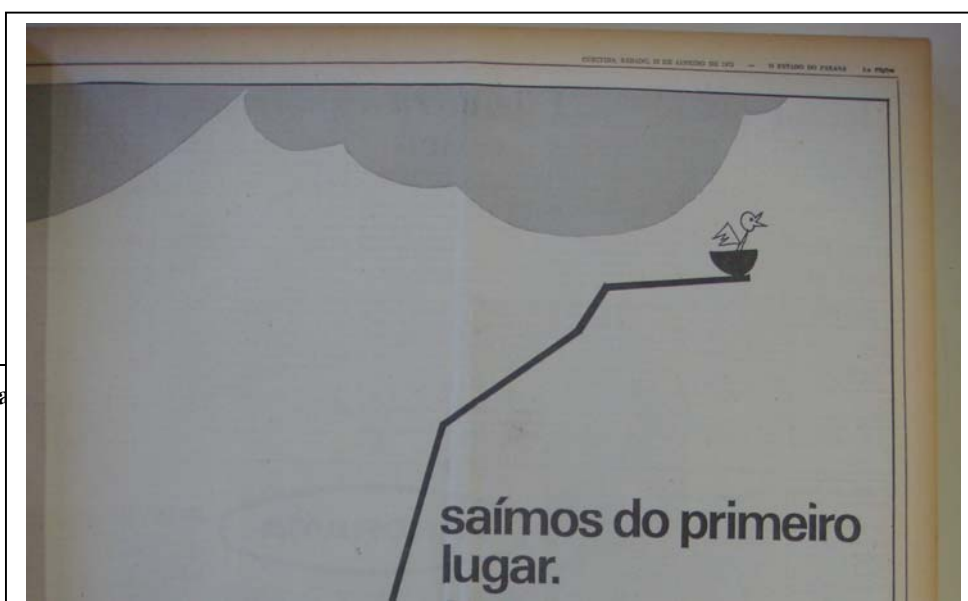
<sup>364</sup> Apesar de o sistema televisivo brasileiro ter se desenvolvido baseado no dos Estados Unidos, há diferenças significativas entre eles no tocante a afiliação de redes regionais às redes nacionais. Nos EUA, o relacionamento entre afiliada-rede é acima de tudo um acordo financeiro, uma sociedade, “usualmente guardado com carinho entre as partes”. Além disso, “lá, são as redes que brigam pelas emissoras e não o contrário”, como ocorre no Brasil. As redes norte-americanas ocupam, em média, no máximo 60% da programação das emissoras afiliadas; enquanto que aqui, elas ocupam mais de 90% do tempo no ar (SCARDUELLI, 1996, p. 26).

<sup>365</sup> *Folha de Londrina*, Londrina, 05 jan. 1972, p. 5; 10 fev. 1972, p. 5; 31 mar. 1972, p. 1 e 10.

A mudança de rede pelas emissoras do GPP repercutiu, inclusive, nacionalmente em reportagem publicada na revista *Veja*, cujo título era “Troca de canal”. Ilustrava o material uma fotografia do ex-governador, acompanhada da seguinte legenda: “Paulo Pimentel: o Ibope político”. De acordo com o texto, a troca da programação da Record-REI – que há um ano não conseguia sair do terceiro lugar em audiência no Paraná – pela programação da líder Rede Globo poderia significar um negócio empresarial, mas com intenções políticas:

[...]. Para o ex-governador Paulo Pimentel poderá ser, entre outras coisas, uma vitória política antecipada. Pelo acordo, firmado em dezembro do ano passado mas só agora divulgado, a Globo cede sua programação em troca de uma porcentagem (possivelmente 50%) dos anúncios nacionais veiculados no canal 4. Isso é o que diz Pimentel. Seus concorrentes, da TV Paranaense, ainda inconsoláveis com o golpe sofrido, afirmam que ele teve também que ceder parte das ações de suas TVs para atrair a Globo. É possível que, como empresário, Pimentel não tenha feito o melhor dos negócios. Como político, no entanto, ele não poderia desejar mais. Com duas emissoras líderes de audiência no Estado, será um candidato respeitável para qualquer cargo eletivo. “O Jornal Nacional”, diz ele, “vai projetar o Paraná no país inteiro e isso é bom para o Estado e para mim, que sou político”. [...].<sup>366</sup>

Esta foi a segunda vez que as emissoras de Pimentel substituíram a TV Paranaense em contrato de afiliação com uma rede nacional. Como visto anteriormente, a primeira havia ocorrido em 1967, quando a então recém-inaugurada TV Iguazu tomou o lugar do Canal 12 na parceria com a TV Record, que estava em vigência desde 1960. Para a Rede Globo, a mudança de parceiras no Paraná também se mostrou, inicialmente, bastante vantajosa: ela trocou uma emissora com dificuldades financeiras e equipamentos obsoletos, por duas estações com equipamentos modernos e bem estruturadas economicamente; além de poder expandir seus sinais e negócios para o interior do estado, onde nunca estivera presente.



Fotografia 13 – Emissoras do GPP comemoraram afiliação à Rede Globo<sup>367</sup>

O anúncio acima, sobre a parceria das emissoras de Pimentel com a Rede Globo – o primeiro de uma série que seria impressa durante semanas em *OEPR* –, publicado dois meses e meio antes da nova programação entrar no ar, já previa a utilização das imagens coloridas para as futuras transmissões do “desfile das Escolas de Samba” e de jogos no “Maracanã em dia de clássico”. Nota-se o entusiasmo com a exibição de acontecimentos exteriores à realidade paranaense, que eram centrais na produção daquela rede carioca de televisão. Anos mais tarde, a centralização da produção televisiva da Rede Globo no ambiente, nos costumes e na cultura do Rio de Janeiro seria bastante criticada.

Contando com a programação completa da Rede Globo, na época já líder nacional de audiência com folga sobre a concorrência enfraquecida, o Grupo Paulo Pimentel começou a planejar a expansão dos seus negócios comunicacionais. A tentativa inicial de Pimentel, neste sentido, foi concorrer junto ao Ministério das Comunicações pelo primeiro canal de televisão

---

<sup>367</sup> *O Estado do Paraná*, Curitiba, 15 jan. 1972, p. 3.

disponível para a cidade de Maringá. Ele, porém, não obteve sucesso e perdeu a disputa para o grupo maringaense liderado pelo empresário Samuel Silveira e pelo bispo Dom Jaime Luiz Coelho, como foi visto no Capítulo III.

O segundo projeto de Paulo Pimentel, para a expansão de sua rede, obteve êxito com a aquisição da TV Coroados, Canal 3 de Londrina, em outubro de 1973. Segundo Ronald Stresser, a venda da TV Coroados para Pimentel teve como motivo principal a afiliação das emissoras do GPP à Rede Globo:

A crise da TV Coroados se acentuou com a ida das TVs do Paulo Pimentel para a Rede Globo. Isto, porque a TV Tibagi, de Apucarana, já entrava forte em Londrina; e depois, com a programação da Globo, ela aumentou muito a audiência dela em Londrina. A Coroados sofreu este impacto muito fortemente. Então, falei com o meu pai, que já estava muito doente, e ele concordou em vendê-la. Procurei o Nassib Jabur, homem forte do Pimentel, e propus o negócio. Estabelecemos a negociação, estudamos ofertas e propostas, acertamos o preço e a forma parcelada de pagamento. Uma semana depois de meu pai falecer, nós fechamos o negócio da venda, ainda em 73.<sup>368</sup>

Délio César confirma a versão de Ronald Stresser.<sup>369</sup> Ressaltando que não contou com qualquer intervenção política do Palácio Iguazu ou de Brasília para facilitar a compra do Canal 3, Pimentel explica que participou somente da última reunião de negociação:

Quando eu comprei a Coroados, ela já era do Adherbal Stresser, que era o pai, e do Ronald Stresser, que era filho único. Eles tinham 100 por cento das ações. Foi uma negociação direta, resolvida em um almoço aqui no Country Club de Curitiba. Eles me chamaram lá, querendo vender. Abriram o preço, discutimos um pouco, e eu comprei. Não paguei à vista, o preço total foi parcelado.<sup>370</sup>

Assim, o GPP se ampliou e entrou em 1974 comandando três das seis emissoras de televisão que operavam no Paraná. Um sinal inequívoco de que a primeira rede regional de TV no estado estava implantada e a todo vapor, além de contar com a exclusividade da programação líder de audiência da já poderosa Rede Globo.<sup>371</sup> Aquele ano deve ter sido muito

<sup>368</sup> STRESSER, em entrevista, em 13 ago. 2010.

<sup>369</sup> CÉSAR, em entrevista, em 17 out. 2011.

<sup>370</sup> PIMENTEL, em entrevista, em 03 jun. 2009.

<sup>371</sup> *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 04 out. 1975. *Centenário*, p. 3. Naquela época, a Rede Globo já contava com cinco emissoras próprias – Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e Recife – e 14 afiliadas, entre as quais as TVs de Pimentel.



lucrativo para Paulo Pimentel, do ponto de vista empresarial, porque ele ingressou em 1975 realizando novos investimentos, como o lançamento do jornal diário *Panorama*, em Londrina.

Todavia, os negócios do grupo de Pimentel sofreriam em breve uma completa reviravolta, motivada por questões políticas envolvendo o Palácio Iguazu e o Palácio do Planalto. A crise teve início ainda no segundo semestre de 1975, mas foi completada em 1976, com a perda da TV Coroados e a desfiliação de suas emissoras da Rede Globo. Por ter sido o episódio mais emblemático e ilustrativo – no tocante às relações da televisão com a política no Paraná, no período de 30 anos pesquisados –, ele será analisado e interpretado com especial atenção à frente, no tópico 4.3.

Em 1978, Pimentel afiliou a TV Iguazu e a TV Tibagi à Rede Tupi, que se encontrava em franca decadência e terminou extinta em 1980. No ano seguinte, as duas emissoras do Grupo Paulo Pimentel afiliaram-se ao recém-criado Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). Em setembro de 1985, Pimentel colocou no ar, em caráter definitivo, a sua TV Naipi, Canal 12 de Foz do Iguazu. Ela já nasceu afiliada ao SBT.

Para comemorar a chegada da terceira estação televisiva do GPP, *O Estado do Paraná* publicou um encarte especial. Na última página daquele tabloide, o título da única reportagem, em tom majestoso, era: “O Paraná conquistado”. A ilustração de quase meia página foi o mapa do Paraná, dividido em três grandes partes, sendo que cada uma delas estava caracterizada com a logomarca de uma emissora de Pimentel: TV Iguazu (Curitiba, sul e litoral); TV Tibagi (Apucarana, norte, noroeste e centro); TV Naipi (Foz do Iguazu, oeste e sudoeste). No texto, na metade inferior daquela contracapa, podia-se ler:

A TV Naipi vem somar-se as TVs Iguazu e Tibagi, no trabalho de cobertura informativa e de lazer de todo o Paraná. [...]. Afiliadas ao SBT, as três TVs formam a única Rede Televisiva totalmente paranaense. A Naipi vem preencher a última lacuna que havia no Paraná, sem emissora de televisão.<sup>372</sup>

Era uma prova cabal de que o Grupo Paulo Pimentel chegara ao fim do regime militar, e do período pesquisado, com a sua rede regional de emissoras televisivas – a primeira e de

---








<sup>372</sup> **O Paraná conquistado.** *O Estado do Paraná*, Curitiba, 20 set. 1985. Caderno especial, p. 16. Em meados de 2007, Paulo Pimentel vendeu as quatro emissoras que colocou no ar ao longo de exatos 40 anos – as TVs Iguazu, Tibagi, Naipi e Cidade – ao grupo do empresário e apresentador de televisão Carlos Massa, o “Ratinho”. Os quatro canais seguiram retransmitindo, com exclusividade para o Paraná, a programação nacional do SBT. O valor do negócio teria ficado entre R\$ 60 milhões e R\$ 70 milhões. Sobre a negociação pode-se ler: DALPÍCOLO (2010, p. 174) e a reportagem “Emissoras do SBT no Paraná estão à venda”. *Jornal de Londrina*, Londrina, 27 abr. 2007, p. 8.

maior cobertura no Paraná – consolidada por contar com três dos 12 canais em operação no estado.

Outro grupo que terminou 1985 com três emissoras foi a Rede Paranaense de Televisão (RPTV), pertencente aos mesmos sócios da *Gazeta do Povo*. E o terceiro canal da RPTV era justamente a TV Coroados, comprada de Paulo Pimentel no fim de 1979. Esta aquisição possibilitou à segunda rede do estado a expansão de seus negócios e da área de abrangência operacional, que já contavam com a TV Paranaense, em Curitiba desde janeiro de 1969, e com a TV Cultura de Maringá, incorporada em janeiro de 1979. Foi assim que o grupo curitibano, liderado por Francisco Cunha Pereira Filho e Edmundo Lemanski, estruturou-se para a formação da sua rede regional de televisão, que anos depois passou a integrar a Rede Paranaense de Comunicação (RPC).<sup>373</sup>

A história da formação da RPTV guarda uma peculiaridade, no mínimo, curiosa: ela foi a única, entre os grupos que constituíram redes regionais de TV no Paraná, no período pesquisado, que não obteve junto ao Executivo nacional nenhuma concessão de canal televisivo. Nas duas vezes em que os sócios da *Gazeta* concorreram à concessão de emissora, perderam para Pimentel aquelas que vieram a ser a TV Iguaçu, em Curitiba, e a TV Naipi, em Foz do Iguaçu. Desta maneira, este grupo de comunicação optou por investir na compra de canais já em funcionamento, e cujos donos passavam por problemas econômicos ou políticos.

Quadro 3 – As Emissoras de TV do Paraná e suas afiliações a Redes Nacionais (1960 – 1985)

REDES EMISSIONAS	EXCELSIOR 	TUPI 	RECORD 	GLOBO 	BAND 	SBT 	MANCHETE 
PARANAENSE	1965/67		1960/67 1972/76	1968/71 1976/85			
PARANÁ		1960/78			1978/85		
COROADOS		1963/73 1975/76		1973/78 1976/79 1980/85			
IGUAÇU		1978/80	1967/72	1972/76		1981/85	
TIBAGI		1978/80	1969/72	1972/76		1981/85	

<sup>373</sup> A Rede Paranaense de Comunicação (RPC) só foi criada, oficialmente, em novembro de 2000. Antes desta oficialização do conglomerado, havia a RPTV – com oito emissoras afiliadas à Rede Globo –, os diários *Gazeta do Povo* e *Jornal de Londrina*, e a Rádio 98 FM, que atuavam separadamente apesar de pertencerem ao mesmo grupo empresarial. Com a formalização da RPC, o seu núcleo de emissoras televisivas passou a ser identificado pela sigla RPCTV.

ESPLANADA	1972/80	1980/85
CULTURA	1975	1976/85 1975/76
TAROBÁ		1979/85
TROPICAL	1979	1980/85
VANGUARDA		1983/85
CURITIBA		1985
NAIPI		1985

Fonte: pesquisa do autor, com arte de Nadir Chaiben.

A primeira aquisição foi da emissora que mais tarde emprestaria seu nome à rede, a TV Paranaense de Nagibe Chede. O Canal 12 de Curitiba passava por dificuldades financeiras desde o final de 1967, quando perdera a programação da TV Record-SP para a então recém-inaugurada TV Iguaçu. Mesmo contando, a partir de 1968, com afiliação à nascente Rede Globo, Chede não conseguiu manter a liderança de audiência e reestabelecer o equilíbrio das contas de sua emissora (MAZÂNEK, 2004, p. 121-122). O próprio Chede lembra as causas que o levaram a negociar, em 1969, a TV Paranaense:

Ela não era muito rentável, até trabalhamos algum tempo com prejuízo. [...]. [a nossa] era a melhor programação de televisão. E nos índices de pesquisa, o Canal 12 estava sempre em primeiro lugar. Depois, quando se fundou o Canal 4, que era do então governador Paulo Pimentel, ele nos tirou toda esta programação [da Record-SP]. Daí, então, se deu o crescimento de audiência do Canal 4 e o decréscimo do Canal 12. Eu achei que não tinha condições financeiras de agüentar o prejuízo que esta organização estava dando. Esta é a razão porque eu vendi. [...]. Vendi para o Francisco, o Adolfinho Franco e o Lemanski. Mas permaneci com algumas ações durante um tempo. Aí, quando voltou a programação da Rede Globo para o Canal 12 [em 1976], foi uma das exigências da Rede Globo adquirir metade das ações. E, nesta ocasião, o que eu tinha eu liberei para o Francisco. E hoje, o Francisco e o Lemanski têm 50% e a Rede Globo tem os outros 50%.<sup>374</sup>

Não deixou de ser uma grande ironia, esta do mundo da televisão envolto pela política: Chede, que colocara sua TV Paranaense a serviço da eleição do candidato Paulo Pimentel, em 1965, quatro anos depois estava quebrado empresarialmente por ação direta da TV Iguaçu, pertencente ao já governador Pimentel. No livro escrito sob a encomenda de seus patrões,

<sup>374</sup> CHEDE, em entrevista, em 1985.

para comemorar os 50 anos da TV Paranaense, Sandro Dalpícolo (2010, p. 109) explica a estratégia de aquisição dos canais televisivos, utilizada pelo diretor-geral da *Gazeta do Povo*:

Pessoas próximas contam que Dr. Francisco sempre avaliou como positiva a compra da concessão de um particular, como Nagibe Chede. O novo dono acreditava que um negócio assim dava mais independência à emissora e o livrava de futuras cobranças por eventuais favores políticos, comuns a quem fosse se embrenhar nos atalhos das concessões públicas. Ao comprar a TV de um particular, era só pagar o valor combinada e pronto; não ficaria devendo obrigação a mais ninguém.

Este raciocínio, entretanto, era verdadeiro apenas em parte, naquela relativa à compra da televisão enquanto uma empresa, com seus prédios, estúdios, veículos, equipamentos e outros bens materiais. No tocante à concessão do canal, ele não tem completa validade. Isto porque, como se tratava da outorga de um serviço público – o canal para a operação de emissora de TV –, a concessão não podia legalmente ser vendida nem comprada. Ela era concedida exclusivamente pelo presidente República, que também detinha o poder sobre a transferência ou não do canal para um novo concessionário. Desta maneira, quem na prática “comprava” uma emissora dependia – politicamente, inclusive – do Executivo federal para a transferência da concessão do canal para sua empresa de comunicação.<sup>375</sup> Em alguns casos, a própria negociação de compra e venda, inclusive com a indicação dos beneficiados, era arranjada politicamente no Palácio do Planalto e na Esplanada dos Ministérios.

Pode ser, no entanto, que realmente este procedimento de compra da emissora exigisse menos trabalho de articulação política, junto aos titulares do Palácio Iguaçu e às autoridades de Brasília. Para os sócios do grupo *Gazeta do Povo*, por exemplo, que nas aquisições da TV Cultura e da TV Coroados já contavam com a parceria nacional da Rede Globo, parece que a estratégia funcionou a contento. Como comenta João Somma Neto (2007, p. 142-143), não obstante, os novos proprietários da TV Paranaense só conseguiram a segunda e definitiva afiliação à Rede Globo, em 1976, porque ela fazia parte de um plano de perseguição política e de desmantelamento financeiro do GPP, como se verá no próximo tópico:

[...] a emissora foi beneficiada com o episódio que transferiu para ela, por motivação política, a programação da Rede Globo, transmitida anteriormente

<sup>375</sup> Artigo 38, cláusula “c” do CBT: “A transferência da concessão, a cessão de cotas ou de ações representativas do capital social dependem, para sua validade, de autorização do Governo após o pronunciamento do Conselho Nacional de Telecomunicações; [...]”

pela TV Iguçu. O motivo desencadeador da transferência foi o rompimento entre Paulo Pimentel, dono da Iguçu, e Ney Braga, então ministro do governo militar. A programação da Globo, com maior índice de audiência na época, passou então novamente à TV Paranaense, que se expandiu comercialmente. O grupo que comanda o Canal 12 desde então transita com facilidade por todas as facções políticas do Estado, em virtude de sua ampla penetração, e de sua ligação empresarial com o maior e mais conceituado jornal do Paraná – a *Gazeta do Povo* –, e ainda por ser a emissora de maior audiência.

Também a negociação de compra da TV Paranaense pelos sócios da *Gazeta do Povo*, no final de 1969, representaria futuramente, pela importância de Francisco Cunha Pereira Filho em seu comando, aquilo que o sociólogo Ricardo de Oliveira (2001, p. 329) qualifica de a presença do “velho poder das famílias tradicionais na nova *mídia*”. Descendente de pai desembargador, e de avós e outros parentes atuantes na política estadual, Cunha Pereira Filho foi amigo e advogado do ex-governador Moysés Lupion, na década de 1960, em ações ajuizadas contra ele por pretensos credores. Renato Mazânek (2004, p. 1221-1222) conta que, “por um capricho do destino”, a TV Paranaense funcionou durante muitos anos, depois que passou a pertencer ao grupo da *Gazeta*, no Castelo do Batel, ex-residência privada do governador: “A emissora pela qual Lupion se empenhara para a liberação da concessão [para Chede] acabou instalada na própria casa dele, um acontecimento que poderia ter um significado de quase-homenagem.”

Comprada e assumida, a TV Paranaense ainda demoraria, contudo, mais dez anos para os sócios curitibanos adquirirem também TV Cultura, de Maringá, e começarem a estruturação daquela que seria a segunda rede de emissoras televisivas no estado. Neste ínterim, aconteceu um importante fato que definiria o futuro do grupo *Gazeta*: a sociedade com a Rede Globo, iniciada em abril de 1976. Uma equipe de executivos escalada pela direção da rede carioca – contando com experiência e recursos financeiros – se encarregou de organizar a produção, reequipar os setores e modernizar a administração do Canal 12 de Curitiba. Como lembrou o diretor da TV Paranaense, Edmundo Lemanski, em Dalpícolo (2010, p. 130): “Quando nós pegamos a [programação da Rede] Globo, ficamos sócios deles, aí nossos problemas acabaram. Aí, sobrou dinheiro, sobrou tudo... O [nosso] sucesso é por causa dessa parceria, com certeza.”

A aquisição da TV Cultura pelos sócios da TV Paranaense e Roberto Marinho foi sendo realizada em fases, entre junho de 1974 e dezembro de 1978. Porém, os novos

acionistas majoritários divulgam o início de 1979 como data oficial da incorporação definitiva. O contrato social que constituiu a sociedade por cotas para administração da TV Cultura de Maringá Ltda., de 1º de junho de 1968, foi alterado pela primeira vez em 25 junho de 1974, para admitir como sócios minoritários Francisco Cunha Pereira Filho, Adolpho de Oliveira Franco e Edmundo Lemanski. Na segunda alteração, realizada em assembleia de cotistas em 25 de julho de 1978, mas autorizada pelo Dentel somente em 5 de dezembro de 1978, José Roberto Marinho assumiu 50% das cotas, e Edmundo Lemanski ficou com outros 30% delas.<sup>376</sup>

Segundo Dalpícolo, a venda da TV Cultura teria sido facilitada, por seus acionistas, aos donos da TV Paranaense porque havia, entre eles, uma grande proximidade desde a inauguração da emissora maringaense:

[...]. Dr. Francisco havia ajudado os sócios da Cultura a resolver um problema grave. Samuel Silveira [o cotista majoritário original] havia comprado um transmissor no exterior, mas não tinha licença de importação para desembarcar a entrada do equipamento no Brasil. O transmissor acabou retido no Porto de Santos e apodreceu por lá mesmo. Como havia um prazo legal para que a emissora começasse a funcionar, as primeiras câmeras e o primeiro transmissor, que puseram o sinal da TV Cultura no ar, foram cedidos, por empréstimo pela TV Paranaense [...].<sup>377</sup>

O jornalista e escritor Sandro Dalpícolo (2010, p. 132), contudo, não comenta que esta proximidade entre os proprietários da TV Paranaense e os sócios da TV Cultura, possivelmente, se deveu ao fato que os primeiros eram também acionistas originais da emissora de Maringá:

O bom relacionamento foi mantido, mesmo depois da venda; tanto que, no novo contrato, dois antigos acionistas, Dom Jaime Coelho e Samuel Silveira, permaneceram como sócios minoritários da emissora. Para os telespectadores, a mudança de donos não trouxe novidade. Um ano antes, a Cultura já havia herdado a programação da Rede Globo, até então retransmitida pela TV Tibagi, de Paulo Pimentel.

Na realidade, a programação da Rede Globo já estava presente na TV Cultura havia mais de dois anos, desde abril de 1976, época em que houve o rompimento unilateral da empresa de Roberto Marinho com as emissoras de Paulo Pimentel. Controlada a maioria das

<sup>376</sup> ROBLES, 2007, p. 216.

<sup>377</sup> DALPÍCOLO, 2010, p. 132.

ações do Canal 8 de Maringá, os sócios do grupo *Gazeta* e Roberto Marinho tinham então duas emissoras de televisão no estado: a TV Paranaense e a TV Cultura. Estava dada concretamente assim, no início de 1979, a possibilidade para o funcionamento da segunda rede regional de estações televisoras no Paraná. E foi isto o que aconteceu, quase dez anos depois da entrada em operação da pioneira rede regional do GPP.

A Rede Paranaense de Televisão – formada, portanto, com o agrupamento dos canais 12, de Curitiba, e 8, de Maringá – começou a operar utilizando as gerações de áudio e vídeo através dos equipamentos e centros retransmissores da parceria Embratel/Telepar. Para aumentar a área de cobertura e melhorar a qualidade do seu sinal, a RPTV investiu pesado, ainda no final da década de 1970, na ampliação de uma rede própria de torres repetidoras pelo sistema de micro-ondas. Elas alcançavam os telespectadores em 150 municípios, nas regiões noroeste, centro e oeste do Paraná; da divisa com os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, até Foz do Iguaçu. Aos poucos, chegaram novas tecnologias:

Em 1982, a TV Cultura deixou de receber a programação [da TV Paranaense/Rede Globo] através de geração da Embratel (Telepar) e passou a receber através de satélite. As imagens eram recebidas pelo centro de televisão de Londrina e repassadas para Maringá através do sistema de microondas que pertencia a Telepar. Isso proporcionou que todos os telespectadores da região de cobertura da TV Cultura recebessem a programação da Rede Globo em tempo real. Em 1985, foi instalada uma rede de microondas própria para a recepção de imagens de Londrina.<sup>378</sup>

A segunda aquisição realizada, em conjunto, pelos sócios da *Gazeta do Povo* e por Roberto Marinho, a da TV Coroados, é comentada brevemente por Sandro Dalpícolo (2010, p. 133), que analisa ainda a consequência da terceira emissora no funcionamento da RPTV:

No ano seguinte [ao da aquisição da TV Cultura], em janeiro de 1980, os sócios da TV Paranaense [juntamente com Roberto Marinho] compraram a TV Coroados, de Londrina, que estava nas mãos da família Martinez. Do ponto de vista jurídico, foi um negócio complicado, como lembra Ronald Stresser, herdeiro do dono da emissora [...]. Foi neste período que as emissoras do grupo começaram a expandir suas áreas de cobertura. A expansão seguia em vários sentidos, partindo de Curitiba para o norte e para o oeste, passando por Guarapuava, tendo como guia as regiões mais habitadas do estado. No início a TV usava a estrutura da empresa de telefonia do Paraná, a Telepar, nos horários que a empresa dispunha de espaço para a transmissão de imagem e som. Por isso, era comum que a programação fosse intercalada com momentos em que a TV saía do ar.

---

<sup>378</sup> MARQUES; SILVA, 2002, p. 44.

Depois, a Telepar negociou horários ininterruptos e, mais tarde, é que foi possível montar rotas com equipamentos próprios.

Conforme Dalpícolo (2010, p. 141), somente um pouco “mais tarde, já na década de 80, é que surgiu o conceito de rede estadual, com as demais emissoras do grupo trabalhando em parceria com a TV Paranaense [...] principalmente no setor dos telejornais.” Desta forma, a Rede Paranaense de Televisão chegou ao fim de 1985 contando com três emissoras, todas com a programação da Rede Globo<sup>379</sup>, cobrindo praticamente 100% do território do Paraná, e já líder absoluta de audiência no estado. Na sequência, até a virada do século XX, a RPTV consolidou sua posição de maior e mais importante rede regional de emissoras do estado, comprando ou inaugurando outras cinco emissoras: TV Cataratas, de Foz do Iguaçu, em 1988; TV Esplanada, de Ponta Grossa, em 1993; TV Imagem, em Paranavaí, de 1997; TV Oeste, de Cascavel, em 1999; TV Guairacá, de Guarapuava, em 2000.<sup>380</sup>

A rede regional de emissoras das Organizações Martinez (Rede OM) foi a terceira e última a entrar em funcionamento no estado, até 1985. Ela começou a operar em 19 de agosto de 1979, data em que a TV Tropical, Canal 7 de Londrina, passou a veicular parte da programação nacional da Rede Bandeirantes, de São Paulo. A TV Paraná, primeira emissora do grupo fundado por Oscar Martinez, já era afiliada daquela rede paulista desde 1978. Porém, a Rede OM não pôde ser formada antes porque a TV Tropical, inaugurada em 10 de março de 1979, retransmitiu em seus primeiros cinco meses de funcionamento a programação da Rede Globo.

Situação semelhante havia ocorrido nos três anos anteriores, quando a segunda emissora comprada pelo grupo Martinez, a TV Coroados de Londrina, transmitiu também os programas da Rede Globo, de maio de 1976 a março de 1979. Naqueles dois períodos distintos, a família de Oscar Martinez possuía duas emissoras – uma em Curitiba e outra em Londrina –, mas não pôde estabelecer sua rede regional porque elas eram afiliadas a diferentes redes nacionais: Bandeirantes e Globo, respectivamente.

Assim que as TVs Paraná e Tropical encontraram-se afiliadas à Rede Bandeirantes, elas passaram a retransmitir a maioria de seus programas simultaneamente, alguns deles ao

---

<sup>379</sup> Naquele ano, uma peça publicitária comemorativa dos 20 anos da TV Globo anunciava que: “Liderança de audiência, amplo e flexível poder de cobertura e qualidade de programação formam o tripé que faz da Rede Globo o veículo de comunicação número um do País (*Revista da Abert*, Brasília, 01 maio 1985, p. 17). Em 1984, a Rede Globo já era tida como o maior conglomerado de emissoras televisivas da América Latina e a 4ª maior do planeta, atrás apenas das três grandes redes norte-americanas: ABC, CBS e NBC (NEVES, 2008, p. 35).

<sup>380</sup> DALPÍCOLO, 2010, p. 134-136.



vivo. Para isto, as emissoras da Rede OM utilizaram inicialmente a interligação por enlaces de micro-ondas da Telepar, através do Centro de Televisão de Londrina e, mais tarde, por sinais de satélite artificial alugado da EMBRATEL, como ocorrera anteriormente com a rede do GPP e com a RPTV.

A TV Paraná foi adquirida, em meados de 1974, dos administradores do espólio dos Diários e Emissoras Associados, como lembra Oscar Martinez:

Eu era muito amigo do Assis Chateaubriand, frequentei com meus meninos a casa dele, em São Paulo, durante alguns anos. Numa destas visitas, ele me falou: “Olha, Oscar, eu preciso vender a TV Paraná, e quero vendê-la para você.” E eu disse: mas, doutor, eu não sou do ramo, não mexo com televisão. E ele retrucou: “Mas, é um bom negócio e você pode fazer. Eu vou chamar o Edmundo e você conversa com ele.” Conversamos e ficamos de voltar ao assunto outro dia. Passados alguns anos, o Chateaubriand já tinha morrido, o Edmundo Monteiro voltou com a proposta. Um dia, eu vim a Curitiba e o Adherbal Stresser me mostrou a empresa, que estava numa ordem boa. Eu gostei do negócio e perguntei por que eles estavam vendendo. O Edmundo respondeu: “Estamos precisando fazer caixa.” Eu não tinha o dinheiro para comprar uma televisão, mas fomos à Caixa Econômica Federal, em Brasília e em São Paulo, arrumamos um empréstimo e compramos a TV Paraná.<sup>381</sup>

Martinez ressalta que, apesar de ter sido bem atendido por Adherbal Stresser – “um homem muito educado, administrador espetacular, que cuidava dos negócios de Chateaubriand, em Curitiba, com muita competência” –, a negociação toda foi conduzida por Edmundo Monteiro, em São Paulo: “Ele respondia pelo condomínio dos Diários e Emissoras Associados. Nós pegamos o dinheiro do financiamento e pagamos tudo direto para ele”.<sup>382</sup>

Ronald Stresser<sup>383</sup> confirma que não participou das negociações de venda da TV Paraná e do *Diário do Paraná*, e que seu pai Adherbal já tinha morrido, quando elas foram concretizadas:

O meu pai e eu não éramos sócio neste negócio; apenas diretores remunerados para tocar os dois órgãos em Curitiba. Eles foram vendidos ao grupo do Martinez diretamente em São Paulo. O acerto foi com o Edmundo Monteiro, porque o Chatô já tinha falecido. Os Diários e Emissoras Associados já estavam em processo falimentar. Era o Edmundo Monteiro quem mandava no condomínio que administrava o espólio de Chatô. Foi ele

<sup>381</sup> MARTINEZ, em entrevista, em 13 ago. 2010.

<sup>382</sup> MARTINEZ, em entrevista, em 13 ago. 2010.

<sup>383</sup> O ex-diretor da TV Paraná e ex-proprietário da TV Coroados é pai de uma única filha: a atriz Guta Stresser, que interpreta o papel de Maria Isabel no programa semanal “A Grande Família”, da Rede Globo.

que vendeu para o Oscar Martinez, que buscou financiamento na Caixa Federal para a compra da TV Paraná e do jornal *Diário do Paraná*. Depois, se ele pagou certo e honrou as suas dívidas, eu não sei, não tenho provas.<sup>384</sup>

Stresser fez este último comentário, a respeito da dúvida se Oscar Martinez teria ou não saldado suas dívidas, porque durante algum tempo houve denúncias, de políticos pela imprensa, segundo as quais o financiamento junto à Caixa Econômica Federal (CEF) não fora quitado. Uma delas foi publicada na matéria “Martinez: deputado quer esclarecimento”, produzida pela sucursal de Curitiba, sobre um suposto perdão da CEF às dívidas do grupo Martinez:

O deputado Nilso Sguarezi, do MDB do Paraná, anunciou sua decisão de levar aos seus colegas da bancada federal, o problema que não conseguiu esclarecer, durante a semana, sobre a “complicada e obscura” transação que envolveu a Caixa Econômica Federal e o grupo de Oscar Martinez, colonizador e empresário de comunicações no Paraná. [...]. A Caixa deu por encerrada a dívida contra Oscar Martinez, de um empréstimo originalmente obtido no valor de 19 milhões de cruzeiros, em dezembro de 1975. [...]. A dívida do grupo de Oscar Martinez com a Caixa já estava, quando foi lavrada a escritura de dação (5 de março, algumas semanas, portanto, antes da mudança de governo), em Cr\$ 67.533.106,03, incluindo-se multas, juros e correção monetária [...]. O dinheiro teria sido empregado, de forma também muito obscura, na compra pelo grupo do Jornal *Diário do Paraná* e da TV Paraná, Canal 6 de Curitiba, então pertencentes ao condomínio dos Diários Associados. [...]. De qualquer modo, o que chama mais atenção no contrato celebrado com a Caixa para a tomada dos 19 milhões em 75 é uma das “cláusulas especiais” do documento, que confere à emprestadora o direito de receber os valores mensais provenientes dos contratos de publicidade que viriam ser firmados entre as empresas de comunicação de Martinez e o governo do Estado, como uma das formas de pagamento da dívida.<sup>385</sup>

Esta denúncia, de que a Caixa Econômica Federal teria quitado a dívida do grupo Martinez sem ter recebido por ela, foi divulgada algumas vezes em *O Estado do Paraná*, inclusive tendo sido tema de matéria de capa.<sup>386</sup> Isto se deu em meio ao acirramento da disputa de Pimentel e Martinez pela TV Coroados, então ameaçada de cassação e fechamento pelo Ministério das Comunicações, como será mostrado no próximo tópico deste capítulo. Atualmente, mais de três décadas depois, Oscar Martinez afirma que tudo não passou de um mal entendido e de boatos maldosos: “É lógico que pagamos tudo certinho, conforme o

<sup>384</sup> STRESSER, em entrevista, em 13 ago. 2010.

<sup>385</sup> **Martinez: deputado quer esclarecimento.** *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 abr. 1979, p. 30.

<sup>386</sup> **Ainda repercute “perdão” a OM.** *Ibid.*, 01 maio 1979, p. 1 e 3.

combinado em contrato. Fomos administrando as empresas e o financiamento. Mas graças a Deus, ficou tudo em paz, tudo liquidado.”<sup>387</sup>

Empresários da comunicação envolvidos em denúncias de financiamentos não quitados e dívidas não pagas – especialmente para bancos e órgãos públicos – eram comuns no país, no decorrer do século XX. Como registra a pesquisadora de comunicação, Ana Maria de Abreu Laurenza, ao analisar, por exemplo, o acordo entre Getúlio Vargas e Assis Chateaubriand, na eleição deste último ao Senado pela Paraíba, em 1952:

Uma cadeira no Senado fora de temporada não era o único presente de Getúlio Vargas. No arquivo pessoal de Getúlio, uma lista de devedores da imprensa dos cofres oficiais, datada de 26 de fevereiro de 1953, dá destaque aos débitos acumulados pelas empresas associadas. Em 1953, as empresas do Velho Capitão deviam quase CR\$ 103 milhões (R\$ 55 milhões) para o governo, entre débitos dos Diários Associados e *O Cruzeiro*. Ainda estavam para vencer CR\$ 41 milhões (R\$ 22 milhões). Em suma, o rombo seria de CR\$ 144 milhões (R\$ 78 milhões). Chatô reinava absoluto no primeiro lugar do *ranking* dos débitos oficiais, seguido por Samuel Wainer (*Última Hora*) e, em terceiro, Roberto Marinho (*O Globo*), com respectivamente CR\$ 106 milhões (R\$ 58 milhões) e CR\$ 53 milhões (R\$ 29 milhões).<sup>388</sup>

Estas eram dívidas de uma época em que a televisão ainda não representava grande despesa e investimento para o grupo de Chateaubriand. Mais tarde, notadamente entre as décadas de 1960 e de 1980, com o aumento do número de emissoras e o avanço da TV pelo interior do país, é que elas passaram a gerar a necessidade de altos investimentos e consequentes empréstimos bancários. Simultaneamente, chegou também uma maior dependência das empresas deste setor em relação ao Executivo nacional, governos estaduais e aos cofres públicos em geral.

Neste sentido, a pesquisa do historiador Dennison de Oliveira (1991, p. 122-128) demonstra que a Abert e a Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná (Aerp), entre outras entidades classistas deste setor, deflagraram várias campanhas reivindicatórias, nas décadas de 1970 e 1980, objetivando a obtenção de descontos e subsídios nas tarifas de energia elétrica e telefonia, os dois principais insumos da indústria da radiodifusão. Além disto, elas reivindicavam o fim da veiculação obrigatória de mensagens sem o pagamento em dinheiro, como a propaganda eleitoral gratuita de partidos políticos e informes da Justiça Eleitoral.

<sup>387</sup> MARTINEZ, em entrevista, em 13 ago. 2010.

<sup>388</sup> MARTINS; DE LUCA, 2008, p. 185.

Ao solicitarem os subsídios, as entidades alegavam que as emissoras de rádio e televisão prestam serviços com caráter de utilidade pública; ao exigirem o pagamento pelo uso de seus espaços com mensagens públicas, elas argumentavam que a atividade radiotelevisiva é um empreendimento capitalista privado. “Tal contradição no interior do discurso empresarial é muito mais aparente do que real, pois ambas as atitudes se inserem no bojo de uma política de maximização dos lucros (subsídios) e redução dos prejuízos (horários gratuitos de transmissão obrigatória), que é, aliás, inerente a uma postura empresarial” (OLIVEIRA, 1991, p. 128).

Logo depois que a Rede OM começou a operar – com a interligação das TVs Paraná e Tropical, em agosto de 1979 – o grupo Martinez concluiu a venda da TV Coroados ao grupo *Gazeta* e Roberto Marinho, em outubro daquele mesmo ano. Assim, a terceira rede regional de televisão instalada no estado permaneceu sendo, até o final do período estudado, a menor entre elas e contando com apenas duas emissoras. Depois, em 31 de maio de 1986, o grupo de Martinez inaugurou a TV Carimã, Canal 10 de Cascavel. A concessão havia sido homologada, pelo presidente João Figueiredo, em 5 de dezembro de 1984. Esta emissora foi vendida ao grupo curitibano da RPTV, em maio de 2000, e passou a operar com o nome de TV Oeste.

Quadro 4 – As Redes Regionais de TV do Paraná e suas Emissoras integrantes (1960-1985)

<b>REDES EMISSORAS</b>	<b>GRUPO PAULO PIMENTEL</b>	<b>REDE PARANAENSE DE TELEVISÃO</b>	<b>REDE ORGANIZAÇÕES MARTINEZ</b>
PARANAENSE		1969 - 1985	
PARANÁ			1974 - 1985
COROADOS	1973 – 1976	1980 – 1985	1976 - 1979
IGUAÇU	1967 - 1985		
TIBAGI	1969 - 1985		
ESPLANADA		*	
CULTURA		1979 - 1985	

TAROBÁ	
TROPICAL	1979 - 1985
VANGUARDA	
CURITIBA	
NAIPI	1985

Fonte: pesquisa do autor, com arte de Nadir Chaiben.

\* A TV Esplanada foi incorporada pela RPTV em 1993.

Em março de 1992, a programação gerada pela Rede OM, em Curitiba, passou a ser retransmitida por dez emissoras no Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Distrito Federal. Desta maneira, a Rede OM tornou-se a primeira cadeia de televisão de abrangência nacional com sede fora do eixo Rio/São Paulo. Em maio do ano seguinte, já tendo comprado a TV Corcovado do Rio de Janeiro e ocupado horários na TV Gazeta de São Paulo, o grupo então liderado por José Carlos Martinez fundou a Central Nacional de Televisão (CNT).<sup>389</sup>

#### **4.3 O caso Rede Globo/TV Coroados: Pimentel foi do topo ao fundo do poço**

Os negócios do Grupo Paulo Pimentel pareciam seguir “de vento em popa”, naquele primeiro semestre de 1975. Contando com três emissoras de televisão afiliadas à Rede Globo, três jornais diários e a rádio Iguaçu, na época a estação de maior audiência em Curitiba, o conglomerado do ex-governador se autodeclarava, em abundantes anúncios nas páginas de *OEPR* e da *Folha*, como o maior grupo de comunicação do sul do país. Todavia, ventos de mudança começaram a soprar do Palácio Iguaçu e tempos difíceis não tardaram a chegar às empresas de Pimentel. Eles foram acionados a partir da posse do governador Jaime Canet Júnior (ARENA), ocorrida em Curitiba em 15 de março de 1975.

<sup>389</sup> Em junho de 2000, expirou e não foi renovado o contrato com a TV Gazeta, o que enfraqueceu bastante a CNT por deixar de transmitir em VHF para São Paulo. Outro duro golpe sofrido pela CNT foi a morte de seu presidente, José Carlos Martinez, em 2003. O irmão dele, Flávio Martinez assumiu a coordenação nacional da empresa, e, em 2006, arrendou a CNT por cinco anos para o empresário baiano Nelson Tanure, na época controlador do Jornal do Brasil, a Gazeta Mercantil e outros empreendimentos de mídia. Em 2007, a CNT passou a ser a retransmissora do grupo TVJB. Disponível em: <<http://www.cnt.com.br/empresa>>. Acesso em: 28 jun. 2007.

Indicado para o cargo pelo presidente Ernesto Geisel (1974-1979) e pelo ministro da Educação e Cultura, Ney Braga, o governador eleito indiretamente, Jaime Canet Júnior, sofreu oposição interna, na ARENA, de Paulo Pimentel. E isto Canet Júnior não perdoaria jamais no comportamento de seu antigo aliado político. Esta desavença, de Pimentel com a dupla Ney Braga e Canet Júnior, começou na disputa pela vaga de candidato ao Senado, na eleição de 1974. Pimentel pleiteou ser o candidato da ARENA, mas foi vetado internamente pela dupla, que indicou o nome de João Mansur.

Segundo Ney Braga, em resposta ao veto o empresário de comunicação não colaborou politicamente com Canet Júnior e Mansur, em seus jornais e emissoras de rádio e televisão. Ao contrário, Pimentel teria promovido alguns candidatos do partido oposicionista MDB. Canet Júnior foi eleito sem dificuldades pelos deputados governistas da Assembleia Legislativa do Paraná, mas Mansur foi derrotado nas urnas pelos eleitores, que preferiram levar ao Senado o emedebista Leite Chaves. Aquela opção de Pimentel causou o rompimento político total com Ney Braga e Canet Júnior.<sup>390</sup> E Braga repassou este seu descontentamento ao presidente Geisel.

Todavia, as rugas políticas entre Paulo Pimentel e Canet Júnior eram anteriores a 1974. Ambos tinham sido colegas no secretariado estadual do primeiro governo de Ney Braga (1961-1965). Na disputa pela sucessão de Braga, Canet Júnior foi um dos principais coordenadores da campanha vitoriosa de Pimentel. Como parte do acordo firmado pelo trio, Jaime Canet Júnior assumiu a presidência do Banco do Estado do Paraná (Banestado), no início do governo de Pimentel (1966-1971). Não obstante, Canet Júnior desentendeu-se com o governador e demitiu-se do cargo, ainda no primeiro ano do mandato de Pimentel.<sup>391</sup>

Desta maneira, parece que quando Canet Júnior assumiu o comando do Palácio Iguaçu, em março de 1975, ele considerou possuir motivos para impetrar uma vingança contra Pimentel. E para concretizar o seu plano, ele buscou em Brasília a colaboração de Ney Braga e do presidente Ernesto Geisel.<sup>392</sup> A estratégia colocada em prática pelos governos estadual e

---

<sup>390</sup> DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, Pós 1930, 2001, p. 4626.

<sup>391</sup> Somente passados cerca de 40 anos, Pimentel revelou com detalhes o motivo da demissão de Canet Júnior: o presidente do Banestado denunciou ao governador que familiares deste tinham conseguido, na agência do banco em Rolândia, no norte do Paraná, um financiamento que considerava suspeito de irregularidade. Depois, Canet Júnior declarou à imprensa que o Banco Central (BC) investigava aquela operação. Nenhum procedimento fora das normas vigentes foi encontrado pelos funcionários do BC. Canet Júnior e sua equipe, então, pediram demissão coletiva, que foi aceita por Pimentel (SANT'ANA, 2008, p. 154-156).

<sup>392</sup> Ambos se tornaram amigos íntimos quando o general Geisel chefiou a 5ª Divisão de Infantaria, em Curitiba, em 1962-1963, e Ney Braga estava em seu primeiro mandato como governador do Paraná. Depois do golpe de 1964, eles integraram a mesma ala do governo – conhecida como a mais moderada ou “castelista” –; enquanto

federal, nos anos seguintes, faria lembrar, em parte, a mesma utilizada pelo regime militar contra a TV Excelsior, na década de 1960; porém, com final um pouco diferente.

No centro do plano, estava um ataque cerrado e sem tréguas às condições financeiras das empresas do GPP. Este ataque seria desferido, simultaneamente, em duas frentes principais. Na primeira, com o corte total das verbas publicitárias públicas – advindas de órgãos, empresas e bancos estaduais e federais – nos jornais, televisões e rádio do conglomerado de Paulo Pimentel. Na segunda, com uma forte pressão sobre Roberto Marinho para que desafiliasse da Rede Globo as emissoras de TV de Pimentel. Esta segunda parte da estratégia foi concretizada mais rapidamente, porque teve a participação especial do presidente Geisel, que não se conformava com a “traição” de Pimentel nas eleições de 1974, como conta Vanderlei Rebelo (2007, p. 338-339):

Pimentel queria ser o candidato da Arena, mas foi vetado por Ney. Foi chamado a Brasília e intimado pelo chefe do Gabinete Civil, o poderoso Golbery do Couto e Silva, a apoiar Mansur. Mas resistiu. Decidiu ficar neutro. “O Estado do Paraná” abriu espaço para Mansur na mesma medida que divulgava a candidatura de Leite Chaves. [...]. O povo, insatisfeito com a situação econômica, preferiu ficar longe do palanque arenista. Os tempos do milagre econômico da era Médici já tinham acabado [...]. Logo depois da eleição, o presidente Ernesto Geisel veio a Curitiba para a inauguração do Teatro Guaíra, no dia 12 de dezembro, e responsabilizou Pimentel publicamente pela derrota da Arena [...].

Paulo Pimentel confirma que foi responsabilizado e, inclusive, ameaçado pelo presidente Geisel, por causa da derrota do candidato paranaense da ARENA na eleição para o Senado, em 1974:

[...]. O general Golbery me avisou que eu estava vetado para ser candidato ao Senado. Eu me conformei, mas avisei: vocês vão perder as eleições. Aqui, lançaram o João Mansur, que era um grande sujeito, mas não tinha voto. Mas não foi só aqui, perderam no Brasil inteiro. A tendência popular era toda de oposição. Aí, eles acharam, em Brasília, que eu era o culpado. O presidente da República, na inauguração do Teatro Guaíra, me ameaçou publicamente: “Eu vou acabar com o Paulo Pimentel”. Para mim, pessoalmente e nos bastidores, ele disse coisas piores, impúblicáveis. [...]. Mas, a razão não foi só esta derrota na eleição de 74. É que todo mundo sabia que eu era amigo do Costa e Silva, e o Geisel, por isso, me detestava. Assim, foi o começo da perseguição que eu sofreria nos anos seguintes, e

---

que Pimentel seguiu para o grupo mais à direita do presidente, sendo por isso identificado como a “linha dura” do Exército, liderada por Costa e Silva e Médici (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, Pós 1930, 2001, p. 1218).

que veio do Geisel e do Golbery, que eram os mais radicais. Eu fui perseguido brutalmente porque não concordava com as ideias deles.<sup>393</sup>

O ex-diretor administrativo da TV Globo do Rio, Luiz Eduardo Borgerth (2003, p. 141), comenta que o episódio envolvendo as emissoras de Pimentel e a desfiliação da Rede Globo, por ingerência do regime militar, foi o único no país de conhecimento dele:

O fato é que Paulo Pimentel, por nenhuma injunção política, era nosso afiliado no Paraná. Já tinha sido governador, apoiado o golpe de 1964, fundador da Arena etc. [...]. Na eleição de 1974, vetado Pimentel como candidato do governo [ao Senado], Ney aponta outro que perde. Ney culpa o inimigo Pimentel que, preterido, teria ajudado a oposição, e exige que se retire as televisões de Pimentel que, como se sabe, não podiam nem eram usadas politicamente. Se não tirarem as emissoras, que lhe tirem a programação da Globo, não faz por menos. Começa a pressão sobre Roberto Marinho, por meio do ministro da Justiça (até então) amigo dele. As ameaças são mirabolantes, quem avisa amigo é. Geisel odeia Paulo Pimentel, não se deterá diante de nada.

De acordo com Borgerth<sup>394</sup>, Roberto Marinho solicitou, durante aquele período de crise, a orientação de Walter Clark, sobre a pressão que estava recebendo do ministro Armando Falcão, a pedido do presidente Geisel, para a imediata desfiliação dos canais de Pimentel:

Doutor Roberto consulta Walter, que aconselha a não ceder, não politizar as afiliadas, em pouco seríamos obrigados a afiliar e desafiliar ao sabor dos governos. Doutor Roberto afirma que não tínhamos idéia da pressão que estava sofrendo, que só estava podendo resistir graças ao “amigo” Falcão. [Walter e eu estávamos viajando aos Estados Unidos] Joe Wallach, o único do nosso lado acompanhando o drama no Rio, junto ao doutor Roberto, dá a entender, pelo telefone, que não há nada a fazer. [...]. Não, não é possível salvar o Paulo; o governo já encaminhou o João Saad para comprar mas não chegaram a um acordo. Querem que o doutor Roberto tire a programação e se vire com ela, ou compre as estações. E assim foi feito. Doutor Roberto não queria comprar emissora nenhuma, almoçou com o Paulo e o Joe, apresentando uma proposta inaceitável para não dizerem que ele não quis comprar, e, estando o contrato vencido, tirou a programação do Paulo. [...].<sup>395</sup>

<sup>393</sup> PIMENTEL, em entrevista, em 03 jun. 2009.

<sup>394</sup> Homem de confiança de Roberto Marinho, Luiz Eduardo Borgerth foi o representante da Rede Globo na presidência e na vice-presidência da Abert e da Associação Internacional de Radiodifusão, algumas vezes entre 1967 e 2000.

<sup>395</sup> BORGERTH, 2003, p. 142.



O contrato de afiliação, que naquela época era renovado anualmente, venceu em 31 de março de 1976. A programação da Rede Globo deixou de ser retransmitida pelas TVs do Grupo Paulo Pimentel em 26 de abril daquele ano.<sup>396</sup> Pimentel concorda apenas em parte com a descrição de Borgerth sobre o comportamento de Roberto Marinho, naquele episódio da não renovação do contrato de afiliação de suas emissoras à Rede Globo:

Era justo que o Ney Braga e outros que não gostavam de mim não quisessem que eu crescesse mais. Eu tava o dono da bola. Então, a única maneira que eles tinham de me derrubar era pela Rede Globo. Se tirassem uma estação, não adiantava nada. Se fechassem um jornal, não adiantava nada. Mas, se me tirassem a Rede Globo, eles quebravam minhas duas pernas. E foi o que fizeram. Tanto que, se tirarem hoje a Rede Globo, o Canal 12, a RPC, a rede deles não vale mais nada. O que vale é a rede, é a programação. Para mim, a programação era fundamental. É verdade que o Roberto Marinho recebeu pressão política forte de Brasília, porque o regime permitia isto. Quem estava no poder exercia o poder da forma que quisesse. Mas, o Roberto Marinho também não fez força para segurar [a afiliação das emissoras], não. Quem levou a ordem do presidente para o Roberto Marinho me tomar [a programação das emissoras afiliadas] foi o Armando Falcão; e ele me tomou impiedosamente.

A *Gazeta do Povo* nada divulgou sobre as negociações, o impasse, e o rompimento da Rede Globo com as emissoras do GPP, mas publicou em coluna de assuntos políticos uma nota<sup>397</sup> informando que a Assembleia Legislativa do Paraná aprovava, por unanimidade, um voto de congratulações pela volta da programação da rede carioca à TV Paranaense. A moção foi apresentada ao plenário, no dia em que ocorreu a mudança de emissora afiliada ao grupo de Roberto Marinho, pelo líder do governador Canet Júnior naquela casa de leis, o deputado Ivo Tomazoni (ARENA).

Na *Folha de Londrina* foram veiculadas duas notas pouco explicativas a respeito do episódio.<sup>398</sup> O principal diário de Paulo Pimentel se conformou em publicar, em sua primeira edição após o fim da parceria com a Rede Globo, esta única e lacônica nota aos leitores:

---

<sup>396</sup> Mais tarde, já nas décadas de 1980-1990, os contratos de afiliação a redes nacionais tiveram seus períodos de duração aumentados para três, cinco e até dez anos. Eles são documentos firmados entre duas empresas privadas e, teoricamente, sem a ingerência da legislação ou do Ministério das Comunicações. Nenhum dos entrevistados se dispôs a revelar, ao pesquisador, os valores e números do pagamento mensal – normalmente percentuais fixos sobre o faturamento com a veiculação de mensagens publicitárias – que as afiliadas fazem às redes nacionais. Os contratos de afiliações são documentos comerciais sigilosos, segundo os empresários entrevistados.

<sup>397</sup> *Gazeta do Povo*, Curitiba, 27 abr. 1976. *Assembléia Legislativa*, p. 3.

<sup>398</sup> No último dia de veiculação da programação nacional da Rede Globo pelas TVs Iguaçu e Tibagi, no domingo 25 de abril de 1976, as principais atrações foram os programas “Silvio Santos”, das 12 às 20 horas, e o “Fantástico”, das 20 às 22 horas. No dia seguinte, a programação das duas emissoras ficou no ar das 11 às 23 horas, sustentada em sua maioria pela exibição de desenhos e filmes “enlatados”, velhos e de baixa qualidade. A

COMUNICADO – Comunicamos que a programação da Rede Globo deixa de ser transmitida pelas Televisões Iguaçu, Canal 4 de Curitiba, e Tibagi, Canal 11 de Apucarana. O equipamento e o pessoal técnico das emissoras, aliados à programação nacional, levaram à conquista da preferência do público telespectador nos últimos anos, conforme atestam as pesquisas de opinião pública. Motivos inquestionáveis, mas de fácil percepção, em vista dos acontecimentos recentes que envolveram política e empresarialmente figuras deste Estado, culminaram com a atitude acima anunciada. A direção das Empresas de Comunicação presididas pelo Dr. Paulo Pimentel confia em que a nova programação, embora montada em função de fatos inesperados, continuará a merecer a preferência do Povo do Paraná.<sup>399</sup>

Como fica evidente, o próprio Pimentel ainda não estava disposto, naquela ocasião, a esclarecer aos leitores de seu jornal e aos telespectadores de suas TVs a verdadeira motivação para o fim de sua parceria de quatro anos com a Rede Globo. Possivelmente, o dono do GPP mantivesse ainda a esperança de reconciliação com Geisel e Ney Braga. Assim, para o povo – naquele texto, estranhamente grafado com “P” maiúsculo – do Paraná permaneceram não explicados os tais “motivos inquestionáveis, mas de fácil percepção”. Outro ponto que Paulo Pimentel contradiz a versão de Borgerth é o relativo ao suposto desinteresse de Roberto Marinho pela compra de suas emissoras:

Ele queria comprar a minha rede, sim. Queria comprar, não, ele queria me tomar a rede. Então, eu fui lá [negociar com o Roberto Marinho]. [as autoridades de Brasília] Mandaram que eu fosse vender para o doutor Roberto Marinho. A TV Iguaçu e tudo o que eu tinha, inclusive os jornais. Só que ele me deu uma opção de venda para eu assinar e uma procuração para um cidadão vir tomar conta [de minhas empresas] a partir daquele dia. Ele tinha força para isto. O meu plano era, mesmo, vender tudo para ele e ir morar nos Estados Unidos, com minha família. Mas não daquela forma; eu venderia se me pagassem um preço razoável. Ele [Roberto Marinho] tinha certeza que eu iria entregar tudo para ele de graça. Ele me falou: “Você sabe o que vão fazer com você? Vão te prender”.<sup>400</sup>

---

TV Tibagi seguiu produzindo, na época, dois telejornais locais ao vivo – um às 12 horas e outro às 19h30 – com 30 minutos de duração cada. Na TV Iguaçu, nos mesmos horários e também com a mesma duração, eram apresentados ao vivo dois programas de informações esportivas. A TV Coroados, também ainda do GPP, veiculava na época programas da Rede Tupi. Naquele domingo, as principais atrações tinham sido a transmissão de futebol, das 16 às 18 horas, e o programa “Os Trapalhões”, das 20h30 às 22 horas. (*O Estado do Paraná*, Curitiba, 25 abr. 1976, Caderno 2, p. 9; 27 abr. 1976, Caderno 2, p. 17).

<sup>399</sup> *O Estado do Paraná*, Curitiba, 27 abr. 1976, p. 1.

<sup>400</sup> PIMENTEL, em entrevista, em 03 jun. 2009.

Na noite de 26 de abril de 1976, uma segunda-feira, os telespectadores acostumados a acompanhar pela TV Iguaçu a telenovela das oito, “Pecado Capital”, foram surpreendidos com a veiculação de uma série de desenhos de “Tom & Jerry”. Na avaliação de Jamur Júnior (2001, p. 119-122), os adversários políticos foram violentos no plano de enfraquecer, financeiramente, o grupo de Pimentel:

As divergências entre Pimentel e Jayme Canet Júnior se acentuaram durante o governo deste último, entre 1975-1979. Disposto a atingir as empresas de seu desafeto, principalmente a TV Iguaçu, líder de audiência no Estado, Canet não só cortou verbas publicitárias oficiais como exerceu pressão sobre o empresariado local para que boicotasse os órgãos de comunicação de Pimentel. [...]. A estratégia adotada reduziu o faturamento da TV Iguaçu ao ponto de tornar quase impossível mantê-la no ar. A iniciativa privada, temendo um endurecimento da fiscalização ou outras represálias [do governo estadual], transferiu seus anúncios para outros canais. [...] a pressão do governo teve êxito e obrigou Pimentel a adotar medidas radicais de contenção de despesas e a se desfazer de parte de seu patrimônio pessoal (casa, terreno urbano e fazenda), e a penhorar equipamentos em bancos para manter a emissora no ar [...].

Chegava ao fim de maneira abrupta e por motivos políticos, uma parceria que – por obra da competência da equipe de Walter Clark e dos diretores do GPP – alcançou o mérito de estabelecer, no Brasil, os novos e definitivos parâmetros para o sistema de afiliação de emissoras locais e regionais às redes nacionais:

O contrato da TV Iguaçu com a TV Globo foi um marco. A partir dele, surgiu a Rede Globo de Televisão, nos padrões que conhecemos hoje. As novas parcerias da Globo passaram a seguir um modelo de comercialização único, e a fazer parte da rede como emissoras afiliadas. As receitas vindas dos anúncios locais ficavam com a afiliada, que partilhava uma fatia do que era vendido nacionalmente.<sup>401</sup>

Sem a programação da Rede Globo, sem as verbas publicitárias oficiais, e com a diminuição dos anúncios da iniciativa privada por causa do boicote comandado por Canet Júnior – que outrora fora, inclusive, sócio de Pimentel –, a situação financeira das empresas do GPP se complicou rapidamente. O quadro também piorou porque as emissoras de Pimentel não encontraram, na sequência imediata, outra rede nacional disposta a afrontar o alto

---

<sup>401</sup> DALPÍCOLO, 2010, p. 119.

comando de Brasília e aceitar suas propostas de afiliações.<sup>402</sup> Isto levou à queda acentuada na qualidade da programação oferecida aos telespectadores e, ainda mais, no número de anunciantes.



Fotografia 14 – Fachada do Canal 3, no final dos anos 1970<sup>403</sup>

Conforme Paulo Pimentel, as TVs Iguçu e Tibagi deixaram de faturar, só em 1976, depois da desfiliação da Rede Globo, aproximadamente Cr\$ 16 milhões. A captação com anúncios havia diminuído, a partir do segundo semestre de 1975 e no ano seguinte, inclusive em outras emissoras de televisão e na imprensa paranaense em geral, ainda que em menor escala, também em consequência da forte geada de julho de 1975, que levou ao quase desaparecimento da cafeicultura no estado e prejudicou profundamente as atividades agrícolas, industriais e comerciais. Sem outra opção, e cada vez mais pressionado por Brasília, Pimentel foi forçado a vender a TV Coroados:

A primeira pancada foi me cortarem a Rede Globo. Depois, não deixaram mais ninguém vender a programação para mim. Minhas televisões ficaram sem ter o que colocar no ar. Eram só filmes antigos, desenhos e *slides*, na maior parte do tempo. Eu comprava a transmissão de futebol da TV Bandeirantes, cortavam com dez minutos de jogo. Comprávamos novelas da

<sup>402</sup> As TVs Iguçu e Tibagi só voltaram a ser afiliadas de uma rede nacional em setembro de 1978, acertando parceria com a Rede Tupi, na época já em crise profunda que a levaria à decretação de falência em julho de 1980. Depois, a partir de 1981, as emissoras do GPP afiliaram-se ao recém-criado SBT, pertencente ao apresentador e empresário Sílvio Santos.

<sup>403</sup> *Folha de Londrina*, Londrina, 20 fev. 1979, p. 5.

Tupi ou da TV do Sílvio Santos, cortavam de novo, no segundo capítulo. Então, a perseguição era essa. Dali um tempo, o governo [federal] mandou que eu vendesse para o grupo do Martinez, porque ele já tinha comprado o Canal 6 em Curitiba, e precisava de uma estação em Londrina. O governo estabeleceu o preço, fechou as condições e me obrigou a vender. Eu vendi [a TV Coroados] à prestação, mas ele [Oscar Martinez] não me pagou nem o primeiro cheque.<sup>404</sup>

A venda do Canal 3 de Londrina ao grupo de Oscar Martinez foi concluída, em São Paulo, no dia 7 de maio de 1976. A *Folha* publicou uma reportagem – sob o título “Agora está concretizada a venda da TV Coroados” – dando detalhes da negociação empresarial:

Foi concretizada ontem [em São Paulo] a transferência do controle acionário da Televisão Coroados, de Londrina, do ex-governador Paulo Pimentel para a organização Martinez. [...]. Anunciou-se que o valor da transação foi de 40 milhões de cruzeiros, importância considerada alta demais, portanto absurda, se verdadeira. Antes de concluir a compra da televisão, o grupo Martinez obteve autorização, por escrito, do Ministério das Comunicações, concordando com a transferência do comando acionário. [...]. Cerca de quatro anos, o Sr. Paulo Pimentel adquiriu [da família Stresser] a maior parte das ações e assumiu o controle da estação, apesar de já possuir duas outras emissoras de televisão – o máximo permitido [pelo CBT] – num mesmo Estado. [...]. A transferência das ações da Coroados para Pimentel nunca chegou a ser autorizada oficialmente. [...].<sup>405</sup>

O texto da *Folha* se referia, indiretamente, ao artigo 12 do Código Brasileiro de Telecomunicações, que estabelecia para cada grupo o limite de concessões de emissoras televisivas em dez no país, sendo no máximo cinco em VHF e duas em um mesmo estado. No entanto, neste caso ocorria que, como a própria notícia informava, Paulo Pimentel não havia transferido, legalmente para o seu nome, a concessão da TV Coroados. O que ele tinha firmado com Ronald Stresser era um daqueles documentos de compra e venda conhecidos como “contratos de gaveta”, tão comuns em diferentes setores de atividades no Brasil.

Ainda assim, caso o governo federal tivesse interesse em se utilizar do CBT contra Pimentel, ele poderia tê-lo feito, porque era público que o empresário detinha o poder acionário e posse administrativa da TV Coroados. O que aconteceu, não obstante, foi que o presidente Geisel – a exemplo do que ocorrera nos governos de Costa e Silva e Médici, contra o grupo da TV Excelsior – optou por prejudicar econômica e financeiramente o GPP, de uma maneira tão intensa, até que Pimentel se submetesse a se desfazer do Canal 3 de Londrina.

<sup>404</sup> PIMENTEL, em entrevista, em 03. Jun. 2009.

<sup>405</sup> **Agora está concretizada a venda da TV Coroados.** *Folha de Londrina*, Londrina, 08 maio 1976, p. 3.

Consumado o plano arquitetado conjuntamente pelo Palácio Iguaçu e Palácio do Planalto, Paulo Pimentel fez publicar, em seu *OEPR*, apenas esta curta e pouco informativa “Nota ao público”, a respeito da venda de sua TV Coroados ao grupo de Martinez: “Os Srs. Paulo Pimentel e Oscar Martinez firmaram contrato de compromisso de compra e venda das ações da Televisão Coroados, Canal 3, de Londrina, operação essa que se concretizou ontem, 07-05-76, em São Paulo, pelos dois empresários”.<sup>406</sup> Nas edições dos dias anteriores e imediatamente posteriores à conclusão do negócio, o diário de Pimentel não publicou reportagem, comentário nem outra nota qualquer a respeito do assunto. Alguns dias depois, no entanto, *OEPR* retornou ao tema ao reproduzir na íntegra o editorial “A liberdade, sem advogado”, publicado originalmente pelo diário *O Estado de S. Paulo* (12/05/1976, p. 3). O texto opinativo detalhava a trajetória da crise do GPP, até a venda da TV Coroados, e criticava o ministro Ney Braga e o governador do Paraná – sem citar o nome de Jaime Canet Júnior – pela perseguição orquestrada contra Pimentel:

[...]. Ney Braga abjura na realidade e de fato o pluralismo político, que é pedra de toque da prática democrática; e, pior ainda, trata o direito do povo à informação, preliminar de qualquer participação consciente, como superfluidade e luxo, que se dá ou se retira ao sabor de uma luta de cúpulas. O último *round* desta luta pouco limpa a que assistimos desde o final de março trouxe o Sr. Paulo Pimentel à capitulação: a TV Coroados, de Londrina, que ficara sem imagem desde 1º de maio, transmite agora a programação da Rede Globo de Televisão, depois que passou da propriedade do grupo do Sr. Paulo Pimentel à do grupo Martinez, ligado ao ministro da Educação e Cultura. [...]. Quem saiu ganhando neste episódio em que a liberdade arcou com a totalidade dos custos? Não foi certamente a unidade arenista, que jamais se construirá a golpes de borduna e tacape. Nem foi a probidade administrativa, entre as acusações de compra de opinião (as “subvenções” do governo paranaense à imprensa) e a chantagem sobre seus meios e empresas (corte de programação fornecida às emissoras do Sr. Paulo Pimentel e ruptura de contratos), as primeiras, admitidas pelo governo do Estado e, a segunda, clara demais para ser negada. [...].<sup>407</sup>

O artigo opinativo de *O Estado de S. Paulo* responsabilizava, ainda, o ministro Ney Braga por ter se esquecido do “projeto histórico da revolução brasileira, na hora em que o governo paranaense empregava a arma econômica das verbas e subvenções oficiais contra o direito à livre informação e à livre expressão”. Esse expediente, da republicação de material produzido por outro periódico, foi novamente utilizado pelo *OEPR* com a reportagem

<sup>406</sup> **Nota ao público.** *O Estado do Paraná*, Curitiba, 08 maio 1976, p. 1.

<sup>407</sup> **A liberdade, sem advogado.** *O Estado do Paraná*, Curitiba, 13 maio 1976, p. 3.

“Empresa arrastada à arena política”, veiculada originalmente na revista semanal *Visão* (São Paulo, 17 maio 1976, p. 31-34). O título fazia, claramente, um jogo de palavras para ironizar o partido situacionista ARENA, onde havia nascido e se dava o embate político. O texto resumia a crise vivida pelo GPP, chamada de um “lamentável episódio” e tratada como uma consequência direta da ruptura política entre o empresário Pimentel e o ministro Ney Braga.<sup>408</sup>

Neste ponto, encontra-se uma crucial diferença entre os casos da TV Excelsior e do Grupo Paulo Pimentel. Como o início da crise do GPP ocorreu aproximadamente dez anos depois do começo da crise do grupo paulista, os contextos políticos brasileiros em que elas transcorreram e terminaram foram bastante distintos. Na segunda metade da década de 1960, o recém-implantado regime militar recrudescera a perseguição política, a repressão policial e a censura prévia, que atingiram o mais alto grau de intensidade. Por isto, o caso da TV Excelsior não teve qualquer repercussão na imprensa paulistana e, muito menos, na nacional. Nos anos 1975-1976, diferentemente, já se encaminhava, nos quartéis e palácios de Brasília, o plano de distensão política para a futura redemocratização do país. Além disto, alguns órgãos da imprensa, como *O Estado de S. Paulo*, tinham rompido com o regime e começavam a praticar uma tímida oposição.

Há que se considerar, também, as enormes diferenças que separavam Mário Wallace Simonsen de Paulo Pimentel, inclusive do ponto de vista político. O concessionário das TVs Excelsior em São Paulo e no Rio de Janeiro, além de ser acionista em outras emissoras, era proprietário da principal companhia aérea nacional e da maior exportadora de café do país.<sup>409</sup> Simonsen era um dos mais poderosos empresários brasileiros – o que incomodava, inclusive, donos de jornais e concessionários de televisão –, havia apoiado os governos de Juscelino Kubitschek e João Goulart e se posicionado contrariamente ao golpe de 1964, sendo considerado, portanto, um inimigo pelos militares. Pimentel, por sua vez, era um empresário apenas do ramo da comunicação e de âmbito estadual. Além disso, o proprietário do GPP apoiou o golpe e construiu sua carreira política na base situacionista paranaense que respaldava o regime militar.

---

<sup>408</sup> **Empresa arrastada à arena política.** Ibid., 19 maio 1976, p. 5.

<sup>409</sup> Simonsen possuía, em 1964, 1/3 das ações da TV Vila Rica, de Belo Horizonte e a metade das ações da TV Gaúcha, de Porto Alegre (BUSETTO, 2009, p. 55).

De acordo com Jamur Júnior (2001, p. 123-124), a negociação de venda da TV Coroados de Pimentel para Martinez foi orientada, pessoalmente, pelo ministro das Comunicações, Euclides Quandt de Oliveira:

A transação foi mediante o pagamento de uma pequena entrada e notas promissórias, que acabaram emboloradas numa gaveta [de Pimentel]. Depois de fechado o negócio, Oscar Martinez entrou com uma ação na Justiça de São Paulo para sustar o pagamento das promissórias, sob alegação de que a venda não fora autorizada pelo Governo Federal. Esta ação [...] de sentença favorável a Martinez, mantendo a TV Coroados em suas mãos e as promissórias sem pagamento.

Oscar Martinez explica que entrou na Justiça e deixou de pagar as prestações porque Pimentel não cumpriu o combinado em contrato, de acertar uma antiga dívida que tinha com a família Stresser – ainda da compra da TV Coroados – e regularizar a documentação junto ao Ministério das Comunicações, para posterior transferência da concessão daquela emissora:

O Pimentel me ofereceu vender a TV Coroados. Negociamos – eu e o meu filho [José Carlos Martinez], que estava interessado em ampliar nossos negócios de comunicação – com ele e acertamos o preço, a maneira de fazer o pagamento em parcelas. Mas, neste meio tempo, o Pimentel teve uma dificuldade interna na transferência de cotas da empresa, que tinha outros sócios. Eu paguei a primeira prestação, mas quando fui pagar a segunda, ele ainda não tinha conseguido regularizar o negócio anterior dele. Foi por isto, que resolvi chamar um advogado meu, de São Paulo, e entrar com a ação; para cuidar do negócio e ver se conseguia transferir o canal para mim. Não houve intermediação política nenhuma na negociação. Tivemos certa dificuldade para regularizar a transferência, mas afinal liquidou-se o negócio.<sup>410</sup>

Ronald Stresser, que vendera a TV Coroados para Pimentel, confirma parte desta declaração de Martinez, no tocante a não ter recebido integralmente o valor negociado e, por este motivo, não ter liberado junto ao Ministério das Comunicações a transferência da concessão ao GPP:

Infelizmente, o Pimentel não fez o pagamento conforme o combinado entre nós. A parte em dinheiro foi paga, mas ele não passou a escritura de um imóvel em Curitiba, que estava previsto como parte do pagamento total. Então, não transferimos a concessão ao Pimentel, e o negócio foi parar na Justiça. Nós ganhamos em primeira instância, em ação contra o Pimentel.

---

<sup>410</sup> MARTINEZ, em entrevista, em 13 ago. 2010.



Enquanto corria o recurso, o Pimentel vendeu a TV Coroados para o grupo do Martinez.

Na sequência desta crise iniciada em março de 1975, com a posse do governador Jaime Canet Júnior, o GPP ainda sofreria outros dois duros golpes. Por causa do agravamento da situação econômico-financeiro de suas empresas, Pimentel foi obrigado a fechar o seu diário londrinense *Panorama*, cuja última edição, a de número 515, foi publicada em 12 de outubro de 1976.

Depois, em 27 de maio de 1977, o grupo de Pimentel teve lacrada definitivamente a sua Rádio Iguazu AM, uma das líderes de audiência em Curitiba. A ordem expressa para a operação do Dentel havia sido dada pelo presidente Geisel. Este novo ataque às empresas do GPP havia sido “previsto” pela reportagem “Suplício chinês”, publicada pela revista semanal *Veja*. O texto fez um detalhado resumo das dificuldades enfrentadas pelo grupo de Pimentel, desde a desfiliação de suas emissoras pela Rede Globo, passando pela falta de verbas publicitárias oficiais, pela venda da TV Coroados, até a impossibilidade de encontrar outra rede nacional para estabelecer nova parceria. A reportagem do periódico era assim concluída:

De fato, as “ordens superiores” têm há dez meses conseguido atingir as emissoras do grupo do ex-governador com precisas agulhadas que tentam minar sua aparente solidez. [...] a Globo, que então se utilizava das TVs Tibagi e Iguazu, transferiu toda sua programação para os canais 12, de Curitiba, e 8, de Maringá, propriedades de um grupo que vive em paz com o governo estadual. [...] Na ausência da novela, as cenas foram devidamente concentradas nos escritórios políticos, como os do Palácio Iguazu, sede do Executivo paranaense, onde ávidos senhores de gravatas frouxas e paletós pendurados vasculham a vida política e empresarial do ex-governador Paulo Pimentel. [...]. Segundo o que se sussurra no Palácio Iguazu, falta apenas o famoso “sinal verde de Brasília”, para que telespectadores e eleitores tomem conhecimento do ato final: punições revolucionárias contra Pimentel.<sup>411</sup>

A cassação definitiva da concessão e a conseqüente retirada do ar da Rádio Iguazu tiveram uma conseqüência muito maior do que os golpes anteriormente recebidos pelo proprietário do GPP. Houve protestos de políticos do MDB contra a conduta do governo Geisel na Assembleia Legislativa do Paraná, na Câmara dos Deputados, na Câmara Municipal de Curitiba e de outros municípios paranaenses, alguns com repercussão em jornais de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e da capital paranaense. Foi também a primeira vez que *O*

---

<sup>411</sup> **Suplício chinês.** *Veja*, São Paulo, 09 fev. 1977, p. 64.

*Estado do Paraná* informou aos leitores, de forma objetiva e clara, sobre o rompimento político de seu proprietário, Paulo Pimentel, com a dupla Ney Braga e Jaime Canet Júnior; e que este era o real motivo da perseguição e do boicote que as empresas do GPP estavam sofrendo nos últimos meses.

Os técnicos do Dentel de Curitiba lacraram a rádio AM de Pimentel em cumprimento ao decreto 79.725, assinado três dias antes pelo presidente Ernesto Geisel e pelo ministro das Comunicações, Euclides Quandt de Oliveira. O texto do documento baseava a penalidade, de perempção da concessão, em supostas irregularidades administrativas que teriam ocorrido quando da aquisição da emissora por Paulo Pimentel, junto ao grupo do ex-governador Moysés Lupion, havia cerca de dez anos.

Possivelmente para mais uma demonstração de força, o fechamento da Rádio Iguaçu foi executado no dia em que o presidente Geisel, Ney Braga e outros ministros estiveram em Curitiba. Eles, juntamente com o governador Jaime Canet Júnior, inauguraram em Araucária – município da região metropolitana da capital paranaense – a refinaria de xisto Presidente Getúlio Vargas. A manchete do jornal de Pimentel, no dia seguinte, continha um disfarçado tom irônico: “Geisel diz que vale a pena lutar”.<sup>412</sup> O comentário fora retirado do discurso proferido pelo presidente, durante a solenidade de inauguração da refinaria.

A submanchete, “Rádio Iguaçu já silenciou”, informava que a estação do GPP fora retirada do ar definitivamente, por funcionários do DENTEL, na manhã do dia anterior. “10h55m30s: no ar, o silêncio”. Este era o título da reportagem principal da cobertura do fechamento da Rádio Iguaçu, que estava em operação havia 31 anos, desde que a concessão fora conseguida por familiares do ex-governador Lupion, ainda com o nome de Rádio Guairacá. Na mesma página<sup>413</sup>, havia outros dois textos complementares; no primeiro – sob o título “Oposição protesta e diz não compreender Pimentel” –, foi feito um registro de discursos de deputados estaduais do MDB que criticaram, na Assembleia Legislativa, a medida adotada pelo governo federal e diziam não entender como Paulo Pimentel ainda seguia filiado à ARENA, partido comandado pelo presidente Geisel. A segunda matéria, “É o discricionarismo que campeia, alerta Muggiati”, trazia um resumo do discurso daquele deputado estadual do MDB sobre o ato “arbitrário, ditatorial, repressivo e discricionário” do governo Geisel. Espertamente, parlamentares opositoristas se esforçavam para capitalizar, em benefício do MDB, a grave crise vivida pelo grupo de Pimentel.

---

<sup>412</sup> **Geisel diz que vale a pena lutar.** *O Estado do Paraná*, Curitiba, 28 maio 1977, p. 1.

<sup>413</sup> *O Estado do Paraná*, Curitiba, 28 maio 1977, p. 3.

Ao lado do material jornalístico, foi publicado o *fac-símile* do “Termo oficial de lacração”, expedido por um agente de fiscalização da Diretoria Regional do Dentel em Curitiba. No texto, o agente explicava como cumpriu o decreto do presidente Geisel: “[...] lacrei os transmissores da Rádio Iguaçu da seguinte forma: retirei as válvulas dos estágios finais, e cristais, lacrando seus respectivos suportes. [...]”<sup>414</sup>

O editorial daquela edição – cujo título era “O silêncio que diz tudo” – responsabilizava diretamente o governador do Paraná, Jaime Canet Júnior (ARENA), e indiretamente o ministro Ney Braga, pela crise que se abatia sobre os veículos de comunicação de Pimentel:

“Guardai-vos do fermento dos fariseus que é a hipocrisia. Porque nada há oculto que não venha a descobrir-se. Por isso as coisas que dissestes nas trevas, serão ditas às claras; e o que falastes ao ouvido no gabinete será apregoado sobre os telhados.” (Evangelho de São Lucas, Capítulo 12, Versículo I). [...] A Rádio Iguaçu de Curitiba calou. Foi calada. Um decreto presidencial declarou perempta uma concessão concedida 31 anos atrás. A emissora que conquistou Curitiba e se mantinha há três anos entre as primeiras em audiência não pode mais ser ouvida. Foi atingida por um processo em desenvolvimento há 14 meses, desencadeado pelo governador Jaime Canet Júnior, mas urdido em gabinetes mais bem acarpetados que os do Palácio Iguaçu. O episódio só é explicável pela sequência dos fatos, a partir de março do ano passado, quando o governador anunciou o rompimento com o Sr. Paulo Pimentel e deflagrou a guerra contra o político e o empresário que não dizia amém a Ney Braga. O esquema para esmagamento de Pimentel não tem limite, todas as armas são válidas. E estão sendo usadas. Desde o boicote econômico comandado pessoalmente pelo governador Canet. Boicote, ressalta-se, feito com o dinheiro público. [...] A Rádio Iguaçu foi silenciada. Mas – por certo – o seu recado vai continuar, por muito tempo, nos ouvidos do povo. [...] A Rádio Iguaçu de Curitiba silenciou. Nós não podemos ficar calados. Se há o brilho de uma lágrima nos olhos dos funcionários da Rádio, há no coração deles o calor da esperança, da fé, de um horizonte amplo e sem nuvens densas e escuras da incompreensão.<sup>415</sup>

Nas edições dos dias seguintes ao fechamento da Rádio Iguaçu, *OEPR* publicou diversas reportagens sobre o tema, cartas de leitores e comentários de políticos de oposição ao regime militar repudiando, com veemência, a atitude do presidente Geisel; e se solidarizando com a difícil situação enfrentada pelo empresário e ex-governador. “Porque era de Pimentel!”, com este título um editorial comentou a razão, considerada única, para o fim da estação radiofônica do GPP:

<sup>414</sup> **Termo oficial de lacração.** Ibid., 28 maio 1977, p. 3.

<sup>415</sup> **O silêncio que diz tudo.** *O Estado do Paraná*, Curitiba, 28 maio 1977, p. 4.

Por quê? Afinal, por quê é a cidade repentinamente privada de sua melhor e mais estimada emissora de rádio [...]? Há coisas que acontecem na cidade e que a população ignora. [...]. Não houve, verdadeiramente, nenhum motivo simples ou especial. A Rádio Iguaçu não está no ar apenas porque o governo assim o quis; como poderia estar se o governo assim o quisesse. [...]. Então, porque Curitiba não pode continuar ouvindo a Rádio Iguaçu? A resposta está na boca do povo: porque a emissora pertence a Paulo Pimentel. Mas, que pecado mortal teria cometido esse homem [...]? Há de ser, obviamente, o que toda a coletividade por igual já sabe: esse homem teve a audácia de um dia deixar de cumprir as “ordens” do seu ex-chefe Ney Braga [...]. O episódio dramático e violento da Rádio Iguaçu abre os olhos desta terra para as consequências que está sujeita pela existência de uma simples briga política. [...].<sup>416</sup>

A *Folha de Londrina* publicou somente uma pequena nota sobre o fato, com o título “Emissora de rádio é fechada”.<sup>417</sup> O texto informava que “a concessão da Rádio Iguaçu, de Paulo Pimentel em Curitiba, não foi renovada por decreto do presidente Geisel, e foi lacrada ontem pela Delegacia Regional do Dentel”. A *Gazeta do Povo* teve comportamento ainda pior: não publicou sequer uma simples nota. Fiel à sua antiga linha editorial governista – reforçada depois da afiliação de sua TV Paranaense à Rede Globo, em abril de 1976 –, o diário curitibano seguiu apoiando e elogiando os governos estadual e federal, independentemente da circunstância econômica e política vivida pelo Brasil e sua população.

Na edição do dia seguinte ao fechamento da Rádio Iguaçu, a manchete da *Gazeta* foi: “Confiança recíproca une Geisel ao Paraná”. O texto, mostrando os números do investimento e a importância estratégica da refinaria de Araucária, repercutia a visita do presidente da República ao estado, no dia anterior. O editorial da mesma publicação<sup>418</sup>, cujo título era “Estradas, refinaria e presidente”, informava dados das obras inauguradas em Araucária e em Cascavel; e elogiava o presidente Geisel, como sempre. Um dia depois, outro editorial voltou a agradecer a visita de Geisel ao Paraná e a elogiar as obras inauguradas pelo chefe da nação: “Acima das malquerenças e derrotismos”.<sup>419</sup>

Mesmo envolto na profunda crise que abalava as estruturas político-financeiras dos veículos do GPP, *O Estado do Paraná* encontrava energia e espaço para tripudiar contra seus adversários políticos e desafetos comerciais. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a matéria “Cérebro da Rede Globo é demitido”, a respeito do rompimento entre o diretor-geral Walter

<sup>416</sup> **Porque era de Pimentel!** Ibid., 29 maio 1977, p. 4.

<sup>417</sup> **Emissora de rádio é fechada.** *Folha de Londrina*, Londrina, 28 maio 1977, p. 1.

<sup>418</sup> **Estradas, refinaria e presidente.** *Gazeta do Povo*, Curitiba, 28 maio 1977, p. 1 e 6.

<sup>419</sup> **Acima das malquerenças e derrotismos.** Ibid., 29 maio 1977, p. 6.

Clark e o seu patrão Roberto Marinho. Sem citar números, o texto comentava que o pedido de demissão de Clark – “o maior salário do Brasil” – havia sido aceito pelo proprietário da Globo. Anos mais tarde, em sua autobiografia, Walter Clark (1991, p. 290-296) revelou que o principal motivo da demissão dele tinha sido o mesmo que levou Paulo Pimentel à desgraça: cansou de dizer amém e afrontou o chefe do regime militar que mandava no país. Clark reclamou a Roberto Marinho e publicamente durante um coquetel da empresa, em Brasília, que se achava incomodado porque alguns programas da Rede Globo bajulavam muito os generais, enquanto estes seguiam censurando as telenovelas e cometendo outras arbitrariedades que não condiziam com a propalada abertura “lenta, gradual e segura” do governo Geisel.

Entre a demissão de Canet Júnior da presidência do Banestado, em 1966, e a crise da derrota da ARENA na eleição para o Senado em 1974, outros dois fatos importantes aconteceram e ajudam a entender porque Ernesto Geisel e Ney Braga cometeram tão violenta perseguição ao Grupo Paulo Pimentel. O primeiro ocorreu no início de 1966, quando as articulações políticas de bastidores dos generais estavam em andamento para a definição do candidato da ARENA à sucessão de Castelo Branco na Presidência da República. Ney Braga planejava ser o candidato do grupo “castelista”, com o apoio do presidente, de Geisel e de Golbery do Couto e Silva. Contudo, o general e ministro da Guerra, Artur da Costa e Silva, também já era candidato declarado e tinha o respaldo dos militares da chamada “linha dura”.

Naquele período, Pimentel foi convocado por Costa e Silva para uma reunião urgente em Brasília. Ao chegar ao aeroporto da capital, entretanto, guardas da segurança do presidente Castelo Branco levaram-no para o Palácio do Planalto. O presidente, que estava acompanhado de Geisel e Golbery, queria saber o tema da reunião que Pimentel teria com Costa e Silva. O governador do Paraná disse que não sabia o motivo de sua convocação para a audiência com o ministro da Guerra, que sequer conhecia pessoalmente. Depois, na segunda reunião, Costa e Silva foi bastante direto com Pimentel: deu-lhe a missão de porta-voz para convidar o ministro Ney Braga para ser vice-presidente da República na chapa dele. Ney Braga não aceitou a proposta, e disse a Pimentel que contava com o apoio de Castelo e Geisel para ser candidato à Presidência. O ministro da Agricultura ficou irritado com Pimentel, porque não entendeu que este estava atuando somente como intermediário do convite de Costa e Silva. Este foi o primeiro e mais sério estremecimento entre Ney Braga e Pimentel, e que perduraria

por vários anos.<sup>420</sup>

O segundo fato protagonizado por Paulo Pimentel, e que o indisputou com o alto comando de Brasília, aconteceu em São Paulo, em 8 de dezembro de 1968, a cinco dias da edição do Ato Institucional número 5 (AI-5), que implantou a fase mais severa da repressão política do regime militar. Ao receber na Câmara Municipal paulistana o título de Cidadão Honorário, o jovem governador paranaense se empolgou e fez um discurso inflamado, defendendo a redemocratização do país e a volta das eleições diretas em todos os níveis. Estes foram dois dos motivos que levaram o grupo liderado por Geisel e Ney Braga a considerar Pimentel um político insubordinado e insolente (JAMUR JÚNIOR, 2001, p. 126-128).

Em consequência daquela incompatibilidade política – registrada apenas temporariamente, em meados da década de 1970 – entre Pimentel e os governos estadual e federal, o GPP foi substituído por outras empresas do setor de comunicação na parceria com o trio Geisel, Ney Braga e Canet Júnior. Em seu lugar ganharam força os grupos de Oscar Martinez e da *Gazeta do Povo*. Foi uma operação parecida com a que se desenvolveu, nacionalmente, na substituição das redes Excelsior e Tupi pela Rede Globo, nas relações com o regime militar na virada da década de 1960 para a de 1970.

Estes raros momentos de incerteza, ruptura e perseguição ocorreram quando um ou outro concessionário de televisão – quase todos submissos e coniventes ao regime militar – deixou de comungar, inteiramente, com os planos, as ações e ordens do Executivo nacional. Como afirma Inimá Simões (2004, p. 38), citando o proprietário do GPP como exemplo deste tipo de exceção:

Ainda no capítulo das relações entre o poder e as emissoras, não podem ser omitidos os casos em que concessionários em desgraça diante da Presidência da República foram aconselhados a desfazerem-se das estações, sob pena de sofrerem ações drásticas e fulminantes. Isso aconteceu com Paulo Pimentel, ex-governador do Paraná. Tal fato mostra que o Poder Executivo – ainda mais em tempos de exceção – sempre manteve um arsenal de medidas para controlar as emissoras, quando julgasse necessário. [...].

Aquele arsenal de medidas era composto, entre outros, pelos poderes de concessão, renovação, fiscalização e cassação dos canais televisivos previstos no CBT. Porém, à cassação de concessão de emissora de TV – ponta mais aguda entre as penalidades possíveis – o regime

---

<sup>420</sup> SANT'ANA, 2008, p. 126-133.

militar recorreu apenas em casos extremamente graves<sup>421</sup>; e depois de esgotadas todas as outras formas de pressão menos visíveis ao público e, portanto, de menor desgaste para a imagem do Executivo federal. Entre estas, encontravam-se a censura oficial à programação em geral, a suspensão de financiamentos bancários, o corte de verbas publicitárias públicas, a pressão sobre anunciantes privados, e a interferência nas relações de redes com suas afiliadas. Como registra Busetto, ao finalizar sua interpretação sobre o caso da TV Excelsior:

Ainda que pesassem as circunstâncias de governos militares – sempre ocupados em forjarem publicamente a legitimidade e a faceta da eficiência técnica do regime militar –, o fechamento da TV Excelsior deixa patente que mesmo a ditadura militar viu-se obrigada a recorrer a expedientes políticos velados e, sobretudo, a pressões econômico-financeiras para cassar concessões legalizadas de canais de televisão. Em grande medida, tal expediente do regime militar contra a TV Excelsior se deveu à propositada indefinição do CBT com relação a uma política de telecomunicações, ainda que a ditadura tivesse efetivado, em 1967, algumas alterações de cunho autoritário no Código, mediante inclusão do temível Artigo 53. De qualquer forma, o episódio de perseguição à TV Excelsior serviu para manter concessionários de canais de TV bem sintonizados com a programação de governos militares. Ainda que, por vezes, ocorressem pequenos embates de um ou outro concessionário com o regime militar – geralmente em razão de intervenções pontuais na produção televisiva –, eles não foram significativos o bastante para ameaçar nenhuma concessão ou reproduzir o esquema de perseguição sofrido por Simonsen.<sup>422</sup>

No caso da perseguição do regime militar ao Grupo Paulo Pimentel – parecido com o imposto à TV Excelsior, ainda que em menor proporção – o saldo resultante foi uma emissora de TV vendida sem retorno do capital investido, uma emissora de rádio lacrada, um jornal fechado, e muito prejuízo financeiro. Isto ocorreu nos dois episódios, aqui comparados para efeito de exemplificação, porque a televisão era – antes e durante o regime militar – um meio de comunicação subordinado ao Estado e seus governantes, especialmente pela imposição de rígidos limites políticos e econômicos (PRADO, 1973, p. 12-15). Pimentel explicou a dificuldade que suas TVs tiveram sem as verbas publicitárias públicas e os consequentes prejuízos:

Como você sabe, e ninguém pode negar, o Estado é o grande cliente [dos meios de comunicação]. Ele suspendeu as verbas. Então, perdemos um bom

<sup>421</sup> Podem ser citados, como exemplos desta situação extraordinária, os casos da TV Excelsior, em 1970, da TV Rio, em 1977, e das emissoras da Rede Tupi, em 1980 (SIMÕES; COSTA; KEHL, 1986).

<sup>422</sup> Busetto, 2009, p. 63. O artigo 53 do CBT estabelece os comportamentos considerados abusivos no exercício da liberdade da radiodifusão, como divulgar segredos de Estado, ultrajar a honra nacional, fazer propaganda de processos de subversão da ordem política e outros.

cliente. Meu faturamento começou a cair bastante. Os melhores clientes são os municípios, o estado e o governo federal. Eu fiquei sem eles, naquele período. [...]. Minhas empresas foram ficando velhas, vieram as questões trabalhistas, os ônus trabalhistas foram aumentando. Chega um ponto em que você consome a empresa em ônus trabalhistas. [...]. Tive um tremendo prejuízo financeiro naquela época. Eu perdi um monte de dinheiro. Eu não sei como eu não fali completamente.<sup>423</sup>

Mesmo que traumatizado com o fechamento da Rádio Iguaçu e com medo de ter cassadas as concessões de suas emissoras de TV, Pimentel utilizava editoriais de *OEPR* para denunciar a crise econômico-financeira sofrida pelo corte de verbas do governador Canet Júnior:

Quando, há dois anos passados, o governador Jayme Canet Júnior tomava a insólita decisão, engendrada nas restritas confabulações palacianas, e boicotava empresa de comunicação social, ele decidia, também, impor censura à Imprensa de uma forma, até então inusitada no Paraná. [...]. Disse mentira torpe o senhor governador quando tentou engodar os paranaenses com o falso selo da moralidade e austeridade administrativas. Ele mesmo, tomando a dianteira, transformou em domínio particular aquilo que pertence a todos, e, com isto, ordenou que calassem a boca os menos submissos, aqueles cuja dignidade não se verga ao simples aceno da falta de pão [...]. Completa-se hoje o segundo aniversário do boicote imposto por Canet na desvairada atitude de quem só se compraz com encômios. E, como todo aniversário, esta data deve ser comemorada. Não porque tenhamos orgulho em ter sobrevivido e crescido sem os pretensos favores palacianos – eles não são favores; existe algum favor naquilo que é de direito? Nós comemoramos esta data com o justo orgulho daqueles que cumprem suas obrigações mesmo sob a tentativa insana e malversadora proibição. [...]. É tempo de restabelecer a confiança e a moralidade, perdidas a partir do momento em que este governo do Paraná começou a agir discricionariamente. [...]. Pois, todos obedecem de bom grado onde os dignos governam.<sup>424</sup>

São aqueles limites políticos e esta profunda dependência econômica das emissoras de televisão, em relação aos poderes públicos, que geraram, como foi analisado anteriormente, o que Somma Neto (2007) convencionou chamar de telejornalismo “chapa-branca”. Depois, no início de 1979, com a aproximação do fim do mandato de Geisel<sup>425</sup>, o então ministro das Comunicações, Quandt de Oliveira, passou a admitir publicamente a hipótese de cassação da concessão da TV Coroados, porque não tinham sido regularizadas naquele órgão as sucessivas

<sup>423</sup> PIMENTEL, em entrevista, em 03 jun. 2009.

<sup>424</sup> **Dois anos de boicote.** *O Estado do Paraná*, Curitiba, 28 mar. 1978, p. 4.

<sup>425</sup> Possivelmente no afã de prejudicar o GPP, o presidente Geisel chegou a participar de uma peça publicitária da Radipar, em 1978, ao lado de cinco atores da Rede Globo, quando foi inaugurada a rota Sul-Sudeste da rede de troncos e enlaces de micro-ondas que beneficiaria a TV Paranaense naquela região do estado (OLIVEIRA, 1991, p. 101-102).



transferências entre os compradores e vendedores do Canal 3 de Londrina, desde a família Stresser, passando por Pimentel, até Oscar Martinez.

Além disso, a situação legal que envolvia as emissoras do grupo Martinez estava prestes a se agravar ainda mais. Ele iria inaugurar, em 10 de março daquele ano, a TV Tropical, Canal 7 de Londrina, contrariando frontalmente dois artigos do Código Brasileiro de Telecomunicações. O número 12, que impõe o limite de duas emissoras televisivas VHF para uma empresa, em um mesmo estado. E o artigo 38, que na cláusula “g” proíbe uma pessoa de “participar da direção de mais de uma concessionária do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade”. A empresa de Martinez já possuía a TV Paraná, em Curitiba, e a TV Coroados, em Londrina.

A primeira notícia sobre o assunto foi publicada pela Folha de Londrina, com o título “Direção da Coroados nega o fechamento da emissora”.<sup>426</sup> No texto, o diretor-geral do Canal 3, Flávio Martinez, desmentia “as notícias de que a emissora seria fechada no dia 25 próximo, ou, no mais tardar, no dia 10 de março”. Sem explicar de onde partiram as citadas “notícias”, a matéria informava que a direção da TV Coroados não tinha sido notificada oficialmente sobre o fechamento pelo Ministério das Comunicações. Flávio Martinez admitiu, todavia, a existência de muitas irregularidades legais envolvendo a emissora. Ele comentou que seriam “as mesmas irregularidades, de conhecimento do Dentel, que levaram o grupo Martinez à Justiça contra Paulo Pimentel”.

No mesmo texto da *Folha*, o então recém-eleito deputado federal Pimentel (ARENA) afirmou que defenderia, enquanto político, o não fechamento da TV Coroados, por considerá-la um patrimônio do Paraná. Ele ressaltou que, como empresário, esperava apenas “receber a parte faltante do preço das ações vendidas à Organização Oscar Martinez”. Segundo Pimentel, os compradores da emissora pagaram somente o sinal e a primeira parcela do total da compra, cerca de Cr\$ 9,100 mil, mas ainda lhe deviam 25 milhões de cruzeiros.

A concessão para o funcionamento da TV Coroados, válida por 15 anos conforme o CBT, havia vencido em 23 de setembro de 1978. Era esta concessão que o ministro Quandt de Oliveira não queria renovar, até porque não estava decidido, legalmente, quem era o concessionário titular: Chateaubriand, a família Stresser, Pimentel ou Martinez? O título da matéria da *Folha* era: “Ministro confirma: TV Coroados será fechada dentro de no máximo 12 dias”:

---

<sup>426</sup> **Direção da Coroados nega o fechamento da emissora.** *Folha de Londrina*, Londrina, 20 fev. 1979, p. 5

[...]. As irregularidades são tantas, de acordo com o ministro das Comunicações, Euclides Quandt de Oliveira, que tornam impossível a renovação da concessão: “Não há outra solução para aquela emissora que não a perempção”, declarou ele. [...]. O ministro confirmou que a TV Tropical, da mesma Rede OM de Comunicações, deve entrar no ar em breve. [...]. A TV Tropical já gerou imagens, em fase de teste, na semana passada, com qualidade melhor que as da TV Coroados. [...]. Segundo o ministro, o problema da Coroados, de transferências de propriedades e transações empresariais, é muito antigo “e foi por isto que se abriu um novo edital em Londrina para uma emissora de televisão”. Ele garantiu que a região não ficará sem a programação da Rede Globo [com o fechamento da TV Coroados].<sup>427</sup>

A entrevista do ministro Quandt de Oliveira não havia sido dada a jornalista da *Folha*, mas sim a um repórter da Rádio Alvorada, também de Londrina, durante a solenidade de inauguração do prédio e equipamentos de uma empresa de telefonia, dias antes em Assis (SP). Reportagem com base no mesmo material radiofônico foi publicada por *O Estado do Paraná*, sob a manchete: “Quandt: a Coroados será fechada”.<sup>428</sup> Diferentemente do texto informativo da *Folha*, entretanto, o de *OEPR* usava uma linguagem marcadamente opinativa, apesar de não estar assinado pelo autor:

[...]. Que o fechamento da Coroados vai trazer problemas à população de boa parte do Norte paranaense, isso não há dúvidas. [...]. Na verdade, corre-se hoje contra o relógio: tudo tem que acontecer até o próximo dia 15 de março, quando muda o governo. Daí a expressão do ministro: “Não gostaria de passar para meu sucessor este problema. É um problema do meu governo.” [...]. Só há um detalhe: a perempção tem que ser declarada pelo próprio presidente da República. O ministro pode sugerir, mas a decisão final será do presidente Ernesto Geisel. O futuro da Coroados está, portanto, nas mãos dele.

Daquela data em diante, a *Folha* e o *OEPR* divulgaram, quase que diariamente, farto material sobre o risco de fechamento da TV Coroados. Esta rotina seguiu até pouco depois da inauguração da TV Tropical, no dia 10 de março de 1979. A nova emissora do grupo Martinez nasceu afiliada à Rede Globo, em substituição à Coroados. Como o seu proprietário Paulo Pimentel era diretamente interessado no desfecho da crise da TV Coroados, *O Estado do Paraná* deu cobertura ao caso durante várias semanas seguidas. O diário curitibano

<sup>427</sup> **Ministro confirma: TV Coroados será fechada dentro de no máximo 12 dias.** *Folha de Londrina*, Londrina 04 mar. 1979, p. 4.

<sup>428</sup> **Quandt: a Coroados será fechada.** *O Estado do Paraná*, Curitiba, 04 mar. 1979, p. 1.

publicou manchetes e submanchetes como estas, entre outras: “Apelos em favor da TV Coroados”; “Londrina reage contra o fechamento da Coroados”; “Coroados deixa Londrina de Luto”; “TV Coroados no ar, por ora”; “Canal 3, questão de Justiça”.<sup>429</sup> Nos respectivos textos, normalmente apareciam políticos do MDB, líderes de entidades classistas e demais entrevistados defendendo as posições de Pimentel: o não fechamento da TV Coroados e a devolução da emissora ao GPP.

No dia 15 de março de 1979, tomou posse o novo presidente da República, João Figueiredo, sem que seu antecessor Ernesto Geisel tivesse resolvido oficialmente a crise da TV Coroados.<sup>430</sup> Durante alguns meses, o grupo Martinez permaneceu titular das concessões de três emissoras de TV no Paraná, sendo que duas delas tinham sede em Londrina. Em 19 de agosto daquele ano, a TV Tropical deixou de transmitir a programação da Rede Globo para se afiliar à Rede Bandeirantes. Em Londrina e região, os programas da Globo passaram a ser sintonizados, na época, por meio de antena repetidora do sinal da TV Cultura de Maringá, afiliada daquela rede carioca desde 1976.

Na prática, foi a direção da Rede Globo quem rompeu o contrato de afiliação com a TV Tropical, porque ela sabia que em Brasília o impasse da TV Coroados estava chegando ao fim. Segundo Jamur Júnior (2001, p. 124-125), a solução foi possível por meio da concretização de um plano esboçado ainda antes da posse do presidente Figueiredo:

[...] já eleito deputado federal, Paulo Pimentel foi chamado a Brasília para conversar com o sucessor indicado de Geisel, o general João Baptista Figueiredo, empenhado num esforço de arregimentação de aliados políticos para seu futuro governo. Depois de ouvi-lo atentamente, Pimentel expôs a situação da TV Coroados: “General, estou pensando seriamente em oposição. O governo vem me perseguindo sistematicamente e não vejo razão para permanecer no seu partido”. Sensibilizado, Figueiredo prometeu sustar o processo de cassação da concessão. [...]. A solução veio através do ministro Golbery do Couto e Silva, eminência parda e grande estrategista do governo Geisel. Num jantar de confraternização em Brasília, com a presença do ungido Figueiredo, Golbery teve uma conversa com Paulo Pimentel, com o intuito de ressarcir-lo de parte dos prejuízos causados pela perseguição política de que fora vítima até aquele momento. Inteirado da situação da TV Coroados, entrou em contato com o “todo-poderoso” proprietário da Rede Globo, Roberto Marinho, e ofereceu-lhe a oportunidade de fazer um excelente negócio. Por um preço bastante vantajoso, Marinho comprou a TV

<sup>429</sup> *O Estado do Paraná*, Curitiba, 06 mar. 1979, p. 1; 08 mar. 1979, p. 1; 09 mar. 1979, p. 1; 10 mar. 1979, p. 1; 13 mar. 1979, p. 1.

<sup>430</sup> Naquela mesma data, Ney Braga (ARENA) assumiu o governo do Paraná para o seu segundo mandato (1979-1982).

Coroados, três anos depois de Pimentel tê-la vendida, sob pressão, a Oscar Martinez.

Depois de meses de “silêncio”, a *Folha de Londrina* voltou ao assunto para divulgar, por meio de notas, no início de outubro de 1979<sup>431</sup>, que as negociações para a venda da TV Coroados seguiam indefinidas. Entretanto, no final daquele mês, uma matéria, sob o título “Venda da TV Coroados: será pedida à Justiça anulação da assembléia”, informava que o deputado Paulo Pimentel havia vendido a emissora para a Rede Globo, no dia 24 de outubro, mas com a resistência de 18 acionistas minoritários.<sup>432</sup> “Rede Globo a partir de amanhã no Canal 3” – este foi o título da reportagem definitiva sobre o impasse que já durava havia três anos. No texto, informava-se que as longas negociações tinham chegado ao fim, que a Rede Globo havia assumido o controle da TV Coroados, no dia anterior, e que a partir de 1º de novembro a emissora londrinense passaria a veicular a programação completa da rede carioca.<sup>433</sup>

Estranhamente, *O Estado do Paraná* nada divulgou na época sobre a conclusão das negociações de seu proprietário, entre outros envolvidos, para a venda da TV Coroados à Rede Globo. Passados mais de 30 anos, Paulo Pimentel comenta como terminou o caso do Canal 3 de Londrina:

O Martinez já estava operando a nova TV Tropical, não tinha mais interesse na velha Coroados. Daí, me chamaram em Brasília e me propuseram vender para o Roberto Marinho. Fizemos um acordo lá, e eu vendi para o doutor Roberto. Com a concordância do Martinez, porque eu tinha uma escritura dada para ele. Aí, eu vendi e o Roberto Marinho me pagou um valor deste tamanho, ó. Ficou de graça, ficou quase de graça para ele. O Martinez, não sei se recebeu alguma coisa, porque também não tinha investido nada lá. Eu, sim, fiquei com um grande prejuízo. O documento de venda foi passado com 50% das ações para o doutor Roberto, 25% para o Edmundo Lemanski e mais 25% para o Francisco Cunha Pereira Filho.<sup>434</sup>

<sup>431</sup> *Folha de Londrina*, Londrina, 07 out. 1979, p. 6; 12 out. 1979, p. 5.

<sup>432</sup> **Venda da TV Coroados: será pedida à Justiça anulação da assembléia.** *Folha de Londrina*, Londrina, 26 out. 1979, p. 5. Pimentel tinha sido eleito deputado federal, em 1978, com a maior votação – quase 130 mil votos – entre os 19 vitoriosos pela ARENA do Paraná; o MDB elegeu 15 deputados federais. Naquelas eleições para o Congresso Nacional em todo o país, apesar das restrições da “Lei Falcão”, o MDB recebera 52% dos votos, contra 34% da ARENA e 14% de votos brancos e nulos.

<sup>433</sup> **Rede Globo a partir de amanhã no Canal 3.** *Ibid.*, 31 out. 1979, p. 5.

<sup>434</sup> PIMENTEL, em entrevista, em 03 jun. 2009.

Contudo, é pouco provável que tenha sido Paulo Pimentel o vendedor oficial da TV Coroados, para a Rede Globo e sócios da *Gazeta do Povo*, posto que a concessão da emissora nunca estivesse legalizada em seu nome no Ministério das Comunicações. Ronald Stresser, que em 1973 vendera o Canal 3 para o proprietário do GPP, dá a versão dele sobre o caso:

[Quando o Roberto Marinho e seus sócios estavam negociando com o Pimentel e o Martinez, a compra da TV Coroados] Aconteceu o seguinte: o doutor Francisco Cunha Pereira Filho, através do senador Affonso Camargo, pessoalmente, me procurou para propor um acordo [sobre a parte que eu não tinha recebido da venda ao Pimentel]. Eu aceitei. Ele me pagou com um apartamento no bairro do Cabral, em Curitiba, e mais um pouco de dinheiro. Eu aceitei, recebi e dei a quitação da venda da TV Coroados para o doutor Francisco.<sup>435</sup>

De acordo com Stresser, no entanto, a negociação entre ele e os novos proprietários da TV Coroados também não foi nada tranquila, apesar de ter recebido, depois de algum tempo de impasse, o valor que desejava:

O Affonso Camargo me ameaçou, usando os nomes de Ney Braga e do presidente Geisel. Ney Braga ainda era ministro de Geisel. Ele dizia que eu devia aceitar a proposta do doutor Francisco. Ou então, eu perderia tudo, porque a concessão em Brasília ainda estava em nome do Chateaubriand; não havia sido transferida oficialmente para o nome do meu pai e para mim. Ele dizia que a concessão seria cassada e a TV Coroados lacrada, definitivamente. Porque, também, a negociação da venda de Pimentel para o Martinez não havia sido concretizada oficialmente. E o Martinez já operava em Londrina a TV Tropical. [...]. Eu gostaria de ter recebido do Pimentel, para quem efetivamente eu vendi a Coroados. Mas como isto não aconteceu, e depois a pressão era forte, resolvi aceitar a proposta do doutor Francisco. Recebi tudo certinho, conforme o combinado, e dei o documento de quitação da venda.<sup>436</sup>

Oscar Martinez, que naqueles últimos três anos havia sido o responsável pelo funcionamento da TV Coroados, conta que também sofreu pressão política de Brasília para concordar com a venda da emissora a Roberto Marinho e seus sócios curitibanos:

O Ney Braga, que já era governador, me chamou e me disse: “Oscar, você não pode ficar com duas estações na mesma cidade, isso é contra a lei. Você tem que abrir mão de uma. Vê qual você quer vender, mas tem que vender uma, porque senão o ministro vai ter que cancelar uma concessão.” Então, eu

<sup>435</sup> STRESSER, em entrevista, em 13 ago. 2010.

<sup>436</sup> STRESSER, em entrevista, em 13 ago. 2010.

também recebi pressão. Eu fui muito pressionado na época, a vender uma televisão. Por isso, resolvemos passar para frente a Coroados e desenvolver uma nova estação, que era a Tropical, a nossa atual estação em Londrina. Isso acabou se complicando e gerando uma situação desagradável com o Paulo Pimentel, porque acabou entrando política no meio. [...]. Eu conversei várias vezes com o doutor Roberto Marinho, que tinha interesse em ficar sozinho com a estação. O Francisco Cunha Pereira Filho, que já tinha sociedade com a Rede Globo, também tinha interesse e fez alguns contatos comigo. Então, eu acabei transferindo TV Coroados para eles. O Pimentel participou também desta venda e regularizamos o negócio.<sup>437</sup>

Aparentemente, as versões de Pimentel, Stresser e Martinez não são excludentes. Elas podem mesmo ser, inclusive, complementares entre si: os três empresários, ainda com seus nomes direta ou indiretamente implicados na propriedade da TV Coroados, foram pressionados pelo alto comando de Brasília, com apoio do governador Ney Braga e outros políticos, para liberar a transferência da concessão da emissora aos sócios da *Gazeta do Povo* e Roberto Marinho.

Anos mais tarde, o proprietário do GPP<sup>438</sup> receberia do último presidente-general, João Figueiredo, a concessão da TV Naipi, inaugurada em Foz do Iguaçu em setembro de 1985. Há indícios de que ela fora a moeda de troca usada, pelo Palácio do Planalto, para facilitar a venda da TV Coroados à *Gazeta* e Rede Globo, apesar de Pimentel negar esta versão. Com a Naipi funcionando, estava definitivamente consolidada a primeira rede de emissoras televisivas do Paraná. Depois, já fora do período recortado para esta pesquisa, Paulo Pimentel colocou no ar sua quarta emissora, a TV Cidade, Canal 5 de Londrina, inaugurada em 17 de abril de 1989, e cuja concessão fora outorgada pelo presidente José Sarney (PMDB).<sup>439</sup>

Na solenidade de inauguração da TV Cidade, Pimentel fez um longo discurso, em tom de desabafo, sobre as consequências da crise que havia sofrido, durante o regime militar, no embate travado com o presidente Geisel e o ministro Ney Braga:

<sup>437</sup> MARTINEZ, em entrevista, em 13 ago. 2010.

<sup>438</sup> O deputado federal Paulo Pimentel reatou politicamente com o governador Ney Braga, durante o segundo mandato deste à frente do Palácio Iguaçu (1979-1982), a pedido do presidente João Figueiredo. Apesar disso, os dois políticos paranaenses nunca mais voltaram a serem amigos, conforme afirmou Pimentel em entrevista ao autor. Nela, o proprietário do GPP avaliou ainda que a maioria de seus problemas surgiu porque desempenhou simultaneamente, ao longo de muitas décadas, as “incompatíveis funções de político independente com as de empresário da comunicação no Paraná.”

<sup>439</sup> José Sarney (PMDB-AP) distribuiu, durante o seu mandato como presidente da República (1985-1990), 1.028 concessões de rádio e TV. Trinta delas foram para empresários do Maranhão; “sendo que, pelo menos, 16 foram parar em mãos de pessoas diretamente ligadas à família Sarney” (*Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 set. 1995, p. 9).

[...]. E os poderosos subiram. Eu tive a honra de ser um dos perseguidos pelo então presidente da República, general Ernesto Geisel. Sobre mim caíram as iras violentas deles, lá do poder prepotente, com atos discricionários. [...]. Nesta avalanche de destruição, foram caindo um por vez: a Rádio Iguaçu de Curitiba [...], o jornal Panorama de Londrina, destruído por um petardo violento do poder central ditatorial, do poder todo-poderoso. Caiu a TV Coroados, que eu fui obrigado a vender a preço vil e de cuja venda só recebi o sinal, por imposição do poder central. [...]. Mentiroso poder, mentiroso ministro, mentiroso presidente da República, que exigiram a venda mesquinha, ridícula. [...]. A perseguição continuou, a programação que tínhamos rolou e nós ficamos alguns meses, alguns anos, bem lá embaixo. Eu conto esta história para dizer para Londrina que eu nunca fugi à luta; eu recuei, eu voltei um pouco para atrás, eu procurei diminuir o alvo, para que não fosse morto, fuzilado, até fisicamente.<sup>440</sup>

As quatro emissoras do GPP, afiliadas do SBT, foram vendidas ao apresentador de televisão e empresário Carlos Massa, o “Ratinho”, em 2007.<sup>441</sup> Pimentel explicou, com objetividade, mas também já com um pouco de saudade, os motivos – empresariais e políticos – que levaram à venda de suas emissoras, exatos 40 anos depois de ter colocado no ar a TV Iguaçu:

Meus negócios não estavam bem. Meu faturamento havia caído bastante. **Como eu não sou candidato a mais nada, o que eu vou fazer com televisão? Nada!** Então, pensei em vender. Achei um bom comprador e vendi. Voltei ao ponto onde tudo começou: fiquei apenas com os dois jornais, *O Estado* e a *Tribuna do Paraná*. De televisão não sobrou nada, não tenho mais nada. Aliás, restou, como minha herança ao setor, o meu neto Daniel na presidência da Abert. Isto só foi possível porque tenho bons relacionamentos, porque fui muito amigo do doutor Roberto Marinho. Por sinal, como eu ainda sou do João Roberto [Marinho]. Tanto que foram eles que puseram o meu neto lá. Porque, você sabe, quem põe o presidente da Abert é a Rede Globo. E o Daniel está no segundo mandato, foi reeleito. Fico feliz por ele.<sup>442</sup>

<sup>440</sup> **Discurso de Paulo: a TV Cidade é um reencontro com Londrina.** *O Estado do Paraná*, Curitiba, 30 abr. 1989, p. 6.

<sup>441</sup> Em junho de 2008, um incêndio destruiu o acervo histórico, os equipamentos, materiais e deixou em ruínas o prédio sede da TV Tibagi, construído em 1969, em Apucarana, em uma área de 7 mil m<sup>2</sup>. Um novo prédio, menor que o original, foi construído no local pela Rede Massa para o funcionamento da emissora. A maior parte do terreno foi vendida para uma empreendedora imobiliária (*Tribuna do Norte*, Apucarana, 06 ago. 2011, p. 5).

<sup>442</sup> PIMENTEL, em entrevista, em 03 jun. 2009. Daniel Pimentel Slaviero, atual diretor-geral da Rede Massa em Brasília, foi presidente da Abert em dois mandatos, de 2006 a 2010. (Grifo do autor).

Declaração mais direta e clara é desnecessária. Desta maneira, chegava ao fim o GPP, proprietário da primeira rede regional de emissoras de televisão do Paraná.<sup>443</sup> Pelo mesmo motivo que havia sido iniciada e desenvolvida, a rede foi desativada por Paulo Pimentel: a política. Concedidas pelo Palácio do Planalto para atender aos interesses da sua relação de poder com o Palácio Iguazu, as emissoras simplesmente foram vendidas quando o empresário Pimentel deixou de ter objetivos políticos-eleitorais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O setor da televisão aberta comercial estruturou-se e se desenvolveu no Paraná, entre os anos de 1954 e 1985, com base na intermediação política direta do Palácio Iguazu na conquista de oito das doze concessões de canais, além de ter havido o apoio palaciano nos casos de outras duas outorgas federais. Somente as duas concessões obtidas, antes do regime militar, pelo empresário Assis Chateaubriand – o único cuja empresa de comunicação não era

---

<sup>443</sup> A logomarca GPP foi imediatamente trocada pela “Rede Massa”, assim que o empresário Carlos Massa assumiu o controle das emissoras, no segundo semestre de 2007.



sediada no estado – não tiveram respaldo comprovado de governadores paranaenses junto ao Executivo nacional.

Esse foi um traço político que diferenciou o modelo paranaense dos praticados nos principais estados em relação ao campo televisivo brasileiro: a interferência decisiva do governo estadual nos processos de reivindicação e conquista das outorgas de canais por empresários da comunicação social. Nos casos de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e outras unidades da Federação, este tipo de negociação entre os agentes da iniciativa privada e o Estado ocorreria, geralmente, sem intermediação política ou com a participação de senadores e deputados federais, porém, não a de governadores.

No caso do Paraná, essas intervenções foram oportunizadas porque o governo estadual – cujas características tradicionais eram o adesismo e situacionismo em relação ao poder central – sempre respaldou os programas e os interesses dos titulares do Palácio do Catete, inicialmente, e do Palácio do Planalto, a partir de 1960. O modelo em que preponderava a opinião dos governadores paranaenses para obtenção das concessões televisivas foi aperfeiçoado, e ainda mais marcante, durante o regime militar, de 1964 a 1985. Isto aconteceu porque entre os programas prioritários daquele período estava o relativo à integração e segurança nacionais; e entre os interesses, um dos principais era o de melhorar a imagem e legitimar o governo discricionário junto à população. Para o sucesso de ambos era fundamental que o setor de televisão estivesse sob o controle de aliados políticos próximos e submissos. Certamente por esta razão, todos os concessionários das emissoras de TV distribuídas no Paraná pertenciam a grupos proprietários de jornais e/ou de estações radiofônicas que já davam respaldo político aos governos estadual e federal.

Todavia, aquele modelo de outorgas de canais exclusivamente a políticos e empresários aliados, ao longo do período, só foi possível porque a legislação do setor – unificada em torno do Código Brasileiro de Telecomunicações, a partir de 1962 – definia o presidente da República como único responsável pelos respectivos decretos. O arcabouço legal, baseado em herança do governo Vargas (1930-1945) que vigorou em todos os governos após a Segunda Guerra Mundial, foi ainda mais centralizado pelos presidentes do regime militar, principalmente por meio de um decreto-lei que modificou e adequou o CBT aos iniciantes tempos de exceção, em 1967.

Também durante os 21 anos sob o comando dos generais, o setor das

telecomunicações foi modernizado através da instalação de infraestrutura – dos troncos de micro-ondas e antenas repetidoras aos satélites artificiais –, do desenvolvimento tecnológico e de financiamentos públicos suficientes para proporcionar o avanço dos sinais das emissoras e a regionalização das redes televisivas pelo interior do Paraná e nos estados periféricos do país. Nove das doze concessões de emissoras que entraram em operação no Paraná, durante a época estudada, foram distribuídas pelo regime militar, sendo que três delas beneficiaram um único empresário-político: Paulo Pimentel. As concessões recebidas por Pimentel foram decretadas por diferentes presidentes: Castelo Branco, Costa e Silva e João Figueiredo. Em todo o país, 67 concessões de televisão foram outorgadas de 1964 a 1985.

Entre os cinco presidentes militares, Ernesto Geisel foi o que mais decretou concessões para grupos privados do Paraná: três; Castelo Branco e Figueiredo concederam dois canais cada; enquanto que Costa e Silva e Médici só decretaram uma concessão cada. Esta disparidade nos números de concessões entre os presidentes foi fruto, especialmente, da disposição do Palácio do Planalto para colocar em licitação pública os novos canais durante cada mandato. Porém, nenhum presidente da República concedeu mais de um canal de televisão a um mesmo empresário paranaense. O que possibilita avaliar que o modelo federal de concessões não objetivava beneficiar, especificamente, este ou aquele grupo de comunicação, mas sim o conjunto de aliados. Estratégia comprovada pelo fato de nenhum empresário ou político integrante da oposição ter recebido, naquele período, outorga de TV no estado. Exceto Chateaubriand – cujo conglomerado comunicacional operava nacionalmente –, os demais concessionários de TV no Paraná possuíam estreita e histórica ligação político-empresarial com o Palácio Iguazu e, por intermediação deste, com o Palácio do Planalto.

Esta onipresença do poder central sobre o setor de televisão foi levado ao extremo pelos militares – não somente em relação à titularidade das concessões, mas inclusive no tocante às afiliações de emissoras paranaenses a redes nacionais – no caso que envolveu Grupo Paulo Pimentel, a TV Coroados e a Rede Globo, em 1976. Durante aquela crise empresarial, com fortes contornos políticos, os governos estadual e federal estreitaram sua longínqua aliança para impor pesadas sanções ao então inimigo Pimentel; em um episódio, por esta razão, de características inéditas no campo televisivo brasileiro. E comprobatório de que quando o elo de submissão política aos poderes constituídos era rompido, ainda que temporariamente, o concessionário sofria reprimendas impostas pelo Executivo nacional, como ocorrera nos casos paulistas da TV Excelsior e Rede Tupi, ainda que em outras

circunstâncias.

A imprensa escrita e as estações radiofônicas das principais cidades paranaenses foram não somente o ponto de origem da totalidade dos concessionários de canais, com exceção de Chateaubriand, mas também onde as emissoras buscaram seus primeiros profissionais para os setores artístico, técnico e jornalístico, ainda na época da TV em preto e branco e ao vivo. Contudo, a imprensa registrou de maneira apenas discreta a trajetória da televisão paranaense, entre meados das décadas de 1950 e 1980. Os espaços e conteúdos disponibilizados pelos três principais diários, para a cobertura do advento televisivo, foram bastante distintos. Os diários curitibanos *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná* deram, no geral, pouco espaço e pequena importância ao divulgarem a instalação, a estruturação e o desenvolvimento desse meio de comunicação eletrônico na capital e em mais sete cidades do interior. Durante a maior parte do tempo, ambos divulgaram somente a programação diária dos canais de Curitiba, às vezes nem isto. *A Folha de Londrina* ofereceu maior espaço e mais destaque às inaugurações, funcionamento e programação de todas as emissoras, sem distinção entre as da capital e as interioranas.

Raramente, no entanto, os jornais informaram e, menos ainda, opinaram a respeito da política de concessões de canais que vigorava no país e que – por intermediação do Palácio Iguaçu – beneficiava aos seus proprietários e colegas empresários do setor comunicacional paranaense. Esse fato aconteceu apenas duas vezes. A primeira foi na *Gazeta*, quando seus proprietários concorriam com Paulo Pimentel na reivindicação pelo terceiro canal curitibano de TV e que, posteriormente, seria concedido àquele dono de *OEPR*. A outra ocorreu em *O Estado do Paraná*, quando em meio a uma crise político-empresarial Pimentel optou por atacar seu adversário Oscar Martinez, igualmente concessionário de televisão.

Editorialmente, porém, os três jornais foram bastante utilizados por seus proprietários para apoiar, legitimar e, às vezes, até bajular o regime militar – em uma prática que passou a ser caracterizada como própria da chamada “imprensa chapa branca” –, o qual retribuía com fartas verbas publicitárias, concessões e facilidades nas transferências de canais televisivos, estas últimas especificamente para o grupo da *Gazeta do Povo*. Houve, portanto, a prática de uma parceria retroalimentadora de interesses político-econômicos entre os proprietários dos jornais e concessionários de televisões com os titulares do Palácio Iguaçu e do Palácio do Planalto, ao longo do tempo pesquisado quase inteiro, mas principalmente durante a vigência

do regime militar.

Outra característica marcante dos três periódicos impressos – e que os distinguiu dos diários paulistanos e cariocas, por exemplo – foi a de não terem se envolvido em dois importantes debates para o campo televisivo nacional. O primeiro girou em torno da possibilidade de democratização do sistema de outorgas de canais, quando da discussão e aprovação do CBT, durante o governo do presidente João Goulart. O segundo debate, na última metade da década de 1960, refletiu sobre a necessidade da instalação de emissoras públicas e educativas de TV no país, ou pelo menos da ampliação da programação com cunho educativo e cultural nas estações comerciais.

Não houve motivo aparente que justificasse a não cobertura dos jornais paranaenses – apesar de muito dependentes de anúncios oficiais – aos debates a respeito do CBT, até porque a chamada grande imprensa nacional atuou neles de forma vigorosa. Entretanto, em relação ao segundo debate há um fato, de fundo empresarial, que possibilita entender a sua não divulgação: na época em que ele aconteceu, o grupo do jornal *OEPR* já possuía duas emissoras de TV, enquanto que os proprietários da *Gazeta* operavam um canal, e a direção da *Folha* pleiteava a sua primeira concessão televisiva.

Esse comportamento da imprensa paranaense, somado à duradoura falta de vontade política dos titulares do Palácio Iguazu, auxilia a compreender porque enquanto o governo do estado de São Paulo comprou, reformulou e colocou em funcionamento a TV Cultura, em 1969, o governo do Paraná somente inaugurou a sua TV Educativa em 1987, ainda mal estruturada e sem capacidade de produzir uma programação alternativa de boa qualidade. Por outro lado, sem a pressão oficial do estado e isenta de críticas contundentes da imprensa, as emissoras privadas paranaenses não alteraram suas programações dentro de perspectivas culturais e educativas. Isso ocorreu, em grande parte, porque os empresários do Paraná – diferentemente de Chateaubriand e Roberto Marinho, por exemplo – não administravam suas emissoras de TV também enquanto instrumentos para as práticas educativas e a valorização da cultura brasileira, porém exclusivamente como empresas para fins lucrativos e objetivos políticos.

Assim, ao longo daquele período, as televisões paranaenses ofertaram aos telespectadores uma programação generalista baseada em muito entretenimento, diversão, passatempo, propaganda e um pouco de informação. No geral, as grades de programações das

emissoras eram preenchidas com desenhos animados, filmes e seriados importados dos Estados Unidos; telenovelas; programas de auditório, infantis, musicais e humorísticos; partidas de futebol e programas esportes; telejornais; transmissões de missas e espaços comerciais. Programas e documentários de cunho educativo-cultural com boa qualidade foram veiculados raras vezes e, quase sempre, eram produzidos pela TV Cultura de São Paulo ou TVE do Rio de Janeiro.

Na primeira metade da década de 1960, as três emissoras em funcionamento no estado mantiveram grande parte da programação ao vivo e com caráter local. Todavia, depois, com a disponibilidade da tecnologia do videoteipe, da interligação dos sinais por micro-ondas e, mais tarde, por satélites artificiais, as programações foram alteradas radicalmente e ocupadas por produtos nacionais e internacionais de todos os gêneros. O espaço para as produções locais foi quase que totalmente extinto na maioria das emissoras paranaenses.

As novas possibilidades tecnológicas e de equipamentos, aliadas àquele antigo sistema federal de distribuição política das concessões de canais, formaram a principal alavanca para o surgimento e aperfeiçoamento das redes regionais e redes nacionais de televisão. Em meados da década de 1980 operavam, no Paraná, três redes regionais, enquanto que no país atuavam quatro redes de caráter nacional. Este fenômeno contribuiu para diminuir ainda mais os programas locais nas telas das emissoras paranaenses, onde foram substituídos por outros produzidos quase sempre no Rio de Janeiro ou em São Paulo e impostos, verticalmente, pelas “cabeças de redes” às suas afiliadas. Aquele ciclo foi completado em 1985, quando entrou em funcionamento o primeiro satélite doméstico exclusivamente de comunicação da Embratel, o Brasilsat 1, que garantiu a completa cobertura do território brasileiro com as imagens coloridas e sons do sistema televisivo, na época ainda operando pelo sistema analógico.

Os limites legais estabelecidos pelo CBT para o número de canais de televisão aberta em poder de cada grupo, nos estados e no país, sempre foram desrespeitados e, com a conivência do governo federal, facilmente burlados por empresários e políticos que registravam suas concessões em nome de parentes, amigos ou empregados. Em consequência dessa realidade se consolidou naquela época, no Paraná e em todo o país, uma enorme concentração da chamada “indústria da comunicação” – cujo carro-chefe era a televisão, desde a década de 1970 – em mãos de poucos grupos familiares e da própria elite política, ambos intimamente ligados aos poderes nacionais.

Como principais exemplos paranaenses daquela concentração comunicacional figuravam os grupos da *Gazeta do Povo*, de Paulo Pimentel e da família Martinez. O primeiro era propriedade de famílias de empresários aliados históricos do Palácio Iguazu, enquanto que os dois últimos eram liderados por políticos profissionais também reconhecidamente situacionistas no Paraná e adesistas em relação a Brasília. Entre os exemplos brasileiros apareciam as famílias Marinho (Globo), Saad (Bandeirantes) e Abravanel (SBT).

Essas três redes nacionais de televisão, mais a Manchete, concentravam cerca de 100 emissoras próprias e/ou afiliadas em 1985, ano em que operavam no país 134 canais comerciais em VHF, dos quais doze no Paraná, sendo que 66% dos domicílios brasileiros contavam com aparelhos receptores. A TV se tornara o principal meio de comunicação para a maioria da população, notadamente sua parcela mais pobre e de menor escolaridade. Em contrapartida, as emissoras locais e as regionais paranaenses já não conseguiam sobreviver, havia muito tempo, apenas com as programações próprias e sem afiliação a uma daquelas poderosas “cabeças de redes”.

Em 1954, quando foram realizadas as primeiras experiências televisivas em Curitiba, o novo meio de comunicação eletrônico era citado pela imprensa e autoridades como um inequívoco sinal do progresso da ciência e da modernidade brasileira. A expectativa geral era de que a televisão contribuiria para a informação, a cultura, a educação, o entretenimento e a melhoria da qualidade de vida da população. Em 1985, quando o ex-governador Paulo Pimentel inaugurou a sua terceira e última emissora concedida pelo regime militar, quase nada daquilo tinha sido concretizado no Paraná.

Nesse estado, a TV nasceu, cresceu e se consolidou como um empreendimento eminentemente econômico e político que, sob o comando da elite empresarial do setor de comunicação, pouca preocupação social-cidadã teve com a maioria do seu público telespectador. Certamente porque as emissoras e redes paranaenses de televisão foram conseguidas e estruturadas, na quase totalidade com respaldo do Palácio Iguazu, através do sistema de concessões usado como moeda de barganha política pelo Executivo nacional. Desta maneira, a história da televisão paranaense naquele período – com seus processos de outorgas e transferências de canais determinados por negociatas e apadrinhamentos políticos – contribui para o entendimento das dificuldades atuais relacionadas à democratização do campo televisivo, vital para a cidadania brasileira e ainda tão distante de se tornar realidade.

## **FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

### **Arquivos e acervos pesquisados**

**Curitiba** – Biblioteca Pública do Paraná; Biblioteca Central da Universidade Federal do Paraná (UFPR); Museu da Imagem e do Som; Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná (Aerp); Delegacia Regional do IBGE; Televisão Iguazu; Rede OM.

**Londrina** – Biblioteca Pública Municipal; Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina (UEL); Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas da UEL; Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da UEL; Museu Histórico de Londrina; Empresa *Folha*

*de Londrina*; Televisão Tropical.

**Maringá** – Biblioteca Pública Municipal; Biblioteca Central da Universidade Estadual de Maringá (UEM); Biblioteca do Centro de Estudos Superiores de Maringá (Cesumar); Biblioteca da Faculdade Maringá.

**Ponta Grossa** – Biblioteca Pública Municipal; Biblioteca Central da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Museu Histórico de Ponta Grossa (UEPG); Casa da Memória.

**Cornélio Procopio** – Biblioteca Pública Municipal; Biblioteca da Faculdade Cristo Rei; Museu Histórico Municipal.

**Assis (SP)**: Biblioteca Central da Universidade Estadual Paulista (UNESP); Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa (Cedap-UNESP).

**Outros** – Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro); Biblioteca de Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP); Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert, em Brasília); Ministério das Comunicações (Brasília); Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel, em Brasília).

### **Jornais**

*Gazeta do Povo*, Curitiba (PR), período: 01/1953 – 12/1985.

*O Estado do Paraná*, Curitiba (PR), período: 01/1953 – 12/1985.

*Folha de Londrina*, Londrina (PR), período: 01/1954 – 12/1985.

### **Legislação**

BRASIL. Decreto nº 20.047, de 27 de maio de 1931.

BRASIL. Decreto nº 21.111, de 1º de março de 1932.

BRASIL. Decreto nº 24.655, de 11 de julho de 1934.



BRASIL. Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

BRASIL. Decreto nº 52.026, de 26 de maio de 1963.

BRASIL. Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

BRASIL. Lei nº 5.250, de 09 de fevereiro de 1967.

BRASIL. Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

BRASIL. Lei nº 5.536, de 21 de novembro de 1968.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970.

### **Entrevistas**

Depoimentos concedidos ao pesquisador:

PIMENTEL, Paulo Cruz. Curitiba (PR), 03 jun. 2009.

MACARINI, Walmor. Londrina (PR), 10 fev. 2010.

BIANCHINI, José. Curitiba. 11 ago. 2010.

RIBEIRO, Arthur Pina. Curitiba, 11 ago. 2010.

MARTINEZ, Oscar. Curitiba, 13 ago. 2010.

STRESSER, Ronald Sanson. Curitiba, 13 ago. 2010.

COELHO, Dom Jaime Luiz. Maringá (PR), 20 ago. 2010.

CÉSAR, Délio. Londrina, 17 out. 2011.

Depoimento concedido a Aramis Millarch:

CHEDE, Nagibe. Curitiba, 1985. (Observação: disponível no site do jornalista: [www.millarch.org](http://www.millarch.org)).

### **Sites visitados**

#### **Portais privados:**

<<http://www.almanaquedacomunicação.com.br>>. Acesso em: 17 fev. 2011.

<<http://www.cnt.com.br/empresa>>. Acesso em: 28 jun.2007; 03. nov. 2011.

<<http://www.donosdamidia.com.br>>. Acessos em: 05 nov. 2009; 08 set. 2010; 07 jan. 2011; 13 fev. 2011.

<<http://www.ec.ubi.pt/ec/02/html/reboucas-martins-midia-eletronica.html>>. Acesso em: 12 dez.2011.

<<http://eptv.globo.com/emissoras/historico.aspx>>. Acesso em: 04 nov.2011.

<<http://www.gazetadopovo.com.br>>. Acessos em: 24 jan. 2011; 20 fev. 2011.

<<http://www.jornaldobispo.blogspot.com/>>. Acessos em: 27 maio 2010; 02 jun. 2010; 21 jan. 2011.

<<http://www.memoriaglobo.globo.com/>>. Acesso em: 30 nov. 2011.

<<http://www.millarch.org>>. Acessos em: 21 ago. 2010; 05 jan. 2011; 08 mar. 2011.

<<http://www.mundodatv.com.br>>. Acessos em: 28 ago. 2009; 07 out. 2009; 06 jan. 2011.

<<http://www.museudatv.com.br>>. Acessos em: 25 ago. 2009; 05 maio 2010; 06 mar. 2011.

<[http://www.parana\\_online.com.br](http://www.parana_online.com.br)>. Acesso em: 24 jan. 2011.

<<http://www.radiobandeirantes.com.br/comercial/dicionario>>. Acesso: em 26 nov. 2009.

<<http://www.rbs.com.br/quemsomos>>. Acesso em: 04 nov. 2011.

<<http://www.redeanhanguera.com.br/>>. Acesso em: 02 nov. 2011.

<<http://www.redeglobo.globo.com/redeamazonica/>>. Acesso em: 02 nov. 2011.

<<http://www.retrotv.com.br>>. Acesso em: 12 abr. 2010.

<<http://www.rmtonline.globo.com/>>. Acesso em: 02 nov. 2011.

<<http://www.telehistoria.com.br>>. Acessos em: 26 ago. 2009; 07 out. 2009; 15 out. 2010.

<<http://www.tudoparana.globo.com/institucional>>. Acessos em: 26 mar. 2010; 19 nov. 2010.

<<http://www.tudosobretv.com.br>>. Acessos em: 26 ago. 2009; 07 out. 2009; 04 ago. 2010; 30 nov. 2011.

<<http://www.tver.com.br>>. Acessos em: 11 abr. 2009; 03 ago. 2010.

<<http://www.veja.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acessos em: 05 jun. 2010; 06 jun. 2010; 06 dez. 2011.

<<http://www.vivendobauru.com.br/tvbauru>>. Acesso em: 06 mar. 2011.

<<http://www.youtube.com/watch?v=hml djw5s2dq>>. Acesso em: 21 out.2011.

### **Outras instituições:**

<<http://www.abert.org.com.br>>. Acessos em: 15 set. 2009; 22 out. 2009; 05 out. 2010; 06 out. 2010; 07 jan. 2011.

<<http://www.aerp.org.br>>. Acessos em: 28 out. 2009; 14 out. 2010; 16 jan. 2011.

<<http://www.anatel.gov.br>>. Acessos em: 22 mar. 2010; 05 jul. 2010; 04 fev. 2011.

<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br>>. Acessos em: 23 abr. 2009; 17 ago. 2009.

<<http://www.arquivonacional.gov.br>>. Acessos em: 15 jun. 2009; 17 jun. 2009; 08 mar. 2010; 04 set. 2010.

<<http://www.bn.br>>. Acessos em: 09 maio 2009; 10 maio 2009; 19 jul. 2010; 22 nov. 2010; 22 fev. 2011.

<<http://www.casacivil.pr.gov.br>>. Acessos em: 24 jan. 2011; 26 fev. 2011; 05 mar. 2011.

<<http://www.cedap.assis.unesp.br/patrimonioememoria/>>. Acessos em: 22 mar. 2009; 03 jun. 2009; 11 nov. 2010.

<<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acessos em: 27 jun. 2009; 03 set. 2010.

<<http://www.igutemberg.org.br>>. Acessos em: 13 set. 2010; 14 set. 2010.

<<http://www.mc.gov.br>>. Acessos em: 23 jan. 2011; 06 mar. 2011.

<<http://www.revistasusp.sibi.usp.br>>. Acessos em: 15 jun. 2009; 25 set. 2009; 20 out. 2010.

<<http://www.scielo.br>>. Acessos em: 08 set. 2009; 06 out. 2009; 22 out. 2009; 07 jan. 2011.

<<http://www.tce.pr.gov.br>>. Acessos em: 20 jan. 2011; 21 jan. 2011; 14 mar. 2011; 16 mar. 2011.

<<http://www.wikipedia.org>>. Acesso em: 21 out. 2011.

**Prefeituras:**

<<http://www.apucarana.pr.gov.br>>. Acessos em: 18 out. 2010; 19 out. 2010.

<<http://www.cascavel.pr.gov.br>>. Acessos em: 17 out. 2010; 19 out. 2010.

<<http://www.cornelioprocopio.pr.gov.br>>. Acessos em: 18 out. 2010; 20 out. 2010.

<<http://www.curitiba.pr.gov.br>>. Acessos em: 19 out. 2010; 20 out. 2010.

<<http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br>>. Acessos em: 19 out. 2010; 20 out. 2010.

<<http://www.londrina.pr.gov.br>>. Acessos em: 17 out. 2010; 21 out. 2010.

<<http://www.maringa.pr.gov.br>>. Acessos em: 18 out. 2010; 21 out. 2010.

<<http://www.pontagrossa.pr.gov.br>>. Acessos em: 19 out. 2010; 20 out. 2010.

**OBRAS BIOGRÁFICAS E DE MEMÓRIAS**

ALVES, Vida. *TV Tupi – Uma linda história de amor*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008.

BIAL, Pedro. *Roberto Marinho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BÓIA, Wilson. *De Plácido e Silva – Ensaio*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2002.

BORGERTH, Luiz Eduardo. *Quem e como fizemos a TV Globo*. São Paulo: A Girafa Editora, 2003.

MAZÂNEK, Renato. *Ao Vivo e Sem Cores – O nascimento da Televisão no Paraná*. Curitiba: Guiatur Editora, 2004.

MORAIS, Fernando. *Chatô – O Rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

SÁ JÚNIOR, Adherbal Fortes de. *Ney Braga – Tradição e Mudança na Vida Política*. Curitiba: Edição do Autor, 1996.

SANT'ANA, Hugo. *Paulo Pimentel: momentos decisivos*. Curitiba: Guiatur Editora, 2008.

SILVA, Arlindo. *A fantástica história de Sílvio Santos*. São Paulo: Editora do Brasil, 2000.

REBELO, Vanderlei. *Ney Braga – Política e modernidade*. Brasília: Editora do Senado Federal, 2007.

VAZ, Raul. *Moysés Lupion – A verdade*. Curitiba: Publicações Paratodos, 1986.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação da grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ALMANAQUE ABRIL. Edições: 1976 e 1986. São Paulo: Editora Abril, 1976 e 1986.

ALMEIDA, Dino. *Bandeirantes do progresso*. Curitiba: Alfa do Paraná Ltda., 1968; Grafipar, 1974; Grupo 1 Editora, 1979.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 3. ed. Tradução de Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1985.

AMARAL, Neusa Maria. *Televisão e Telejornalismo – Do analógico ao virtual*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2004.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978)*. Bauru

(SP): Edusc, 1999.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Ática, 1990, 2v.

BARACHO, Maria Luiza Gonçalves. *Em Preto e Branco, o início da Televisão em Curitiba*. Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARROS FILHO, Eduardo Amando de. *Por uma televisão cultural-educativa e pública: a TV Cultura de São Paulo, 1960-1974*. Dissertação de mestrado em História. Assis (SP): Universidade Estadual Paulista, 2010.

BAZI, Rogério Eduardo Rodrigues. *TV Regional: trajetória e perspectivas*. Campinas (SP): Editora Alínea, 2001.

BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo de interpretação*. São Paulo: Summus, 1984.

BERG, Creuza. *Mecanismos do Silêncio – Expressões culturais e censura no regime militar (1964-1984)*. São Carlos (SP): Editora da UFSCar, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre Televisão*. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

\_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BRANCO, Gustavo; ANASTÁCIO, Adão. *Construtores do Progresso*. Curitiba: Edição dos autores, 1974.

BRAUNE, Bia; RIXA. *Almanaque da TV*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma História Social da Mídia: de Gutenberg à Internet*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César R. S. (Orgs.). *Rede Globo – 40 anos de hegemonia*. São Paulo: Paulus, 2005.

BUCCI, Eugênio. *Em Brasília, 19 horas: a guerra entre a chapa-branca e o direito à informação no primeiro governo Lula*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

\_\_\_\_\_. (Org.). *A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

BUSETTO, Áureo. Sem aviões da Panair e imagens da TV Excelsior no ar: um episódio sobre a relação regime militar e televisão. In: KUSHNIR, Beatriz (Org.). *Maços na gaveta: reflexões sobre a mídia*. Niterói (RJ): Editora da UFF, 2009.

\_\_\_\_\_. A mídia brasileira como objeto da História Política: Perspectivas teóricas e fontes. In: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti (Org.). *Dimensões da Política na Historiografia*. Campinas: Pontes Editores, 2008.

\_\_\_\_\_. Em busca da caixa mágica: o Estado Novo e a televisão. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, vol. 27, nº 54, jul.- dez., 2007.

\_\_\_\_\_. *A democracia cristã no Brasil: princípios e práticas*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

CALABRE, Lia. *A era do Rádio*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zorge Zahar Ed., 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos Estevam (Orgs.). *Política & Sociedade*. Volume 1. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1983.

CARDOSO, Rosy de Sá. Breves notas sobre a Imprensa do Paraná. In: EL-KHATIB, Faissal (Org.). *História do Paraná – Volume 3*. Curitiba (PR): Grafipar, 1969.

CARNEIRO, David. *Galeria de ontem e de hoje*. Curitiba: Editora Vanguarda, 1963.

CARVALHO, Elisabeth. O modelo econômico: uma só nação, um só mercado consumidor. In: NOVAES, Adauto. *Anos 70 – Televisão*. Rio de Janeiro: Europa, 1980.

CARTA, Mino (Org.). *Retrato do Brasil – Da Monarquia ao Estado Militar*. Volumes 1 e 2. São Paulo: Política Editora, 1984.



CASALECCHI, José Ênio. *O Brasil de 1945 ao Golpe Militar*. São Paulo: Contexto, 2002.

CIFUENTES, Diego Portales. A EMPRESA: A televisão pública na América Latina: crises e oportunidades. In: RINCÓN, Omar (Org.). *Televisão Pública: do consumidor ao cidadão*. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stifung, 2002, p. 199-153.

CLARK, Walter. *O campeão de audiência – Uma autobiografia*. São Paulo: Best Seller, 1991.

CONSTITUIÇÃO DO BRASIL 1988. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1988.

COSTA, Osmani Ferreira da. *Rádio e Política: a aventura eleitoral de radialistas no século XX*. Londrina (PR): Eduel, 2005.

CRUZ, Dulce Márcia. *Televisão e Negócio: a RBS em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.

CUNHA, Paulo José. Televisão e poder no Brasil. In: MOTTA, Luiz Gonzaga. *Imprensa e poder*. Brasília: Editora da UnB, 2002.

DALPÍCOLO, Sandro. *Uma nova luz na sala: histórias da TV Paranaense*. Curitiba: Arowak, 2010.

DE LUCA, Tania R. Fontes Impressas – História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

DICIONÁRIO BRASILEIRO DE MÍDIA. Vol. I. Coordenação: FIASCO, Célia Maria; KOZMA, Maria do Carmo Cassales; FERREIRA, Sonia Leme. São Paulo: Mercado Global, 1966.

DICIONÁRIO DE COMUNICAÇÃO. 2. ed. Coordenação: RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, Pós 1930. Coordenação: ABREU, Alzira Alves de. ...[et al.]. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO ESTADO DO PARANÁ. Curitiba: Chain/Banestado, 1991.

ELENES, Laura Márques. México em tempo de televisão. In: REIMÃO, Sandra (Org.). *Televisão na América Latina: 7 estudos*. São Bernardo do Campo (SP): Universidade Metodista de São Paulo, 2000.

EL-KHATIB, Faissal (Org.). *História do Paraná*. 1º Vol. Curitiba: Grafipar, 1969.

FANTINELLI, Francielli Ribeiro. *Rede Independência de Comunicação – Levantamento histórico da televisão em Cornélio Procópio*. Monografia de graduação em Jornalismo. Cornélio Procópio (PR): Faculdade Cristo Rei, 2005.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder – A formação do patronato político brasileiro*. 13. ed. São Paulo: Editora Globo, 1998.

FEDERICO, Maria Elvira Bonavita. *História da Comunicação: rádio e TV no Brasil*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1982.

FERNANDES JÚNIOR, Renon. *TV Tarobá, a debutante do Oeste*. Monografia de graduação em Jornalismo. Londrina (PR): Universidade Estadual de Londrina, 1994.

GOLEMBIEWSKI, Carlos. *A RBS em Santa Catarina: preferência política e concentração de mídias*. In: Revista Comunicarte, número 36, páginas 35-44. Campinas (SP): PUC, janeiro/junho de 2008.

HABERT, Nadine. *A década de 70 – Apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1994.

HERZ, Daniel. *A História Secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: Tchê! Editora, 1987.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História – Ensaios*. 4. ed. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinopse do Censo 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

\_\_\_\_\_. *Estatísticas históricas do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

JAMBEIRO, Othon. *A TV no Brasil do século XX*. Salvador (BA): Editora da UFBA, 2002.

\_\_\_\_\_. *Regulando a TV – Uma visão comparativa no MERCOSUL*. Salvador (BA): Editora da UFBA, 2000.

JAMUR JÚNIOR, José. *Pequena História de Grandes Talentos – Os primeiros passos da Televisão no Paraná*. Curitiba: Edição do autor, 2001.

JEANNENEY, Jean-Noël. *Uma história da comunicação social*. Lisboa (Portugal): Terramar, 1996a.

\_\_\_\_\_. A Mídia. In: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996b.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Batalhas em letras de forma: Chatô, Wainer e Lacerda. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

LEAL FILHO, Laurindo Lalo. *A TV sob Controle – A resposta da sociedade ao poder da Televisão*. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

\_\_\_\_\_. *A melhor TV do mundo – O modelo britânico de televisão*. São Paulo: Summus Editorial, 1997.

\_\_\_\_\_. *Atrás das Câmeras – Relações entre Cultura, Estado e Televisão*. São Paulo: Summus Editorial, 1988.

LIMA, Eduardo de Campos. *Formação da Rede Vida de Televisão: entre a política brasileira de concessões televisivas e as diretrizes católicas de comunicação social, 1989-1995*. Dissertação de mestrado em História. Assis (SP): Universidade Estadual Paulista, 2010.

LOPES, Vera de Oliveira Nusdeo. A lei da Selva. In: BUCCI, Eugênio (Org.). *A TV aos 50 anos – criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário*. São Paulo: Fundação Perseu

Abramo, 2000.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. *O Paraná Reinventado: Política e Governo*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

\_\_\_\_\_. *Paraná: Política e Governo*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2001.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Brasília: UnB, 1984.

MARINÓCIO FILHO; MARINÓCIO NETO. *História da Imprensa de Londrina: do baú do jornalista*. Londrina (PR): Editora da UEL, 1991.

MARQUES, Adilson; SILVA, Nelson da. *Uma TV pioneira em uma cidade canção – A chegada da televisão em Maringá*. Maringá (PR): monografia de conclusão de curso de Jornalismo no Centro de Ensino Superior Paraná, 2002.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MATTOS, Sérgio. *História da Televisão Brasileira – Uma visão econômica, social e política*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

MAZÂNEK, Renato Ladislau. *Ao Vivo e sem cores: o nascimento da televisão no Paraná*. Curitiba: Editora Progressiva, 2004.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. *Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias*. São Paulo: Contexto, 2011.

MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MEMÓRIA GLOBO. *Jornal Nacional: a notícia faz história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

MIKAELLI, Aldo. *Transformações de uma cidade: Ponta Grossa – 185 anos*. Ponta Grossa: Editora Gráfica Planeta, 2008.

\_\_\_\_\_. *História do rádio AM de Ponta Grossa*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREIRA, Roberto. Vendo a televisão a partir do cinema. In.: BUCCI, Eugênio (Org.). *A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MOYA, Álvaro de. *Glória in Excelsior – Ascensão, apogeu e queda do maior sucesso da televisão brasileira*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

NEVES, Flora. *Telejornalismo e poder nas eleições presidenciais*. São Paulo: Summus, 2008.

NIXDORF, Klaus. *Londrina, Paraná, Brasil: raízes e dados históricos (1930-2004)*. Londrina (PR): Edições Humanidades, 2004.

NOVAES, Adauto (Org.). *Rede imaginária: televisão e democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Anos 70 – Televisão*. Rio de Janeiro: Europa, 1980.

NUZZI, Erasmo de Freitas. *A Mídia nas Constituições do Brasil: Respeito e Desrespeito*. São Paulo: Plêiade, 2007.

OLIVEIRA Dennison de. *Estado & Mercado – Telecomunicações no Brasil*. Curitiba: Editora Prephacio, 1991.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de (Org.). *A construção do Paraná Moderno – Políticos e Política no Governo do Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: SETI, 2004.

\_\_\_\_\_. *O Silêncio dos Vencedores – Genealogia, Classe Dominante e Estado no Paraná*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

PAES, Maria Helena Simões. *A década de 60 – Rebeldia, contestação e repressão política*. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

PILOTTO, Osvaldo. *Cem anos de Imprensa no Paraná (1854-1954)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1976.

PINHEIRO, Francisca Souza Mota e. *Da Rádio Londrina à Rádio Universidade*. Londrina: Eduel, 2001.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

POMPEU, Sérgio. Televisão: uma instituição nacional. In: CARTA, Mino. *Retrato do Brasil*. São Paulo: Política Editora, 1984.

PORTO, Sérgio Dayrell. *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: UnB, 2002.

PRIOLLI, Gabriel. Antenas da Brasilidade. In: BUCCI, Eugênio (Org.). *A TV aos 50 – Criticando a Televisão Brasileira no seu Cinquentenário*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

QUEIROZ, Adolpho. *TV de papel: a imprensa como instrumento de legitimação da televisão*. Piracicaba (SP): UNIMEP, 1992.

RÉMOND, René. O retorno do político. In: CHAUVEAU, Agnès (Org.). *Questões para a história do presente*. Tradução: Ilka Stern Cohen. Bauru (SP): Edusc, 1999.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Por uma História Política*. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)*. Londrina: Eduel, 2001.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; ROXO, Marco; SACRAMENTO, Ígor (Orgs.). *História da Televisão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.

RIBEIRO, Santuza Naves; BOTELHO, Isaura. A televisão e a política de integração nacional. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Anos 70 – televisão*. Rio de Janeiro: Europa, 1980.

\_\_\_\_\_.; HERSCHMANN, Micael (Orgs.). *Comunicação e História: interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

ROBLES, Orivaldo. *A igreja que brotou da mata – Os 50 anos da Diocese de Maringá*. Maringá (PR): Dental Press Editora, 2007.

RODRIGUES, Marly. *A década de 50 – Populismo e metas desenvolvimentistas*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1996.

ROLDÃO, Ivete Cardoso do Carmo. TVs regionais em Campinas: 30 anos de história. In: *Revista Comunicarte*; Nº 39; Vol.29. Campinas: Editora da PUC, 2009.

SAMPAIO, Mario Ferraz. *História do Rádio e da Televisão no Brasil e no Mundo (Memórias de um pioneiro)*. Rio de Janeiro: Achaimé, 1984.

SANT'ANA, Hugo. *Paulo Pimentel, momentos decisivos*. Curitiba: Travessa dos Editores, 2008.

SANTOS, Moacir José dos. *A construção da política brasileira de telecomunicações (1961-1967)*. Dissertação de mestrado em História. Assis (SP): Universidade Estadual Paulista, 2000.

SANTOS JÚNIOR, Jair Elias dos. *Palácio Iguaçu: “Coragem de realizar” de Bento Munhoz da Rocha Netto*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2008.

SCARDUELLI, Paulo. *Network de bombacha: os segredos da TV regional da RBS*. Dissertação de mestrado na Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: 1996.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *O adiantado da hora. A influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. 2. Ed. São Paulo: Summus, 1991.

\_\_\_\_\_. *Muito além do Jardim Botânico*. São Paulo: Summus, 1985.

SILVA JÚNIOR, Gonçalo. *País da TV: história da televisão brasileira*. São Paulo: Conrad Editora, 2001.

SIMÕES, Inimá. *A nossa televisão brasileira: por um controle social da televisão*. São Paulo: Editora Senac, 2004.

\_\_\_\_\_. Nunca fui santa (episódios de censura e autocensura). In: BUCCI, Eugênio. *A TV aos 50 – Criticando a Televisão Brasileira no seu Cinquentenário*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

\_\_\_\_\_. COSTA, Alcir Henrique da; KEHL, Maria Rita (Orgs). *Um país no ar – História da TV brasileira em três canais*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. Ed. [atualizada]. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOMMA NETO, João. *Ações e relações de poder: a construção da reportagem política no telejornalismo paranaense – um estudo comparativo*. Curitiba (PR): Editora da UFPR, 2007.

SOTANA, Edvaldo Correa. *A Paz sob suspeita – Representações jornalísticas sobre a manutenção da paz mundial, 1945-1953*. Tese de doutorado em História na Universidade Estadual Paulista (Unesp). Assis (SP): 2010.

SQUIRRA, Sebastião. *O Século Dourado – A comunicação eletrônica nos EUA*. São Paulo: Summus, 1995.

XAVIER, Ricardo; SACCHI, Rogério. *Almanaque da TV – 50 anos de memória e informação*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

## **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

ALENCAR, Marcelo Sampaio de. *Televisão digital*. São Paulo: Editora Érika, 2007.

ALMEIDA, Cândido José Mendes de. *Uma nova ordem audiovisual: comunicação e novas tecnologias*. São Paulo: Summus, 1998.

\_\_\_\_\_. ARAÚJO, Maria Elisa de (Orgs.). *As perspectivas da televisão brasileira ao vivo*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1995.



ALMEIDA, P.W. de. *Paraná Político: De cabo a rabo*. Curitiba: Noé, 1999.

ALTOÉ, Geraldo. *O rádio em Maringá*. Maringá (PR): Clichetec Editora, 2007.

AMORIM, Antonio C. Bellini. *Rede Record – 45 anos de história*. São Paulo: Antonio Bellini Editora, 1999.

AMORIM, Edgar. *Televisão ano 40: quadro cronológico da TV brasileira*. São Paulo: CCSP, 1990.

ARBEX JÚNIOR, José. *O poder da televisão*. São Paulo: Scipione, 1995.

ARIAS NETO, José Miguel. *O Eldorado – Representações da política em Londrina (1930-1975)*. 2. ed. Londrina (PR): Editora da UEL, 2008.

ÁVILA, Carlos Rodolfo A. *A Teleinvasão – A participação estrangeira na Televisão do Brasil*. São Paulo: Cortez e Unimep, 1982.

BARROS, José D'Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História – Da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis: Vozes, 2005.

BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República – De 1930 a 1960*. 4. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

BELTRÁN, Luis Ramiro; CARDONA, Elizabeth Fox de. *Comunicação dominada – Os Estados Unidos e os meios de comunicação na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BIRCH, Brevierley. *Marconi e a invenção do rádio*. Blumenau: Eko, 1994.

BLAINEY, Geoffry. *Uma breve história do mundo*. 2. ed. Tradução: da editora. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2010.

\_\_\_\_\_. *Uma breve história do século XX*. 2. ed. Tradução: da editora. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2010.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs). *Dicionário de Política*. 5. ed. Tradução: Carmen C. Varrialle, Gaetano Lo Mónaco, João Ferreira, Luís G.P.Cacais e Renzo Dini. Brasília: Editora da UnB, 2000.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. *Mercado Brasileiro de Televisão*. 2. ed. São Paulo: Educ, 2004.

BRASIL, Antônio Cláudio. *Telejornalismo, Internet e guerrilha tecnológica*. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2002.

BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. Tradução: Klauss Gerhardy e Roneide Majer. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

\_\_\_\_\_. *A Escrita da História – Novas Perspectivas*. 7. ed. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

CALMON, João. *A crise da televisão brasileira*. Brasília: Editora do Senado Federal, 1980.

CÂNDIDO, José Mendes de A. *Uma nova ordem audiovisual*. São Paulo: Summus Editorial, 1988.

CAPARELLI, Sérgio. *Televisão e capitalismo no Brasil*. Porto Alegre: L & PM, 1982.

\_\_\_\_\_. LIMA, Venício A. de. *Comunicação e Televisão – Desafios da Pós-Globalização*. São Paulo: Hacker, 2004.

CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Grall, 1983.

\_\_\_\_\_. VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Domínios da História – Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro, Elsevier-Editora Campus, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

\_\_\_\_\_. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRIM, Mário. *Televisão e censura*. Porto (Portugal): Campo das Letras Editores, 1996.

CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Tradução: Maria de L. Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

CHAMPAGNE, Patrick. *Formar Opinião – O novo jogo político*. Tradução: Guilherme João Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

\_\_\_\_\_. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAUVEAU, Agnes; TÉTART, Philippe (Orgs). *Questões para a história do presente*. Bauru (SP): Edusc, 1999.

CHAVES, Niltonci Batista (Org.). *Visões de Ponta Grossa: cidade e instituições*. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2004.

COSTELLA, Antônio F. *Legislação da comunicação social*. Campos do Jordão (SP): Editora Mantiqueira, 2002.

\_\_\_\_\_. *Comunicação – Do grito ao satélite*. 4 ed. Campos do Jordão (SP): Editora Mantiqueira, 2001.

DANIEL FILHO. *Circo eletrônico: fazendo TV no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

DICIONÁRIO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARANÁ. Vol. I a VII. Coordenação: LEÃO, Ermelino Agostinho de. Curitiba: Imprensa Oficial, 1994.

DREIFUSS, René Armand. *O jogo da direita*. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

\_\_\_\_\_. *A conquista do Estado*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

EMILIANO, José. *Imprensa e poder: ligações perigosas*. São Paulo: Hucitec, 1996.

FALLOWS, James. *Detonando a notícia: como a mídia corrói a democracia americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

FARIA, Enéas; SEBASTIANI, Sylvio. *Governadores do Paraná – A história por quem construiu a história*. Curitiba: SPIGE, 1997.

FLORES, Moacyr. *Dicionário de História do Brasil*. 2. ed. Porto Alegre (RS): Editora da PUC, 2001.

GOICOCHEA, Pedro (Org.). *Política de televisión en los países andinos*. Lima (Peru): Ipal/Imprenta Propaceb, 1998.

GONÇALO, JÚNIOR. *País da TV: a história da televisão brasileira*. São Paulo: Conrad, 2001.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

GUARESCHI, Pedrinho A. *Comunicação & Poder – A presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina*. 8. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1990.

HAMBURGER, Esther. *O Brasil antenado: a sociedade da novela*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos – O breve século XX (1914-1991)*. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HOINEFF, Nelson. *TV em expansão*. Rio de Janeiro: Record, 1991.

HORTA, Lúcio e SITTA, Sílvia Mara. *TV Coroados: 30 anos de história*. Monografia de graduação em Jornalismo. Londrina (PR): Universidade Estadual de Londrina, 1993.

IANNI, Octávio. *O príncipe eletrônico*. In: DOWBOR, Ladislau; SILVA, Hélio (Orgs.). *Desafios da comunicação*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

JOFFILY, José. *Londres – Londrina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). *História Política da República*. Campinas (SP): Papirus, 1990.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_.; NORA, Pierre (Orgs.). *História – Novas abordagens*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

LIMA, Venício A. de. *Mídia – Crise Política e Poder no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

\_\_\_\_\_. *Mídia: teoria e política*. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

LOPES, Genésio N. *O Superpoder – O Raio X da Rede Globo, um império de ganância e da lucratividade*. São Paulo: Ibrasa, 2001.

LORÊDO, João. *Era uma vez... a televisão*. São Paulo: Alegro, 2000.

MACHADO, Arlindo. *A Televisão levada a Sério*. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2001.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Televisão – A vida pelo vídeo*. 7. ed. São Paulo: Moderna, 1992.

MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita – História do livro, da imprensa e da biblioteca*. São Paulo: Editora Ática, 2001.

MATHIAS, Suzeley Kalil. *A militarização da burocracia: a participação na administração federal das comunicações e da educação, 1963-1990*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MEDANHA, Lúcia (Org.). *Embratel: 18 anos*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1983.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil recente (1964-1980)*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MICELI, Sérgio. *A noite da madrinha*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MIRA, Maria Celeste. *Circo eletrônico – Silvio Santos e o SBT*. São Paulo: Olho D'água/Edições Loyola, 1999.

MIRANDA, Ricardo; PEREIRA, C.A.M. *Televisão – As imagens e os sons: no ar, o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MUSSOLINI NETO, João. *A televisão brasileira*. São Paulo: CCSP, 1988.

OLIVEIRA SOBRINHO, José Bonifácio de. *50 anos de TV no Brasil*. São Paulo: Globo, 2000.

OROZCO, Guillermo (Org.). *Historias de la televisión en América Latina*. Barcelona (Espanha): Gedisa Editorial, 2002.

PEROSA, LÍlian F. de Lima. *A hora do clique*. São Paulo: Annablume, 1995.

PIERANTI, Octavio Penna. *Políticas Públicas para a Radiodifusão e Imprensa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

PINHEIRO MACHADO, B. Et all. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, v. 1, 1969.

PORCELLO, Flávio A.C. Mídia e poder: os dois lados de uma mesma moeda – A influência política da TV no Brasil. In: VIZEU, Alfredo (Org.). *A sociedade do telejornalismo*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2008.

PRADO, João Rodolfo do. *TV: quem vê quem*. Rio de Janeiro: Livraria Eldorado Tijuca, 1973.

REIMÃO, Sandra (Coord.). *Em instantes – Notas sobre a programação na TV brasileira (1965-1995)*. São Paulo: Cabral Editora Universitária, 1997.

REIS, Sirlene. *Os donos da voz*. In: CARTA, Mino (Org.). *Retrato do Brasil*. São Paulo: Política Editora, 1984.

RODRIGUES, Marly. *A década de 80 – Brasil: quando a multidão voltou às praças*. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1994.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. *Antimanual do mau historiador – Ou como se fazer uma boa história crítica?* Tradução: Jurandir Malerba. Londrina: Eduel, 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Comunicação e Política*. São Paulo: Hacker, 2000.

SAMARA, Eni de Mesquita e TUPY, Ismênia S. Silveira. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2007.

SANTAELLA, Lúcia. *Comunicação e Pesquisa*. São Paulo: Hacker, 2001.

SANTOS, Reinaldo. *Vade-Mécum da Comunicação*. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora Trabalhistas, 1988.

SILVA, Heber Ricardo da. *A democracia impressa: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa, 1945-1948*. Dissertação de mestrado em História. Assis (SP): Universidade Estadual Paulista, 2008.

SIMIAND, François. *Método Histórico e Ciência Social*. Tradução: José Leonardo do Nascimento. Bauru (SP): Edusc, 2003.

SOARES, Samuel Alves. *Controles e autonomia – As forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999)*. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

SODRÉ, Muniz. *Monopólio da fala – Função e linguagem da TV no Brasil*. 4. ed. Petrópolis

(RJ): Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_. *A comunicação do grotesco – Um ensaio sobre a cultura de massa no Brasil*. 9 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1983.

SQUIRRA, Sebastião; FECHINE, Ivana (Orgs.). *Televisão digital – Desafios para a comunicação*. Porto Alegre (RS): Editora Sulina, 2009.

TEALDO, Ana Rosa (Org.). *Televisión y democracia en América Latina*. Lima (Peru): Ipal/Imprenta Propaceb, 1989.

VIANA, Francisco. *Roberto Marinho. O general civil das comunicações é também um dos homens mais poderosos do mundo*. São Paulo: Editora Três, 1998.

VIANNA, Gaspar. *Privatizações das telecomunicações*. Rio de Janeiro: Notrya Editora, 1993.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo. *A Pesquisa em História*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.

WACHOWICZ, Ruy C. *História do Paraná*. 9. Ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

WOLTON, Dominique. *Elogio do grande público – Uma teoria crítica da televisão*. Tradução: José Rubens Siqueira. São Paulo: Editora Ática, 1996.

AUTORIZO A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTE TRABALHO, DESDE QUE SEM FINALIDADE COMERCIAL E CITADA A FONTE.



ASSIS (SP), 02 de Março de 2012.

OSMANI FERREIRA DA COSTA  
osmanicosta@uel.br